



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ANDERSON CASTRO DE SANTANA

ENTRE O REAL E O ABSTRATO: REGIÕES, REGIONALIZAÇÕES E
ESTUDOS REGIONAIS, O PERCURSO HISTÓRICO E A COPRODUÇÃO DA
GEOGRAFIA REGIONAL NA BAHIA DURANTE O SÉCULO XX.

Salvador
2025

ANDERSON CASTRO DE SANTANA

**ENTRE O REAL E O ABSTRATO: REGIÕES, REGIONALIZAÇÕES E
ESTUDOS REGIONAIS, O PERCURSO HISTÓRICO E A
COPRODUÇÃO DA GEOGRAFIA REGIONAL NA BAHIA DURANTE
O SÉCULO XX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Clímaco César Siqueira Dias

Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional

Salvador
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

S232 Santana, Anderson Castro de

Entre o real e o abstrato: regiões, regionalizações e estudos regionais, o percurso histórico e a coprodução da geografia regional na Bahia durante o século XX./ Anderson Castro de Santana. – Salvador, 2025.

331 f.

Orientador: Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.

1. Geografia. 2. Geografia regional. 3. História da geografia.
4. Geografia das ciências. I. Dias, Clímaco César Siqueira. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 913

ANDERSON CASTRO DE SANTANA

**ENTRE O REAL E O ABSTRATO: REGIÕES, REGIONALIZAÇÕES E
ESTUDOS REGIONAIS, O PERCURSO HISTÓRICO E A
COPRODUÇÃO DA GEOGRAFIA REGIONAL NA BAHIA DURANTE O
SÉCULO XX**

Trabalho final apresentado a Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Salvador, 07 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CLIMACO CESAR SIQUEIRA DIAS
Data: 26/08/2025 13:34:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Clímaco César Siqueira Dias (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Documento assinado digitalmente
 ANDRE NUNES DE SOUSA
Data: 01/09/2025 15:23:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. André Nunes de Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Documento assinado digitalmente
 LUIS PAULO BATISTA DA SILVA
Data: 02/09/2025 09:58:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Luis Paulo Batista da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Documento assinado digitalmente
 FLAVIA CHRISTINA ANDRADE GRIMM
Data: 16/09/2025 18:11:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Flávia Christina Andrade Grimm
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A palavra que resume todo esse falatório é gratidão, tenho certeza que sempre a deixo transparecer em minhas atitudes no cotidiano com estes e tantos outros que não foram mencionados aqui.

Agradeço, antes de tudo, à minha família, o alicerce de tudo que sou. À minha mãe, Ana Valda Castro, que com sua força e dedicação me ensinou que nada na vida vem sem esforço, e ao meu pai, Ademar Santana, cuja integridade e caráter moldaram minha visão de mundo. Foram eles que, com sacrifícios e renúncias incontáveis, traçaram o caminho para que eu pudesse sonhar alto e alcançar meus objetivos. Tudo o que sou e tudo o que conquistei devo ao amor inabalável.

À minha companheira, Arilma Santos, minha parceira de vida, meu porto seguro. Sou imensamente grato por cada momento compartilhado, por cada gesto de amor e cumplicidade que fortaleceu nossa caminhada. Com você, aprendi o verdadeiro significado da lealdade, do carinho e da dedicação incondicional. Seu apoio e sua presença tornaram cada desafio mais leve e cada conquista ainda mais especial. Te amo, minha cheirosa, hoje e sempre.

Essa é a base que me sustenta e não me permite ruir nos momentos difíceis.

Aos meus familiares - minhas avós Tereza e Maria, meus avôs Eduardo e Severo, aos meus tios e tias, primos e primas - e aos familiares de minha companheira, em especial, Lourdes.

Agradeço ao professor André Nunes de Sousa, que, desde o primeiro semestre da minha graduação, surgiu como um verdadeiro farol iluminando meu caminho profissional. Suas orientações, dedicação e incentivo foram essenciais para que eu pudesse crescer, aprender e acreditar no meu potencial. Seu exemplo não apenas me guiou academicamente, mas também me animou a buscar sempre o melhor em tudo o que faço. Minha gratidão.

Agradeço também ao meu professor orientador, Clímaco Dias, cuja orientação e ensinamentos foram fundamentais nesses dois anos e meio de mestrado. Sua personalidade e dedicação enquanto uma grande engrenagem que faz a Geografia da UFBA funcionar efetivamente, além do vasto conhecimento sobre a Bahia e Salvador não apenas enriqueceram minha trajetória acadêmica, mas também me inspiraram a seguir com ainda mais paixão e determinação. Sou

imensamente grato por cada conselho, cada correção e cada incentivo que me ajudaram a chegar até aqui. A imagem do senhor com os olhos esbugalhados e braços abertos, postura que sempre faz na hora de corrigir alguns absurdos está, de forma carinhosa, em minha memória afetiva.

Um agradecimento aos movimentos sociais, em especial a Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) e ao Centro Santos Dias de Direitos Humanos; bem como a sociedade civil pela sua mobilização frente a tal injustiça e a justiça brasileira por ter a sensibilidade em atender um reclamo popular. Pois, a partir da mobilização destes atores sociais me foi concedido uma bolsa financeira de estudos para custear a minha permanência na Pós-Graduação. Os movimentos sociais e a sociedade civil organizada denunciaram e pressionaram os órgãos do judiciário do país para que fossem reparados danos morais comunitários diante de mais um trágico episódio do drama brasileiro. Às vésperas de mais um dia da Consciência Negra no ano de 2020, a vida de um homem negro chamado João Alberto Freitas foi ceifada, em consequência de um espancamento no Rio Grande do Sul, fato ocorrido dentro de um dos supermercados da multinacional francesa Carrefour (empresa em que é recorrente denúncias de discriminação racial). Eu, como jovem negro e de origem periférica, criei da escola pública e integrante de uma minoria dentro do PósGeo, acredito que, simbolicamente, honrei a memória de João Alberto e estou devolvendo para a sociedade, para além do trabalho acadêmico, uma qualificação mais acurada na educação pública brasileira, enquanto profissional do Magistério.

Vidas negras importam! João Alberto Freitas, presente!

Agradeço aos professores, Luis Paulo e Flávia Grimm, pelas grandes contribuições à essa dissertação e pela aceitação para participação na banca.

Agradeço ao professor da UFBA, Paulo Fonseca, por ter me apresentado vários textos e ideias que se tornaram fundamentais nesse trabalho.

Aos colegas do IFBA e da UFBA - Cássio Viana, Edvaldo Santos, Gabriel Machado, Gabriela Almeida, Gustavo, Jair Santana, Jorge Góes, Larissa Santana, Lucas Palma, Mariana Loyola, Matheus Figueredo, Marcus, Naira Pita, Paulo, Pamella, Venâncio Ricardo - meus agradecimentos pelo companheirismo, trocas e apoio.

Aos meus amigos de fora do ambiente acadêmico - em especial, Daniel Aguiar, Leonardo Porto, Ícaro Caribé, Igor Conceição, Josemar Silva, Joseilton Silva, Filipe Almeida, Adelson Araújo, Carlos Monteiro, Lucas Souza e João Victor - agradeço pela compreensão em relação aos meus excessos e ausências.

Aos meus queridos amigos de trabalho, em especial, Éden Vieira e Gean Silva, eterna gratidão pelo companheirismo e pelos preciosos ensinamentos que tornam cada semana no ambiente escolar mais leve e especial. A jornada se torna mais rica e significativa ao lado de pessoas tão competentes.

Agradeço a todo corpo docente e técnico da Universidade Federal da Bahia e do Instituto Federal da Bahia, em especial Severiano José e Marcelo Oliveira.

“Fiz bandeira desses trapos,
devorei concreto e asfalto.”

SANTANA, Anderson Castro de Santana. **Entre o real e o abstrato: Regiões, regionalizações e estudos regionais, o percurso histórico e a coprodução da Geografia Regional na Bahia durante o século XX.** Salvador-Bahia. 2025. 334 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

O presente trabalho buscou produzir uma revisão geográfica, histórica, teórico-conceitual e metodológica dos estudos regionais e regionalizações relevantes, desenvolvidas e concretizadas no estado da Bahia no século XX. Foram analisadas as contribuições gestadas no âmbito das instituições de planejamento estatal e instituições acadêmicas voltadas aos estudos geográficos, sejam as universidades ou agremiações científicas. Dessa forma, o trabalho foi desenvolvido seguindo os princípios da Geografia das ciências de Livingstone (2003), da abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017), dos eventos de Milton Santos (2002) e da coprodução de Sheila Jasanoff (2004), focando em uma geografia e história da ciência que considere os aspectos internos e externos da produção do saber científico, observando as circulações, rearranjos e influências de ideias na dialética do encontro entre a ciência global e local.

Palavras-chaves: Geografia regional, geografia das ciências, história da geografia, Bahia.

SANTANA, Anderson Castro de Santana. **Between the real and the abstract: Regions, regionalizations and regional studies, the historical path and the co-production of Regional Geography in Bahia during the 20th century.** Salvador-Bahia. 2025. 334 p. Dissertation (Master's in Geography) – Postgraduate Program in Geography, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This work sought to produce a geographical, historical, theoretical-conceptual, and methodological review of regional studies and relevant regionalizations developed and implemented in the state of Bahia in the 20th century. The contributions generated within state planning institutions and academic institutions focused on geographical studies, whether universities or scientific associations, were analyzed. Thus, the work was developed following the principles of Livingstone's Geography of Sciences (2003), Vincent Berdoulay's contextual approach (2017), Milton Santos's events (2002), and Sheila Jasanoff's co-production (2004). The focus is on a geography and history of science that considers the internal and external aspects of scientific knowledge production, observing the circulation, rearrangements, and influences of ideas in the dialectic of the encounter between global and local science.

Keywords: Regional geography, geography of sciences, history of geography, Bahia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGF	Associação de Geógrafos Franceses
CERS	Centros Executivos Regionais de Saúde
CIRETRAN	Circunscrições Regionais de Trânsito
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DIREC	Diretorias Regionais de Educação
DIRES	Diretorias Regionais de Saúde
EUA	Estados Unidos da América
GAM	Grupo de Análise de Modelo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFBA	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MRP's	Microrregiões Programas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
PSD	Partido Social Democrático

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RA	Regiões Administrativas
SAL	Sociedade Arqueológica de Limousin
SEC-BA	Secretaria de Educação da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SGL	Sociedade Geográfica de Lille
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDS	Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
UDF	Centro Universitário do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Momentos do método segundo Popper.....	34
Figura 2: Momentos do método hipotético-dedutivo segundo Bunge.....	36
Figura 3: Momentos do método dialético	42
Figura 4: Bernardino José de Souza	65
Figura 5: Monografias regionais descritivas solicitadas	87
Figura 6: Sylvio Fróes Abreu	96
Figura 7: Regionalização da Bahia segundo Sylvio Fróes	119
Figura 8: Expedição Goiás-Bahia	123
Figura 9: Zonas fisiográficas da Bahia - 1942	125
Figura 10: Comparação entre as regionalizações da Bahia de Sylvio (1939) e a regionalização em Zonas fisiográficas do IBGE (1942)	126
Figura 11: Milton Santos	131
Figura 12: Recôncavo Baiano: distribuição do cultivo exclusivo de cana-de-açúcar por município, nos estabelecimentos declarados - 1950	141
Figura 13: Zonas de influência comercial e social	199
Figura 14: Zonas de influência urbana da Bahia - Silva (1967)	200
Figura 15: Estado da Bahia (curvas do espaço)	206
Figura 16: Estado da Bahia (regiões funcionais urbanas)	207
Figura 17: Estado da Bahia (regiões administrativas - 1966)	208
Figura 18: Globalização e novas territorialidades no Estado da Bahia - 1996	216
Figura 19: Angelo Serpa.....	224
Figura 20: Zonas fisiográficas - 1942	234
Figura 21: Zonas fisiográficas da Bahia - 1942	235
Figura 22: Zonas fisiográficas da Bahia (IBGE) - 1946	236
Figura 23: Regionalização da Bahia para a Lei Orgânica dos Municípios - 1948	237
Figura 24: Regiões administrativas da Bahia - 1966	243
Figura 25: Regiões administrativas da Bahia - 1973	250
Figura 26: Regiões administrativas da Bahia - 2015	254
Figura 27: Microrregiões programas da Bahia - 1968	260
Figura 28: Macroáreas do Estado da Bahia - 1983	263
Figura 29: Regiões de planejamento do Estado da Bahia - 1983	264

Figura 30: Macrorregiões de planejamento da Bahia - 1983	265
Figura 31: Regiões econômicas da Bahia - 2015	269
Figura 32: Macrorregiões da saúde da Bahia - 1967	277
Figura 33: Macrorregiões da saúde da Bahia - 1969	279
Figura 34: Regiões turísticas da Bahia - 2000	282
Figura 35: Evolução quantitativa de municípios turísticos da Bahia, (2004-2009).....	285
Figura 36: Regiões Turísticas do Estado da Bahia, em 2004 (a) e 2009 (b).....	286
Figura 37: DIRECs da Bahia 2009.....	289

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: comparação de linhas metodológicas do positivismo.....	32
Tabela 2: Tabela da população baiana em 1920	73
Tabela 3: Congressos brasileiros de Geografia	81
Tabela 4: Fábricas na Bahia - 1899/1930	106
Tabela 5: Participantes da reunião que institucionalizou o CNG em 1936	111
Tabela 6: Regiões urbanas de Milton Santos	171
Tabela 7: Orientações acadêmicas de Milton Santos	181
Tabela 8: Taxa de crescimento (%) do PIB da Bahia - 1986-1992	188
Tabela 9: Zonas de influência urbana	201
Tabela 10: Orientações acadêmicas de Barbara-Christine	218
Tabela 11: Orientações de estudos regionais de Sylvio Bandeira	220
Tabela 12: Produção de Angelo Serpa	225
Tabela 13: Municípios e zonas fisiográficas da regionalização de 1948	238
Tabela 14: Regiões administrativas da Bahia - 1966	244
Tabela 15: Classificação das cidades das regiões administrativas de 1966	245
Tabela 16: Regiões administrativas da Bahia de 1973	247
Tabela 17: Órgãos com regionalizações avulsas	251
Tabela 18: Regiões de influência	252
Tabela 19: Microrregiões Programas	258
Tabela 20: Macrorregião de Planejamento	266
Tabela 21: Municípios das áreas programas e Regiões Econômicas	270
Tabela 22: Comparativo de Regionalizações	274
Tabela 23: Comparativo entre as Macrorregiões da Saúde e Regiões Administrativas	278
Tabela 24: Comparativo de critérios para a regionalizações do turismo.....	285
Tabela 25: Municípios integrantes das DIRECs da Bahia.....	290

SUMÁRIO

Sumário

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	6
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 DELIMITAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL	12
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos específicos	14
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	15
1.4.1 A abordagem contextual	15
1.4.2 Por uma Geografia da Ciência a partir dos vetores e eventos, horizontalidades e verticalidades.....	16
1.4.3 Coprodução	19
1.5 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE REGIÃO E MÉTODO.....	26
2.1: A tradição do método hipotético-dedutivo e sua forma de fazer e pensar região	30
2.2: A tradição do método dialético e sua forma de fazer e pensar região.....	39
2.3: A tradição do método hermenêutico e sua forma de fazer e pensar região.....	49
2.4: Hibridismo de métodos como possibilidade de pensar e fazer região	58
CAPÍTULO III: REGIÃO E ESTUDIOSOS SITUADOS NA BAHIA.	64
3.1: Bernardino José de Souza e as monografias regionais descritivas (1916)	65
3.1.1: Bernardino de Souza quem?	66
3.1.2: Bernardino de Souza quando e onde?	68
3.1.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.....	75
3.1.4: O trabalho regional de Bernardino de Souza.	84
3.1.5: Pensando o método de Bernardino de Souza.	93

3.2: Sylvio Fróes Abreu e as dicotomias entre o natural e o humano, o literário e o pragmático na pesquisa regional (1939)	96
3.2.1: Sylvio Fróes Abreu quem?.....	97
3.2.2: Sylvio Fróes quando e onde?	101
3.2.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.....	108
3.3.4: O trabalho regional de Sylvio Fróes	118
3.3.5: Pensando o método de Sylvio Fróes Abreu	128
3.3: Milton Santos e a transição da pesquisa regional literária para o pragmatismo da Geografia aplicada (1948-1964).....	131
3.3.1: Milton Santos quem?	132
3.3.2: Milton Santos quando e onde?	134
3.3.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.....	144
3.3.4: O trabalho regional de Milton Santos.	151
3.3.5: Pensando o método de Milton Santos	180
3.3.6 Orientações acadêmicas de cunho regional.....	181
3.4: Barbara-Christine e Sylvio Carlos Bandeira e a consolidação do pragmatismo quantitativo na pesquisa regional (1967 – 2000).....	182
3.4.1: Barbara Silva e Sylvio Bandeira quem?	183
3.4.2: Barbara Silva e Sylvio Bandeira quando e onde?	184
3.4.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.....	189
3.4.4: O trabalho regional de Barbara Silva e Sylvio Bandeira.	197
3.4.5: Pensando o método de Barbara Silva e Sylvio Bandeira	217
3.4.6 Orientações acadêmicas de cunho regional.....	218
Parte 3.5: Pequeno passeio pelos pensadores regionais do século XXI	223
CAPÍTULO IV: REGIONALIZAÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS DA BAHIA E A COPRODUÇÃO COM CIENTISTAS BAIANOS.....	232
4.1: Zonas fisiográficas para municipalização da Bahia (1948)	233
4.2: Regiões Administrativas (1966)	241
4.3: Microrregiões Programas (1968)	257
4.4: Regiões de Planejamento (1983).....	261
4.5: Regiões Econômicas (1991).....	268
4.6: Regionalizações da saúde (1925)	273
4.7: Zonas Turísticas da Bahia (1991)	281
4.8: Regionalizações da educação (1997)	288

4.9: Regiões intraurbanas (1987).....	294
CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
REFERÊNCIAS	302

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Uma Geografia regional da ciência tem muito a nos dizer sobre como o conhecimento científico é construído, sobre o que passa como maneiras aceitáveis de obter realidade e sobre como as reivindicações científicas são justificadas e estabilizadas. A credibilidade científica, portanto, não deve ser pensada como algo óbvio ou evidente. Em diferentes contextos regionais, a garantia e a confiabilidade foram alcançadas de maneiras diferentes. (Livingstone, 2003, p. 88 - tradução nossa)

Ao longo da história da Geografia, o conceito de região já ocupou uma posição de maior destaque do que na atualidade, chegando a ter um período de certo domínio, frente a outras categorias de análise. No entanto, apesar da ideia de região ser fundamental para várias análises cotidianas e científicas, observando-se que nas últimas décadas a região, enquanto conceito fundamental da pesquisa geográfica, perdeu sua proeminência em detrimento de outras categorias e conceitos. A esse respeito, nos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil, entre os anos de 1944, ano de defesa da primeira tese de doutorado em Geografia no Brasil, e 2019, embora muitos trabalhos tenham se valido de região, poucos a problematizaram e versaram sobre a teoria e conceituação da região, ou seja, são escassos. Eles “[...] representam uma quantidade pequena. Em conjunto, são oito trabalhos – três dissertações e cinco teses” (Claudino, 2019, p. 199).

No período delimitado na pesquisa de Claudino (2019), mais de dez mil teses e dissertações foram defendidas nas pós-graduações brasileiras em Geografia, mas apenas oito trabalhos tiveram a conceituação de região como tema central. A longa citação a seguir nos dá um panorama desses trabalhos:

A primeira dissertação foi realizada por Marilourdes Lopes Ferreira – Problemas conceituais e metodológicos na Geografia: o conceito regional, em 1978, sob orientação do geógrafo Speridião Faissol. A primeira tese, todavia, remonta à década de 1960, com a Tese de Livre-docência de Milton Santos – Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia, realizada na hoje Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Merecem destaque, ainda, as dissertações de: Paulo César da Costa Gomes – As razões da região, de 1988, sob orientação da geógrafa Bertha Koiffman Becker¹⁷³; Mauro Luiz Peron – O Conceito de Região em Geografia: um estudo preliminar, de 1997, sob orientação do geógrafo Heinz Dieter Heidemann; Thiago Macedo Alves de Brito – Região: leituras possíveis de Milton Santos, de 2007, sob a orientação do geógrafo Cássio Eduardo Viana Hissa.

Quantos às teses, destacamos as dos seguintes geógrafos: Meri Lourdes Bezzi – Região: Uma (RE) Visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas, de 1997, sob a orientação da geógrafa Lucia Helena de Oliveira Girardi¹⁷⁵; Sandra Lencioni, com a Tese de Livre-Docência – Região e Geografia: uma introdução ao estudo da noção de região, de 1997; Paulo Roberto Teixeira de Godoy – A (des) Construção do Espaço Regional, de 2002, sob orientação do geógrafo Silvio Carlos Bray; Celio Augusto da Cunha Horta – Geografia Regional: Um resgate Teórico Macro-Escalar, de 2011, sob a orientação da geógrafa Ester Limonad (Claudino, 2019, p. 199).

Por outro lado, pensando nos estudos regionais, ainda atrelados às universidades, mas não no processo de conclusão de pós-graduação, podemos ir na direção de Lencioni no prefácio da obra *Por uma nova Geografia regional* (2021, p. 10), ao dizer que “[...] estamos em um momento de redescoberta da Geografia regional”, em um “renascer após um ostracismo na geografia brasileira.” Baseados em Haesbaert (2010), Paasi, Harrison e Jones (2020) e Leopoldo (2021), sustentamos a ideia de que o estado atual dos debates sobre região está em um momento de ascensão no Brasil, na América Latina e entre geógrafos de língua inglesa. Acreditamos que, eventualmente, isso se refletirá de maneira mais concreta nas produções finais das pós-graduações brasileiras.

Nesse contexto, a Bahia talvez possa ser considerada um dos estados vanguardistas nos estudos e propostas regionais de cunho estadual. Conforme Sousa (2017a), em 1916 já havia proposta de pesquisa regional com bases conceituais na Geografia científica, portanto, antes da fundação das universidades no Brasil. Esse pioneirismo de autores baianos em estudos regionais também pode ser pensado a partir de Claudino (2019), ao afirmar que a primeira tese que traz um debate teórico e conceitual sobre região é a Tese de Livre-docência de Milton Santos, *Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia* (1953), escrita na atual Universidade Federal da Bahia. Ou, pensando pelo caminho institucional de descentralização e regionalização provindas do Estado, segundo Souza (2008), a Bahia é pioneira na criação de estruturas para o planejamento do seu território.

Dessa forma, versado em alguns desses trabalhos aqui citados, como *Região e Geografia* (1999), de Sandra Lencioni, e *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas* (2004), de Meri Lourdes Bezzi, que trazem um panorama, em escala global, sobre o caminhar conceitual da região perante as diversas correntes paradigmáticas da ciência geográfica, e baseado, também, no possível pioneirismo dos estudiosos e do estado da Bahia sobre questões regionais, foi traçado uma revisão geográfica, histórico, teórico-metodológica e conceitual dos estudos regionais e regionalizações relevantes, desenvolvidas e concretizadas de forma situada no estado da Bahia no século XX.

É necessário, nesse sentido, também, fazer e/ou analisar as epistemologias de uma *geografia da ciência* (Livingstone, 2003) de forma *situada* (Santos, 2004), *contextualizada* (Berdoulay, 2017), para assim pensar como as teorias que geralmente são desenvolvidas em contexto exterior, são trabalhadas e adaptadas sob as determinações espaço-temporais dos

*subespaços*¹ (Santos, 2002). Visto que o conhecimento é fluido e adaptável, ele nunca é desenvolvido e criado em um espaço e chega intacto e é assimilado passivamente em outro espaço, ele tende a se transformar ao circular (Paasi, Harrison e Jones, 2020; Livingstone, 2003; Sousa, 2021a).

Moraes (2005), se aproxima dessa ideia ao falar da diferença da Geografia nos países centrais para a Geografia nos países periféricos. Ele diz que apesar das influências vindas dos países centrais, os objetivos dos países periféricos são outros, logo a Geografia desenvolvida tem suas especificidades, seus interesses e determinações históricas situadas. Então, é interessante pensar o percurso dos estudos da Geografia regional contextualizados na Bahia, um ente federado de um país da periferia global, que oscilou a sua importância em momentos históricos, sendo central nas Américas e processualmente tornando-se periferia em seu próprio país.

Este trabalho, que teve sua gênese na produção do grupo de estudos e pesquisa de história da Geografia², coordenado pelo professor André Nunes de Sousa, partiu da sistematização de trabalhos de geógrafos produtores de conhecimento regional que desenvolveram seus estudos e pesquisas em âmbito estadual, como liceus, universidades e agremiações científicas, dentro do recorte temporal determinado. Os pesquisadores foram selecionados com base em dois critérios, que podem ser resumidos a partir da ideia de *Capital científico "puro"* (Bourdieu, 2004), sendo eles: a influência no campo científico disciplinar da Geografia e/ou impacto/pioneirismo de sua produção regional no estado da Bahia. Nesse sentido, seis pesquisadores foram selecionados, cada um com suas particularidades e de correntes teórico-metodológicas diferentes, sendo eles: Bernardino José de Souza, Sylvio Fróes Abreu, Milton Santos, Sylvio Bandeira, Barbara Christine e fizemos uma pequena passagem sobre Angelo Serpa e seu trabalho no século XXI.

Em seguida, a partir dos trabalhos dos pesquisadores, apresento a sistematização das regionalizações relevantes aplicadas ao estado da Bahia. Sendo redundante, mas deixando claro o quesito de seleção das regionalizações, elas foram escolhidas pelo critério de formulação e aplicação por instituições estatais, do poder estadual da Bahia, ou realizadas no âmbito de agremiações científicas, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante o período estudado, foram: as Regiões

¹ Tanto a região quanto o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de possibilidade e a entidade geográfica preexistente entra como condição de oportunidade (Santos, 2002, p. 108).

² Grupo vinculado ao Departamento de Geografia do Instituto Federal da Bahia (IFBA), coordenado pelo professor André Nunes de Sousa, e que tem como objetivo construir uma linha de investigação acerca do desenvolvimento da ciência geográfica na Bahia.

Administrativas, as Regionalizações da Saúde, as Zonas Fisiográficas da Bahia, as Regiões Econômicas, as Regionalizações da Educação, as Microrregiões Programas, as Regiões de Planejamento e as Regionalizações do Turismo. Todas essas regionalizações foram produzidas e aplicadas no século XX e iniciadas pelo poder estadual da Bahia. No entanto, fugindo do recorte espaço-temporal proposto, também serão trabalhadas as regiões intraurbanas de Salvador e Feira de Santana, pois elas demonstram algumas características muito interessantes para deixá-las de fora.

Essa pesquisa adquire relevância acadêmica por traçar uma interseção entre a história da geografia, a geografia das ciências e a geografia regional. Ao analisar a Geografia e a história das ideias acerca das produções regionais, do campo científico disciplinar da Geografia, bem como, traçar e analisar a história e a coprodução das regionalizações implementadas pelo poder político estadual da Bahia em um recorte espaço-temporal pouco estudado. Buscando entender as bases teóricas, metodológicas, as coinfluências, disputas de poder e contradições que surgem internamente e externamente à ciência geográfica produzida sob as determinações espaço-temporais da região Bahia, pois qualquer conhecimento surge em um espaço particular (Livingstone, 2003), definido pelo conjunto sistêmico de vetores e eventos, que definirão as possibilidades do mundo existentes em um determinado espaço-tempo (Santos, 2002).

Nessa análise, foi crucial notar que o Estado se configura como um dos principais agentes de produção e destruição, de atração e expulsão, dos vetores e eventos, pois este é uma força que, de certa forma, é capaz de manipular e produzir eventos para que aconteçam na mesma duração, escala e extensão (Santos, 2002). Sendo assim, estive atento às já referidas coinfluências e as contradições entre os agentes no percurso do conhecimento, pois a forma que conhecemos é a forma que nós governamos (Jasanoff, 2004). Esse pensamento demonstra um grande vínculo entre a produção do conhecimento e o seu uso político, pois conhecer e governar o espaço formam um par dialético que perpassam em muitas discussões da Geografia e particularmente a Geografia regional.

Jasanoff (2004), afirma que importantes fenômenos definidores da história humana, que surgiram nos grandes segmentos das ciências sociais, “[...]parecem quase se refugiar em uma conspiração de silêncio.” (Jasanoff, 2004, p. 2, tradução nossa). Atrelado a esse pensamento busquei analisar, com o recorte acerca do pensamento regional, as influências do poder na produção desse conhecimento e como esse conhecimento também transforma as relações de poder, pois quando as pesquisas geográficas, por vezes, são apropriadas como política pública, elas são construtoras de formas de vida social e são construídas dessas formas de vida social. Nesse cenário, além de refletir sobre a relação dialética entre ciência e políticas públicas, foi

feita uma reflexão que contemplasse os limites e possibilidades das contribuições da ciência geográfica na formulação de regionalizações para políticas no contexto baiano.

Jasanoff (2004), nos traz uma reflexão importante dizendo que “as realidades da experiência humana emergem como as realizações conjuntas de empreendimentos científicos, técnicos e sociais: a ciência e a sociedade, em uma palavra, são coproduzidas, cada uma subsidiando a existência da outra” (Jasanoff, 2004, p. 17, tradução nossa).”, ou seja, há uma retroalimentação, entre ciência e as demais dimensões da sociedade. Em vista disso, houve o esforço de perceber a existência de uma retroalimentação, de como se dá a interação entre as pesquisas regionais vindas de geógrafos e as regionalizações enquanto políticas vindas dos poderes públicos estaduais.

É válido pontuar rapidamente que, a ideia de coprodução de Jasanoff (2004) também afirma a influência mútua entre sociedade civil e ciência. Pois, nessa relação a sociedade não se organiza aceitando passivamente os caminhos da ciência, muito menos vigorosamente sem as influências das produções científicas, tal qual a ciência não segue apenas caminhos próprios demandados em seu ventre, muito menos é apenas subserviente aos anseios da sociedade, ou seja, ambos se coproduzem e se retroalimentam em uma relação dialética. Na Geografia, o conceito de região é um dos que mais representa essa relação, porque este é o mais utilizado pela sociedade, principalmente pelo senso comum, fazendo com que os pesquisadores regionais sejam pressionados e influenciados em suas pesquisas por esse determinado uso do conceito. Enfim, é importante deixar esse prisma claro, mas não seguiremos por esse caminho de pesquisa.

Assim, trabalhando, nessa forma dialética, a ideia de coprodução entre ciência e política, foram analisadas as defrontações e confrontações na relação entre a região enquanto teoria e instrumento de ação política, visto que, baseado na experiência de Haesbaert (2010), são evidentes os limites impostos ao aporte teórico-metodológico quando vai se fazer uma regionalização para planejamento estatal. Porém, é nessa situação que é possível mostrar algumas limitações das elucubrações teórico-conceituais. Este é um bom exemplo de coprodução do conhecimento regional entre Estado e pesquisadores. Haesbaert (2010), de certa forma, abre um bom campo de análise para este trabalho, que é a questão de pensar, estudar e possivelmente distinguir as regionalizações que nascem de propósitos acadêmicos e suas incorporações em projetos políticos. Ou seja, o que acontece nesse trânsito de um estudo regional que tem fins de analisar e compreender para uma regionalização com fins de intervenção e planejamento? Foram elementos pensados no decorrer deste trabalho.

Pensando a região como objeto de estudo da história da Geografia, é notável a inclinação dos trabalhos acadêmicos, muitas vezes, em explicá-la, vinculando-a às correntes filosóficas que foram recorrentes ou dominantes em algum período durante o percorrer histórico-epistêmico da ciência. Pensando por um caminho levemente diferente, proponho uma pequena reflexão da região aliada aos métodos.

Concordando com Sposito (2020, p. 23), acreditamos que o método como orientador da relação sujeito-objeto “[...] não tem contorno preciso, não se conforma a limites projetados [...]”. Logo, apesar do viés crítico das análises aqui projetadas, alerto que todo cuidado será tomado para respeitar os autores ao não simplificar sua obra e caminhada. É de conhecimento que os pesquisadores vão superando seus métodos e pensamentos no decorrer do tempo, então isso não é um enquadramento definitivo de ideias e métodos de um autor em sua totalidade.

Parte desta pesquisa veio de recortes da vida de determinados autores, por consequência, estes e suas produções foram muito mais que qualquer leitura aqui feita. Mas, isso não quer dizer que foi construída uma produção acrítica, não estou fazendo homenagens, respeitar as pessoas e suas produções não é sinônimo de falta de crítica. Assim, assumo o compromisso com o zelo e respeito com as obras alheias perante a escrita e análise, além de alertar os leitores a não cometer injustiças, enquadrando autores em rótulos, como as feitas ao pensamento de La Blache ao minimizarem toda a sua obra a uma corrente e ao método regional, enquanto autores como Vincent Berdoulay (2017), Ozouf-Marignier e Robic (2007) mostram que a obra de Vidal foi muito mais do que a narrativa geralmente compartilhada.

Acredito que esses problemas são desenvolvidos através das metodologias e abordagens simplistas presentes em trabalhos de história e epistemologia da Geografia. Inspirado em Sousa (2021), percebo que através da linha dos estudos da geografia das ciências de Livingstone (2003), vinculado a epistemologia espaço-temporal de Santos (2002), em conjunto da abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017), pautando elementos internos e externos ao campo científico, busquei refletir sobre a totalidade que influenciou a produção regional para, assim, trazer uma análise crítica, mas sempre evitando simplificações, enquadramentos e imposições de juízo de valor ao pensamento de outrem.

Fechando essas reflexões introdutórias, espero que esse trabalho não seja entendido como uma proposta de trazer a linearidade e evolução do pensamento regional na Bahia. Apesar de me guiar cronologicamente, as ideias não são lineares e progressivas; aqui não estou tentando trazer sobreposições de ideias certas e erradas sobre a região, não estou condenando o que crítico e exaltando o que concordo. Busco refletir criticamente associando os aspectos internos

e externos da ciência, bem como a força da realidade regional, no movimento histórico da produção científica e política, acerca da região na Bahia.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como se deu o desenvolvimento do conhecimento regional no campo científico disciplinar da Geografia e na administração pública baiana, sob as determinações espaço-temporais da região Bahia no período do século XX?

1.2 DELIMITAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

Essa pesquisa delimitou-se a partir do fenômeno de adaptação e produção do conhecimento regional na Bahia, vinda de geógrafos e/ou dos poderes públicos estaduais no século XX. Dessa forma, a escala espacial é definida pela unidade federativa da Bahia. Mas, De fato, os fenômenos não respeitam e não se delimitam por escalas dimensionais, assim trataremos a Bahia como uma região, enquanto escala espacial definida não só por um acontecer solidário, que ao se fazer presente no espaço da Bahia nos três níveis³, mantém uma certa unidade e continuidade no acontecer histórico (Santos, 2002).

É importante salientar que a Unidade Federativa constitui uma das principais forças estatais capazes de manipular e influenciar vetores, verticalidades e horizontalidades (Santos, 2002), que se articulam em um mesmo tempo e em determinada extensão. Nesse sentido, a força da Bahia enquanto Unidade Federativa foi a principal responsável pela produção da Bahia enquanto região, de modo que nessa análise UF Bahia e “região Bahia se apresentam como noções e espaços correlatos.

A ideia de região Bahia também é pautada no forte regionalismo emanado vigorosamente pelos discursos e interações nas mais diversas relações sociais com política nacional após perder a centralidade política e econômica do país. Aqui, entende-se regionalismo como “[...]uma forma de ideologia política que se fundamenta na identidade regional.” (Castro,

³ Esse acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico (Santos, 2002, p. 109).

2021, p. 5) pautada no “excessivo interesse e amor pela própria região” (Rotelli, 2004, p. 1084 *apud* Castro, 2021, p. 2), no contexto de formação territorial do Brasil, a fim de se tornar resistência, defender seus interesses e sua autonomia frente ao poder centralizador do Estado.

Assim, baseado em Santos (2002) e intercalando com Castro (2021), considero que há uma produção de um substrato, uma identidade, uma realidade regional a partir do acontecer solidário, responsável por tornar a Bahia um espaço coerente, baseado na concretização final de um determinado conjunto sistêmico de eventos e que diante das disputas de poder, esse substrato é percebido, elaborado e utilizado pelos diversos agentes sociais, geralmente grupos dominantes de uma determinada região, para defender seus interesses, que estão ancorados naquele determinado espaço coeso, gerando a produção de um regionalismo. Esses acontecimentos em conjunto concretiza a existência da Bahia enquanto uma região *Arte-fato* (Haesbaert, 2010), pois está entre a região artifício, criada pelo discurso regionalista e a região fato, criada pelo acontecer solidário.

A região vista como artefato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, “construto” ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato” (com hífen) também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”) (Haesbaert, 2010).

Diante disso, acreditamos que a Bahia enquanto região, possui uma dinâmica em comum influenciada por ordens da forma técnica, da ordem da forma jurídica e da ordem do simbólico minimamente compartidas (Santos, 2002), que nos permitem perceber, com uma maior coesão, os movimentos dialéticos, de confrontação e defrontação entre o local e o global, as ideias enquanto verticalidades e sua adaptação defronte as horizontalidades. Além disso, pensar a Bahia como região, nos sugere afirmar algumas crenças e percepções como a existência de diferenciação espacial no interno deste território, que nos permite falar em sub-regiões dentro da região Bahia.

Outra questão importante de salientar é que a concentração da maior parte da produção de conhecimento sobre o espaço baiano, está sob um cotidiano, em rede de relações regidas por ordens de um acontecer solidário hierárquico⁴ sob as articulações da máquina estatal (Santos, 2002.). Sintetizando o pensamento, quando se fala da construção de saberes regionais, também

⁴ [...]o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados (Santos, 2002, p. 109).

se refere a buscar entender um elo, que representa uma certa união entre as partes, e o elo que nos interessa é a rede formada pela estrutura de produção de conhecimento na Bahia, estrutura essa engendrada majoritariamente por entes estatais, que através de um certo nível de poder constrói esse acontecer solidário hierárquico.

Assim, foi escolhido para nosso recorte de pesquisa as contribuições gestadas no âmbito do poder público. Pois, muitas vezes, o cotidiano da produção de conhecimento científico-geográfico é construído por atores sociais vinculados a estruturas governamentais. Concomitante a isso, surgiu a delimitação temporal que advém da primeira produção regional sobre a Bahia gestada em uma instituição governamental, 1916, até o marco do final do século XX.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Traçar a história e geografia da produção e coprodução do conhecimento regional no campo científico disciplinar da Geografia e na administração pública, sob as determinações espaço-temporais da região Bahia no século XX.

1.3.2 Objetivos específicos

1. Investigar, analisar e sistematizar os estudos regionais produzidos por geógrafos pesquisadores, produtores de conhecimento regional, que estavam trabalhando em âmbito estadual, baiano, como universidades e agremiações científicas, no século XX;
2. Mapear e interpretar as regionalizações aplicadas no, e pelo, Estado da Bahia, bem como sua coprodução com os pesquisadores regionais baianos, no século XX;
3. Reconstituir a história da Geografia regional na Bahia no século XX, articulando-a aos princípios da Geografia da ciência para compreender as dinâmicas de produção do conhecimento geográfico regional e as interações entre contextos locais e correntes teóricas globais.

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

As concepções adotadas para esse trabalho se sustentam em um pilar formado por algumas ideias vinculadas a quatro autores, sendo elas: geografia das ciências de Livingstone (2003), os vetores e eventos, horizontalidades e verticalidades de Milton Santos (2002), a abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017)⁵ e a coprodução de Sheila Jasanoff (2004). Para além dessas ideias abordadas, foi trabalhado o conceito de região, deste conceito refletimos sob as diversas vertentes existentes, cada uma delas vinculadas ao autor pesquisado no dado momento, e reflexões sobre método, abordando vários autores, mas os princípios se baseiam fundamentalmente em Sposito (2003, 2020).

1.4.1 A abordagem contextual

A abordagem contextual é uma perspectiva para a produção de uma história da Geografia desenvolvida por Vincent Berdoulay (2017). Essa abordagem e metodologia se sustentam em quatro fundamentos principais: a) a não dicotomia entre fatores externos e internos da ciência; b) a consideração da relevância de quaisquer correntes de pensamento da Geografia, mesmo que essa não tenha tido continuidade; c) o levantamento profundo do contexto histórico em que se situa a pesquisa; e d) a identificação de ciclos de afinidades, este sendo, um conceito mais abrangente que o de comunidade científica, porque coloca em destaque a observação acerca da dimensão pessoal das relações sociais de um determinado ator, participante de uma determinada comunidade científica. Segundo tal perspectiva, as relações sociais do cientista pesquisador, para além de seu campo disciplinar, podem denotar possíveis tendências de pensamento e ideologia a partir de sua relação com agentes diversos, como políticos, cientistas de outras áreas, artistas, dentre outras pessoas com quem o pesquisado se relacionou (Berdoulay, 2017).

Esses pontos nos levaram a evitar determinismos, pois envolve uma gama de fatores para que a análise se torne mais complexa, rica de detalhes, e com muito menos simplificações acerca do pensamento de outrem. Desse modo, foi possível, através da contextualização, trazer luz sobre o conjunto de influências que ajudaram na construção de determinada ideia, pois “O

⁵ A vinculação teórico-metodológica entre Geografia das Ciências de Livingstone (2003), os vetores e eventos, horizontalidades e verticalidades de Milton Santos (2002) e a abordagem contextual de Vincent Berdoulay (2017) foi inspirado no texto de Sousa (2021), intitulado *Sobre a necessidade de se fazer uma ciência situada: notas histórico-epistemológicas sobre a cartografia (na Bahia)*.

contexto, então, explica melhor a originalidade da síntese de uma série particular de ideias sustentadas por um indivíduo ou um grupo, embora qualquer uma dessas ideias, tomada em separado, possa não ser nova ou inovadora.” (Berdoulay, 2003, p.52).

Berdoulay (2003), deixa evidente que essa metodologia abre espaço para explorar novas perspectivas e conexões entre o pensamento geográfico e outros campos. Dito isso, a abordagem contextual nos deu a possibilidade de perceber interconexões entre diferentes áreas do conhecimento e como essas interações se influenciaram mutuamente no percorrer do desenvolvimento da ciência. Dessa forma, ela se encaixou perfeitamente para nos ajudar a pensar a relação entre a Geografia regional acadêmico-científica e as políticas públicas regionais da Bahia, ao permitir uma compreensão mais holística e integrada das mudanças técnico-políticas ao progresso científico.

Por fim, será por influência dessa abordagem que foi pesquisado todo o contexto social, econômico, político e científico de um dado momento histórico. De forma que nos permitiu reconstruir uma história das produções regionais na Bahia e trouxe embasamento para uma análise mais acurada possível.

1.4.2 Por uma Geografia da Ciência a partir dos vetores e eventos, horizontalidades e verticalidades

Quando falamos de uma geografia das ciências, nos referimos a ideia de Livingstone (2003), trabalhada no livro *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge* (2003). O autor defende a pauta que a ciência é situada, assim como qualquer outro elemento da cultura humana, a ciência se desenvolve de forma específica em locais específicos, influenciando e sendo influenciada tanto pelas particularidades e demandas locais e regionais, quanto pelo ordenamento global. É dito por Livingstone (2003) que a ciência se destaca tão particularmente na geografia do mundo, quanto os padrões de povoamento, a distribuição de recursos naturais e as paisagens.

Isso não quer dizer que não exista uma determinada universalidade nos empreendimentos científicos, por exemplo a tabela periódica será a mesma em qualquer local do mundo. Mas, isso não é generalizante, assim como não há a possibilidade de um método universal como os positivistas acreditam, não existe também a possibilidade de uma ciência universal “A ciência não é uma entidade pré-ordenada que cumpre um conjunto a priori de condições necessárias e suficientes para sua existência. Em vez disso, é uma empresa humana, situada no tempo e no espaço” (Livingstone, 2003, p.13 – tradução nossa).

O local onde o conhecimento é gerado é fundamental, assim como o local onde ele é consumido. Ideias e imagens se espalham de um lugar para outro, passando de pessoa para

pessoa e entre culturas. No entanto, essa circulação e recepção não significa que elas permaneçam exatamente iguais. Ao se moverem, as ideias são interpretadas de formas diferentes dependendo do contexto. Como já foi dito anteriormente, o conhecimento é fluido e adaptável, ele nunca é desenvolvido e criado em um espaço e chega intacto para ser assimilado passivamente em outro lugar; ele tende a se transformar enquanto circula no espaço geográfico. Visto que as produções científicas não se espalharam de maneira uniforme pelo mundo, conforme se disseminaram, elas passaram por mudanças e adaptações. Isso significa que seu significado não é fixo, mas sim dinâmico, variando de acordo com a realidade socioespacial preexistente com a qual essa construção intelectual entra em contato (Paasi, Harrison e Jones, 2020; Livingstone, 2003).

Nessa pesquisa, a questão da geografia da ciência articula-se com a concepção de vetores, horizontalidades e verticalidades de Milton Santos (2002). Pois, Livingstone (2003) aborda o espaço e a região como instâncias que influenciam e são influenciadas pela ciência. No entanto, não há um aprofundamento do autor na conceituação de determinados conceitos, assim para fortalecer essa construção conceitual, de espaço e região, para a análise aqui proposta, as ideias de Milton Santos (2002), principalmente sobre espaço e região, tornam-se fundamentais.

Uma vez que, ao buscar o contexto histórico-espacial, para a produção de uma geografia das ciências, consequentemente estaremos em busca de uma situação espaço-temporal singular onde esse pensamento foi construído, desenvolvido ou adaptado, ou seja, um subespaço que fora moldado por determinados *vetores, horizontalidades e verticalidades* (Santos, 2002) a serem desvendados.

Podemos definir vetores como representação do conjunto de forças e influências espaços-temporais, em movimento, resultantes da ação humana, que atuam na produção e reprodução do espaço. Quando um conjunto de vetores converge e interage em um determinado ponto no tempo e no espaço, ele conduz a produção dos eventos, ou seja, “Um evento é o resultado de um feixe de vetores” (Santos, 2002, p. 61). Mas, dialeticamente, os vetores também são produzidos pelos eventos, como os eventos podem ser induzidos por outros eventos.

A ideia de evento aparece em muitos autores, mas representada por palavras diferentes, “Lefebvre escreve a palavra momento, Bachelard fala de instante e Whitehead de ocasião.” (Santos, 2002 p. 93). A partir de Milton Santos (2002), podemos definir eventos como acontecimentos específicos que ocorrem em um determinado momento e lugar no espaço.

É assim também que deve ser entendido o Henri Focillon de *Vie des Formes*, quando ele considera o evento como um nó, um lugar de encontro. É como se o evento

amarrasse essas diversas manifestações do presente, unificando esses instantes atuais através de um verdadeiro processo químico em que perdem suas qualidades originais para participar da produção de uma nova entidade que já aparece com suas próprias qualidades (Santos, 2002 p. 104).

O evento ocorre sempre no presente, se concretizando em um dado instante de tempo-espacó, sendo uma manifestação concreta de um determinado tempo histórico singular.

Quando falamos num evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um "presente passado" que estamos falando. Quando falamos dum evento futuro, é de uma suposição que estamos falando, a suposição de que se realizará num presente futuro

A partir da característica de particularidade, pode-se situar cada evento "[...]" com precisão nas coordenadas do espaço e do tempo" (Bosi, 1993 *apud* Santos, 2002, p. 94). Com isso, podemos dizer que cada ideia produzida em um determinado subespaço é influenciada por eventos únicos no tempo-espacó, porque "As circunstâncias não são as mesmas duas vezes" (Santos, 2002, p. 94) e cabe nessa pesquisa contextualizar a produção de ideias nas circunstâncias (eventos) que a circundava, para assim tentar compreendê-las e analisá-las em seu determinado "presente-passado".

A partir da instalação de um determinado evento em uma região ou lugar, a realidade muda, uma nova história emerge, elementos que outrora eram considerados fixos, se dissolvem e junto a eles "[...]o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstitui-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos." (Santos, 2002, p.95). Com isso uma pesquisa que se propõe a traçar aspectos históricos da Geografia, ou uma geografia das ciências, está se propondo a traçar uma história dos eventos que ao se instalarem no tempo-espacó, exigiram a adaptação ou a construção de um novo aporte teórico e metodológico para entender a realidade.

Para o enriquecimento do estudo houve a análise das horizontalidades e verticalidades que, para Santos (2004), são conceitos utilizados para compreender a complexidade de dimensões das relações que ocorrem no espaço geográfico. Sendo, as horizontalidades referentes às relações e interações que ocorrem em um mesmo nível escalar, ou seja, é o acontecer homólogo da vida cotidiana, relacionado às relações de vizinhança, à cooperação cotidiana, à identidade local e à interdependência entre os habitantes de um determinado espaço geográfico, Santos (2002, p. 193) sintetiza dizendo

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um

cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Já as verticalidades se referem às relações e interações que ocorrem em diferentes níveis escalar, ou seja, é o acontecer complementar, das solidariedades organizacionais, da hierarquia e das relações de poderes entre os lugares. Sintetizando: “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado.” (Santos, 2002, p. 193).

Pautado nessas ideias da epistemologia de Milton Santos, coube a essa pesquisa produzir uma análise que fosse capaz de desvendar as situações geográficas, bem como as sincronias e diacronias, que influenciaram a produção regional sobre a Bahia. Visto que, como já discutido no capítulo de delimitação espaço-temporal, a região influenciada pelos diversos vetores, se torna o espaço de concretização final de um determinado conjunto sistêmico de eventos. E, de acordo com Livingstone (2003), cada região do mundo é capaz de adaptar a ciência, que vem como um *vetor* (Santos, 2002) global, fruto de forças hegemônicas, em uma produção específica que respeite as demandas espaço-temporais da região.

Em diferentes ambientes regionais, empreendimentos científicos revelam políticas culturais visivelmente diferentes. Estilos cognitivos têm diferido de lugar para lugar, assim como os projetos aos quais os praticantes científicos devotaram suas energias. Da mesma forma, a ciência tem servido a agendas dramaticamente diferentes em diferentes espaços ideológicos. Tratar o conhecimento científico como um fenômeno universal, intocado pelas particularidades da localização, claramente não funcionará se quisermos lidar com o imenso poder que ele exerce na sociedade (Livingstone, 2003, p.111 – tradução nossa).

Assim, em diferentes contextos regionais, os empreendimentos científicos assumem feições próprias, revelando políticas culturais, estilos cognitivos e projetos distintos. Do mesmo modo, a ciência, longe de ser neutra ou universal, responde a agendas variadas e a espaços ideológicos diferenciados. Como alerta Livingstone (2003), tratar o conhecimento científico como um fenômeno universal, desvinculado das particularidades locais, é insuficiente para a compreensão da ciência.

1.4.3 Coprodução

Sheila Jasanoff, fundadora e diretora do Programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade (Program on Science, Technology, and Society) da Universidade de Harvard, é uma das principais cientistas na consolidação dos Estudos Sociais da Ciência. Sua importância se dá, sobretudo, pela construção da ideia de coprodução. Que se refere à investigação acerca da

interação simbiótica entre ciência e sociedade, mais especificamente entre o conhecimento científico e a organização social. (Jasanoff, 2004) Dessa forma, ao considerar esses elementos como entidades interdependentes, a abordagem da coprodução busca entender como ciência e sociedade se influenciam mutuamente na construção do conhecimento e na formação da realidade social. Assim, é necessário estudar Ciência e sociedade em conjunto, já que elas se constituem reciprocamente “Ciência e sociedade, em uma palavra, são coproduzidas, cada uma subscrevendo a existência da outra.” (Jasanoff, 2004, p. 17, tradução nossa).

A região, bem como qualquer coisa produzida na sociedade, necessita da ação de vários sujeitos de forma direta e/ou indireta, de forma conjunta e/ou disjunta, combinada e/ou desordenada. Há uma dimensão coletiva entre sociedade, ciência, tecnologia, conhecimento, poder e cultura no processo histórico dos estudos regionais e nas regionalizações. Dessa forma, podemos dizer que as regiões e os estudos regionais se coproduzem entre academia e Estado desde o início dos estudos regionais modernos. Conforme Bezzi (2004 p, 35), “O surgimento da Geografia regional como campo teórico e metodológico vai ser resultado de uma condição histórica determinada pelo expansionismo francês em conflito com o imperialismo alemão”.

O pensamento de Maria Adélia de Souza (1993), nos esclarece que a produção regional no Brasil não foge dessa coprodução entre Estado e academia, pois, os estudos regionais estão ligados a ação do Estado porque, as regionalizações não são criadas pelo Estado, são criadas a seu pedido, logo, o Estado e a ciência se coinfluenciam na produção do conhecimento sobre a região. Jasanoff (2004), diz que as formas que se governa são interligadas ao conhecimento técnico-científico produzido, ou seja, os modos que uma sociedade conhece o mundo são inseparáveis dos modos que a sociedade organiza o mundo.

O conhecimento e suas formas de realização materiais são ao mesmo tempo produtos do trabalho social e constitutivos de formas de vida social; a sociedade não pode funcionar sem conhecimento, assim como o conhecimento não pode existir sem apoios sociais apropriados. O conhecimento científico, em particular, não é um espelho transcendente da realidade. Ele incorpora e está incorporado em práticas sociais, identidades, normas, convenções, discursos, instrumentos e instituições - em resumo, em todos os elementos básicos do que chamamos de social (Jasanoff, 2004, p. 2, tradução nossa).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um exemplo concreto das afirmações de Jasanoff (2004). Pois, a instituição desde seu nascitudo articula as descobertas científicas com o modo de organizar a sociedade. Inclusive este é o motivo da institucionalização do IBGE, buscar conhecer a sociedade brasileira, para assim subsidiar as formas de se governar. Aranha (2014, p.2) nos confirma isso dizendo que “[...] as atividades

desenvolvidas pelo IBGE em seus anos iniciais visavam a construção de saberes técnicos e científicos que fornecessem suporte às ações governamentais.” assim “*O IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia, foi a primeira instituição do mundo a fazer planejamento regional fora de ambiente universitário, do mundo[...] para fins de administração[...]*.” (Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE, Apud Almeida, 2000, p.275)

É notável que os produtores de regiões e regionalizações, durante o percurso histórico da Geografia, preocuparam-se tanto em conhecer, quanto em organizar o mundo, essas duas características se revezam em grau de importância a depender do período histórico. A exemplo, as regiões da linha quantitativa que seus esforços estavam mais voltados em organizar e as regiões da Geografia clássica que seus esforços estavam voltados para conhecer. Mas, essas duas características não se excluem, existem dialeticamente, pois pensando de acordo como Lefebvre (1993), no conceito (nesse caso, região) não há separação entre prática e teoria, quando se teoriza uma região, pois ao criar o conceito de região é construir regiões/regionalizações reais.

Isso nos levou a pensar as relações que se dão entre um avanço científico nos estudos regionais e uma regionalização enquanto política pública. Nesse sentido há uma série de influências, disputas de poderes analisadas, bem como a forma que essas ideias, postas em prática pelo poder público, irão impactar a sociedade e como tudo isso retornará para a ciência como objeto de estudo. Por exemplo, buscamos perceber a participação social como que no âmbito dos estudos regionais e das regionalizações estatais na Bahia, veio a acontecer participação popular enquanto elemento importante para a percepção da região? Pois a região como produção material, é tomada como discurso, como estratégia de governo e consequentemente influencia realidades, na vida social, o cotidiano, na vida comum de populações.

Por fim, de forma objetiva, a linha de coprodução seguida nesse trabalho está voltada para o esforço de analisar a retroalimentação, a mútua influência que, possivelmente, possa ter ocorrido entre os geógrafos pesquisadores e as regionalizações dos poderes públicos, no percorrer da história da Geografia regional na Bahia. Traçar cada inovação científica no campo dos estudos regionais da Bahia, traçar cada regionalização estatal institucionalizada pelo poder estadual baiano e perceber a possibilidade de coprodução.

1.5 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O campo da ciência não é apartado dos outros campos da vida social, o processo de seu desenvolvimento não é apenas interno, muito menos inteiramente externo. O curso das ideias é composto de um hibridismo entre as possibilidades definidas pelos vetores e eventos de um espaço (determinante-determinado) (Santos, 2002; Livingstone, 2003), junto às particularidades do *campo científico* (Bourdieu, 2004). Pautando esse pensamento interseccional, visamos não cair em armadilhas como as crenças no desinteresse mertoniano, no puritanismo intelectual do campo científico, na artificialidade da separação entre interesses internos e externos ou no desenvolvimento imanente de Kuhn. Pois “[...]é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (Bourdieu, 2004, p. 21).

Bourdieu (1983, p. 127) nos faz acreditar que pautar o método no hibridismo para pensar o curso das ideias científicas é o melhor caminho metodológico, pois uma boa abordagem para uma ciência da ciência é aquela que recusa a dicotomia entre externalidades e internalidades e está

[...] entre uma análise imanente ou interna, que caberia mais propriamente à epistemologia e que restituiria a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas e, uma análise externa, que relacionaria esses problemas às condições sociais de seu aparecimento; e o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas.

Em reflexão sobre esse hibridismo, Berdoulay (2017) nos traz uma perspectiva de fazer ciência sobre a ciência de forma contextualizada, que articula elementos históricos, epistemológicos, conceituais, econômicos e sociopolíticos, para, assim, fazer um trabalho que desconstrua simplificações e banalizações sobre ideias e pessoas, que foram construídas pelas narrativas dos vencedores. Berdoulay (2017), propõe se apartar da ideia de linearidade, bem como das explicações de ideias situadas em um momento geo-histórico passado com a visão do presente; para ele, o que é do passado deve ser contextualizado no passado, o que é importante para evitar o anacronismo. Mas, discordo em partes com essa ideia, pois baseado em Milton Santos (2002) os eventos atravessam o passado, chegam no presente e se projetam no futuro, logo, a análise do geógrafo que estuda história da Geografia não deve se conter no passado. Perante essas ideias, acredito que o contexto espaço-temporal de determinado evento no passado deve ser respeitado e feito com cuidado para evitar anacronismos, mas que sua

reverberação no presente e sua projeção no futuro são basilares para a história da Geografia. Assim, a influência do evento deve ser refletida tanto no passado, quanto no presente e no futuro.

Nesse sentido, de evitar simplificações e reforçar essa ideia de uma metodologia híbrida, não especializada e mais generalista para trabalhar a história e a Geografia das ideias (Livingstone, 2003). Dosse (2013) também traz sua contribuição e diz que se deve formar um conjunto a partir do contexto histórico, sociológico, geográfico, as associações, as estratégias e, assim, tentar entender um autor ou uma ideia no curso da epistemologia.

(...) essa história intelectual tem por ambição, simplesmente, fazer soar numa mesma música o conjunto das obras, os autores e o contexto, fazendo-os ressoar no interior de uma abordagem que recusa o empobrecimento entre uma alternativa de uma história internalista das obras ou de uma aproximação externalista que privilegia isoladamente as redes de sociabilidade. A história intelectual deve dar conta das obras, dos percursos, dos itinerários (...) (Dosse, 2013, p. 11, tradução nossa).

Como já trouxemos, Livingstone (2003); Paasi, Harrison e Jones (2020); Santos (2002); Moraes (2005) e Sousa (2017a, 2017b, 2021) nos faz ter a reflexão da importância de se pensar a história das ideias geográficas de forma situada. Pois, qualquer ação/vetor/evento ao se encontrar com um espaço preconcebido será forçado a se adaptar e se modificará, como diz Santos (2002, p. 60) o espaço é assim a “combinação complexa e dinâmica que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar com o espaço”. E isso não é de nenhum determinismo espacial, é uma forma de perceber a dialeticidade entre as ideias da geografia enquanto verticalidades vindas de uma solidariedade organizacional, em coalizão as ideias e demandas produzidas pelas horizontalidades orgânicas. Em suma, talvez, tudo que eu esteja falando nesse parágrafo se resuma a força da região enquanto influência na história das ideias e na inseparabilidade entre o sistema de ações e dos sistemas de objetos.

As leituras acerca do geógrafo Livingstone na obra, *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge* (2003) e dos historiadores, Kapil Raj, na obra, *Relocating Modern Science, circulation and construction of knowledge in South Asia and Europe 1650-1900* e Peter Burke em *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000* (2007), me abrem os olhos justamente acerca da circulação, adaptação e mudanças dos conhecimentos no ir e vir de sua circulação de espaços outros que não são de sua origem. E, na minha concepção, essas mudanças podem ser percebidas principalmente no método, este aqui sendo entendido enquanto o principal

intermediário entre sujeito objeto, e o principal responsável por expor as mudanças entre as formas de fazer e as formas de pensar o mundo entre os cientistas e suas linhas de pensamento (Sposito, 2020).

Qualquer elemento adicionado ou retirado de um método científico, mudará tudo na pesquisa e mostrará as diferenças de visão do mundo, o método implica na identidade da produção e do pesquisador. Dessa forma é possível, através da análise dos métodos, observar as universalidades e as negociações advindas do processo dialético entre as ideias impostas horizontalmente e seu processo de negociação e acomodação com a realidade verticalmente preconcebida encontrada.

Essas mudanças podem vir através de adaptações teóricas, como simplificações ou ampliações das ideias, como Berdoulay (2017) fala sobre as simplificações acometidas no método pelos seguidores de Vidal La Blache, notamos isso nas monografias regionais feitas pelos brasileiros, ou como Sousa (2017a, 2017b, 2021) e Sousa e Vaz (2023) trabalham com a recepção e desenvolvimento da Geografia na Bahia, ou mesmo quando Moraes (1981) e Carvalho (1997) falam sobre as simplificações dos discípulos de Ratzel ao radicalizaram suas ideias e firmarem a ideia de um autor puramente determinista. Por outro lado, pode ter a ampliação das ideias para uma outra realidade a exemplo, Milton Santos em seu exílio que mesmo envolto de uma Geografia centro-europeia, trouxe seu pensamento para uma perspectiva periférica ou, com base em Lira (2017a), quando a autora fala do francês Monbeig, que era de formação vidaliana, abandonou categorias muito importantes para as elaborações vidalianas, como a troca do conceito gênero de vida por classes sociais, a partir do contato e conciliação de ideias com a realidade do espaço Brasileiro.

A partir dessas crenças, foi feito o intercâmbio entre metodologias. O trabalho iniciará com a revisão bibliográfica. Segundo Macêdo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar no tema de estudo ou experimentação”. Os pesquisadores Prodanov e Freitas (2013, p. 54) explicam que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de “material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins [...] [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa [...]”. Sendo assim, será feita uma extensa revisão bibliográfica em fontes secundárias a respeito das principais produções regionais situadas na Bahia, também serão lidas, prioritariamente, as fontes primárias como os livros, artigos e matérias de jornais produzidos pelo professor. Esses materiais serão

encontrados em bibliotecas públicas e privadas, no acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e em periódicos online.

Como complemento da pesquisa bibliográfica, foi utilizada a técnica da pesquisa documental, que, segundo Fonseca (2002, p. 32), “Recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos, etc.”. Com o intuito de enriquecer a pesquisa bibliográfica e achar documentos que embasam e forneçam contextualização histórica, cultural, social, econômica, esses documentos serão procurados em bibliotecas e acervos públicos e privados, principalmente no acervo do grupo de pesquisa de história da Geografia, o qual participei durante minha graduação no IFBA.

Essa produção iniciou com a primeira etapa voltada para uma revisão bibliográfica indireta, que será sobre método, dessa forma pretendendo formar bases para análise futuras acerca desse tema. Baseado em Sposito (2003) divide os métodos em três tradições amplamente popularizadas e consolidadas no meio científico, sendo elas: a tradição hipotético-dedutiva, a tradição dialética, a tradição hermenêutica e a possibilidade do hibridismo de método. Em paralelo houve a tentativa de pensar as influências dessas tradições e possibilidades de método nas formas de se pensar e fazer Geografia regional.

Posteriormente, a segunda etapa teve como foco selecionar e sistematizar os pesquisadores através dos critérios de influência na comunidade científica da Geografia e impacto/pioneerismo de sua produção regional no Estado da Bahia. Assim, buscamos em revistas e livros antigos de cunho geográfico, bem como nos corpos docentes dos cursos superiores de Geografia do Estado da Bahia, personalidades que cumpram os requisitos. Após selecionados, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre a vida acadêmica produtiva dos estudiosos selecionados, buscando as obras de cunho regional. Etapa que permitiu contextualizar suas obras aos eventos e vetores internos e externos à ciência, para analisá-las de forma situada no espaço-tempo em que elas foram produzidas e analisar o método de pesquisa dos autores.

Nessa etapa, houve a tentativa de se pensar história e a Geografia por trás das ideias e produções Geográficas feitas em um determinado tempo-espacó na Bahia, de forma a tentar reconstruir a Geografia do passado, para “[...]discernir, através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente” (Santos, 2002, p. 51). Assim, divido essa primeira etapa em cinco partes para tentar reconstruir o que, possivelmente, construiu aquele pensamento regional iniciando pela ideia de *quem* foi aquele pensamento, a história de vida pessoal importa bastante na criação das ideias; seguindo pelas questões *quando e onde?*

Para tentar perceber qual é a situação geográfica a qual aquele humano está exposto, influenciando e sendo influenciado; seguimos para pensar o *momento histórico-conceitual da Geografia* para enxergar as ideias dominantes da ciência e perceber as influências dos autores; então, partiremos para pensar o *trabalho regional* do autor, com toda as pesquisas indiretas fica um pouco mais fácil tentar entender as ideias expostas pelo cientista e por fim haverá a parte de *pensando o método* do autor, para tentar perceber rupturas e continuações com a ciência que o circundava.

Com esse processo, pretendeu-se captar a situação geográfica e suas sincronias (eixo das sucessões) e diacronias (eixo das coexistências) que estavam presentes no curso das ideias regionais produzidas na Bahia (Santos, 2002). A partir da crença de que é importante entender que as ideias estão situadas em um subespaço (região ou lugar) e para o entendimento delas deve-se entender minimamente tal subespaço, logo deveremos nos preocupar com a “[...]consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências” (Santos, 2002, p. 104), que vão nos ajudar a descobrir nuances dos trabalhos estudados.

A terceira etapa consistiu em sistematizar as regionalizações aplicadas no Estado da Bahia e analisar seu contexto histórico, método utilizado, pesquisadores envolvidos no projeto, perceber se houve geógrafos envolvidos e investigar o *círculo de afinidades* (Berdoulay, 2017) desses geógrafos para identificar as linhagens e influências do pensamento. Assim, teremos um quadro geral das bases sociopolíticas e científicas da região enquanto instrumento de ação do Estado da Bahia.

Por fim, foram sistematizados todos os dados da pesquisa que nos resultou em um quadro geral do desenvolvimento do pensamento regional situado na Bahia durante o período de 1916 a 1964. Nos permitindo reflexões acerca das influências do pensamento regional desenvolvido pelos pensadores e pelo aparato técnico estadual. Dessa forma, baseados nas ideias da abordagem contextual (Berdoulay, 2017), coprodução (Jasanoff, 2004), geografia das ciências (Livingstone, 2003) e região (Santos, 2002), iremos desenvolvendo a pesquisa e o método de investigação no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE REGIÃO E MÉTODO

A união dos geógrafos em torno da Geografia vem de seus interesses em comum, a pesquisa de fenômenos espacializados. Gomes (2017, p. 22) diz que há um “consenso entre os geógrafos quando dizemos que nossa curiosidade se dirige para produzir explicações sobre os sistemas de lugares” e que as maiores divergências estão nas crenças e escolhas teóricas e

metodológicas, pois “discute-se muito mais sobre os caminhos necessários para obter bons resultados em vez de propriamente sobre o que nos reúne em torno dessa denominação [...].” Bourdieu (2004) também mostra que no campo científico há uma união dos cientistas em torno de certas individualidades que dão identidade a um campo científico. Contudo, há frequentes discordâncias no que diz respeito aos métodos e teorias adotados para o processo de investigação.

Observa-se que nos estudos regionais da Geografia moderna, independentemente da época trabalhada, sempre houve algumas singularidades no que se refere ao objetivo de uma pesquisa ou produção regional. A formação da identidade desse subcampo está relacionada à busca do recorte de uma área a partir de suas especificidades, bem como a diferenciação espacial perante o seu entorno. Dessa forma, a concepção do pensamento regional ganha uma certa coesão, mesmo que abarque várias formas de se pensar região, sejam elas contínuas, em rede, coesas ou disjuntas. A diferenciação/homogeneidade e a coesão/desarticulação são princípios elementares da região e do pensamento regional (Haesbaert, 2021).

Abordando algumas dessas singularidades do pensar regional na Geografia, Haesbaert (2010) expõe as obras de três autores muito influentes nesse ramo da Geografia, sendo eles La Blache, Hartshorne e Sauer. “Estes autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho do geógrafo” (p. 30-31), bem como a importância dada ao singular, ao estudo de síntese, à continuidade espacial, à relativa estabilidade regional, à relação entre regional em uma mesoescala. Acredito que tal convergência advém do objeto estudado e de toda sua tradição.

Em paralelo, Haesbaert (2010) diz que o ponto de diferenciação entre esses três autores foi o método, pois cada um deles desenvolveu seu método próprio. Entendendo método como a ponte que conecta sujeito e objeto e “Um meio de apreender a realidade através de conceitos claros e distintos” (Gaarder, 1995, p. 82 *apud* Sposito, 2003), afirmo que o método é um elemento de suma importância, se não o principal, para determinar a forma como a região será apreendida, interpretada ou criada como objeto científico.

Tudo isso nos mostra que apesar das pesquisas regionais estarem em um subcampo de trabalho com uma identidade minimamente coesa, esse subcampo também será dotado, dialeticamente, de inúmeras diferenças. E, essas distinções estarão relacionadas às variantes metodológicas, pois isso possibilita a expansão de abordagens e ideias de região. O método muda tudo, porque a ciência, enquanto resultado final, é produzida pelo pesquisador com a intermediação do método, logo se o intermediário entre sujeito e objeto muda, tudo se transforma (Sposito, 2021).

Considerando o método como uma das chaves principais, senão a principal, na diferenciação das abordagens regionais, devemos pensar onde o método irá influenciar de fato. E concordando com Conceição (2021, p. 4), creio que a escolha deste “[...] implica suas preferências ideológicas, de concepção de mundo e sociedade, influenciados sobremaneira, no contexto do lugar, na sua singularidade, na dimensão do indivíduo socialmente inscrito nos tempos espaços históricos socialmente vividos”, ou seja, a escolha de um método irá mostrar o sujeito pesquisador.

Ao pensar sobre região e método, vem a seguinte questão: existe um método regional? Entendo que há técnicas e metodologias de pesquisa específicas para os estudos regionais, mas, concordando com o pressuposto de Sposito (2003, p. 23), considero que “Método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar”. Não devemos pensar métodos exclusivos para cada fragmento da Geografia pois, dessa forma, o método não passaria de procedimentos e regras pautados no objeto de uma disciplina.

[...] discutir o método científico. É considerando-o historicamente e em sua dimensão filosófica que passaremos a tratá-lo neste texto. Essa proposta parte do pressuposto de que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar. [...] A nosso ver, é a fusão simplificadora entre método e disciplina que foi provocando a crise paradigmática que atualmente se vive” (Sposito, 2003, p. 23).

É bom salientar que apesar da escolha de seguir e pensar a partir de uma abordagem integradora, essa fragmentação pode ser vista por um lado positivo também, porque, a partir dela, pode surgir a possibilidade de novos conceitos, teorias e métodos.

O método estará sempre ancorado em uma ou mais correntes teórico-filosóficas e suas versões e visões da realidade. Por exemplo, o método analítico-dialético geralmente está ligado à corrente teórico-filosófica do materialismo histórico ou do idealismo hegeliano, bem como o método hipotético-dedutivo estará ligado às correntes teórico-filosóficas positivistas e à sua derivação, o Neopositivismo, e por fim o método hermenêutico está relacionado às várias correntes filosóficas fenomenológicas. Logo, devemos visualizar o método sendo muito mais do que apenas a forma de fazer, sendo também “forma de pensar dos geógrafos enquanto caminho intelectual nas pesquisas geográficas” (Claudino, 2019, p. 86).

Por outro lado, quando não há método nos estudos regionais, ou na concepção de região, concordo com o que Santos (1988, p. 7), que nos revela que: “Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.” Em concordância com Santos (1988), acredito que quando cooptada por objetivos econômicos, a ciência, e nesse caso os estudos regionais, perde seu rigor filosófico e se declina sobre metodologia e técnicas de

pesquisa, torna-se “tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade” (Santos, 1988, p. 7), transformando-se em um saber instrumental sem reflexão.

A partir daqui, irei discutir a forma de fazer e a forma de pensar dos métodos: hipotético-dedutivo, analítico-dialético e hermenêutico e os correlacionarei a alguns trabalhos regionais. Esses métodos foram escolhidos a partir da proposta de Sposito, em que ele faz uma espécie de síntese nesses três, pois eles “contêm as características de um método científico, como leis e categorias, e estão, historicamente, relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminados pela comunidade científica” (Sposito, 2003, p. 29). Vinculado a essa discussão, abordarei as teorias de região que surgem a partir desses métodos.

É válido salientar que os métodos aqui escolhidos não se configuram nos únicos métodos existentes ou verdadeiros modos de fazer e pensar a ciência, eles foram escolhidos a partir de minhas leituras e da percepção de que estes possuem uma certa tradição e embasamento que permitem os cientistas se apropriarem e ir adequando a sua pesquisa, criando variações até encontrar seu caminho, sem perder o rigor científico.

Outra questão importante é a de que temos a convicção que os métodos se complementam e se anulam, em uma relação dialética em busca da construção de um caminho único para cada pesquisa. Logo, não necessariamente se deve enquadrar uma pesquisa em um determinado método ou seguir as regras e as formas de pensar desse método. O objetivo aqui não é mostrar, impor ou ditar as regras e ideias que se deve seguir ao escolher algum desses métodos em uma pesquisa, mas apenas explorar algumas de suas bases. Eu acredito que o método deve ter sua base teórica e conceitual bem explícita, mas as regras e o caminho cada pesquisador vai encontrando durante o percorrer de sua pesquisa, pois, concordando com Lefebvre, (1993, p. 103), em referência a Hegel, o método é “um caminho que se faz a si mesmo”.

E não é possível discutir métodos sem pensar no jogo político que está presente nessa escolha. Bourdieu (1983, p. 27) nos revela que não há escolha científica, inclusive acerca do método, “[...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico [...]. Ou seja, a escolha de método é uma posição política e estratégica para valorar sua posição dentro do campo almejado.

Eu acho válido falar sobre das minhas limitações dessa parte da pesquisa, pois discutir método é extremamente difícil e, principalmente na Geografia, a nossa formação filosófica é esquecida. Então essa reflexão se configura em um desafio que eu mesmo me fiz e, ainda que careça de muitos elementos, entendo que é necessário fazê-la da melhor forma possível.

Contudo, não proponho aqui um estado da arte, uma vez que seria impossível na minha condição de tempo e patamar intelectual trabalhar esses métodos escolhidos como um todo. Aqui apresento um panorama geral sobre o que se propõe de modo a construir bases minimamente sólidas para discussões futuras que teremos aqui sobre teoria e método dos trabalhos regionais.

É interessante pensar que em inúmeras aulas do ensino superior de Geografia, com alguns professores diferentes, sempre ouço falas sobre a falta de método, má formação filosófica e o desinteresse em história dos geógrafos, talvez eu esteja reunindo todas essas pendências, que assumo também como minhas, neste projeto de mestrado.

2.1: A tradição do método hipotético-dedutivo e sua forma de fazer e pensar região

Apesar do método hipotético-dedutivo ser muito relacionado à corrente positivista, não é um método desenvolvido por Augusto Comte nem por Descartes, ambos sendo peças principais e bases para esse modo de pensar e fazer. O método é desenvolvido por Popper, que para muitos autores não é considerado um autor positivista, apesar de ter uma fase de sua carreira em que se aliou a essa corrente (Nevado, 2008b). Popper poderia ser considerado um autor realista, pois acreditava “[...] na existência de um mundo externo independente do nosso conhecimento [...] pela crença de que esse mundo possuía um carácter determinista” e também que “[...] todos os acontecimentos deste mundo estão fixados, ou predeterminados e são inalteráveis” (Nevado, 2008b, p. 4).

Baseado em Descartes, Comte e Hume e em sua relação de influências e críticas ao ciclo de Viena, bem como nas críticas à indução e à dualidade entre empirismo e racionalismo, tal método ganha relevância no século XX a partir de Karl Popper. Com esses e muitos outros embasamentos, Popper rejeita a subjetividade em qualquer conhecimento e, assim, iria propôr um método pautado no objetivismo e “um determinismo científico que se baseia na noção de que todo o acontecimento futuro pode, em princípio, ser racionalmente calculado antes de ocorrer desde que conheçamos as leis da natureza e o estado presente ou passado do mundo” (Nevado, 2008b, p. 4).

Baseado em Hume, Popper tece fortes críticas ao indutivismo, destacando dois problemas presentes no método indutivo: um problema lógico é um problema psicológico (Popper, 1999). O problema lógico está relacionado a verdades pautadas somente em experiências passadas e, a partir disso, à anulação da necessidade de novas experiências, pois, uma vez pautado em uma análise de uma situação anterior semelhante ao problema atual, não

haveria a necessidade de novas experiências. Já o problema psicológico se refere à confiança que depositamos nas experiências que temos, esperando que elas se repitam no futuro (Meneses; Favreto. 2021).

Popper (1999, p. 14), sobre essa crença exacerbada do indutivismo, se pergunta: “Qual é a justificativa para a crença de que o futuro será como o passado? Ou talvez, qual é a justificativa para as inferências indutivas?”. Sobre o indutivismo, Chalmers (1993) faz a crítica a quem trabalha com esse tipo de raciocínio de forma ingênua. “De acordo com o indutivista ingênuo” (p. 25), a ciência se inicia pela observação. “O observador científico deve ter órgãos sensitivos normais e inalterados e deve registrar fielmente o que puder ver, ouvir” (p. 25) e, de forma neutra, sem preconceitos, deve-se fazer “Afirmações a respeito do estado do mundo, ou de alguma parte dele”. Sendo essas informações primeiramente singulares e, “desde que certas condições⁶ sejam satisfeitas, é legítimo generalizar a partir de uma lista finita de proposições de observação singulares para uma lei universal” (p. 27). Tais leis universais seriam as bases constitutivas de um conhecimento científico.

Popper via um problema nisso devido às conclusões virem de experiências passadas, fruto de observações singulares e generalizações.

Está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos (Popper, 1972, p. 27 *apud* Meneses, 2021, p. 13).

Com críticas à indução, Popper propõe para a pesquisa científica o método hipotético-dedutivo. Nesse método, há o abandono de hipóteses iniciadas através somente de experiências empíricas e a adoção de hipóteses partidas da tentativa de resolução de um problema. Este, o problema, vai se configurar como início e fim da prática científica, “[...] a ciência começa e termina com problemas” (Popper, 1977, p. 140). Meneses e Favreto (2021, p. 12) resumem bem essa ideia dizendo que “toda a pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros”.

⁶ As condições que devem ser satisfeitas para tais generalizações serem consideradas legítimas pelo indutivista podem ser assim enumeradas: 1. o número de proposições de observação que forma a base de uma generalização deve ser grande; 2. as observações devem ser repetidas sob uma ampla variedade de condições; 3. nenhuma proposição de observação deve conflitar com a lei universal derivada (Chalmers, 1993, p. 27).

O método hipotético-dedutivo vem de uma sólida tradição e bases influenciadas pelo método experimental-dedutivo de Descartes e o método empírico-experimental-dedutivo comtiano. Abaixo vemos uma tabela construída por Nevado (2008b, p. 5) e com uma pequena adaptação minha, em que podemos ler e analisar os cursos de ação que regem a forma de fazer desses métodos, o que nos permite pensar as suas similaridades e diferenças.

Tabela 1: comparação de linhas metodológicas do positivismo

Curso de ação de Investigação com o racionalismo de Descartes	Curso de Ação de Investigação com o empirismo de A. Comte	Curso de ação abrangente de Investigação com o Hipotético-dedutivo de Popper
1. Ideia simples	1. Observação	1. Descoberta de um problema Expectativa ou conhecimento prévio
2. Complexificação teórica por dedução	2. Formulação de problema	2. Observação - Realidade Empírica
3. Dedução metódica e matemática	3. Busca de solução	3. Formulação vaga do problema
4. Fim = Lei (Teoria certa e determinística)	4. Formulação de hipóteses	4. Observação Científica - Revisão da literatura e informação
	5. Dedução das consequências das hipóteses	5. Formulação Rigorosa do Problema
	6. Comprovação Empírica sob raciocínio experimental	6. Desenvolvimento de Hipóteses Elaboração do Design de Investigação (Sujeitos+Variáveis) Hipóteses e respectivas previsões
	7. Validação das hipóteses	7. Apresentação dos Resultados Interpretação e análise dos dados recolhidos Testabilidade e Falseabilidade (ou não) das hipóteses

	8. Formulação teórica - Lei	8. Discussão dos resultados Confronto com a literatura existente Resposta ao problema formulado
		9. Contributo original para a Ciência

Fonte Nevado (2008b);

Elaboração e adaptação: Anderson Castro (2025)

Percebe-se que o método hipotético-dedutivo se aproxima muito dos seus “antecessores”. Por exemplo, é notável a similaridade da proposta elaborada por Popper com a de Comte e com a proposta de Descartes, e todas as propostas estão em busca de um conhecimento objetivo. Um grande ponto que podemos notar entre essas propostas é o enfoque empirista de Comte e o racionalismo de Descartes e a tentativa de Popper em alinhar essas duas vertentes, “[...] isto é aproxima-se do positivismo de Comte aceitando a indução inicial pela observação desde que a formulação de hipóteses possa ser reformulada por outras observações” (Nevado, 2008b, p. 7).

Apesar de ser crítico ao indutivismo e ao empirismo ingênuo, Popper utiliza-os desde que passe pelo processo de falseabilidade, característica essa que é marcante em sua produção.

Contudo, só reconheceria um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico (Popper, 1972, p. 42 *apud* Meneses, 2021, p. 14).

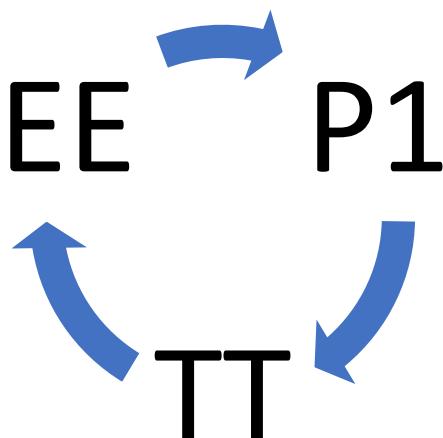
Outra questão importante a destacar é como a observação está presente em tal método. Este se utiliza da observação de forma seletiva, talvez tentando não cair no indutivismo ingênuo, focando em elementos pautados em um problema teórico levantado anteriormente à observação. “Não há experiência passiva. Não existe outra forma de percepção que não seja no contexto de interesses e expectativas, e, por tanto, de regularidades e leis” (Popper, 1977, p. 58). Logo, esse método se inicia com o problema, que surge de uma dificuldade de compreensão do mundo a partir de nossas expectativas, dessa forma, fazendo o pesquisador criar conjecturas/soluções tentando explicar, prever o problema. Essas conjecturas devem ser passíveis de testes para eliminação de erros, testes como a observação e experimentação para

tentar falsear as deduções e suas deriváveis. “Quanto mais falseável for uma conjectura, mais científica será, e será mais falseável quanto mais informativa e maior conteúdo empírico tiver” (Lakatos; Marconi, 2019, p. 98).

Baseado em Popper (1977), digo que o método hipotético visa uma ciência de resultados provisórios, divergindo do conhecimento definitivo dos indutivistas, em um processo infinito de falseamento e reformulação de hipóteses, pois “Todo aprendizado é uma modificação de algum conhecimento anterior” (Popper, 1977, p. 58). Enquanto a indução busca através do empirismo juntar todas as variáveis possíveis para confirmar suas hipóteses, o método proposto por Popper buscará, através do empirismo, todas as variáveis possíveis para falsear suas hipóteses, tornando um processo cíclico em que a ciência sempre se renovaria. Marconi e Lakatos (2003, p. 95) condensam bem essa ideia:

Para Karl R. Popper, o método científico parte de um problema (P1), ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa (TT), passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro (EE) e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas.

Figura 1: Momentos do método segundo Popper



Fonte: (Lakatos e Marconi, 2019, p. 95)

Segundo Lakatos e Marconi (2019, p. 95), estes seriam os momentos, definidos por Popper, do modo de fazer hipotético-dedutivo:

1. problema, que surge, em geral, de conflitos ante expectativas e teorias existentes;

2. solução proposta consistindo numa conjectura (nova teoria); dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste;
3. testes de falseamento: tentativas de refutação, entre outros meios, pela observação e experimentação.

Lakatos e Marconi (2019, p. 99) mostram outro autor que expõe etapas desse método, Bunge (1974a, p. 70-2), sendo elas expostas simplificadamente nesta representação:

Como já dito, os métodos não são só a forma de fazer, mas também a forma de pensar. Logo, como a ciência não é neutra e centramos no método hipotético-dedutivo elaborado por Popper, sintetizamos alguns valores de sua ciência no período em que estava alinhado com esse método. O autor acreditava que todo conhecimento é passível de correções, pois nenhum conhecimento seria definitivo e todo cientista deveria ser crítico de suas teorias, procurando falsificá-las em lugar de verificá-las. Esse processo de criticidade e verificação viria da lógica da dedução, da matemática e/ou dos resultados de experiências. Ele acreditava que o progresso da ciência era dependente da objetividade científica advinda do questionamento a qualquer teoria, pois para ele, que tinha a verdade absoluta ou objetiva como ideia reguladora, essa era a sua atitude crítica. Sobre essas perspectivas do autor, Silveira (1996, p. 205) diz: “A concepção de que as teorias científicas perseguem a verdade objetiva coloca a filosofia popperiana como realista. Os realistas afirmam a existência das coisas em si, de objetos cuja existência independe de nossa mente”.

O método hipotético-dedutivo, com sua tradição, seus alinhamentos e desalinhamentos aos atores positivistas e neopositivistas, consiste em fornecer aos cientistas uma forma de fazer e pensar lógica e dedutiva, produzindo um conhecimento objetivo passível de comprovação a partir de previsões e testes lógicos. Como já exposto aqui, o método não é uma camisa de força, logo terá variações a depender do autor e de sua base conceitual. Os estudos regionais pautados unicamente nesse método, geralmente, estão alinhados a correntes teórico-filosóficas do positivismo e do neopositivismo, estes apresentando regiões de cunho empírico e/ou lógico e/ou racional.

Figura 2: Momentos do método hipotético-dedutivo segundo Bunge



Fonte: Marconi e Lakatos (2019)

Trabalhos regionais de cunho totalmente hipotético-dedutivo tendem a resultar em regiões ou regionalizações diversas a depender do embasamento teórico-filosófico do autor e de sua inclinação a teóricos mais empiristas ou racionalistas. Podemos aqui pensar algumas características em comum em regiões trabalhadas unicamente com esse método. Essas costumam variar entre um monismo⁷ de bases indutivas ou dedutivas, em que as relações sociais ficam em segundo plano, destacando-se a realidade físico-natural, ou comumente, nessa perspectiva, também se acha trabalhos inclinados na crença de que “[...] a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, [...] portanto, esse modelo regional, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades” (Lencioni, 1999, p. 100).

Inclinam-se, também, a entender que ela é “[...] uma realidade objetiva a ser simplesmente reconhecida pelo Geógrafo e aquela que ela se restringe a um mero artifício elaborado intelectualmente [...]” (Haesbaert, 2010, p. 92). São concepções que resultam em trabalhos com intenções mais práticas, como alguns pautados na Geografia aplicada ou trabalhos de classificações de áreas, ou tentativas de reproduzir o “reflexo” fidedigno da realidade empírica do pesquisador ou a região como artifício centrado no conhecimento do sujeito, talvez também em regiões como personagem. Em resumo, são regiões e regionalizações de lógica formal, seguindo rigorosamente os princípios de identidade e não contradição.

⁷ Um filósofo é monista quando afirma que a essência da realidade se baseia em um princípio único e original.

Nas vertentes regionais mais empiristas do método, se observa algumas características fundamentais das regiões e regionalizações, por exemplo, a descrição das características espaciais, com o intuito de traçar uma identidade que se prolongue e permaneça estática no passar do tempo. As descrições regionais serviram para traçar um longa vida estática da região, seja essa vida caracterizada somente pela natureza ou pela relação recíproca entre homem e natureza. Além disso, as descrições serviam, também, para criar uma estrutura pensada na hierarquização e controle dos espaços. Pode-se dizer que regiões descritivas se assemelham a um inventário patrimonial espacial, assim visando seu aproveitamento econômico e estratégico. Esse inventário espacial ocorreu tanto nas perspectivas da Geografia física com suas regiões pautadas nas ciências da natureza e no darwinismo, quanto nas perspectivas da Geografia humana com suas regiões pautadas na História, Antropologia e Biologia.

Como exemplo, podemos citar direcionamentos dos estudos regionais ditos deterministas⁸ que regionalizavam através da natureza e classificavam espaços com formas de vida e adaptação inferiores, dessa forma, dando pressupostos para hierarquização e dominação. Gomes (1988, p. 41) diz: “A região era então a expressão menor da coesão e função onde o arranjo particular das condições naturais traduziria a caracterização dos mais fortes, a guerra se destinava a tarefa de unir – para a formação de um Estado – e conquistar, garantindo a condição de sua reprodução”.

Moraes (1981, p. 65) diz que Vidal teceu críticas à politização das vias ditas deterministas:

Uma primeira crítica de princípio, efetuada por Vidal às formulações de Ratzel, dizia respeito à politização explícita do discurso deste. Isto é, incidia no fato de as teses ratzelianas tratarem abertamente de questões políticas. Vidal, vestindo uma capa de objetividade, condenou a vinculação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos imediatos, brandindo o clássico argumento liberal da “necessária neutralidade do discurso científico”.

⁸ Sobre a relação das ideias de determinismo e possibilismo, em Berdoulay (2017) é explicado que Vidal de La Blache nunca se autodenominou “possibilista”, sendo essa classificação atribuída posteriormente, sobretudo por Lucien Febvre, ao interpretar a forma como a escola francesa de geografia tratava as relações entre homem e natureza. Na verdade, o próprio Vidal apenas reconhecia que a natureza oferecia alternativas que poderiam ou não ser aproveitadas conforme os interesses humanos e o nível tecnológico disponível. A ideia de que o possibilismo surgiu como reação direta ao determinismo alemão também se mostra equivocada, já que, após a guerra franco-prussiana e a perda da Alsácia-Lorena, o contexto francês foi marcado tanto por rivalidades nacionalistas quanto por uma admiração pelo modelo científico e institucional alemão. Desse modo, a oposição entre determinismo e possibilismo constitui uma simplificação histórica que não reflete a complexidade das relações intelectuais da época (Lima, 2018)

São trabalhos vidalianos que, apesar de criticarem as características políticas da Geografia alemã, compartilham algumas raízes de método semelhantes, visto que, segundo Berdoulay (2017), Vidal e parte dos seus seguidores foram muito influenciados por Ratzel após a guerra franco-prussiana (1871), portanto, também tiveram direcionamentos políticos e econômicos. Como exemplo, trago essa citação de Ribeiro (2009, p. 26): “[...] Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...].” Moreira (1980, p. 34) explica que a França era o

segundo maior império colonial e a Geografia possuía, neste aspecto, uma grande importância para o Estado, realizando estudos sobre as colônias, mostrando as riquezas naturais e como explotá-las, aprofundando o conhecimento do mundo tropical, dando sugestões para uma melhor racionalização da dominação colonial e colaborando para a “[...] recuperação da imagem de Grande Potência, abalada pela guerra.”

Campos (2014, p. 39) afirma que Vidal, “[...] ao colocar como um processo enriquecedor e causador do progresso as relações entre os diferentes gêneros de vida, defendia a ação colonial francesa e legitimava a expressão missão civilizadora europeia, sob a qual se escondia a ação dominadora, depredatória e exploradora do expansionismo colonial”. E isso corrobora o pensamento de Moraes (2005, p. 29) sobre a falsa neutralidade desse método, pois “[...] quanto mais aparentemente distanciada de objetivos materiais imediatos era conduzida a investigação buscada, tanto mais resguardado o caráter científico do empreendimento realizado”.

Então, com isso podemos dizer que, mesmo criticando os estudos alemães, os trabalhos dos geógrafos vidalianos seguiram direcionamentos em comum e isso, possivelmente, não excluindo o contexto histórico e influências dentro e fora da ciência, aspectos que caracterizam o modo de fazer e pensar região a partir do método hipotético-dedutivo.

Por fim, a ideia central dessa exposição é refletir sobre as formas de se pensar e fazer região a partir de uma visão hipotético-dedutiva. Com isso, percebe-se que essa forma de fazer e pensar leva a caminhos de uma lógica formal, objetiva, que se distancia do conteúdo, se prendendo as formas e a uma busca de validade universal do método, através do pensamento livre de ideologias, de um raciocínio neutro, do seguimento de regras e procedimentos bem estabelecidos. Uma outra característica fundante é a relação entre sujeito e objeto, que nas pesquisas hipotético-dedutivas, aparece de forma separada onde a realidade vem a partir de um deles, ou é uma realidade que existe em si e é apreendida pelo autor, ou o autor cria intelectualmente aquela realidade, mas sujeito e objeto não se influenciam mutuamente. Aqui,

não se nega a importância relativa da tradição do método hipotético-dedutivo, mas para se entender e estudar regiões precisa-se de muito mais que uma forma de fazer e pensar que inviabiliza o conteúdo e se concentra na forma.

2.2: A tradição do método dialético e sua forma de fazer e pensar região.

Na Geografia, percebo o costume de vincular o método dialético unicamente ao pensamento de Marx. Apesar da influência do materialismo histórico-dialético na Geografia, devemos saber que esse método tem uma história muito longa no decorrer do pensamento filosófico, sendo ele trabalhado em diversas correntes e tendo inúmeras formas de pensar e fazer, para além da sua vinculação com o pensamento marxista. Segundo Abbagnano (1998), esse termo, dialética, que deriva da palavra diálogo, pode ter quatro significados fundamentais, sendo a dialética como método da divisão; como lógica do provável; como lógica e como síntese dos opostos. Essas significações se originam, principalmente, nas doutrinas filosóficas de Platão, Aristóteles, estóica e hegeliana.

Iniciaremos aqui com um pequeno traçado da história desse método. Acredita-se que há discussões sobre a dialética desde os pré-socráticos, que tentavam explicar a realidade de forma racional, afastando-se das visões cosmológicas e religiosas. Na Grécia antiga, a dialética era entendida como a arte do diálogo e envolvia o esclarecimento das ideias deste por meio de argumentações. “Aristóteles atribui o emprego mais antigo da dialética a Zenão de Eleia” (Marcuse, 2022, p. 132). Nos escritos de Zenão, havia o processo de negação das verdades empíricas, evidenciando contradições baseadas na razão, bem como seus conhecidos paradoxos. “Assim, desde sua origem histórica, a dialética envolve a negação, na forma de uma ruptura com a imediatidate da experiência” (Marcuse, 2022).

Outro pensador que está envolvido nessa construção inicial da dialética é Heráclito de Éfeso, que acreditava no processo de mutabilidade e no conflito constante de todas as coisas, sendo conflito entendido como a luta dos contrários, negando sempre a existência de qualquer estabilidade no ser, entendendo absoluto como a unidade dos opostos. Segundo Abbagnano (1998, p. 273), Hegel diz que “[...] não há proposição de Heráclito que eu não tenha acolhido na minha lógica”. Um pensamento de Heráclito muito popular, que reflete o teor dialético de que estamos falando, é sobre a alegoria do rio. Este diz: “nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos. O deus é dia noite, inverno verão, guerra paz, saciedade fome” (Pensadores, s/d, Alegorias).

Encontra-se, também, o modo de pensar dialético na filosofia grega clássica, a exemplo de Sócrates, com seu método pautado na ironia e maiêutica. Estes processos, simplificadamente, podem ser explicados da seguinte maneira: a ironia socrática consiste na ação de perguntar algo fingindo não saber para, assim, o interlocutor expor suas ideias e Sócrates contra-argumentar; a maiêutica consiste no direcionamento do discípulo, através de questionamentos, até ele alcançar a verdade, dessa forma, instaurando uma dialética do debate (Zen; Sgarb, 2018). Para Marcuse (2022, p. 134), “O diálogo socrático mantém a tensão dialética entre pensamento e Ser, método e realidade”.

Platão, discípulo de Sócrates, trabalhando sobre o conhecimento, traz o processo de pensar a realidade através de uma dialética idealista capaz de compreender o mundo inteligível, o mundo das ideias. O processo dialético se inicia com o conhecimento do mundo através dos sentidos, deste modo, construindo um conhecimento superficial que será posto em contraste com o conhecimento inteligível. Assim, pensando dialeticamente a empiria e o abstrato (Zen; Sgarb, 2018), se pretendia capturar o universal no particular (Marcuse, 2022). O discípulo de Platão, Aristóteles, discordando de seu mestre, instaura uma dialética realista, como lógica do provável, baseada no entender de uma coisa exatamente como ela é *endoxa*, ou seja, sendo um conhecimento aceito pela maioria, a dialética, nesse momento, se configura como uma técnica de persuasão ou apenas como ferramenta auxiliar da Filosofia. Segundo Abbagnano (1998, p. 271), “Aristóteles, mais especialmente dos *Tópicos* e dos *Elencos sofísticos*, chama a atenção para a Dialética, entendida como arte da discussão e da exercitação lógica: arte que se vale de premissas prováveis [...]. Segundo Gadotti (1990 p. 16), para Aristóteles, “o método dialético não conduz ao conhecimento, mas à disputa, à probabilidade, à opinião”.

Marcuse (2022) diz que a dialética era disciplina nas escolas estoicas, ganhando sentido de conhecimento do que seria verdadeiro e/ou falso, preocupando-se com os significados que são expressos na língua. Nesse momento, para Abbagnano (1998, p. 272), a dialética é entendida como “[...] a ciência do discutir corretamente nos discursos que consistem em perguntas e respostas” ou como “ciência do verdadeiro e do falso, e do que não é nem verdadeiro nem falso” (Dióg, VII, 1, 42 *apud* Abbagnano, p. 272), ou seja, seria uma técnica de lógica para dialogar com a premissa com conclusão para estabelecer a verdade (Abbagnano, 1998).

Para Hegel, foi Kant que deu o impulso para a reconstituição do pensamento dialético, assim destituindo-o de um caráter arbitrário, para obter um caráter necessário para a razão (Marcuse, 2022). Após, e baseado em Kant, tem-se a dialética de Fichte, a qual acredita que a

dialética é a posição dos opostos, entre eu⁹ e não eu, assim, “a conciliação era dada pela posição do Não-eu [que] se reflete sobre o Eu, produzindo neste a representação” (Abbagnano, 1998, p. 273). Essa dinâmica consiste na oposição entre a realidade e a negação da realidade.

Segundo Marcuse (2022), Hegel enxerga seu trabalho como uma complementação do pensamento dialético de Kant e Fichte. Hegel abandona toda tradição dialética pré-kantiana, menos as ideias pré-socráticas e platônicas. “É certamente arbitrário, argumenta Hegel, tratar a dialética simplesmente como um método (de argumentação ou conhecimento), sem fundamentar a sua verdade no movimento do próprio ser (na objetividade)” (Marcuse, 2022, p. 140). A partir de Hegel, a dialética é entendida como “aplicação científica da conformidade às leis, inerentes à natureza e ao pensamento, a via natural própria das determinações do conhecimento, das coisas e, de uma maneira geral, de tudo que é finito” (Lalande, 1960, p. 227 *apud* Gadotti, 1990, p. 18).

Em suma, a superação dialética de Hegel pode ser entendida, e pensada, a partir de uma tríade formada pela “negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (Konder, 1985, n.p.). Dessa forma, a negação é ponto crucial para superar o conhecimento sensível e atingir a razão, essa sendo entendida por Hegel como “[...] negativa e dialética porque dissolve as determinações do entendimento em nada” (Hegel, 1927-1940c, p. 6 *apud* Andrade; Marcuse, 2022, p. 144).

Segundo Abbagnano (1998, p. 273), a dialética hegeliana busca entender a realidade através do processo que consiste

1- na colocação de um conceito “abstrato e limitado”; 2- no suprimir-se desse conceito algo “finito” e na passagem para o seu oposto; 3 e na síntese das duas determinações precedentes, que conserva “o que há de afirmativo na sua solução e na sua transposição”. Hegel dá a esses três momentos os nomes, respectivamente, de intelectual, dialético e especulativo ou positivo racional.

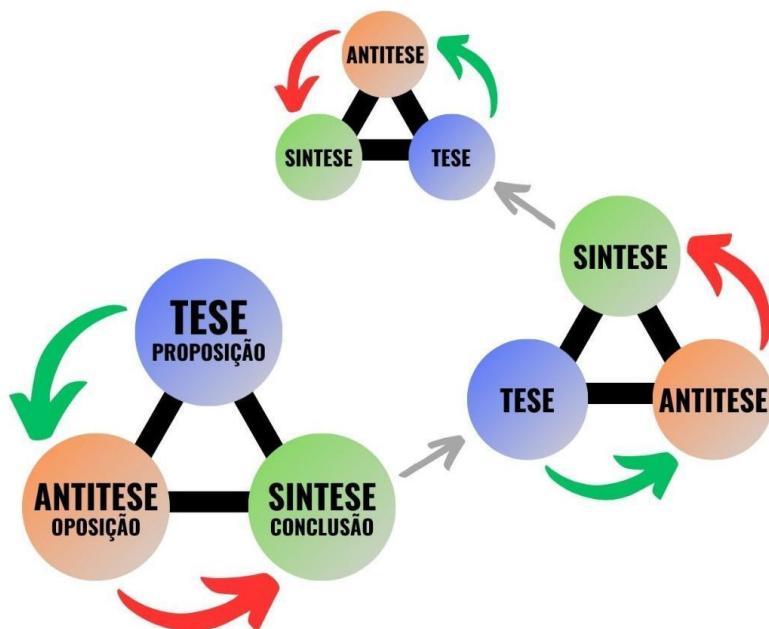
“Esse processo consiste no caminho que a consciência realiza superando a certeza sensível até alcançar o autoconhecimento” (Zen; Sgarb, 2018, p. 89). Dessa forma, Hegel acreditava que as ideias seriam expressas através do movimento histórico, a exemplo do capitalismo que, de forma redundante, é expressão e realização de uma ideia, em que, em

⁹ Para Marcuse (2022), o eu trabalhado por Fichte também se refere a uma consciência transcendental e universal e não ao indivíduo.

movimento de exteriorização e superação da certeza sensível e de si mesmo, a consciência se torna realidade.

A dialética hegeliana trará uma característica muito importante para a história do método dialético: o seu desenvolvimento baseado em tríade que se dá pela tese, antítese e síntese, na qual a tese é um conhecimento, antítese se configura como a negação da tese e a síntese é a unidade e a conciliação de ambas. Essa conciliação é provisória, pois a síntese se transforma numa nova tese que contém em sua própria existência a negação (Abbagnano, 1998).

Figura 3: Momentos do método dialético



Elaboração: Anderson Castro (2025)

É válido salientar que a dialética não consiste apenas em convergir dois fenômenos opostos em busca da síntese, pois esse método não está em busca dos opostos, mas sim de uma constante negação da realidade concebida. Ou seja, a dialética não irá prosseguir buscando fenômenos opostos aos pesquisados, mas sim a sua negação, já que possui a “[...] negatividade enquanto princípio motor e gerador” (Marx, 1982, p. 404-405 *apud* Marcuse, 2022, p. 262).

Após Hegel, a dialética se tornou primordial no trabalho de Marx que, apesar de trabalhá-la na mesma configuração triádica que Hegel, virou-a de ponta-cabeça, pois esta, que seguia princípios filosóficos idealistas nos moldes hegelianos, viera a ser trabalhada em bases materialistas. É válido salientar que entendemos o materialismo como uma concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e única de qualquer ser.

Marx discordava do teor idealista de Hegel, pois acreditava que toda filosofia hegeliana era abstrata e não conseguiria explicar a realidade, acreditando que “a ideia não tem existência independente da realidade material” (Zen; Sgarb, 2018, p. 91). Marx, como todo bom materialista, acreditava que a realidade é matéria em movimento e essa matéria ou modo de produção da vida material iria influenciar toda a vida social, política e espiritual.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2013, p. 90).

Na dialética, vinculada ao materialismo histórico, a análise da realidade é iniciada do concreto para o abstrato e retorna do abstrato para o concreto, ultrapassando a aparência empírica do real.

Para que o pensamento possa se mover do abstrato ao concreto tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é a negação da imediaticidade, da evidência e da concreticidade sensível. A ascenção do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo o início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto (Kosik, 1976, p. 30).

Ao ultrapassar a aparência empírica, se chegará na essência e essa essência está em movimento, ou seja, nada do que se é pesquisado é fixo, tudo está em um processo inacabado e muito menos isolado. Aí reside a complexidade da dialética do materialismo histórico. Na busca de compreensão do movimento histórico, são trabalhadas algumas leis. Lakatos e Marconi (2019) explicam que, ainda que não haja um consenso entre os pesquisadores sobre quantas e quais seriam as leis fundamentais, quatro regras são listadas, sendo elas: “a) ação recíproca, unidade polar ou ‘tudo se relaciona’; b) mudança dialética, negação da negação ou ‘tudo se transforma’; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários” (Lakatos; Marconi, 2019, p. 100).

A lei de ação recíproca consiste na interdependência dos fenômenos, ou seja, nada pode ser analisado de forma isolada. Sendo assim, tudo que for pesquisado deverá ser correlacionado com os fenômenos do seu entorno e os fenômenos nas mais variadas escalas que podem

influenciar o que estiver sendo pesquisado, assim, “[...] qualquer fenômeno pode ser compreendido e explicado, quando considerado do ponto de vista de sua ligação indissolúvel com os fenômenos que o rodeiam, quando considerado tal como ele é condicionado pelos fenômenos que o circundam” (Politzer et al., s.d.:37 *apud* Lakatos; Marconi, 2019, p. 101).

A lei da mudança dialética se refere ao movimento contínuo de transformação de todas as coisas. Essa condição se dá pelo processo dialético da negação — incluindo a negação da própria negação¹⁰ — que resulta em uma nova coisa ao evidenciar as contradições, explicitando o movimento geral da realidade. “Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa [...]. a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação” (Lakatos; Marconi, 2019, p. 103). Será essa lei a responsável por mostrar que para a dialética não há nada permanente e definitivo, tudo está no processo de vir-a-ser.

A lei da passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa se refere à mudança das coisas, essas mudanças não podem ser somente quantitativas, uma hora há uma virada qualitativa, ou vice-versa. Essas mudanças podem ocorrer em períodos lentos, ou seja, de pouco a pouco, as mudanças quantitativas vão acontecendo até que, “em certos graus de mudança quantitativa, produz-se, subitamente, uma conversão qualitativa” (Politzer, 1979, p. 255 *apud* Marconi; Lakatos, 2019, p. 103), ou em períodos acelerados, com saltos e viradas estruturais repentinas.

A contradição ou interpenetração dos contrários se refere ao fato de que a realidade é unidade composta de contradições. Isso é algo inerente a todo ser, pois no interior de tudo e de todos existem lutas dos contrários, entre o velho e o novo, o passageiro e o permanente. E serão essas contradições as responsáveis pela realidade em movimento, pelo processo de desenvolvimento, pelo avanço do processo histórico pautado nas mudanças constantes e progressivas (Alves, 2010).

Segundo Konder (1985), Engels resgatou essas leis da dialética de Hegel, mas trabalhou-as a partir da perspectiva materialista. No entanto, é importante ter em conta que a dialética materialista não pode ser reduzida a essas leis. Daí a necessidade de estudar o método antes de aplicá-lo para não correr o risco de reduzi-lo. Lencioni (1999, p.159), citando José de Souza Martins (1996), nos alertou sobre isso ao falar do “empobrecimento do pensamento

¹⁰ A negação da negação tem algo positivo, tanto do ponto de vista da lógica, no pensamento, quanto da realidade: sendo negação e afirmação noções polares, a negação da afirmação implica negação, mas a negação da negação implica afirmação (Marconi; Lakatos, 2019, p. 100).

marxista devido à invasão do ambiente acadêmico por versões simplificadas e ideologizadas do pensamento de Marx [...]".

Os geógrafos regionalistas que trabalham com o materialismo histórico-dialético tendem a se preocupar com algumas categorias de análise essenciais para essa abordagem. Creio que as principais são: trabalho, alienação, práxis, ideologia, Real imediato e concreto pensado. Mesmo essas categorias tendo inúmeras leituras e tradições diferentes, tentarei pensá-las de forma a contribuir com o seu entendimento.

O Trabalho é uma dessas categorias, talvez a mais importante, pois é tratado como uma categoria universal, ou seja, o trabalho está onipresente em toda sociedade, sendo este o mediador entre homem e natureza, necessário para a organização e estruturação das relações sociais e construção de identidades individuais e coletivas. A partir dele, o homem iniciou o processo de dominação da natureza e se pôs como sujeito perante o mundo (Alves, 2010). O trabalho pode ser analisado pelos prismas do trabalho útil-concreto e trabalho morto-abstrato, sendo uma dupla característica da mesma coisa, o trabalho útil-concreto cria valores de uso indispensáveis para a vida, ou seja, produz valores qualitativos, e o trabalho abstrato cria valor contido nas mercadorias e produz a mais mais-valia e é medido quantitativamente (Marx, 2013). Konder (1985) diz que o trabalho é de suma importância para entendermos a superação dialética, pois, a partir dele, a matéria-prima é dialeticamente negada e conservada, na transformação, ou superação, para assumir as formas que o homem deseja.

A alienação é outra categoria de suma importância. Essa está relacionada com o modo como o trabalhador se apropria ou é desapropriado da necessidade e do produto do seu próprio trabalho, gerando uma alienação em relação à sua existência individual e coletiva. “O trabalho alienado faz do homem um ser alheio a ele, um meio da sua existência individual. Alienia o homem do seu próprio corpo, tal como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana” (Alves, 2010, p. 7). Essa alienação é causada pela privação dos meios de produção e da exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista.

A práxis é a força criativa a partir da qual o humano cria e transforma o mundo e a si mesmo através de uma ação reflexiva gerada pelo cruzamento entre a teoria e prática, ou seja, é a síntese dialética entre prática e ação. Alves (2010, p. 7) diz que ela é “atividade específica do homem que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.” Com esse conceito bem trabalhado no método, a pesquisa enfatizará a importância de agir com o intuito de transformar a realidade social.

A Ideologia não seria só uma concepção de visão distorcida da realidade, mas o conjunto de distorções de ideias, crenças e valores implantadas ou influenciadas na sociedade pela classe

dominante, de forma a ocultar as contradições da realidade. Chauí (1985, p. 13) diz que “é uma certa maneira da produção das idéias pela sociedade, ou melhor, de formas históricas determinadas de relações sociais”.

O real imediato é o ponto de partida para pesquisar o materialismo histórico dialético, que, ao ser analisado cientificamente, se torna objeto e dá origem ao que se chama de concreto pensado. Essas duas categorias são pares dialéticos que representam o concreto empírico e a teoria em diálogo e negação que gerarão uma síntese que retorna para o concreto. “Parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto” (Alves, 2010, p. 8).

Todas essas leis e categorias aqui superficialmente abordadas servem para guiar o cientista que segue em busca de compreender os fenômenos em seu movimento de processualidade e totalidade, pois a dialética marxista considera o conhecimento totalizante (Konder, 1985). Essa compreensão vem a partir da tríade dialética entre singularidade-particularidade-universalidade. O pesquisador se aproxima de uma certa compreensão da realidade pautado nessa tríade dialética. Baseada em Lukács (1970), Alves (2010, p. 8) explica os elementos dessa tríade.

Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediaticidade (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução, a sua totalidade histórico-social. Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles se manifesta na configuração particular do fenômeno. O particular para Marx, de acordo com Lukács, representa a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal) que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos. É apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto.

Na Geografia, os trabalhos regionais pautados unicamente no método dialético tendem a seguir as premissas filosóficas do materialismo histórico, então as formas de fazer e pensar região provavelmente seguirão alguns elementos que aqui já foram expressos, como, por exemplo, uma certa ênfase na objetividade, no caráter social do trabalho, na constituição social, na práxis e geralmente na aversão ao empirismo e idealismo, ceticismo e dogmatismo, hipernaturalismo e antinaturalismo, positivistas e de lógica formal. Creio que, acima de tudo, esses pesquisadores procuram, pelo teor crítico de suas pesquisas, formas de mudanças estruturais. Essas são características básicas, mas não são fixas e nem verdades absolutas. Tudo pode mudar, dependendo dos autores e ideias nos quais o pesquisador irá se embasar.

Dessa forma, as regiões ou regionalizações trabalhadas nesse modelo, provavelmente, vão tentar expressar parte de uma totalidade¹¹ da realidade material, prezando pelos fatos socioespaciais para dividir o espaço, assim, indo de encontro ao paradigma da região como artifício (Haesbaert, 2010). Segundo Lencioni (1999), esse foco na dimensão material vinculado à corrente marxista advém de certos fundamentos adquiridos por uma leitura estruturalista do marxismo, visão essa que esquece, ou deixa em segundo plano, as discussões sobre o vivido. Contudo, pesquisadores que pautam seus estudos e pesquisas em autores que trabalham a dialética, mas em uma perspectiva historicista, como Henri Lefebvre, consideram, para além da diferenciação espacial gerada pelo processo de produção e reprodução capitalista, as dimensões subjetivas da região percebida e vivida.

Outra questão importante de se observar é que as regiões de cunho dialético não são estáticas, diferenciando-as das regiões de lógica formal. Santos (2002, p. 165) mostra a importância de uma abordagem em movimento da região, dizendo que

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial.

Esse movimento contínuo dos fenômenos é uma característica fundamental da dialética. As regiões passam a ser estudadas a partir dos processos e não pelo seu conjunto harmônico, críticas às regiões pautadas em padrões físicos e/ou sociais estáticos são estabelecidas, a neutralidade científica que o método hipotético-dedutivo pregava também passa a ser extremamente questionada.

Um grande geógrafo que em muitos de seus trabalhos regionais usou a dialética foi Milton Santos. Vale salientar que sua obra passa por inúmeras linhas teórico-filosóficas. A partir da análise de alguns de seus pensamentos sobre região, nota-se inúmeras contradições, leis e categorias da dialética, bem como pares dialéticos. Segundo Santos (1988, p. 46), para a compreensão de uma região deve-se “[...] penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.”. É possível perceber a lógica dialética no trabalho do professor Milton, também, a partir de alguns

¹¹ “A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade lógica nem como totalidade harmônica. Foi concebida como totalidade histórica” (Lencioni, 1999, p. 164).

pares dialéticos que se fazem necessários para a análise regional miltoniana. Podemos aqui destacar as horizontalidades e verticalidades, que vieram a superar as ideias dos pares dialéticos fixos e fluxos, espaço-tempo, matéria e consciência, pobreza-riqueza, forma-função, processo-estrutura, entre outros que podem ser encontrados no decorrer de toda sua obra.

Por fim, a ideia central dessa exposição é refletir sobre as formas de se pensar e fazer região a partir de uma visão dialética. Com isso, percebe-se que essa forma de fazer e pensar leva a caminhos de uma região como processo e produto da sociedade, onde o modo de produção defronte as relações locais irão influenciar a formação das regiões. Essas, são vistas enquanto unidades espaciais onde se materializam as singularidades, particularidade e universalidade de um todo, a região é dialeticamente uma singularidade e totalidade, um construto local e global. Podemos dizer que os trabalhos regionais nesse método buscam compreender o conteúdo que forma a região e, geralmente, voltam-se para os conteúdos econômicos, políticos e ideológicos gerados pelo, e contra, o modo de produção hegemônico de forma a entender, criticar e mudá-lo.

2.3: A tradição do método hermenêutico e sua forma de fazer e pensar região.

Tentar pensar sobre método é uma tarefa difícil, sobretudo quando o método é extremamente filosófico, como é a hermenêutica. Essa, na Geografia, geralmente está relacionada a trabalhos de cunho fenomenológico e decerto há inúmeras fenomenologias, que irão buscar interpretar a realidade de inúmeras formas, logo, tudo vem a se revelar de forma extremamente rica e diversa. E toda vez que me deparo com diversidade, me perco e desapareço, há quem se destaque, mas eu não sou desses. Logo, muita calma ao ler.

As raízes da palavra hermenêutica residem no verbo grego *hermeneuein*, que significa expressar em voz alta, explicar, interpretar ou traduzir. A palavra interpretação deriva da mesma palavra grega da qual hermenêutica deriva, ou seja, elas são etimologicamente parecidas (Schmidt, 2013). Leão (1997, p. 45) traz a seguinte perspectiva sobre a palavra:

O verbo *hermeneuein* significa transmitir, trazer mensagens. Ho hermeneús, o mensageiro, pode ser posto em referência com Hermes, o mensageiro dos deuses. Ele traz e transmite a mensagem do destino que trama as vicissitudes da história dos homens.

Ricoeur (1965, p. 18 *apud* Palmer 2006) diz que “Por hermenêutica entendemos a teoria das regras que governam uma exegese, quer dizer, a interpretação de um determinado texto ou conjunto de sinais susceptíveis de serem considerados como textos”. Isso nos leva a dizer que a hermenêutica surgiu como método de interpretação de textos jurídicos e bíblicos, que eram considerados textos de difícil leitura. É válido salientar que “Nem toda interpretação é uma hermenêutica,” (Leão, 1997, p. 45) pois tal método, desde seu princípio, não se trata apenas de interpretação em qualquer nível cognitivo. Podemos dizer que a hermenêutica contém um esforço teórico para se compreender algo do mundo subjetivo ao mundo comum. Por exemplo, quando era requisitada a utilização do método para interpretação de textos jurídicos e bíblicos era porque algo precisava ser revelado de forma clara e mais precisa possível e, nesse momento, sem colocar subjetividades no objeto.

Podemos dizer que a hermenêutica trata de interpretação e Palmer (2006, p. 20) diz que interpretar é um ato inerente ao existir humano, pois

Na verdade, desde que acordamos de manhã, até que adormecemos, estamos a «interpretar». Ao acordar, olhamos para o despertador e interpretamos o seu significado: lembramos em que dia estamos e ao compreender o significado desse dia estamo-nos já a lembrar do modo como nos situamos no mundo e dos planos de futuro

que temos; levantamo-nos e temos que interpretar as palavras e os gestos das pessoas que contactamos na nossa vida diária.

Palmer (2006, p. 43) diz que a hermenêutica moderna pode ser definida por seis linhas, sendo elas: 1) uma teoria da exegese bíblica; 2) uma metodologia filológica geral; 3) uma ciência de toda a compreensão linguística; 4) uma base metodológica dos *Geisteswissenschaften*; 5) uma fenomenologia da existência e da compreensão existencial; 6) sistemas de interpretação, simultaneamente recolectivos e iconoclasticos, utilizados pelo homem para alcançar o significado subjacente aos mitos e símbolos. Palmer, de forma simplificada, diz que também podemos chamar essas linhas de “ênfase bíblico, filológico, científico, *geisteswissenschaftliche*, existencial e cultural” e que cada uma dessas linhas vai se preocupar e trabalhar com um espectro diferente da interpretação.

As primeiras referências ao termo hermenêutica estão assentadas em autores como Platão e Aristóteles¹², esse último em seu tratado chamado *Peri hermeneias*. Segundo Kisse (2012, p. 4), é na obra de Aristóteles “[...] que veremos referências mais explícitas ao termo, quando, em seu tratado intitulado *Peri hermeneias* (título dado posteriormente a um texto inacabado), ele fala justamente da questão da interpretação, enquanto possibilitada pelo *logos*, que faz descoberta uma coisa, de torná-la acessível ao intérprete”. Após Aristóteles, a hermenêutica seguiu no campo teológico, sendo uma técnica de interpretação de textos usada por pensadores como, por exemplo, Santo Agostinho, que fazia uma interpretação do texto da Bíblia com um tipo de hermenêutica exegética, em que o ponto de partida para a análise do texto eram as ideias da Igreja (Kisse, 2012).

A primeira linha da tradição hermenêutica, como falamos anteriormente, surge como exegese bíblica, ou seja, ela era entendida como caminho e orientação para a interpretação de textos bíblicos. Após isso, ela é desenvolvida como metodologia filológica, que seria uma versão da hermenêutica bíblica mais pautada em “técnicas de análise gramatical de grande requinte e os intérpretes comprometeram-se mais do que nunca num conhecimento total do contexto histórico das narrações bíblicas” (Palmer 2006, p. 49).

Na tentativa de superar a hermenêutica enquanto técnica e conjunto de regras e sistematizá-la enquanto “uma ciência que descreve as condições da compreensão, em qualquer diálogo” (Palmer 2006, p. 50), surge a linha da hermenêutica como ciência da compreensão

¹² Aristóteles define *hermeneia* referindo-se à operação da mente que formula juízos que têm a ver com a verdade ou falsidade das coisas (Palmer, 2006, p. 31).

linguística, “cujos princípios possam servir de base a todos os tipos de interpretação de texto” (Palmer 2006, p. 50).

Alguns possíveis expoentes dessa linha são Johann Conrad Dannhauer que, segundo Miranda (2016), foi um dos primeiros a propor uma teoria que trabalhasse a hermenêutica de modo universal, analisando qualquer objeto independentemente da sua origem, pois à época ela era vista como técnica de forma fragmentada para cada setor, ou seja, existia uma hermenêutica teológica, outra jurídica, entre outras. Contudo, como Johann não concretizou essa proposta, ela “[...] não teve influência concreta no desenvolvimento da hermenêutica” (Costa, 2008, p. 86). A ideia da hermenêutica como um método universal de Dannhauer baseia-se na ideia de que “Tudo o que se pode saber, tem alguma ciência filosófica correspondente. O modo de interpretar é algo que se pode saber. logo: o modo de interpretar tem alguma ciência filosófica correspondente” (Dannhauer, 1652, p. 10. *apud* Miranda, 2016, p. 26).

Após Dannhauer, Georg Friedrich Meier deu mais um passo nos estudos de uma hermenêutica universal, tentando desvinculá-la da mera interpretação de textos teológicos. Esse autor salientou que a hermenêutica não deveria ser restrita a textos, mas se estender à interpretação de todos os sinais. Baseado em Jean Grondin (1999), Miranda (2016, p.30) explica que “[...] sinal não é algo especificamente lingüístico, cada coisa no mundo é um sinal, um caráter, pelo qual a realidade de uma coisa pode ser reconhecida.” Dessa forma, é desenvolvida a característica da universalidade na hermenêutica a partir do caráter universal do sinal, pois tudo que pode ser conhecido é mediado por sinais, estes que a hermenêutica tentará interpretar. “Interpretar, portanto, é reconhecer o sentido pelo sinal, é poder ordená-lo segundo a característica universal de todas as coisas” (Miranda, 2016, p. 30).

Schleiermacher, um dos teóricos mais importantes da hermenêutica no período da Modernidade, particularmente a partir do Iluminismo, participou de um movimento em que a hermenêutica passa a ser mais estudada no campo científico e desvinculada do campo teológico. Schleiermacher é um dos responsáveis pelo desenvolvimento da hermenêutica moderna, pautada na crítica à razão iluminista. Foi Friedrich Schleiermacher que, segundo Ricoeur (1990), desenvolveu uma hermenêutica de característica crítica e romântica, em que o autor não buscava fundamentos racionais para a interpretação, mas tentava entender individualidades do texto e do seu autor no processo de criação, uma forma de hermenêutica restauradora.

Romântica por seu apelo a uma relação viva com o processo de criação e crítica por seu desejo de elaborar regras universalmente válidas da compreensão. Talvez, toda hermenêutica fique sempre marcada por essa dupla filiação romântica e crítica, crítica e romântica. Crítica é o propósito de lutar contra a não-compreensão em nome do famoso adágio: “há hermenêutica, onde houver não-compreensão”; romântica é o

intuito de compreender um autor tão bem, e mesmo melhor do que ele mesmo se comprehendeu (Ricoeur, 1990, p. 21).

Schleiermacher também propõe uma sistematização metodológica para uma hermenêutica universal; essa metodologia contribuiria para uma interpretação geral de textos, sendo eles orais, escritos, religiosos, mundanos, modernos ou antigos. Isso porque, apesar da particularidade de cada objeto, o início do processo e o objetivo seriam universais. Nesse sentido, a universalidade estaria no mal-entendido¹³, início de toda interpretação e aplicação do método hermenêutico, que tem o objetivo de superar esse mal-entendido e diminuir a distância entre autor e leitor (Miranda, 2016). Com essa linha da hermenêutica, o autor “[...] marca o começo da «hermenêutica» não disciplinar [...] Pela primeira vez a hermenêutica define-se a si mesma como estudo da sua própria compreensão. Quase podemos dizer que o que aqui é típico da hermenêutica emerge historicamente do seu parentesco com a exegese bíblica e com a filologia clássica” (Palmer 2006, p. 50).

Assim, a linha da hermenêutica atua como base metodológica para as *geisteswissenschaften*, ou seja, como base para “todas as disciplinas centradas na compreensão da arte, comportamento e escrita do homem” (Palmer 2006, p. 50). O maior nome dessa linha da hermenêutica foi Dilthey. Segundo Schmidt (2013), Dilthey foi o primeiro a desenvolver a hermenêutica como método para as ciências do espírito, melhor dizendo, para as ciências humanas, pois acreditava que os métodos das ciências naturais não eram apropriados para as ciências sócio-históricas, uma vez que ele acreditava que seria impossível ter acesso ao conhecimento histórico através de métodos objetivos.

Dilthey defendia que a interpretação das expressões essenciais da vida humana, seja ela do domínio das leis, da literatura ou das Sagradas Escrituras, implica um acto de compreensão histórica, uma operação fundamentalmente diferente da quantificação, do domínio científico do mundo natural; porque neste acto de compreensão histórica está em causa um conhecimento pessoal do que significa sermos humanos (Palmer 2006, p. 50).

Dilthey, ainda segundo Schmidt (2013), tentando suprir a distância entre intérprete e interpretado, desenvolveu esse método para fazer a interpretação de todas as criações e atos

¹³ Miranda (2016, p. 55) explica que a “questão do erro, da má compreensão, do engano se apresenta a todo instante ao intérprete, trata-se de algo inevitável que está para além da vontade daquele que se dispõe a compreender algo. Sendo assim, Schleiermacher afirma que o que é universal, de fato, é o engano, o erro, o logro, enfim, o mal-entendido.”

humanos, incluindo a história e a interpretação da vida humana, pois ele entendia que a compreensão era “a palavra-chave para os estudos humanísticos” (Palmer, 2006, p. 112).

Tal concepção de hermenêutica implica uma crítica radical do ponto de vista da filologia, pois procura ultrapassar o conceito de hermenêutica como conjunto de regras, fazendo uma hermenêutica sistematicamente coerente, uma ciência que descreve as condições da compreensão, em qualquer diálogo. O resultado não é uma hermenêutica filológica, mas uma hermenêutica geral cujos princípios possam servir de base a todos os tipos de interpretação de texto (Palmer, 2006, p. 50).

A hermenêutica de Dilthey ampliava a característica da interpretação de textos, pois ele a concebia como uma forma de buscar a compreensão da realidade histórica do homem. Posto isso, em um momento em que ele contrariava, mas também era influenciado pelos métodos aliados ao positivismo, o autor buscava mostrar a científicidade das ciências do espírito, tentando desvinculá-las das compreensões pautadas pelo empirismo exacerbado. Segundo Miranda (2016, p. 65), nas palavras de Dilthey, “[...] toda a realidade (isto é, todos os fatos externos, tanto objetos como pessoas) se encontram sob os condicionamentos da consciência. Sem as referências ao contexto psíquico, no qual estão fundamentadas as suas relações, as ciências do espírito são um agregado, um embrulho, mas não um sistema.”

A hermenêutica de Dilthey comprehende a realidade histórica através das internalidades dos homens, pois acreditava que a realidade era fruto da consciência de cada homem, assim, as coisas externas ao homem só seriam capazes de existir por causa da própria consciência do homem sobre elas. Dessa forma, ele buscaria entender o todo a partir das partes e vice-versa. Creio que a partir das experiências individuais, seriam formados nexos entre elas que levariam à compreensão do conhecimento da realidade histórica.

o mundo histórico conduz, por meio da auto reflexão, a uma vitalidade de vitoriosa espontaneidade, a um nexo não passível de formulação pelo pensamento, mas analiticamente apresentável na vida individual e na interação; finalmente, leva a um nexo mais elevado, de tipo especial que transcende os recursos científico-naturais; este nexo precisa ser salientado e proclamado com vigor se é que nos interessa o reavivar de sua importância superior, consciente do próprio valor (Dilthey, 1989, p. 156 – 157 *apud* Miranda, 2016, p.67).

A próxima tradição da hermenêutica é como fenomenologia do *Dasein* e da compreensão existencial. Essa vinculação, muito presente na Geografia, se inicia com Heidegger, teórico que trabalhou a hermenêutica com as concepções influenciadas pela fenomenologia da presença cotidiana do homem no mundo pautada em Husserl, essa que tem como pressuposto a ausência radical de pressupostos.

Com Heidegger, a hermenêutica mudará de objeto, de vocação e de estatuto. Primeiramente, mudará de objeto, deixando de incidir sobre os textos ou sobre as ciências interpretativas para incidir sobre a própria existência. Podemos falar, então, de uma virada existencial da hermenêutica. Ela também mudará de vocação, porque a hermenêutica deixará de ser entendida de maneira técnica, normativa ou metodológica (Grondin, 2012, p. 38).

Para o autor, a hermenêutica não é mais uma solução das ciências humanas e sim uma fundamentação, ou explicação, fenomenológica para a busca da dinâmica existencial do ser, ou seja, a hermenêutica em Heidegger é existencial, sendo intitulada de “[...] hermenêutica da facticidade, que tem por objetivo a desconstrução das estruturas sedimentadas pela tradição e pela lida cotidiana que engessam as compreensões ordinárias do ser-aí em relação ao ser” (Miranda, 2016, p. 91), ou seja, tem como objetivo investigar quais fatos são relevantes para o homem em sua experiência existencial. Palmer (2006, p. 51) diz que Heidegger “apresenta uma ontologia da compreensão; a sua investigação é de carácter hermenêutico, quer nos conteúdos quer no método”, pois a interpretação e a compreensão “são modos fundantes da existência humana”.

Baseado em Heidegger, seu discípulo Gadamer, entendendo a hermenêutica como um princípio básico da vida humana, pensará a interpretação como forma de experiência, relacionando-a com a estética e com a filosofia do conhecimento histórico, trabalhando as relações da linguagem com o ser (Kisse, 2012). Gadamer tem uma certa posição contra a possibilidade de a verdade estar contida no método científico, pois, para ele, atitudes guiadas pelo racionalismo são incompetentes para embasar fundamentos da compreensão.

A práxis de uma ciência viva [...] não é mera aplicação de um saber e de métodos a um objeto qualquer. Só quem adota a perspectiva de uma ciência é que sente a premência das questões [mundanas]. Todo historiador das ciências sabe até que ponto os problemas pessoais, as experiências intelectuais, as necessidades e esperanças de uma época determinam a orientação e o interesse da ciência e da investigação. [...] Isso não significa que se menospreze ou se limite o rigor metodológico da ciência moderna. As denominadas ciências hermenêuticas ou ciências do espírito estão sujeitas aos mesmos critérios de racionalidade crítica que caracteriza o método de todas as ciências, embora seus interesses e procedimentos substancialmente diversos dos que animam as ciências naturais (Gadamer, 2008, p 368 *apud* Miranda 2016 p. 145).

Gadamer acreditava que “[...] a hermenêutica filosófica, haverá de concluir que o compreender só é possível quando aquele que comprehende coloca em jogo seus próprios preconceitos” (Miranda 2016, p. 148), ou seja, a hermenêutica depende não só do objeto

interpretado, mas também do intérprete e da sua prévia relação com o objeto. É um método de mão dupla, em que a interpretação é coproduzida na relação entre objeto e intérprete, de modo que “não há um significado escondido a ser descoberto, mas um sentido a ser produzido em um jogo hermenêutico que coloca o intérprete frente à obra interpretada” (Miranda 2016, p. 164).

[...] a compreensão é menos um método através do qual a consciência histórica se aproximaria do objeto eleito para alcançar seu conhecimento objetivo do que um processo que tem como pressuposição estar dentro de um acontecer tradicional (Gadamer, 1998, p. 462 368 *apud* Miranda 2016 p. 166).

A última tradição hermenêutica aqui abordada é como um sistema de interpretação, simultaneamente recolectivo e iconoclastico, utilizado pelo homem para alcançar o significado subjacente aos mitos e símbolos. O teórico mais conhecido dessa linha é Ricoeur, que pensava a hermenêutica como “[...] sistema pelo qual o significado mais fundo é revelado, para além do conteúdo manifesto” (Palmer, 2006, p. 52). Essa linha também não se limita a textos escritos, tudo que pode ser interpretado ganha a condição de texto. “O objecto de interpretação, i. e., o texto no seu sentido mais lato, pode ser constituído pelos símbolos de um sonho ou mesmo por mitos e símbolos sociais ou literários” (Palmer, 2006, p. 52). Por exemplo, os sonhos são interpretados por um tipo de hermenêutica chamada psicanálise: “todos os elementos de uma situação hermenêutica estão nela contidos: o sonho é o texto, um texto cheio de imagens simbólicas, e o psicanalista usa um sistema interpretativo para produzir uma exegese que traga à superfície o significado oculto” (Palmer, 2006, p. 52). Ricoeur trabalha a hermenêutica em dois sentidos, um que se empenha de forma amorosa para recuperar o significado das coisas e outro que embate o significado falso das coisas para desconstruí-lo.

Em um sentido mais geral, Rego (2001) diz que alguns autores, como Gilbert Durand, dividem a hermenêutica em duas vertentes: as chamadas hermenêuticas arqueológicas e as hermenêuticas instauradoras. A hermenêutica arqueológica descobre o que estava soterrado, algo do passado que se transformou ou construiu aquele símbolo analisado; um exemplo dessa hermenêutica é a psicanálise. Já as hermenêuticas instauradoras têm uma direção inversa. Elas pegam um determinado conjunto de símbolos e veem isso não como um ponto final ou um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para o planejamento de um futuro. Um exemplo é a hermenêutica de Bachelard, com suas poéticas do devaneio (Rego, 2001).

Como exemplo, refiro-me novamente a Durand, quando ele contrasta Bachelard e Freud. Durand refere-se à linguagem literária. Enquanto para Freud a literatura pode ser analisada em termos de um sintoma resultante da vida do escritor e, nesse sentido, Freud vai encontrar os problemas do psiquismo, das neuroses, agindo sobre a feitura da obra literária, produzindo essa obra literária; Bachelard, ao contrário, vai enxergar

na obra literária não o passado, não a história do homem que a escreveu, mas um ponto de partida para a instauração de um outro mundo, de um outro tipo de vida, e sua hermenêutica, então, não é tanto uma hermenêutica que procura analisar essa literatura como se fosse uma espécie de fato último, mas sim como um ponto de partida a partir do qual ele próprio, o intérprete, pode continuar a criar outra vida, outro mundo (Rego, 2001, p. 172).

Por uma perspectiva diferente, outros autores, como Paul Ricoeur e Gadamer, não fazem essa separação, ou seja, a hermenêutica é uma, é ponto de chegada e de partida ao mesmo tempo, com um diálogo entre as interpretações para entender o passado e a interpretação para continuar um novo futuro (Rego, 2001). Logo podemos ver que há diferentes formas de se trabalhar com a hermenêutica, desde uma forma mais técnico-instrumental até uma forma mais teórica e outra baseada na experiência existencial.

Na Geografia, os trabalhos regionais pautados unicamente no método hermenêutico tendem a seguir as premissas filosóficas da fenomenologia, então as formas de fazer e pensar região vão variar muito a depender do autor fenomenológico no qual o pesquisador se pautará. Contudo, de modo geral e sintetizado, as regiões hermenêutico-fenomenológicas vão ter suas características fundantes embasadas na interpretação das percepções e representações do espaço geográfico vivido, esse espaço constituído pela intersubjetividade, pelas experiências estéticas, pela relação afetiva, pelo imaginário social e pelo cotidiano (Lencioni, 1999). Serpa (2019, p. 15) diz que, para Relph, o primeiro a trazer a fenomenologia de Husserl para as pesquisas geográficas, o mundo vivido não seria o experienciado no empírico de sentido banal, pois os significados desse mundo vivido deveriam ser descobertos. Dessa forma, as regiões e os estudos regionais são centradas em uma perspectiva humanista, debruçando seu conceito nas redes de relações intersubjetivas experienciadas no cotidiano do mundo social.

Em Haesbaert (2010), podemos identificar características de pesquisas regionais com o método hermenêutico quando ele trata das Geografias pós-estruturalistas, que seriam, basicamente, desenvolvidas por geógrafos que valorizariam os contextos e se desvincilhariam das generalizações, importando-se muito mais com o vivido e com outras narrativas geográficas não hegemônicas. Em Lencioni (1999), é explicitado que as regiões dessa linha realmente não advêm de generalizações, mas sim de individualidades e subjetividades coletivas. Por sua vez, Serpa (2019, p. 9) diz que “A relação entre Geografia e fenomenologia permite entrever uma produção situada do conhecimento Geográfico[...]”, desse modo, podemos dizer que a região surgiria a partir de um fenômeno de escala mais singular e tomaria forma diante de eventos particulares que são as representações e significações coletivas.

Outra característica são os notáveis contrapontos e críticas perante os métodos vinculados ao positivismo. Lencioni (1999, p. 151) diz que os trabalhos dessa linha teórico-

metodológica questionavam “[...] a ausência da dimensão pessoal e subjetiva [...]”. Como escrevemos em tópico anterior, os trabalhos da tradição hipotético-dedutiva tentavam se mostrar isentos de qualquer influência pessoal ou política, argumentando que nenhum de seus valores, sentimentos e percepção estariam presentes. Nesse sentido, trabalhos geográficos da tradição hermenêutica afirmam “[...] que a consciência diante de qualquer objetificação científica é sempre uma consciência engajada, negação de qualquer imparcialidade” (Lencioni 1999, p. 151). Essa imparcialidade advinda das pesquisas da tradição hipotético-dedutiva pode estar relacionada ao enfoque físico-natural. Em contraponto, na perspectiva da tradição hermenêutica, o enfoque está no mundo vivido que é “[...] social, e/ou cultural, é um contraponto ao mundo natural predeterminado [...]” (Relph, 1979 p. 3-6 *apud* Serpa 2019, p. 15).

É possível identificar em Bezzi (2004) que, ao seguirem caminhos hermenêuticos, pesquisas regionais podem se mostrar como “[...] uma construção mental que, a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos de forma intersubjetiva [...]” e também “[...] concreta, pois é uma realidade vivida, independente da vontade de quem a observa, já que o espaço dá identidade ao grupo” (2004, p. 207; p. 211). Concordando com ela, acredito que o pesquisador, ao se aprofundar em apenas um determinado método, pode cair em algumas armadilhas, a exemplo dos hermenêuticos-fenomenólogos, que devem ter muito cuidado, pois é muito fácil cair em psicologismo e subjetivismo e assim trabalharem uma região e trazê-la como construção mental, como artifício intelectual ou até mesmo ter um romantismo entre o vínculo identitário-existencial e a região, bem como esse método pode revelar regiões concretamente vividas.

Por fim, a ideia central dessa exposição é refletir sobre as formas de se pensar e fazer região a partir de uma visão hermenêutica. A partir dela, pode surgir regiões/regionalizações pautadas na interpretação dos signos e símbolos nascidos das percepções, interações, comportamentos e intersubjetividade manifestadas partir da relação entre o homem e seu entorno, durante seu cotidiano existencial. Esse método, ao priorizar a análise das estruturas espaciais que são influências e influenciam a experiência humana, na vinculação com esse método, a geografia se mostra como uma ciência das essências.

2.4: Hibridismo de métodos como possibilidade de pensar e fazer região

O que caracteriza um conhecimento enquanto científico ou não-científico? O que agrupa certos saberes dentro de um todo-ciência? E quais elementos fazem esse todo fragmentar-se internamente, mantendo, ou por vezes, perdendo, totalmente, alguma coerência existencial? São perguntas extremamente difíceis de se responder, há muitos filósofos e cientistas das ciências que trabalharam toda uma vida, tecendo elementos para algumas possíveis explicações. Dentre essas ideias, epistemologias separatistas se destacam, estas tendem a demarcar, qualificando ou desqualificando, conhecimentos a partir de determinados critérios, iremos aqui pensar resumidamente algumas.

Bachelard (2000), por exemplo, diz que a ciência é uma ruptura com o senso comum feita através da sistematização do conhecimento. Nota-se aqui, que a diferença entre ciência e não-ciência é posta como a forma que se dá a relação do sujeito, como o objeto conhecimento, ou seja, para ser científico a relação sujeito-objeto deve ser mediada pelo método que irá sistematizar e organizar determinado conhecimento. Bachelard (2000), enfatiza essa ideia ao dizer que a ciência racionaliza o saber, através da sistematização e coordenação, assim demarcando uma ruptura ao qualificar o científico como “interesses do espírito” e desqualificar outros tipos de racionalidade como “interesses da vida”, ou seja, o que perpassa pela depuração do método é apreciado e o que resta é deslegitimado (Stengers, 2002).

Diferente da ideia de ruptura, Popper (1999), demonstra uma percepção de continuidade entre a ciência e o senso comum, pois “Toda ciência e toda filosofia são senso comum esclarecido” (Popper, 1999, p. 42). Mas, ainda assim há a demarcação clara entre estes, que acontece “pelo método de experiências e eliminação de erros, ou por conjectura, refutação e correção própria (‘autocorreção’)” (Popper, 1999, p. 81). Em outras palavras, a demarcação entre ciência e pseudociência é feita pela depuração do método de falseamento, pois a construção contínua de hipóteses e sua comparação com a realidade são elementos fundamentais que trarão o progresso científico através da substituição de teorias que foram verificadas e falsificadas.

Para Kuhn (2011), a ciência será demarcada a partir de um paradigma vigente, esse entendido como um conjunto de crenças, práticas e padrões aceitos por uma comunidade científica em determinado momento histórico, (Stenger, 2002, p. 12) diz que o paradigma é um “[...]modelo prático e teórico a um só tempo, que se impõe pela força da evidência [...]” Kuhn (2011, p. 13), esclarece ao falar que a caracterização do paradigma vem das “[...]realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e

soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Ou seja, a ciência será demarcada pelas formas de fazer (método) e formas de pensar hegemônica dos cientistas de um dado momento.

Dentro da epistemologia de Kuhn, temos que ressaltar a ideia de *incomensurabilidade*, esse conceito diz respeito a incapacidade de comunicação entre paradigmas diferentes, a lógica científica por trás de paradigmas distintos é tão diferente, que dois cientistas, da mesma área, que possam estar em paradigmas distintos não irão conseguir dialogar. Na Geografia, a evidência disso é claramente observável, pois a especialização é tão intensa que dentro da mesma ciência o diálogo entre especialistas em humanas e especialistas em físicas muitas vezes beira o impossível, visto que o vocabulário de cada partimento destoa estridentemente, podendo ser observada por exemplo nas interações de um geógrafo-fenomenólogo e um geógrafo-físico.

Lakatos (2014), por sua vez, demarca a ciência através do conhecimento que é produzido dentro dos *programas de pesquisa científica*. A ideia de *programas de pesquisa* se assemelha a estrutura base dos paradigmas de Kuhn¹⁴, pois podemos defini-los como um conjunto de diretrizes e teorias que apontam os caminhos a serem seguidos, ou não, pelo cientista. A diferença fundamental entre Lakatos e Kuhn é muito mais explícita na estrutura de pensamento usada para explicar a evolução da história das ciências, mas não é isso que queremos trabalhar aqui. O que interessa saber é que a demarcação de ciência e não-ciência de Lakatos é constituída, também, por uma estrutura que pela “[...]decisão metodológica de seus protagonistas” (Lakatos 2014, p. 133) demonstra e impõe as formas de fazer e pensar que se configura como científica, ou não.

Em todos esses autores é notável que o método (forma de fazer), além de outros elementos que esses autores trabalharam em toda sua vida, é um elemento muito importante na hora de delimitar o saber científico. Sinto que, em uma visão externa e mais generalista das ciências, cabe ao método desempenhar a função de um componente agrupador e delimitador de saberes. Dialeticamente, o método, ao mesmo tempo em que organiza o saber científico, também atua como fator de desagregação e setorização entre os cientistas. No caso da Geografia, observa-se que as principais divisões desse campo decorrem justamente das diferenças metodológicas, o que pode ser bem compreendido à luz da noção de incomensurabilidade de Kuhn.

¹⁴ A história das ciências tem sido, e deve ser, uma história de programas de investigação competitivos (ou, se quiserem, de paradigmas), mas não tem sido, nem deve vir a ser, uma sucessão de períodos de ciência normal: quanto antes se iniciar a competição, tanto melhor para o progresso. (Lakatos. 1970, p. 69).

Essa setorização da Geografia se dá pela lógica formal-positivista que se pensa o método, desde questões que vão da ideia de um método único, a-histórico e universal para as ciências até a crença de que o rigor metodológico é seguir receitas pré-estabelecidas. Em Moreira (2012), percebemos que a fragmentação interna da Geografia acontecia, inicialmente, na era clássica, quando ela se dividia em escolas, e cada escola possuía um método e uma visão relativamente diferente. Mas, essa ainda era de forma macro, os geógrafos ainda eram generalistas e tentavam teorizar o todo. O que aconteceu para além da partilha escolar, foi a segmentação disciplinar (geógrafos urbanos, regionais, agrários) que especializou ainda mais as formas de fazer e pensar a Geografia.

É após a Segunda Guerra Mundial, que se intensifica a setorização disciplinar, tendo sua gênese nos anos 1950 e consolidação a partir dos anos de 1960 e 1970 (Moreira, 2010), com as Geografias pragmáticas sendo alçadas a hegemonia, e a sua predisposição em resolver problemas práticos e cotidianos da modernidade de forma especializada, com “O progresso dos suportes do trabalho científico, as novas necessidades dos utilizadores e a mudança do objeto da atividade científica trouxeram consigo a necessidade do novo.” (Moreira, 2009, p. 82). Assim, a segmentação tão presente na atualidade, a ponto de a USP ter uma separação espacial para as aulas da Geografia Física e Humana, se torna o comum, Moreira (2012, p. 43) nos abre os olhos ao trazer críticas a esse padrão, dizendo que “O defeito desse modelo é o abandono da prática de pensar o todo, que, mesmo que fosse um pedaço regional, fazia a fortuna da tradição das escolas. E o ilhamento do geógrafo nos seus compartimentos fechados.” E reforça os defeitos da setorização ao dizer que isso resulta no “isolamento e guetização dos geógrafos em compartimentos estanques, além de fomentar uma plethora de dicotomias, umas declaradas, outras disfarçadas” (Moreira, 2012, p.43).

Mas, Moreira (2010), diz que desde 1940, na geografia nacional, há obras que demonstram sinais de integração e totalidade em suas abordagens em busca de se entender algum objeto de forma generalista. A *Geografia da fome* (1946), de Josué de Castro, é um grande exemplo dessa abordagem ampla e não setorizada. “Mais que uma exceção, é um dos exemplos do esforço de buscar dentro da Geografia integrada de então a teoria geral aplicada que forneça com olhos, vocabulário e linguagem de Geografia uma visão de totalidade do Brasil” (Moreira, 2010, p. 81). Em seus trabalhos expostos em *Domínios de natureza no Brasil, potencialidades paisagísticas* (2003), Aziz Ab’ Saber, também demonstra esse teor híbrido e totalizador, indo de contra a segmentação ao trabalhar aspectos físicos e humanos como um todo.

Entre outras obras que seguem essa abordagem, destaca-se *A natureza do espaço* (1996) de Milton Santos, no qual o autor se dedica a teorizar sobre a totalidade do espaço. Nessa obra, Santos, transmite uma personalidade híbrida e abrangente, evidenciando seu domínio em diversos métodos, como a dialética, a Hermenêutica fenomenológica, o positivismo e também seu domínio da Geografia de forma holística, sem segmentações disciplinares. Dessa maneira, ele não apenas recria, mas também inova a forma de conceber o espaço de maneira integrada.

Todos os autores que buscam reconectar essa Geografia segmentada, que tentam chegar em um holismo geográfico, apresentam característica de um *anarquismo epistemológico* (Feyerabend, 2007). Anarquismo no sentido de transgredir e violar a ideia de um método, ou uma disciplina, de forma fixa, imutável e obrigatória. Feyerabend (2011) ao explorar o cenário científico, constatou que muitos avanços fundamentais não foram resultado de uma metodologia estruturada ou de um caminho linear e previsível. Pelo contrário, as descobertas muitas vezes surgiram a partir de acasos, inspirações inesperadas e até mesmo erros que conduziram a caminhos não planejados.

Feyerabend (2011), alerta que o *anarquismo epistemológico* que ele trabalha se difere do anarquismo ingênuo. O anarquista, ingênuo ao perceber a natureza restrita de quaisquer normas e padrões científicos, conclui que estes carecem de valor, negando completamente a validade de qualquer forma de autoridade ou estrutura organizada, sem considerar as complexidades e nuances envolvidas assim, optando por abandoná-los completamente, sem maior reflexão crítica, apenas por posição dogmática. Logo, a postura de um anarquista epistemológico não está atrelada a desqualificação de qualquer tipo de conhecimento ou método e sim em entender que não há a necessidade de se fixar cegamente em regras e padrões, deixando a mente aberta para abraçar a diversidade de métodos e abordagens.

Esse anarquismo, trabalhado por Feyerabend, não quer dizer que a ciência deve ser feita sem rigor, de forma arbitrária e sem a existência de procedimentos metodológicos bem explícitos. Ao contrário, ele propõe uma maior liberdade e abrangência nas formas de se fazer ciência, mas ainda mantendo o rigor e a seriedade que a ciência necessita. Pois, todas regras têm seus limites e não há uma ‘racionalidade’ abrangente”, mas não “deveríamos proceder sem regras e padrões” (Feyerabend , 2007, p. 310-311).

[...] uma ausência de padrões ‘objetivos’ não significa menos trabalho; significa que os cientistas têm que checar todos os ingredientes de sua profissão e não apenas aqueles que filósofos e cientistas que aderem ao sistema consideram characteristicamente científico. Assim, os cientistas já não podem dizer: já temos os métodos e padrões corretos de pesquisa – agora só precisamos aplicá-los e (Feyerabend, 2010, p. 337-338).

Uma questão muito interessante levantada por aqueles que criticam Feyerabend, é dizer que suas ideias levam a uma ciência caótica, desordenada e sem regras, mas é um engano interpretá-lo dessa forma. O autor afirma que a crítica central dele é contra regras que cerceiam a liberdade dos pesquisadores, com o discurso de verdade e universalidade, “

Seu ponto se assemelha com o de Lefebvre, (1993, p.103), ao falar que o método é “um caminho que se faz a si mesmo”, pois Feyerabend acredita no método sendo produzido no caminhar da pesquisa.

[...] não significam que a pesquisa é arbitrária e desgovernada. Existem padrões, mas eles surgem do próprio processo da pesquisa, e não de visões abstratas de racionalidade. É preciso engenhosidade, tato, conhecimento de detalhes para chegar a uma avaliação bem fundamentada dos padrões existentes e para inventar novos, bem como é preciso tudo isso para chegar a uma avaliação bem fundamentada das teorias existentes e para inventar novas (Feyerabend, 2011, p. 123).

Seguindo a linha do pensamento de Feyerabend, não se constitui aqui um juízo de valor sobre o melhor ou pior método, mas uma reflexão acerca das limitações que todos os métodos possuem. Quando o pesquisador está agarrado a um sistema pré-estabelecido, sua pesquisa será limitada tal qual o método seguido, assim sendo mais vantajoso não está ancorado em um padrão e passear pela infinidade de métodos existentes na ciência e assim ir descobrindo o caminho que irá guiar a relação entre sujeito e objeto que ali acontece [3].

Uma pesquisa regional, para ser mais completa possível e chegar em uma região que represente a realidade de forma mais fidedigna, deve ter como parâmetro de pesquisa a totalidade metodológica e disciplinar da Geografia. Pois, seja qual for o objetivo da pesquisa e da região ali apreendida, seja ela um instrumento de ação ou um construto intelectual, deve-se ter a noção de que todos os eventos que ocorrem naquele espaço seguem o princípio de conexão. A existência da região acontece pela conexão ímpar de eventos que acontecem em um determinado espaço, eventos naturais e sociais em sincronia e diacronia. É impossível entender uma região sem a interconexão entre o natural, o intersubjetivo, o econômico, consequentemente é impossível entender a região apenas por um método, as limitações de trabalhos monometodológicos tendem a excluir parcelas da realidade.

A região como artefato (Haesbaert, 2010), é um bom indicativo para um caminho regional híbrido, ao interconectar a região como fato (concreta) e artifício (teórica). Nessa perspectiva, o autor desenvolve o pensamento para romper a dualidade entre a região produzida

como instrumento de ação e a região como construto intelectual, dessa forma trazendo elementos do ideal-simbólico e do material funcional de forma codependente.

Haesbaert (2010, p. 110), sintetiza a região como artefato em 3 pontos principais, sendo eles:

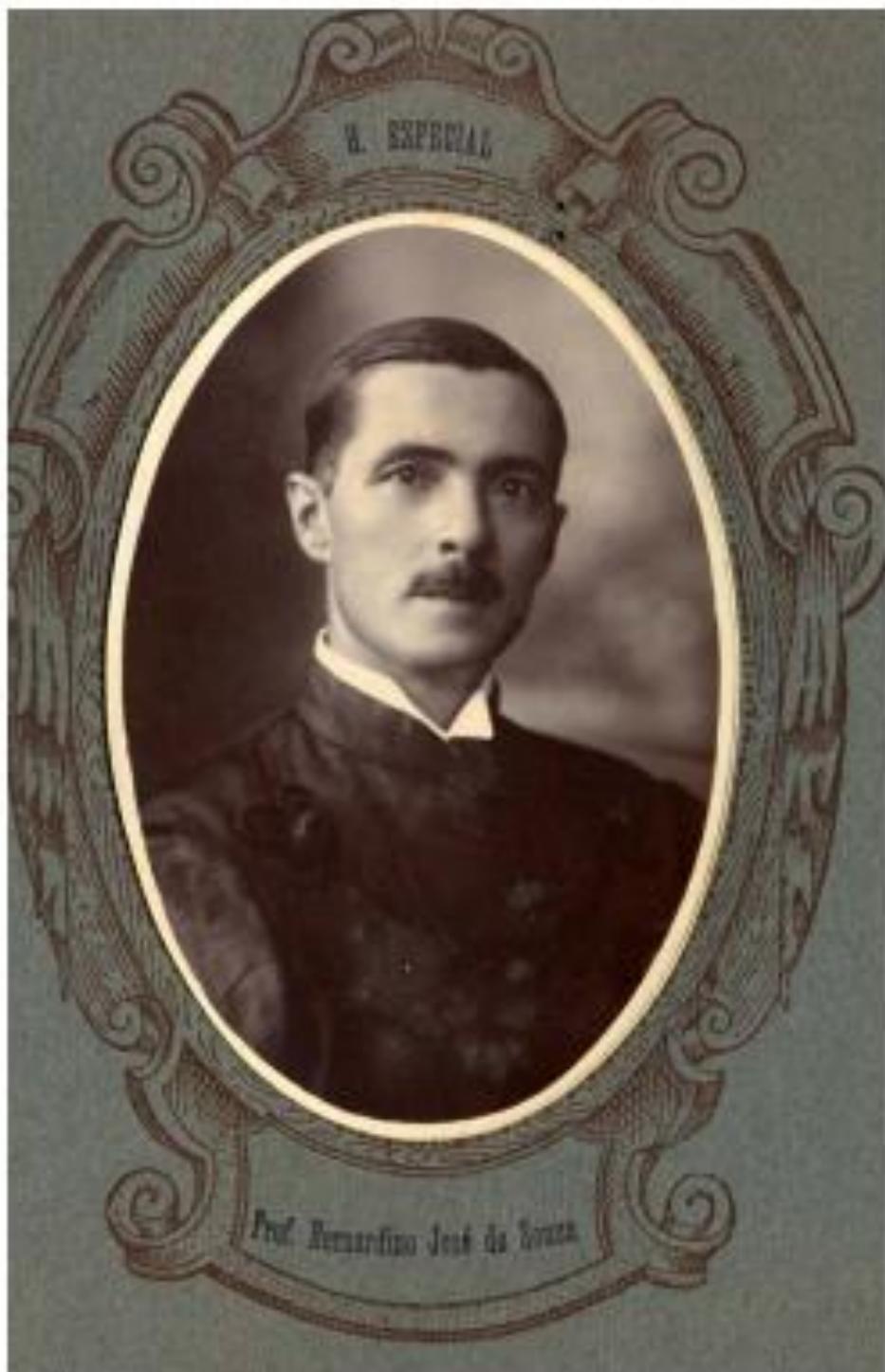
- A região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau quanto das diferenças de tipo ou de natureza, tanto das diferenças discretas quanto das diferenças contínuas;
- A região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de articulação regional, o que implica identificar também, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo;
- A região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (basicamente o Estado, as empresas, outras instituições de poder e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a “ilógica” dos aglomerados resultante principalmente de processos de exclusão e precarização socioespacial (Haesbaert, 2004^a e 2004^b), cuja consideração é hoje, cada vez mais, imprescindível.

Em suma, a ideia central dessa exposição é refletir sobre uma forma de se pensar e fazer região a partir de uma visão generalista e completa do espaço, dando enfoque em todos os eventos, de todas as naturezas, que se relacionam e delimitam um espaço. Uma região deve ser trabalhada sem delimitações metodológicas ou disciplinar, a totalidade deve ser buscada na relação desierarquizada entre objetividade e subjetividade, entre idealização e concretização, entre físico e social. Com isso, os estudos regionais poderiam ser mais completos, seja qual for o objetivo dele. Mas, para isso, como já explicitado aqui, novos métodos devem ser construídos, sem perder a seriedade e o rigor da ciência, concordando com Serpa (2019, p. 96) “[...] para isso, é necessário apostar também no papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico, em uma “poética do espaço” (Bachelard, 1996), pois, afinal, não há como prever mundos e futuros possíveis sem conceber um método para imaginá-los.”

CAPÍTULO III: REGIÃO E ESTUDIOSOS SITUADOS NA BAHIA.

3.1: Bernardino José de Souza e as monografias regionais descritivas (1916)

Figura 4: Bernardino José de Souza



Fonte: IGHB, Arquivo Theodoro Sampaio

3.1.1: Bernardino de Souza quem?

Bernardino José de Souza nasceu em 8 de fevereiro de 1884, no atual município de Cristinápolis, no Estado de Sergipe, mas foi registrado na Bahia no município de Rio Real, antigo município de Barracão. Ele era um homem pertencente à aristocracia rural do império, descendente de famílias importantes dos engenhos açucareiros da Bahia. Por conta de suas origens aristocráticas, Bernardino de Souza teve acesso à boa educação, sendo aluno de Ernesto Carneiro Ribeiro, grande nome no cenário educacional e político baiano, e graduou-se na Faculdade de Direito da Bahia (Sousa, 2017a, 2017b, 2021b).

Iniciou seu contato profissional com a Geografia a partir de 1905, na escola do seu professor Ernesto Carneiro Ribeiro. Também foi professor de história universal e do Brasil na Faculdade de Direito da Bahia e professor catedrático e diretor do Ginásio da Bahia. Foi presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e um dos principais articuladores para a construção do seu edifício (Sousa, 2017^a, 2017b). Estava presente nas reuniões¹⁵ que aconteceram no Itamarati para a institucionalização do Conselho Nacional de Geografia, em 1937, este que viria a se fundir ao Conselho Nacional de Estatística e se tornar o atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CNG, 1939). Também foi responsável pelo primeiro texto de Geografia urbana do Brasil, o *Geografia das cidades*, de 1913 (Vasconcelos, 2019).

Bernardino de Souza era muito engajado nos congressos da ciência geográfica que aconteceram antes e depois da institucionalização do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), tendo participado dos oito congressos que foram promovidos pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e institutos históricos e geográficos estaduais, sendo que no 1º Congresso, ocorrido em 1909, se destacou com o trabalho intitulado *A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física*, sendo um dos principais articuladores do 5º que aconteceu em Salvador e presidiu o 9º em Florianópolis no ano de 1940 (Sousa, 2017a).

O professor, assim como geógrafos como La Blache e Ritter, demonstrava grande preocupação com o ensino de Geografia, que até a setorização da disciplina, nas décadas de 1950/60, era considerado parte estruturante da própria episteme geográfica. Ele escreve para o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (1909) o trabalho, aqui já citado, *A remodelação*

¹⁵ Nessas importantes reuniões, em número de cinco, realizadas respectivamente nos dias 26 e 29 de outubro e 5, 13 e 18 de novembro de 1936, o Governo da União colheu o pensamento concreto dos maiores expoentes da Geografia nacional sobre a constituição do órgão geográfico oficial.

do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física, no qual pedia uma reformulação para o ensino de Geografia baseada nos autores modernos como Morris Davis, Ritter e La Blache. Em 1914, solicitado pelo governo estadual da Bahia, produziu uma proposta metodológica de ensino intitulada *O Ensino Primário de Geografia* (Sousa, 2017a).

Sousa (2017a, p. 8) lista várias obras de cunho geográfico desse autor:

[...] inovadoras no campo do ensino de Geografia, Bernardino de Souza é também autor de livros e artigos como Limites do Brasil (1911); Elogio do Barão de Rio Branco (1912); Por mares e terras (1913); Geografia das cidades (1913), texto pioneiro da Geografia urbana no Brasil; Corografia do estado do Piauí (1913); A Ciência Geográfica: seu conceito e suas divisões (1914); O problema das fontes do Amazonas (1916); O município de Bom Conselho (1916); Onomástica Geral da Geografia brasileira (1927); O pau-brasil na história nacional (1939); Ciclo de carros bois no Brasil (1958), entre outros.

É importante falar que sua carreira política também foi notável, sendo deputado estadual pelo Partido Republicano¹⁶ da Bahia em (1905/1906) e reeleito (1907/1908), foi juiz da Câmara de Reajustamento Econômico, no Rio de Janeiro, em 1934, e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) em 1937 (Sousa, 2017a, 2017b).

¹⁶ Partido que comandou a vida política da Bahia de 1901 a 1906 (Novais, 1973).

3.1.2: Bernardino de Souza quando e onde?

É bom iniciar lembrando que Bernardino de Souza teve uma carreira política muito movimentada, sendo deputado estadual durante a primeira república e ministro do tribunal de contas da União na era Vargas, transitando pelo poder político em dois momentos distintos, Primeira República e Estado Novo (Sousa, 2017a, 2017b). Não só por isso, mas esse envolvimento fará com que sua obra seja influenciada por todo esse momento político e histórico com o qual ele colaborou. Assim, concordando com Bourdieu (1983, p. 125), na ciência, “Todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.)”, logo, talvez, a autoridade que Bernardino de Souza buscava com sua ciência pode ter sido voltada para alavancar a sua autoridade enquanto político, pois a autoridade vinda da ciência reflete em todos os campos da vida social.

A produção regional do autor, aqui trabalhada, foi concretizada em 1916, ou seja, foi construída, trabalhada e pensada no contexto mundial do auge da era imperial/imperialista, no segundo ano da 1º Guerra Mundial (1914 -1918), antes da Revolução Russa (1917), com o mundo do trabalho sendo revolucionado pelo fordismo (1914) e com uma intensa mobilização da classe trabalhadora no mundo. Era um momento em que as técnicas de comunicação de massa começaram a ganhar o mundo com a popularização do rádio e havia um notável progresso das ciências com Freud e sua obra *A interpretação dos sonhos*, de 1900, e Einstein, com a Teoria da Relatividade (1905), questões que vão influenciar sobremaneira a obra do autor.

O Brasil estava vivenciando a segunda década da Primeira República, bem próximo a uma recente abolição da escravidão em 1888 e dos eventos que culminaram na revolução de 30, período em que também havia sido recentemente efetivada uma constituição (1881), que implementou o novo sistema de governo baseado no presidencialismo, federalismo e sistema bicameral, que concedia uma autonomia política e orçamentária para os Estados, resolvendo algumas tensões entre o poder centralizado e o poder local (Schwarcz e Starling, 2015).

O poder foi descentralizado e os Estados ganharam uma grande autonomia política e fiscal o que a agenda republicana substituiu o Poder Moderador — a chave da organização política do Império — pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente (Schwarcz e Starling, 2015, p. 409).

Foi um período de anos turbulentos no país, com inúmeras revoltas armadas, partidas das forças armadas, que surgiam por motivos políticos e econômicos, a exemplo da Revolta da Esquadra em 1891 contra o autoritarismo e a crise econômica do governo de Deodoro Fonseca. Em 1893, houve uma segunda revolta armada da Marinha pedindo eleições presidenciais e a retirada de Floriano Peixoto, vice de Deodoro que assumiu em 1891 após sua renúncia. Em paralelo, havia uma guerra civil acontecendo no Sul do país, conhecida como Revolução Federalista (1893), em que se buscava uma maior autonomia regional. A chegada de presidentes alinhados aos interesses das elites regionais, Prudente de Moraes (1894) e Campos Sales (1898 - 1902), fez com que os conflitos diminuíssem (Schwarcz; Starling, 2015).

A estabilidade política da República estava garantida por três procedimentos principais: empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes (Schwarcz; Starling, 2015, p. 413).

Entre 1896/1897, aconteceu a guerra de Canudos, no interior da Bahia. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 426), o governo se incomodou, pois, Canudos mostrava “uma nova maneira de viver no sertão, à parte do sistema de poder constituído”. E mais adiante em 1910 haveria a revolta da Chibata, causada por marinheiros de baixa patente, geralmente negros, que sofriam punições severas, bem como estavam cansados da desigualdade social. É muito importante dizer que durante o período entre 1900 e 1920 houve mais de 400 greves de variadas pautas, principalmente, dos sindicatos da classe operária industrial brasileira em busca de melhoria de trabalho e de natureza política contra a 1^a guerra mundial (Schwarcz; Starling, 2015).

Esse período histórico foi bastante caracterizado pelas crises econômicas relacionadas à 1^a Guerra Mundial, sendo extremamente afetado o setor agroexportador, provocando um início de mudança pós-guerra, marcado pela ascensão econômica dos profissionais liberais desvinculados das lavouras. E, devido ao processo de substituição de importações, houve o crescimento dos pequenos comércios e pequenas indústrias, o que gerava o surgimento de uma classe média urbana (Schwarcz; Starling, 2015).

A vida urbana ganhava seus contornos, pois o país vinha em um crescente processo de industrialização e urbanização, mas o Brasil ainda continuava caracterizado como um país agrícola. Santos (2005) fala que em 1900 havia quatro cidades com a população maior que 100

mil habitantes, essas eram Rio de Janeiro com 691.565, São Paulo com 239.820, Salvador com 205.813 e Recife com 113.106. “Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%), aos serviços de uma maneira geral” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 417). Apesar do crescimento da população brasileira total, a população da Região Nordeste vinha em decréscimo, porque sofria com a migração para o Centro-Sul, tanto pela decadência da economia nordestina e a perda de sua centralidade econômica e política para os cafezais do centro-sul, quanto pela grande seca de 1870 e 1880.

Havia no país uma sombra das ideias modernistas e “teorias como o darwinismo racial e mesmo a antropologia criminal de Cesare Lombroso faziam muito sucesso no país” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 421). Especificamente em Salvador, onde Bernardino de Souza estava situado, tinha um dos grandes teóricos brasileiros do darwinismo social, o médico da Faculdade de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues. Ele acreditava preconceituosamente que a população negra e mestiça seria inclinada a ser criminosa e associava a ela vários estigmas negativos. Os indígenas, também, eram excluídos e exterminados no contexto da primeira república. “A situação só foi controlada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 443), mas podemos perceber que a política de extermínio da população indígena perdurou e perdura até os tempos atuais. É importante salientar que havia resistência teórica a isso na Bahia, como no caso de Theodoro Sampaio, que opunha-se ao determinismo racial e ao darwinismo social ao defender que a mestiçagem no Brasil não era um sinal de degeneração, mas sim uma potencialidade civilizatória adaptada aos trópicos (Sousa e Vaz, 2023).

Durante os anos 1907 e 1913, o interior brasileiro estava sendo muito explorado, principalmente, pelos higienistas do Instituto Oswaldo Cruz, que buscavam levar saúde e combater doenças no interior do país, assim, “[...] regiões do interior paulista, de Minas, da Bahia, os vales do São Francisco e do Tocantins, alcançando até a Amazônia, entraram na rota de tais expedições higienistas” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 430). Essas explorações do território eram uma marca registrada da Geografia militante¹⁷ dessa época.

Esse período histórico na Bahia é marcado pelo declínio em relação ao cenário nacional, pois com a Lei Áurea de 1888, o setor econômico mais importante da Bahia no momento, o

¹⁷ Segundo Sousa (2021b, p. 3) Joseph Conrad (1924), intitulado *Geography and Some Explorers*, Driver (1992) reconstitui três diferentes fases que caracterizaram a Geografia nesse período: a) a Geografia fabulosa, ainda repleta de mitos e crenças imaginárias; b) a Geografia militar, que deslocou as atenções da navegação dos mares para a exploração de porções desconhecidas dos continentes; e c) a Geografia triunfante, correspondente ao próprio domínio da ciência positiva moderna sobre os antigos mistérios em torno do conhecimento da Terra.

tráfico de pessoas escravizadas, tomou um golpe. As outras áreas da economia também estavam declinando. A cultura da cana-de-açúcar, a partir de 1870, entrou em decadência em decorrência de pragas e da produção nas Antilhas. A cultura fumageira também estava enfraquecida após a abolição e por conta da concorrência no mercado externo. O cacau sempre sofreu pelas más condições dos transportes e flutuações de preço, as indústrias têxteis estavam perdendo centralidade para o centro-sul, com o Estado tendo em 1925 apenas sete grandes indústrias. Apenas a área do comércio manteve a consistência durante a primeira república, mas de forma muito concentrada em Salvador (Almeida, 2010).

Contudo, a Bahia ainda tinha um certo poder político devido à tradição, ainda sendo a segunda maior bancada do Congresso, mas claramente perdendo esse poder político, como exemplo disso temos que durante o período entre 1889 e 1930 tivemos apenas 13 ministros baianos no poder nacional (Almeida, 2010; Sarmento 2009).

A perda de importância política, somada à fragilidade econômica, despertou um sentimento de desconforto nas elites baianas. A Bahia de tantas tradições, mãe do Brasil, celeiro de estadistas, berço da civilização brasileira, era agora humilhada e destratada, considerada terra do atraso, do “já teve” (Sarmento, 2009, p. 39).

O cenário da propagação ideológica republicana na Bahia era setorizado por classes. Havia uma pequena simpatia, mas não engajamento, das classes populares, uma maior apropriação da classe média e rejeição das elites. “[...] até a vigésima quinta hora, a maior parte da elite política jurou fidelidade ao Imperador e, abertamente repudiou a ideologia igualitária da República” (Sampaio, 1999, p. 233).

Com a conjuntura política muito intensa, o interior baiano era marcado pelo coronelismo e a capital era marcada por intensas disputas políticas. Por exemplo, por meio de uma estratégia conhecida como Política das Salvações, em que o presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, nas eleições estaduais, tentava tirar políticos vinculados à oligarquia do poder através da força militar, ocorreu um bombardeio em Salvador em 1912. Assim, em Salvador, houve disparos de canhões contra a cidade para intimidar os opositores da candidatura de J. J. Seabra. (Sarmento 2009; Sampaio, 1999)

O bombardeio foi apenas uma das muitas intervenções federais no estado da Bahia durante a primeira república. A primeira foi em 1981 para a deposição do governador, opositor do presidente Floriano Peixoto, a segunda intervenção foi em 1907, quando, em apoio ao governador José Marcelino, o presidente Afonso Pena influenciou a verificação de votos favoravelmente a seu apoiador José Marcelino, a terceira foi o já mencionado bombardeio que

culminou na vitória de Seabra como governador estadual e, por fim, em 1920, o governo federal mandou seus homens para lutarem contra o levante sertanejo e manter o segundo mandato de Seabra (Sarmento, 2009).

José Joaquim Seabra foi governador da Bahia duas vezes, mas o que nos interessa aqui é pensar seu primeiro mandato entre os anos de 1912 e 1916 para tentar perceber o contexto histórico das monografias regionais pensadas por Bernardino de Souza. Em Tavares (2001), vemos que o primeiro mandato de Seabra foi marcado pela centralização do poder em sua autoridade, o que é muito condizente com a política feita pelo presidente Hermes da Fonseca. Em seu mandato, promoveu inúmeras reformas urbanas para esconder os danos do bombardeio em seu apoio, vindo a construir a famosa avenida 7 de setembro e derrubando muitos patrimônios históricos, com a colaboração técnica e/ou política de membros do IGHB.

Sarmento (2009, p. 43) diz que um dos principais fatores da turbulência na política baiana nessa época era “a deficiência do controle do governo estadual sobre a totalidade do território, que se relacionava, por um lado, à falta de transportes rápidos para grande parte do interior, e, por outro, à fragilidade da força policial”. Gonçalves (2000) nos mostra que a capital viera se importar com o interior apenas após as grandes migrações que aconteceram em decorrência das secas. Era comum que, durante a Primeira República, os pedidos de ajuda solicitados pelo interior fossem ignorados caso a localidade fosse de pouca importância econômica.

O Anuário Estatístico da Bahia de 1923 nos mostra que o território baiano era extremamente desconectado, tendo apenas três linhas ferroviárias estaduais, contabilizando um total de 404 mil quilômetros, sendo as duas maiores concentradas principalmente no Recôncavo: Estrada de Ferro de Nazaré, com 221.662 Km, ligando Nazaré ao distrito do Onha, a Estrada de Ferro de Santo Amaro, com 99.807 Km, ligando Santo Amaro até a estação de Jacu, e a Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, com 82,840 Km; Havia poucas estradas de rodagens estatais, sendo elas: da cidade de Valença a Jaguaripe, da cidade de Alagoinhas a Inhambupe, da cidade de Nazareth a Aratuhyde, da cidade de Esplanada a Altamira, da cidade de Santa Ignez a Maracás, da capital à Feira de Santana; o serviço telefônico era concentrado na capital e no recôncavo, sendo as linhas existentes: capital a São Félix, Capital a Santo Amaro e Santo Amaro a São Félix.

Apesar da primeira república ter ampliado 1.400 Km das vias férreas pelo interior, indo de 1.238 Km, em 1899, para 2.699, em 1929, nada disso foi efetivo para a problemática da não integração do território (Silva, 2006), pois as localidades de importância econômica foram privilegiadas enquanto o restante do território continuou esquecido. “O que se ignorava em

1930 era semelhante ao que se ignorava em 1830, época em que só se conheciam as terras percorridas ou ocupadas. O mistério começava onde acabavam a via férrea, as terras cultivadas, o pasto e o horizonte que um homem descortinava de uma colina” (Mattoso, 1992, p. 42).

Silva (2006) nos mostra que nesse momento histórico houve uma grande produção de trabalhos sobre o interior baiano, devidamente pela falta de conhecimento sobre tal território. Ele faz uma pequena catalogação das principais obras, sendo elas: *Estado da Bahia, posição geográfica, dimensões, povoação e clima*, publicação oficial de 1897; *Memória sobre o Estado da Bahia*, de Francisco Vicente Vianna, 1893; *Municípios da Bahia*, de Guimarães Cova, 1913; *A Bahia e os seus municípios*, publicação custeada pelo Estado em dois volumes, 1916 e 1917; *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*, de Francisco Borges de Barros, 1923; *O Estado da Bahia, agricultura, criação de gado, indústria e comércio*, de Theodoro Sampaio, 1925, e o *Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia*, de Manoel Rodriguez Folgueira, 1930. (Silva, 2006)

Em 1920, a Bahia comportava 3.334.465 habitantes, cerca de 33% da população estava distribuída em 18 municípios e 50% dessa população estava situada no litoral (Sampaio, 1925).

Tabela 2: Tabela da população baiana em 1920

Zona	Municípios	População 1920	
Litorânea	Capital	283.422	336.000
	Santo Amaro	84.930	107.861
	Feira de Santana	77.600	98.552
	Ilhéus	63.012	80.024
	Cachoeira	61.980	35.813
	Itabuna	41.980	53.314
Sertão e Chapada	Conquista	84.038	71.174
	Condeúba	60.297	76.577
	Jacobina	48.804	51.356
	Minas do Rio de Contas	42.328	20.774
	Jequié	40.676	51.657
	Morro do Chapéu	39.663	37.678
	Bomfim	37.517	31.671
São Francisco	Barreiras	31.108	39.507
	Urandy	27.227	26.048
	Barra	26.128	30.924
	Juazeiro	24.255	30.804
	Remanso	22.514	28.593

Fonte: Adaptado SAMPAIO, 1925 apud Moraes 2010

Dessa forma, podemos dizer que o desconhecimento do território e as desigualdades regionais eram latentes no período que Bernardino de Souza trabalhou as monografias regionais. Isso fica um pouco mais evidente quando o anuário estatístico (1923) trata da distribuição da população na Bahia, informando que muitos municípios do interior estão praticamente vazios, pois não atingem o número de 1 habitante por Km². A exemplo disso, temos os municípios de Carinhanhã, Campo Largo, Correntina e Porto Seguro, enquanto Salvador e os municípios do recôncavo são bastante populosos e povoados e a instrução pública era muito concentrada também em Salvador, Recôncavo e nos municípios do entorno.

3.1.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.

No final do século XIX e início do século XX, a Geografia estava sob a perspectiva do paradigma positivista, que tem um panorama muito amplo e complexo, com inúmeros pensadores e escolas com linhas teórico-filosóficas diferentes. Havia a hegemonia de algumas características gerais da geografia alemã, como o caráter enciclopédico, descritivo, com grande impacto do evolucionismo de Darwin, com pretensões antimetafísicas, mas ela veio a ser questionada ao aparecerem outras vertentes com a ascensão da Geografia regional francesa e uma recente formação do que viria ser a Geografia nomotética norte-americana (Capel, 2012).

Moraes (2005, 1981) diz que, nos países centrais, a Geografia clássica contribuiu para a legitimação dos Estados por meio do ensino e pesquisas que visavam descobrir e exaltar as riquezas e características do território, para assim criar um sentimento de pertencimento em seus habitantes. Essa Geografia, apesar de suas bases positivistas com o discurso de neutralidade, era completamente ideológica, como veremos, quando o assunto eram outras nações, com o emprego de uma ideologia de superioridade e dominação bem explícita. “E cada país do centro passa a construir sua geografia do mundo, projetando seus interesses nacionais de expansão territorial e gerando um discurso geográfico próprio, legitimador de tais interesses” (Moraes, 2005, p. 29).

Segundo Capel (2012), a Geografia, nesse momento do século XX, tinha dois problemas-chave. Então, apesar de todas as diferenças teóricas e de metodologia, os geógrafos iam na direção de dois objetivos, sendo eles: a diferenciação espacial e a relação entre homem e meio. Eram esses motivos que faziam o vínculo entre todas as pesquisas e atribuíam à Geografia o caráter de coesão e científicidade.

Os trabalhos dessas Geografias, geralmente, partiam da observação, classificação e comparação para chegar a generalizações sobre o fenômeno pesquisado naquele momento, havendo uma banalização das relações sociais e das multiescalas dos fenômenos, pois os pesquisadores não se importavam em pesquisar a origem e o destino final, preocupando-se somente com a relatividade e o fenômeno situado naquela porção de espaço (Capel, 2012).

A Geografia alemã passou a dividir protagonismo com a Geografia francesa. Ela, que tinha como seu maior representante Ratzel, cujos escritos foram muito influentes para a Geografia mundial, inclusive para La Blache e seu grupo. Suas ideias baseadas no positivismo e no darwinismo o fizeram formular a antropogeografia, ideia que ganhou materialidade e divulgação pelo mundo com a sequência de publicações: *Antropogeografia: fundamentos da*

aplicação da Geografia à História (1882), *Antropogeografia: a distribuição geográfica dos homens* (1891), *A terra e a vida: uma Geografia comparada* (1901) (Capel, 2012).

Ratzel acreditava que a humanidade era uma unidade que se distinguia a partir de situações evolutivas distintas e graduais influenciadas pelo meio. Sua antropogeografia se preocupava em entender a vida do homem sobre a terra e como se dá sua distribuição, bem como sua expansão geográfica (Capel, 2012; Moraes, 1981). Moraes (1981, p. 55) explica que “[...] Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade” baseado no darwinismo social da época, vinculado ao raciocínio de adaptação e evolução natural, o autor escrevia sobre a evolução sociopolítica, que está condicionada, entre outros fatores, principalmente pelas condições geográficas. Dessa forma, o território de origem de um Estado determinaria a sua força e sua condição de dominante perante outros povos. Assim, Ratzel mostra sua posição a favor da colonização como uma forma de progresso, visto que em seus livros há explicações bastante preconceituosas favoráveis à dominação européia sobre outros povos. Moraes (1981, p. 59) afirma que a “[...] Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, ‘semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial’”.

A influência de Ratzel está para além do reducionismo determinista¹⁸, aspecto lembrado por Carvalho (1997, p. 42), que diz

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

Moraes (1981), fala que foram os discípulos de Ratzel que radicalizaram e simplificaram suas ideias e formaram a escola determinista na Geografia, impondo estigmas que obscurecem a influência positiva de seu trabalho. Os seguintes autores nos mostram que

¹⁸ Este refere-se à formatação dos seres humanos, partícipes de uma região comum, a partir das condições do meio em que vivem, incidindo sobre sua condição fisiológica, psíquica e intelectiva, conduzindo ao progresso ou ao descenso de uma sociedade (Febvre, 1991 [1922] *apud* Antunes, 2021, p. 150).

A Geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à história e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no globo (migrações, colonizações etc.), a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas consequências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em vista o objeto central que seria o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades (Moraes, 1981, p. 61).

[Ratzel promoveu o] alargamento de noções, que aclaravam o papel desempenhado pelo Estado no amoldamento espacial; o estímulo à reflexão geográfica, obrigatoriamente pregada ao fazer político; a elaboração de estudos detalhados das relações do trinômio Estado-Posição-Dinâmica; e as investigações minuciosas, a fim de apreciar limites da capacidade humana diante de variadas condições ambientais. Além de ser o precursor da geografia humana, concebendo a primeira proposta geográfica explícita, obstinada a investigar o ser humano e suas relações com o meio (Antunes, 2021, p. 151).

Ratzel, no decorrer de sua vida, teve posições que superavam o darwinismo social e seleção natural, mas o que chegou no Brasil e influenciou os geógrafos daqui foram obras de cientistas com uma opinião formada sobre o autor, pois faltavam traduções de suas obras na íntegra para o português, logo, seu pensamento veio simplificado e totalmente afetado pelos olhares e ideologias de outros cientistas.

Nesse período histórico, também são populares as ideias de Reclus, que se inspira metodologicamente na descrição e comparação de Ritter (Capel, 2012), e de Kropotki, ainda que muito menos difundidas que as de Ratzel. Estes trabalharam sob uma perspectiva diferente do evolucionismo, sendo críticos ao darwinismo social e à dominação pautada na desigualdade que essa teoria pregava. Eles buscaram uma forma de estudo que tratasse o mundo natural e social sem distinções. “Y puesto que el hombre es parte de la naturaleza, y puesto que la vida de su ‘espíritu’, tanto personal como social, no es más que un fenómeno de la naturaliza” (Mendoza; Jiménez e Cantero, 1982, p. 44).

Segundo Mendoza, Jiménez e Cantero (1982), ambos os teóricos eram da linha positivista, negando a dialética¹⁹, mas não deixando de ser críticos ao buscarem pensar uma Geografia naturalista a partir de suas linhas anarquistas, sendo favoráveis à liberdade humana. Para Reclus, as inter-relações que ocorriam ou não no espaço entre homem e natureza iriam influenciar a adaptação e a evolução natural e a liberdade só poderia ser alcançada quando houvesse uma harmonia nessas inter-relações. “Reclus busca en la naturaleza un ejemplo y un

¹⁹ “Kropotkin rechaza explícitamente el «método dialéctico» como «algo desecharado y felizmente olvidado ya por la ciencia». Su propuesta metodológica es clara y tajante: «Los descubrimientos del siglo diecinueve en los campos de la mecánica, la física, la química, la biología, la psicología física, la antropología, la psicología de las naciones, etcétera, no se hicieron mediante el ‘método dialéctico’, sino mediante el método científico-natural, el método de la inducción y la deducción” (Mendoza *et al.*, 1982 p. 44).

modelo para la organización anarquista de la sociedad, aunque para ello ha de destacar las dimensiones de armonía, cooperación y simbiosis, en lugar de las típicas darwinistas de competencia, selección y lucha por la vida" (Capel, 2012, p. 304).

Já Kropotki, por acreditar que a cooperação era a coisa mais importante para a evolução, defende a ideia de ajuda mútua, que é vista como uma vertente solidarista do evolucionismo. Assim, eles enxergavam outras concepções a partir do darwinismo que não a de dominação embasadas na ideia de superioridade de raças, mas em um sistema de cooperação e autonomia. Segundo Reclus (1985, p. XIII-XIV *apud* Ferreti *et al.*, 2008), "não hesitamos em afirmar que nas tribos supostamente selvagens o indivíduo médio não é inferior, nem moralmente nem intelectualmente, ao indivíduo médio de nossos Estados supostamente civilizados ... esses povos foram descritos somente pelos seus invasores, e exatamente os que menos podiam compreendê-los".

Outro grande destaque desse momento foi Vidal de La Blache. Moreira (2012, p. 76) diz que "[...] sua obra é concentrada em alguns poucos livros, a destacar-se *La Terre. Géographie physique et économique*, de 1883, *Atlas général, histoire et géographique*, de 1894, *Tableau de la géographie de la France*, sua obra mater, de 1903, e *A França de Leste*, de 1917". Suas produções estão situadas em uma França pós-guerra franco-prussiana (1870 – 1871), que buscava, assim como a Alemanha, fazer uma ciência que justificasse as suas ações imperialistas, bem como afirmasse uma identidade nacional.

Vincent Berdoulay (2017) aborda as características de continuidade e influências da abordagem de La Blache perante a de Ratzel, dizendo que existia uma estima da parte de La Blache pela Geografia alemã, bem como uma notoriedade de Ratzel em círculos franceses. Alguns grupos de franceses desmoralizavam Vidal por isso, a exemplo de François Picavert, um grande editor de uma revista científica na França que se referiu a La Blache como discípulo de Ratzel. No entanto, Moraes (1981, p. 23), escreve sobre uma diferenciação das abordagens ao dizer que "Ratzel exprimia o autoritarismo, que permeava a sociedade alemã; o agente social privilegiado, em sua análise, era o Estado, tal como na realidade que este autor vivenciava. A proposta de Vidal manifestava um tom mais liberal, consoante com a revolução francesa, e sua análise partiu do homem abstrato do liberalismo".

A abordagem de La Blache era contra as perspectivas de história evolucionistas e abraçava as histórias autônomas das sociedades, entendendo a realidade como o todo dessas unidades sócio-históricas e espaciais que, a partir de uma metodologia baseada em descrição precisa, evitando generalizações, chegaria ao objetivo da sua abordagem (Mendoza; Jiménez e Cantero, 1982). Assim, para La Blache, o recorte regional seria definido pela coesão natural e

pelo gênero de vida, que podemos definir como a cultura que foi desenvolvida pela relação única entre homem e meio em um determinado espaço. Dessa forma, a cultura é vista como cristalizada e a partir dela surgiria um espaço singular, uma região. A conjunção dessas regiões formaria um mosaico de singularidades chamado espaço geográfico (Mendoza; Jiménez e Cantero, 1982).

Segundo Fabrício e Vitte (2011, p. 316), a Geografia que La Blache fazia não era um positivismo puro, pois havia influências do funcionalismo, corrente que considerava a sociedade como resultado de unidades funcionais. Para tentar entender a sociedade nessa perspectiva, seria “necessária uma descrição detalhada, monográfica, dessas unidades particulares, o que romperia com a ideia de leis gerais positivistas. A partir disso, citamos três postulados que se integram: a) Unidade Funcional Terrestre; b) Funcionalismo universal; c) Indispensabilidade.”. Isso nos mostra diretamente como o método das monografias regionais foi influenciado pelo funcionalismo. Gomez (1994, p. 62) explica sucintamente os pontos fundamentais desse funcionalismo:

[...] esa posición supone un decidido rechazo de la concepción estrictamente unilineal de la historia y, en consecuencia, el reconocimiento de procesos funcionalmente diferenciados que constituyen modalidades heterogéneas de desarrollos evolutivos [...]. En consecuencia, la perspectiva funcionalista se apoya en el entendimiento de la “realidad” como um conjunto articulado de unidades – históricas, sociales, espaciales, funcionales – claramente diferenciadas y con relativa autonomía funcional, que muestran comportamientos – y requieren estudios – específicos y desiguales.

Segundo Mendoza, Jiménez e Cantero (1982), a região vidaliana era algo objetivo e concreto, tinha uma existência na realidade e estaria aguardando apenas ser reconhecida pelo pesquisador porque “a natureza, na sua variedade inesgotável, coloca ao alcance de todos os objectos de observação” e, consequentemente, “basta olhar à nossa volta para recolher exemplos de divisões naturais” e, portanto, transcrever fielmente — para traduzir intelectualmente - o que a própria natureza construiu de forma clara e perceptível” (Mendoza; Jiménez e Cantero, 1982, p. 64). La Blache era historiador por formação, logo, além da limitação natural da região, ela “[...] foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza” (Moraes, 1981, p. 28).

Berdoulay (2017, p. 187) diz que Vidal era adepto da Geografia descritiva, mas não era uma descrição estática, ela era dinâmica, explicativa e crítica. “Os métodos críticos do conhecimento [geográfico] foram também utilizados pela escola francesa para explicar os fundamentos históricos das paisagens contemporâneas”. Além da característica crítica,

Marconis (1996, p. 61) nos mostra que os seguidores de La Blache se preocupavam com a historicidade: “todas as grandes teses da geografia francesa, da época clássica, acordam um grande lugar ao estudo do passado. Certamente, todos os geógrafos desta época haviam recebido uma sólida formação histórica”.

Havia, também, nesse panorama geral, a importância da figura de William Morris Davis, uma autoridade de geomorfologia que contribuiu para o surgimento e consolidação da geografia produzida na América do Norte. As ideias de Davis eram marcadas pelas características positivistas e evolucionistas de sua época, ganhou destaque sua teoria do ciclo de erosão, que se tornou muito popular nos países de língua inglesa e francesa. É importante salientar que Emmanuel de Martonne foi uma figura relevante influenciada pela produção de Davis (Claval, 2004)

O cenário da Geografia no Brasil era bem simplificado, mas apesar disso devemos ter cuidado para não simplificar e acabar tratando a Geografia desenvolvida aqui de forma igual ou como uma redução da Geografia dos países centrais. É óbvio que as influências são de lá, mas os objetivos são outros. Em nossa história, fomos colônia e não colonizadores. Nesse sentido, Moraes (2005) diz que as Geografias feitas nas colônias têm seus interesses e determinações historicamente situadas.

Nesse contexto, no Brasil, havia um curso superior de Geografia, mas ainda parecia ser experimental nas dependências do IHGB, funcionando entre 1916 a 1921, na chamada Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que dentre os cursos existiu o de Ciências Históricas e Geográficas (Guimarães, 2017) e depois houve a institucionalização de outro curso de Geografia, em 1934, na USP. Contudo, isso não quer dizer que não havia Geografia científica e sistematizada no nosso país. Carris Cardoso (2017) nos mostra que desde 1883, com a criação da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ), que seguia o modelo das agremiações europeias, havia produções e tráfego científico de cunho geográfico no Brasil.

A Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro era responsável por fazer explorações científicas no território do país, bem como organizar congressos científicos, sendo o Congresso Brasileiro de Geografia o mais importante do país. No período da república velha, houve 8 congressos com muitos trabalhos produzidos e apresentados neles. A tabela a seguir, confeccionada por Carris Cardoso (2017), mostra a quantidade de produção científica nos congressos durante esse recorte espaço-temporal.

Tabela 3: Congressos brasileiros de Geografia

CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEOGRAFIA				
Evento / ano	Local	Adesões	Trabalhos	Publicação
1º (1909)	Rio de Janeiro	557	108	12 v. (1494 págs.)
2º (1910)	São Paulo	348	79	—
3º (1911)	Curitiba	366	79	—
4º (1915)	Recife	213	48	3 v. (543 págs.)
5º (1916)	Salvador	1.057	111	2 v. (1877 págs.)
6º (1919)	Belo Horizonte	464	69	—
7º (1922)	Paraíba do Norte	94	69	—
8º (1926)	Vitória	225	55	1 v. (376 págs.)

Fonte: Carris Cardoso (2017)

Inclusive, como já dito aqui, Bernardino de Souza participou do primeiro congresso, escrevendo o texto intitulado “A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física” (1909), em que defendia que a Geografia escolar deveria seguir os modelos da ciência europeia e norte-americana (Sousa, 2017a; 2017b; Pereira, 2019). Pereira (2019), diz que é impressionante como o geógrafo trabalhou embasado em nomes como Élie de Beaumont Sues, Lapperent, Vidal de La Blache, De Martonne e Morris Davis.

Conforme mostra Sousa (2017a, 2017b), desde 1870 em jornais e livros de Geografia, já se discutia sobre as obras de teóricos muito renomados da Geografia mundial, inclusive Bernardino de Souza, durante o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, exalta e cita vários nomes que se tornavam canônicos dessa ciência, confirmando que já era feita uma Geografia com bases científicas modernas (Sousa, 2017b).

Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter desenharam-lhe novos horizontes e, quando, em meados do século 19, desapareceram os dois grandes vultos, campo vastíssimo nas suas raias, mas preciso no seu caráter legaram aos discípulos de dois continentes. A superfície da Terra é teatro das mais sugestivas investigações, desde que se considere não como um espaço inerte, mas como grandioso laboratório, em que tudo se transforma e tudo depende do jogo de vários elementos, colaborando as forças da natureza na obra da humanidade e cooperando esta para o desenvolvimento das

energias físicas e biológicas, com as que vive em íntima solidariedade no tempo e no espaço (...) eis o motivo primeiro dos entusiasmos dos pedagogos pela ciência de Reclus e Davis (Souza, 1916, p. 16).

Ao fazer um panorama geral acerca das obras e discussões realizadas nos congressos, Carris Cardoso (2017) afirma que naquele momento os geógrafos estavam tentando afirmar um caráter utilitarista e pragmático da Geografia. Dessa forma, mostravam a utilidade pública da Geografia ao oferecer ferramentas que contribuíram para o conhecimento do interior brasileiro e com a integração nacional. Ela mostra também que os temas que mais se destacaram foram a revisão de nomenclatura de acidentes geográficos, a reforma do ensino e problemas de elaboração de mapas cartográficos.

Dito isso, é notável a importância das sociedades e instituições histórico-geográficas, que atuavam como agremiações para pesquisas científicas de cunho histórico e geográfico. No Brasil, essas agremiações estavam relacionadas a pesquisas que ajudassem o Estado-nação na definição e fortalecimento das identidades nacionais, na produção de material para o ensino de história nacional, bem como na exploração e reconhecimento das potencialidades econômicas do território. Os institutos históricos e geográficos regionais, a exemplo do primeiro Instituto Histórico Provincial da Bahia, que funcionou até 1877 e foi reinaugurado em 1894 como IGHB, teriam como fundamento a produção de pesquisas voltadas para elementos da identidade regional, assim contribuindo para a construção de uma identidade nacional (Silva, 2006).

É perceptível que nas produções das agremiações regionais havia o realce das funções político-econômicas locais para o contexto nacional, com os espaços em decadência tentando afirmar sua importância através da história e os espaços em ascensão produzindo histórias para o reconhecimento de sua importância presente e futura (Silva, 2006). Ainda baseado em Silva (2006) e analisando a obra *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*, de Theodoro Sampaio (1925), é possível perceber esses traços de exaltação acerca dos feitos passados para a construção da identidade nacional e das qualidades do território baiano para usos futuros, que estavam presente nos cientistas baianos do círculo de afinidades que frequentavam o âmbito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Avaliando a produção de trabalhos regionais em um panorama nacional, fazendo um recorte até o período da proposta de Bernardino de Souza em 1916, podemos ver que já existe uma produção, relativamente rica, que era condizente com as características de um trabalho de geografia regional da época. De forma cronológica, estes são os primeiros registros desse tipo de estudo, tendo início em 1843 com um estudo regional do Brasil feito pelo alemão chamado Von Martius. Em 1893, Reclus havia feito uma regionalização do Brasil com bases da região

natural. A primeira feita por um brasileiro foi a de André Rebouças em 1889, que dividiu o país em áreas agrícolas. Said Ali, em 1905, produziu uma baseada em critérios econômicos e naturais, Lionel Wiernir criou a sua em 1912, Delgado de Carvalho em 1913, baseado nas regiões naturais (Bezzi, 2004; Cruz, 2021). Baseado em Scarim (2008), podemos afirmar que dessas regionalizações aqui citadas a de Delgado de Carvalho tinha influência das ideias de La Blache, pois em sua obra *Le Brésil Meridional* (1910) eram evidentes traços que caracterizavam uma base francesa vidaliana.

As monografias regionais de Bernardino de Souza não foi a primeira proposta de estudo regional desenvolvida no país, mas provavelmente foi pioneira no estudo regional em escala estadual, que partia de recortes municipais para entender uma certa região. Anos depois, em 1942, o Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão no qual Bernardino de Souza teve participação na sua institucionalização, iniciou uma série que contou cerca de quatro concursos de monografias de aspectos municipais, que tinham muitas semelhanças com o estilo das monografias propostas por Bernardino de Souza. Portanto, há alguma chance de o professor ter influenciado o modelo do concurso (Revista Brasileira de Geografia, 1942)

Esses concursos podem também estar relacionados às pretensões expressas no primeiro periódico da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) por Deffontaines, que estava presente na gênese do CNG, consequentemente do IBGE, entre outros aparatos institucionais da Geografia brasileira. Na revista *Geografia*, que funcionou de 1935 a 1936, ele defende que, ao explicitarem as formas de pensar e fazer Geografia, as publicações da revista gerariam um interesse acerca dos problemas geográficos de forma que haveria uma multiplicação das monografias gerais e locais. Para ele, “Depois de multiplicada as monografias locaes, o ideal seria chegar ao reagrupamento de todos estes trabalhos com o fim de constituir uma boa síntese geográfica do Brasil” (Deffontaines, 1935, p. 1).

Assim, podemos ver que do que era produzido na Geografia mundial nesse momento histórico, o que chegou no Brasil foram as de base alemã e francesa. Ou seja, no Brasil, mesmo ainda sem a chegada da missão francesa na USP, já éramos muito influenciados pelas teorias europeias. A Geografia desenvolvida aqui era marcada também pela ciência produzida nas agremiações científicas e nos liceus, essas tendo objetivos voltados para a construção e consolidação das identidades regionais e consequentemente nacional.

3.1.4: O trabalho regional de Bernardino de Souza.

O histórico de estudos geográficos regionais do Estado baiano é iniciado a partir da primeira metade do século XX, sendo alicerçado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador, no ano de 1916. É nesse evento que se tem a primeira proposta de um projeto de conhecimento e estudo da Geografia regional da Bahia. Proposta essa pensada e sistematizada por Bernardino de Souza, publicada no Diário Oficial da Bahia, em 5 de fevereiro de 1916, na qual o autor projetava que, a partir de monografias regionais, seria desenvolvida uma corografia da Bahia (Sousa, 2017a, 2017b).

[...] não se conhecendo a Geografia do amplo território baiano julguei, como julgo ainda, que um dos meios mais fáceis de se iniciar um trabalho geográfico completo sobre o Estado, é a elaboração de monografias regionais que, mais tarde, ajustadas e conjugadas por competentes, podem dar em resultado a Corografia da Bahia, escoimada das falhas que tanto a adulteram. Nos labores desta propaganda publiquei no ‘Diário Oficial’ do Estado da Bahia de 5 de fevereiro de 1916 uma nota vulgarizadora do 5º Congresso, na qual apresentava o plano metodizado do que deviam conter as referidas monografias [...] (Souza, 1918, p. 221).

Nesse contexto, a Geografia era no Brasil era principalmente influenciada pela literatura francesa e alemã, com objetivos de consolidação de território e identidade nacional, bem como a exploração dos espaços desconhecidos e de suas potencialidades econômicas. De forma generalizada, esse é o pensamento hegemônico da conjuntura que circunda a produção regional de Bernardino de Souza.

A teoria e metodologia escolhida para a produção do trabalho foram as monografias regionais. Essa ideia surge com o geógrafo francês, La Blache, na obra *Tableau de la Géographie de la France* (1903). Cronologicamente, as monografias de Bernardino de Souza (1916) e o primeiro trabalho de monografias de Vidal (1903) são muito próximos, isso nos mostra o quanto atualizado com as publicações da Geografia mundial o baiano estava. Claval (2006, p. 94) diz que “[...]a partir de 1890, passa a ser habitual fazer monografias sobre as entidades regionais. Quase todas as teses de Geografia seguem este modelo, desde o início do século XX [...]”.

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza [...]. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região (Lencioni, 1999, p. 105).

O conceito de região, em La Blache, é resultante da soma entre a delimitação dos aspectos físicos e o gênero de vida, sendo a interseção proveniente da relação homem e natureza. Contudo, nesse conceito há uma dominância dos elementos físicos, pois havia no seu trabalho regional uma grande influência da Geologia, ao privilegiar a descrição do subsolo, relevo e clima e uma cristalização da cultura. Logo, as monografias regionais seriam a forma de apreender a existência concreta das regiões formadas historicamente dessa relação (Lencioni, 1999).

Apesar da ideia de monografias regionais, em geral, estarem vinculadas a Vidal e à Geografia francesa, Baumgartner (2017) diz que o pensamento trabalhado por Bernardino de Souza sobre as monografias é vinculado à Geografia alemã, pois foi alegado pelo próprio Bernardino de Souza que ele era seguidor das ideias de Friedrich Ratzel. Baumgartner (2017) diz que ao buscar citações de autores da escola francesa nas monografias e que acha apenas de Jean Brunhes, discípulo de Vidal, participante do Círculo de Leipzig organizado por Ratzel, sendo considerado, segundo Berdoulay (2017), um vidaliano da segunda geração. Nesse sentido, Bernardino de Souza diz que a obra de Brunhes, intitulada *Geographie humaine* (1910), “[...] teve como principal objetivo a modernização das ideias de Friedrich Ratzel” (Baumgartner 2017, p. 2). E, como já vimos aqui, Berdoulay (2017) fala das continuidades teóricas e influências que a Geografia alemã tem sobre a francesa, o que nos faz refletir sobre a heterogeneidade teórica entre essas duas linhas nessa produção e consequentemente no pensamento na Geografia brasileira daquele momento.

Na obra “A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física” (1909), é visto que Bernardino de Souza tem uma ampla leitura sobre geógrafos franceses. Como ele cita La Blache e “[...] De Martonne, que com Vidal de La Blache e Gallois, seria um dos principais inspiradores de um grande número de monografias regionais” (Sternberg, 1956, p. 114), é provável que ele tenha tido acesso à ideia vidaliana de monografia regional a partir desses autores.

A principal ideia das monografias regionais era a de fazer estudos particulares a fim de evitar generalizações e notar as interdependências das várias unidades autônomas que foram percebidas para se ter um quadro regional.

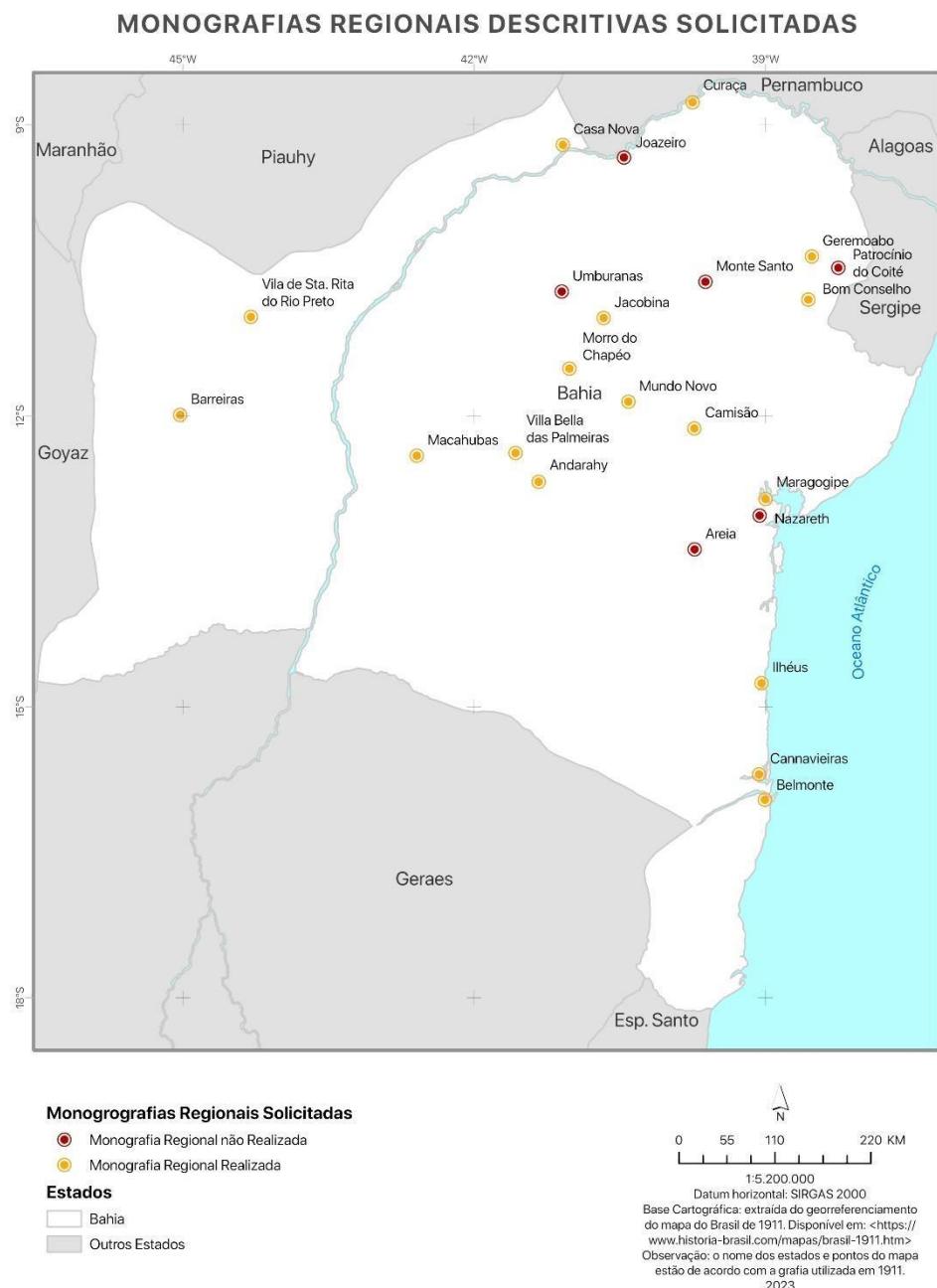
Se deve temer este perigo [generalizações prematuras], é necessário então ter bons métodos de recurso de preservação. Eu não saberia aconselhar algo melhor que a composição de estudos analíticos, de monografias nas quais as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais seriam acompanhadas de perto, sobre um campo bem escolhido e restrito (La Blache, 1902, p. 23).

As monografias de La Blache serviam, também, para perceber as partes que constituíam o conjunto harmonioso que formaria uma nação, pois “Cada país seria considerado uma unidade, com suas várias regiões” (Fabricio; Vitte, 2011, p. 322). No caso de Bernardino de Souza, em um recorte menor, estaria projetando as monografias para entender a unidade do Estado da Bahia ou, em suas palavras, ter a corografia da Bahia. Bernardino de Souza (1916, p. 2021) afirma que “[...] não conhecendo a geographia do amplo território bahiano julgue, como ainda julgo, que um dos meios mais fáceis de se iniciar um trabalho geográfico completo sobre o Estado, é a elaboração de monographias regionais.” A intenção era ter um estado da arte da Bahia, mas apenas 24 municípios, dos 132 na época, foram descritos; isso representa apenas 18% da malha municipal baiana.

Foram monografados os municípios de: Bom Conselho (atual Cícero Dantas), Jacobina, Jeremoabo, Patrocínio do Coité (atual Paripiranga), São José do Riacho de Casa Nova, Mundo Novo, Ilhéus, Villa Bela de Palmeiras, Curaçá, Andaraí, Barreiras, Areia, Macaúbas, Camisão (atual Ipirá), Santa Rita do Rio Preto, Belomonte, Maragogipe, Canavieiras, Nazaré, Montes Claros, Monte Santo, Umburanas, Morro do Chapéu e Juazeiro. (Souza, 1916; Sousa, 2017a)

Dos 24 municípios selecionados, apenas 19 foram monografados, faltando Patrocínio do Coité, Nazaré, Montes Claros, Monte Santo e Umburanas. No mapa a seguir, estão localizados os municípios que foram selecionados e os que foram realmente monografados.

Figura 5: Monografias regionais descritivas solicitadas



Elaboração: Anderson Castro (2025)

A base desse mapa foi o ano de 1911, para tentar manter a fidelidade das localizações dos municípios da época. Podemos perceber nele que os municípios escolhidos se concentram na atual Região da Chapada, onde o fluxo econômico do extrativismo mineral era muito forte, no baixo sul, pelo destaque do cacau, no recôncavo, pelo cotidiano econômico com a capital, e alguns municípios eram destaques da agropecuária baiana.

No que diz respeito ao recorte e delimitação, as monografias de Bernardino de Souza tinham o município como recorte de pesquisa, com exceção de Umburanas, que foi selecionado, mas não monografado e à época ainda era um povoado e fazia parte do distrito de Delfino, que pertencia ao município de Campo Formoso. Ele adotava delimitações políticas preexistentes, enquanto nas monografias regionais francesas o autor reconhecia a região pela materialidade de suas singularidades perante o seu entorno. Essa singularidade era vista na paisagem, sobretudo nas paisagens naturais. Essa notável diferença faz Baumgartner (2017, p. 8) nos afirmar que “Apesar da relação muito similar, os conteúdos das propostas metodológicas monográficas de Bernardino de Souza e da chamada Escola Francesa, possuem um forte elemento diferenciador – os recortes espaciais.”

Baumgartner (2017) diz que “Devido a questões de ordem administrativa e legal nos municípios, as cidades passam a ter um papel fundamental na estruturação das monografias e na articulação do conhecimento geográfico produzido sobre o espaço sob sua jurisdição.” La Blache não ignora a importância das cidades. Nesse sentido, Moraes (1981, p. 28) diz que na metodologia La Blacheana há um capítulo exclusivo para descrição da estrutura urbana e análise da “[...] rede de cidades, população urbana, os equipamentos e as funções urbanas, a hierarquia das cidades daquela região”. Contudo, apesar de não ignorar, “[...] Vidal falou muito pouco das cidades, só o tendo feito para evocar sua fundação e as primeiras etapas do seu crescimento e que ele não prestou atenção a fenômenos tão espetaculares.” . Baumgartner (2017) defende que essa característica é evidente nas monografias de Bernardino de Souza também; apesar das descrições das cidades serem detalhadas, a natureza dos municípios ocupa a centralidade das monografias baianas, assim como as La blacheanas. Portanto, as formas de abordagem são parecidas.

Acredito que o recorte como grande elemento diferenciador, como pensado por Baumgartner (2017), é algo indiferente, pois, provavelmente, a escolha de monografar municípios foi uma forma de simplificar as ideias das monografias para os autores que não eram geógrafos, nem leitores de autores da cultura geográfica. E, sobretudo, não devemos pensar região enquanto um recorte de escala cartográfica ou dimensional, pois um município também pode ser, ou não, uma região a depender da intensidade das verticalidades e horizontalidades presentes naquele espaço.

O recorte regional é de extrema importância para os La blacheanos, pois, segundo Costa (2013), esse era o único recorte espacial a partir do qual se poderia encontrar indícios da relação entre homem e natureza, pois lá seria visível “a projeção do querer humano sobre a parte superficial da crosta terrestre” (Brunhes, 1912, p. 5 *apud* Costa, 2013, p. 70), ou seja, seria pela

perspectiva regional que perceberíamos a harmonia²⁰ entre os elementos sociais e naturais. Assim, a delimitação regional seria dada por uma listagem de elementos, com um peso maior para os elementos naturais, com as relações sociais ficando apagadas, o que não difere em nada da perspectiva trabalhada por Bernardino de Souza.

Contudo, salientando as devidas proporções, no que diz respeito à extensão e escala cartográfica, os municípios da Bahia eram tão extensos quanto as regiões francesas. Sobre isso, Baumgartner (2017, p. 8) afirma: “Cabe destacar também, que no momento histórico – 1916 – havia na Bahia (um Estado mais ou menos do tamanho da França) 132 municípios, sendo que, um dos menores municípios trabalhados nas monografias, o de Bom Conselho, possuía 1728 km².”. Logo, em escala cartográfica, as regiões francesas e os municípios baianos, provavelmente, poderiam ter proporções bem aproximadas.

Sobre as relações sociais nesses trabalhos, segundo Moraes (1981), a Geografia de La Blache apenas descreve os estabelecimentos humanos, a população e não toca no assunto sociedade e relações sociais, abordagem que será chamada de região-personagem por Lacoste (1995). Nas monografias pensadas por Bernardino de Souza, percebemos essa fuga da discussão sobre as relações sociais, pois o autor mostra uma visão mecânica das relações entre homens e foca na relação entre homem e o meio, na vontade humana sobre a natureza. Nesse sentido, Souza (1913, p. 113) diz que se deve “[...] partir do homem para investigar as influências mecânicas, fisiológicas e psicológicas da natureza dos atos e modos de vida”.

Quando se fala em população, esse tópico é discutido com a descrição dos temas, de forma separada a partir dos tópicos população, tipos dominantes, tribos indígenas, arraiais, povoações e aldeias. O tópico população é quantitativo. Os tipos dominantes se referem à cor da pele, aparecendo com recorrência os termos branco, mestiço, mulato e caboclo. As tribos indígenas são descritas no que diz respeito à estimativa de sua população, localização e, em alguns momentos, aspectos relacionados à índole e comportamento da população. Os tópicos de arraiais, povoações e aldeias são, também, apenas descrições das ocupações da população pelo município. “Vidal de La Blache instala (com que estilo!) sua concepção do ‘homem habitante’ e essa expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção” (Lacoste, 1995, n.p.).

Sobre esse recorte municipal proposto, em 1941, O Conselho Nacional de Geografia, órgão que Bernardino de Souza teve influência na institucionalização, promoveu um concurso

²⁰ Fabricio e Vitte. (2011, p. 322) critica essa ideia de harmonia falando que “Embora essa ideia seja ilusória, pois havia mais uma justa posição de fatores físicos e humanos do que uma integração, a parte histórica e cultural passou a ter maior consideração, mesmo que permanecesse atrelada aos fatores físicos”.

nacional de monografias municipais que seguiu até 1947. No concurso, as regras eram mais voltadas para a Geografia física, dando prioridade a descrições geológicas e, em suas orientações, eliminava toda e qualquer possibilidade de ter impressões pessoais no trabalho. “Não deverão ser incluídas considerações históricas, filosóficas, referências pessoais ou de outra ordem, que não dêem sentido geográfico à explanação do assunto da monografia, a qual deverá tratar, diretamente, sem rodeios, do tema escolhido” (Revista Brasileira de Geografia, 1943, p. 146).

Vemos que há uma fuga dos debates políticos e das relações sociais que caracteriza o trabalho pensado por Bernardino de Souza, perspectiva que é criticada por Lacoste por conta da falsa despolitização do debate geográfico, já que, como discutido aqui, as intenções políticas sempre estão presentes. Para Lacoste (1995, n.p), são pesquisas que “[...] se caracterizam pela ocultação de todo problema político. Elas são um saber pelo saber [...]”.

Colocarei aqui na íntegra uma grande citação de Moraes (1981, p. 28) na qual ele aborda a metodologia de La Blache.

No geral, tais estudos obedeciam a um modelo de exposição, que propunha os seguintes itens: Introdução, localizando a área estudada, com projeções cartográficas nacional e continental e um enquadramento zonal e pelas coordenadas; 1o capítulo: “as bases físicas” ou o “quadro físico”, enumerando as características de cada um dos elementos naturais presentes (relevo, clima, vegetação etc.); 2o capítulo: o “povoamento” ou as “fases da ocupação”, discutindo a formação histórica (primeiras explorações, atrativos econômicos no passado, fundação das cidades etc); 3o capítulo: a “estrutura agrária” ou o “quadro agrário”, descrevendo a população rural, a estrutura fundiária, o tipo de produção, as relações de trabalho, a tecnologia empregada no cultivo e na criação etc.; 4o capítulo: a “estrutura urbana” ou o “quadro urbano”, analisando a rede de cidades, a população urbana, os equipamentos e as funções urbanas, a hierarquia das cidades daquela região etc.; 5o capítulo: a “estrutura industrial” (quando esta existisse na região analisada), estudando o pessoal ocupado, a tecnologia empregada, a destinação da produção, a origem das matérias-primas empregadas, o número e tamanho dos estabelecimentos etc. E finalmente a Conclusão, em geral constituída por um conjunto de cartas, cada um referente a um capítulo, as quais sobrepostas dariam relações entre os elementos da vida regional. Este foi então o receituário dos estudos de Geografia Regional.

O professor Bernardino de Souza, ao publicar oficialmente a metodologia que serviria de formato para as monografias regionais, trouxe os seguintes elementos para a descrição: Origem do nome, posição geográfica, Situação astronômica, limites, forma, superfície e dimensões, Formação geológica, relevo, litoral, ilhas marítimas e fluviais, lagoas, brejos, fontes, açudes, rios, riachos e seus afluentes, clima, flora e vegetação, fauna, minas, notícias históricas, organização político-administrativa, população, tipos dominantes, tribos indígenas, instrução pública (escolas), agricultura, pecuária, mineração, indústrias fabris, vias de

comunicação, estradas de rodagem e ferro, navegação marítima e fluvial, correios/telégrafos, comércio, estado financeiro, fontes de renda, descrição minuciosa da cidade sede do município, arraiais, povoações e aldeias, Curiosidades e maravilhas naturais, quadro das distâncias quilométricas, quadro de altitudes, capitais dos Estados vizinhos (Bahia, 1916; Sousa, 2017a, 2017b, 2021b).

Analisando a metodologia publicada, percebe-se que havia um esforço de sistematização relativamente parecido com a proposta de La Blache, sendo possível perceber nitidamente os capítulos dos quadros gerais que Vidal recomendava, sendo eles as bases físicas, o povoamento, a formação histórica, a estrutura industrial e urbana. Contudo, não havia uma conclusão para pensar a inter-relação e fazer a interpretação da vinculação entre todos os fatores descritos, o que, acredito eu, provavelmente ocorreria em um momento de discussão conjunta no congresso.

Fazendo uma análise quantitativa simples, podemos dizer que a metodologia proposta por Bernardino de Souza foi relativamente bem seguida pelos autores das monografias, pois, ao analisar quantos tópicos foram seguidos, vemos que o mínimo usado da metodologia por um autor foi de 47%, em uma única monografia, que foi a do município de Santa Rita do Rio Preto. Com exceção dessa monografia, todas as outras seguiram sempre mais que 65% da metodologia; calculando a média, observamos que 70% da metodologia foi utilizada nas monografias. No anexo I, está uma tabela com essa análise minuciosa. É interessante perceber que, mesmo uma metodologia simples, não pode ser padronizada, pois as variáveis não deixam os estudos serem hegemônicos. Portanto, o método deve se fazer durante o caminho da pesquisa.

Esse acúmulo de elementos observado na metodologia lembra a crítica que Haesbaert (2010) fez sobre a simplificação do método regional desenvolvido por La Blache, em que seus “discípulos” [...] muitas vezes caíram na esquematização generalista de um método pretendamente complexo, que tornou a análise regional um mero acúmulo de gavetas” (Haesbaert, 2010, p. 125). É muito importante lembrar que Bernardino de Souza não fez todas as monografias, ele fez algumas e seu principal papel foi ter publicado a metodologia e convocado pessoas, que não eram geógrafos, mas poderiam ter alguma cultura geográfica, para fazer, logo é simples perceber um dos porquês da simplificação.

O professor Bernardino de Souza convocou para ortografar as monografias todos os intendentes, juízes de direito, promotores, juízes municipais, intelectuais dos 23 municípios baianos que foram “contemplados”. Fazendo uma listagem das pessoas que confeccionaram as monografias, percebemos que, para além das oito pessoas que não consegui identificar as

profissões, tivemos dois professores, sendo um universitário e outro da escola básica, um médico, um juiz, dois historiadores, dois funcionários públicos municipais, um engenheiro, um bibliotecário, um diretor de arquivo público e um agrimensor. Ou seja, claramente foram convocadas pessoas com algum nível de poder ou capital cultural.

Outra perspectiva regional condizente com as monografias são as ideias de Ritter. Lencioni (1999, p. 92) nos mostra que o teórico acredita que “[...] a Terra constitui um todo orgânico e a região, uma parte deste organismo. Esta visão de todo e suas partes o inspirou na proposta de uma Geografia Geral Comparada, afirmando que o procedimento da comparação das partes deste todo pode ajudar na compreensão do todo”. Assim, é possível imaginar que o professor baiano estaria procurando a ideia do todo sobre a Bahia, a partir da metodologia de comparação entre as partes.

Com as monografias em mãos, poderíamos supor que Bernardino de Souza, assim como Ritter, iria utilizar a Geografia comparada para correlacionar as regiões, partindo do simples, do singular, para criar a imagem do todo. No entanto, o que me faz recusar a crença de que Bernardino de Souza seguiria as ideias de Ritter é a sua vontade de desvincular os mitos da ciência, enquanto a geografia de Ritter tem um cunho romântico, pois “Ritter centrava-se na história e na ideia de que o sentido da vida estava em Deus” (Lencioni, 2003, p. 94).

Podemos dizer que Bernardino de Souza e seus contemporâneos estavam seguindo um curso teórico que levava a Geografia brasileira de uma fase romântica para uma fase mais pragmática. Com um trabalho que seguia os moldes da forma de fazer a ciência geográfica de forma híbrida e simplificada entre os pensadores da escola alemã e francesa, eles estavam metodologicamente alinhados com uma Geografia que estava preocupada com a seleção dos fatos, pessoas e espaços para descrever e fazer um quadro geral do que era a Bahia (Sousa, 2022).

Por fim, percebemos que nessa produção há a demonstração das formas de pensar e fazer Geografia alinhadas à Geografia europeia, mas com suas devidas diferenças por estar situada em um país periférico. Logo os objetivos são parecidos, mas não os mesmos. Creio que as monografias regionais estavam alinhadas ao projeto nacional de reconhecimento do território, bem como à construção das identidades regionais que compunham a identidade nacional. Nesse trabalho, há um foco nos assuntos de cunho natural e econômico, possivelmente para o conhecimento e compilação das futuras possibilidades econômicas e do presente cenário do interior baiano, já que suas histórias, atualidades e potencialidades eram bastante desconhecidas (Sousa; Vaz, 2019).

Por fim, afirmamos que a história dos estudos regionais na Bahia se inicia com bases científicas firmes e pautadas nos teóricos franceses e alemães, muito antes da USP formalizar o curso de Geografia com os professores franceses. Junto a várias publicações de mesmo sentido naquele momento histórico, esses estudos contribuíram para o projeto e consolidação da produção das identidades nacional e regional, promovidas principalmente pelos IHGB. Dessa forma, a Bahia, que estava em decadência, tentava demonstrar a partir de sua história que ela teve relevância e contribuições para o todo nacional.

3.1.5: Pensando o método de Bernardino de Souza.

Na Geografia produzida na Bahia naquele momento, é possível perceber um movimento que exalava certa preocupação perante o rigor metodológico da Geografia, mas não com o método. O doutor A. J. de Souza Carneiro expõe isso em um texto intitulado “*Nova orientação das monografias descritivas regionais*” (1918), mostrando uma busca para que as descrições seguissem princípios científicos positivistas e superassem as descrições geográficas românticas.

Fora os grandes inconvenientes que a escola dos neo-geógrafos aponta e repudia, sobressai o da liberdade de mentir e de exagerar, muito própria aos nossos escritores, que fazem de sua região natal, o primeiro, o mais rico, o mais notável e o mais digno pedaço da terra de todo o mundo. Para esse mal, que só nos tem servido de entorpecimento e de vaidade, os remédios são eficazes com a disposição científica das monografias regionais, em cujos capítulos ficam as provas da verdade e da falsidade do autor (Carneiro, 1918, p. 181).

É possível perceber o espírito da ciência positivista se consolidando. Sousa (2017a) observa como, nesse texto, Carneiro exprime “[...] palavras introdutórias que exaltam a possibilidade de os novos geógrafos ultrapassarem a imprecisão descritiva e os arroubos da imaginação que vinham pautando as representações espaciais dos lugares e paisagens”, ou seja, há claramente um esforço de construir um estatuto científico para a Geografia. Com isso, para as ciências sociais se mostrarem científicas, tornaram-se dominantes os métodos da tradição hipotético-dedutiva, ou seja, um método com características das ciências físico-naturais, com ênfase na experiência empírica, na materialidade e neutralidade perante os fenômenos, com uma alta rejeição da subjetividade dos fenômenos.

As monografias regionais, propostas por Bernardino de Souza, estão metodologicamente mais inclinadas ao empirismo de Augusto Comte, mesmo que simplificado, pois Bernardino de Souza percebe o problema do desconhecimento do território baiano, observa

e descreve a realidade sensível e, com os dados da descrição, busca solucionar esse problema com uma generalização. Assim, percebemos as influências das demandas locais na adaptação do método de pesquisa, este que se fosse totalmente copiado dos modos eurocêntricos dominantes à época, não daria conta de chegar os objetivos impostos pelo grande vazio de saber geográfico acerca do território brasileiro, pelo desconhecimento acerca do interior e pela demanda de produção de uma identidade nacional. Fins esses, que a pureza das ideias regionais vidalianas ou antropogeográficas ratzelianas com suas categorias e ferramentas não poderiam cumprir

O que mais se destaca no método de Bernardino de Souza é a prevalência da indução, que, segundo Marconi e Lakatos (2019, p. 86), “[...] é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Assim, tudo indica que Bernardino de Souza estava em busca de uma verdade geral do que era o território baiano, a partir das descrições de espaços particulares, singulares, a partir de regiões. A escolha da indução, de forma pura, sem o processo de uma racionalização, pode ter sido uma escolha estratégica, pois a produção foi feita por vários agentes não conhecedores da ciência geográfica e isso demanda uma simplificação para a participação de todos de uma forma mais efetiva. Visto que pelas leituras que Bernardino de Souza apresentava ter, ele tinha conhecimento pelas generalizações de antropogeografia ou da *description raisonnée* vidaliana, processos esses que tentam dar um teor explicativo as descrições.

Marconi e Lakatos (2019) nos mostram o percurso básico que uma pesquisa indutivista deve seguir, sendo iniciado pela observação dos fenômenos, seguido pela descoberta da relação entre eles e a generalização da relação. As monografias foram totalmente baseadas na observação e descrição, como forma de registro do que foi observado, e não há registro do que foi feito a partir desses registros escritos, mesmo Bernardino de Souza dando pistas de que as monografias serviriam para futuramente “[...] serem ajustadas e conjugadas por competentes, podem dar o resultado da chorographia da Bahia” (Souza, 1916, p. 221). Com isso, percebemos que o intuito era que alguém, mais tarde, fizesse o processo de relação e generalização.

Eu enquadro essas monografias como uma demonstração de indutivismo ingênuo, pois toda a ciência aqui praticada é baseada na observação. Chalmers (1993, p. 25) nos diz que “De acordo com o indutivista ingênuo, a ciência começa com a observação. O observador científico deve ter órgãos sensitivos normais e inalterados e deve registrar fielmente o que puder ver, ouvir etc. em relação ao que está observando, e deve fazê-lo sem preconceitos”. Além disso, a ciência feita pelo indutivista ingênuo pode ser verificada por quaisquer pessoas através de

observações, o que gera um resultado de objetividade e confiabilidade nos resultados (Chalmers, 1993). Uma outra característica que enquadra o seu método na categoria da ingenuidade indutivista é a sua eliminação de toda a subjetividade, pois montar uma lista do que deve ser descrito é uma forma de ir delimitando a possibilidade de a subjetividade aparecer no texto.

Aqui classificaremos esse trabalho como da tradição hipotética-dedutiva, pelas questões já explicitadas, e não há mais muito o que analisar, pois o trabalho é raso em termos de método. Assim como a maioria dos trabalhos que vão nessa linha de tradição metodológica, não há explicitação das bases teóricas dos caminhos metodológicos, pois a forma de pensar positivista é acompanhada da crença de que a ciência produzida por eles é a verdade e não necessita de explicações de como se chegou naquela verdade, apenas é demonstrado o resultado.

Em suma, essa pesquisa regional nos mostra que apesar de todo conhecimento teórico possuído e demonstrado por Bernardino de Souza e de suas pretensões de alçar a Geografia para uma modernidade científica, longe dos romantismos, o método pensado por ele não pôde ser igualmente confeccionado e aplicado tal qual as suas influências europeias. Os processos e configurações espaciais frearam as pretensões de generalização e aplicação sistematizada do método vinda de uma ciência-mundo para uma ciência-local, dessa forma é notável a dialética entre as diacronias locais, do eixo das coexistências, impuseram a necessidade de uma adaptação simplificadora das ideias que vieram como sincronias globais, do eixo das sucessões, no lugar Salvador.

3.2: Sylvio Fróes Abreu e as dicotomias entre o natural e o humano, o literário e o pragmático na pesquisa regional (1939)

Figura 6: Sylvio Fróes Abreu



Fonte: Zenith - Arquivo de História da Ciência

3.2.1: Sylvio Fróes Abreu quem?

Soteropolitano, nascido em 1902 e falecido em 1972, Sylvio Fróes Abreu formou-se em Química Industrial, após ter estudado também Geologia e Mineralogia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1922. Tornou-se catedrático da cadeira de Geografia Geral e do Brasil, no atual Instituto de Educação do Rio de Janeiro, destacando-se como cientista profundamente engajado nas pesquisas sobre os recursos minerais do Brasil. Reconhecido tanto nos ramos da Química quanto da Geologia, consolidou-se como autoridade em Geologia Econômica, unindo saberes interdisciplinares em seus estudos. Em 1959, durante o 13º Congresso Brasileiro de Geologia, recebeu a Medalha de Ouro José Bonifácio de Andrada e Silva, a maior honraria concedida pela Sociedade Brasileira de Geologia, sendo a segunda pessoa a recebê-la, o que simboliza o reconhecimento de suas consideráveis contribuições para o desenvolvimento da ciência geológica no país. (Mattos, 1939; Abreu, s.d; Revista Brasileira de Geografia, 1972)

Sua vida profissional esteve profundamente ligada aos órgãos técnicos do Estado. Atuou como funcionário do Ministério da Agricultura e serviu no Instituto Nacional de Tecnologia, onde exerceu cargos de destaque, passando pela chefia da Divisão de Indústrias Químicas Inorgânicas até alcançar o posto de Diretor-Geral. Paralelamente, foi consultor técnico do IBGE, acompanhando desde a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1934, sua transformação em IBGE, em 1936, e permanecendo como colaborador ativo até 1964, somando, assim, 29 anos de contribuição direta aos geosserviços e ao desenvolvimento científico do país (Mattos, 1939; Abreu, s.d; Revista Brasileira de Geografia, 1972).

Além das instituições já mencionadas, Sylvio Fróes Abreu esteve presente em diversos órgãos e entidades científicas e técnicas do país, consolidando-se como uma das vozes mais respeitadas da Geologia, da Química e da Geografia Econômica no Brasil. Participouativamente do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas; do Conselho Nacional das Minas e Metalurgia; e do Conselho Consultivo do Plano do Carvão Nacional, onde aplicava sua experiência acumulada em estudos de combustíveis fósseis, xistos pirobetuminosos e lignitos. (Mattos, 1939; Abreu, s.d; Revista Brasileira de Geografia, 1972).

Atuou também na Sociedade Brasileira de Geografia e na Associação dos Geógrafos Brasileiros, dando continuidade à sua trajetória acadêmica de professor catedrático de Geografia Geral e do Brasil no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Como químico e pesquisador, integrou a Associação Brasileira de Química, a Associação Brasileira de Ciências e a Associação Brasileira de Geologia, instituições nas quais divulgava suas investigações sobre

recursos minerais e petróleo, tema ao qual dedicou especial atenção desde 1922. No campo técnico e industrial, foi membro do Clube de Engenharia, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio e do Conselho Técnico da Petrobrás, chegando a ser eleito conselheiro do Conselho de Administração da estatal em 1966. Essa presença múltipla em órgãos acadêmicos, técnicos e governamentais revela a amplitude de sua atuação e a importância de sua contribuição para a formulação de políticas públicas e o avanço científico e tecnológico no Brasil (Mattos, 1939; Abreu, s.d; Revista Brasileira de Geografia, 1972).

Com uma produção muito técnica, destacarei aqui as suas principais contribuições que se fizeram presentes desde a primeira edição da *Revista Brasileira de Geografia* (1939), em que seu nome é citado como um dos participantes das reuniões no Itamaraty que institucionalizaram o CNG, bem como há um artigo seu com um esboço de regionalização natural da Bahia e ainda no editorial dessa 1º edição há o informe do descobrimento do primeiro poço de petróleo no Brasil, situado na Bahia, e junto ao descobrimento é informado que estava acontecendo “o deslocamento de um dos mais competentes técnicos do CNG (e um dos mais influentes politicamente também) para cobrir o acontecimento e explicar suas relações com o meio natural e consequências para a sociedade” (Silva e Sousa, 2022, p. 4; Revista Brasileira de Geografia, 1939).

Fróes, ainda em 1939, publicou na segunda edição da *Revista Brasileira de Geografia* o artigo intitulado *O Recôncavo da Baía e o petróleo do Lobato*. “Sob o nome de Recôncavo da Baía compreende-se a região em torno da grande baía de Todos os Santos” (Abreu, 1939, p. 56). Nesse estudo, descreveu as características físico-geográficas da região, com ênfase especial na geologia, elemento fundamental para a delimitação do Recôncavo. O texto apresenta análises detalhadas e especulações consistentes sobre a qualidade do petróleo encontrado em Lobato, dialogando com suas investigações iniciadas ainda em 1922 e aprofundadas ao longo da década de 1930. Fróes também destacou a necessidade de desenvolver o aparato técnico da região para viabilizar a extração e circulação do recurso natural, defendendo a importância estratégica do petróleo para o fortalecimento da economia local e nacional. Como ele mesmo registrou: “A presença do petróleo no subsolo do Recôncavo vai certamente facilitar o surto de muitas indústrias que dependem, sobretudo, da possibilidade de obter-se combustível barato” (Abreu, 1939, p. 79). Sua posição pioneira nesse debate, anos antes da descoberta oficial em 1939, demonstra a relevância de sua contribuição para a geologia econômica brasileira e para a consolidação do petróleo como recurso central na industrialização do país.

Além dessas duas contribuições nas primeiras edições da *Revista Brasileira de Geografia*, listarei aqui todas as outras 14 publicações dele nesse periódico tão importante para a história da Geografia brasileira, sendo elas: *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi* (1939), *Observações sobre a Guiana Maranhense* (1939), *Arpoadores de jacaré, tipos e aspectos* (1939), *A Patagônia vista por um brasileiro* (1940), *O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio* (1941), *O solo da Amazônia* (1942), *Blocos-diagramas* (1942), *Alguns desenhos de Guaíra Heberle* (1942), *The face of South America* (1943), *Feições Morfológicas e demográficas do litoral do Espírito Santo* (1943), *Águas de São Pedro* (1944), *Fundamentos geográficos da mineralogia brasileira* (1945), *Aspectos Geográficos, geológicos e políticos da questão do petróleo do Brasil* (1946) e *Breves notícias sobre a Geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina* (1947) (Silva e Sousa, 2022, p. 4; Revista Brasileira de Geografia, 1939).

O professor também foi muito ativo no Boletim Geográfico, que era publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre os anos de 1943 e 1978. Nesse periódico, ele publicou 28 textos, alguns repetidos da *Revista Brasileira de Geografia* e outros inéditos. A maioria das suas publicações está relacionada à geologia, geomorfologia e recursos naturais do Brasil e muitos trabalhos mostram seu pensamento com uma forte inclinação para a Economia. Em *Nordeste do Brasil* (1943), em duas versões, ele faz um estudo regional do Nordeste, focando bastante na topográfica, geologia e nos recursos minerais. Em determinada parte do texto, ele mesmo faz um esboço de regionalização do Nordeste a partir de critérios físicos e geométricos. Os dois textos agrupados formam sua tese do concurso para a cadeira da Geografia Geral, especialmente do Brasil, do atual Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1929.

Além de sua tese, também podemos citar as seguintes contribuições no boletim geográfico: uma série falando do panorama geral de alguns recursos minerais do Brasil, como *carvão* (1944), *petróleo* (1944), *enxofre* (1944), *Sal-gema* (1944), *petróleo* (1948), a transcrição do texto de Geografia cultural *O problema dos sambaquis* (1944), *Os fatores geográficos na utilização dos recursos minerais do Brasil* (1949), *Os campos de petróleo e as reservas de xistos betuminosos do Brasil* (1950), *Os fatores naturais no desenvolvimento do Brasil* (1952), *Combustíveis e fontes de energia do Brasil* (1954), *Recursos minerais e industrialização* (1958), *O potássio e a sua magna importância para o Brasil* (1958), *Borracha natural e borracha sintética* (1963), *Produção Mineral, Conservação de Minérios e a Situação Atual* (1963), *Problemas do Sal* (1964), *Energia e desenvolvimento industrial* (1964), *A indústria cerâmica no Brasil* (1964), *A competição entre o natural e o sintético* (1967) (Silva e Sousa, 2022, p. 4; Revista Brasileira de Geografia, 1939).

Podemos perceber que a trajetória de Sylvio Fróes Abreu revela um comprometimento extraordinário com a ciência e o desenvolvimento do Brasil, unindo pesquisa, ensino e atuação técnica junto ao Estado. Sua capacidade de articular conhecimentos de química, geologia e geografia, consolidou-o como uma referência indispensável para a compreensão e aproveitamento dos recursos naturais do país.

3.2.2: **Sylvio Fróes quando e onde?**

A produção regional do autor, aqui trabalhada, foi concretizada em 1939, ou seja, foi construída, trabalhada e pensada no contexto do início da 2^a Guerra Mundial. Os anos antecessores e sucessores foram muito turbulentos, pois aconteceram vários conflitos que culminaram e expandiram a 2^a grande guerra. Nesse momento histórico, diversos países adotaram medidas de intervenção estatal como resposta à crise econômica de 1929, influenciados pela ascensão das ideias keynesianas, que defendiam o papel ativo do Estado na regulação da economia. No entanto, essa orientação econômica não levou necessariamente ao totalitarismo. Enquanto democracias liberais, como os Estados Unidos, ampliaram o papel do Estado sem romper com as instituições democráticas, outros países vivenciaram a ascensão de regimes autoritários, como o nazismo de Hitler na Alemanha, o fascismo na Itália, as ditaduras de Salazar em Portugal, Franco na Espanha e o Estado Novo no Brasil. Assim, o período foi marcado tanto pela consolidação de modelos totalitários quanto pela emergência do Estado de bem-estar social em contextos democráticos, em paralelo a uma crescente difusão da cultura de consumo, inspirada pelo *american way of life* (Gombrich; Aristu 1999; Harvey, 1992).

O mundo estava sendo marcado pelo amadurecimento do fordismo, aliado ao keynesianismo. Havia uma nova forma de produção aliada a uma nova estética, psicologia, forma de trabalhar e de viver se consolidando no mundo que produzia trabalhadores moralmente regulados pela racionalização do tempo, do cotidiano e da produção. De forma simultânea, o capitalismo se expandia globalmente, principalmente nos países recentemente descolonizados. A política da boa vizinhança, adotada pelos Estados Unidos durante o governo de Roosevelt, é um ótimo exemplo disso (Gombrich; Aristu, 1999; Harvey, 1992).

Naquele período, o Brasil estava vivendo os efeitos de uma mudança significativa em seu cenário político, causada pela revolução de 30. Trata-se de um movimento militar, liderado pelos representantes das oligarquias dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que acabou com a primeira república, após a quebra de acordo da escolha de presidente entre as oligarquias republicanas paulistas e mineiras. Esse evento culminou na ascensão de Getúlio Vargas à presidência. Schwarcz *et al.* (2015, p. 463) dizem que a revolução de 30 “[...] tornou-se um marco decisivo para os historiadores, menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país.”

Os anos posteriores à revolução de 30 foram marcados pela figura de Getúlio e a centralização de todo o poder em sua representatividade executiva. Foi um governo marcado

por atitudes dúbias, algumas enxergadas de forma negativa, como a abolição das Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais, retirando o cargo de todos os políticos eleitos durante a primeira república, pondo interventores na posição dos presidentes de Estados e censurando a mídia e artistas opositores. Com isso, Vargas pretendia impor uma nova ordem política evitando conflitos com as elites regionais, através da força política e militar (Schwarcz e Starling, 2015).

Outras atitudes foram vistas de maneira positiva, como o tratamento referente às políticas voltadas para os direitos trabalhistas, implementando vários direitos sociais como “[...] leis de proteção ao trabalhador — jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria.” E ao mesmo tempo reprimia fortemente qualquer forma de organização sindicalista que não estivesse no âmbito estatal e prolongou a exclusão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais (Schwarcz e Starling, 2015, p. 464).

O Governo Varguista acreditava que o desenvolvimento técnico e a razão pragmática guiariam o desenvolvimento nacional. Com isso, para legitimar o seu poder, foram feitas várias estatais, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Hidrelétrica do Vale do São Francisco, Petrobrás e Eletrobrás. Dessa forma, pautados na técnica de planejamento e planificação enquanto instrumentos políticos, era de suma importância ter órgãos, geralmente ligados à ciência, para a colheita e sistematização das informações, assim embasando as decisões governamentais. (Ianni, 1971; Schwarcz e Starling, 2015)

A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática (Harvey, 1992, p. 129).

Esse contexto econômico brasileiro é marcado pela configuração mundial que gerou a 2^a grande guerra (1934 – 1945), com as exportações em queda, os países com medidas protecionistas, grandes estoques de produtos que não foram exportados e o difícil acesso à importação de produtos industrializados, principalmente, gasolina e maquinário industrial. Creio que isso gerou a internalização econômica e o nacionalismo ideológico. É possível ver ambos nas constituições de 1934 e 1937, que, em muitos artigos, demonstram a força e dominância do Estado sobre a esfera econômica, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais e ao desenvolvimento industrial (Ianni, 1971).

Com isso, a economia estava se voltando para o mercado interno e a industrialização é acompanhada da política de substituições de importações. Prado Júnior (1998, p. 290) diz que

“A indústria nacional veio progressivamente substituindo com seus produtos a importação de quase tudo o que se diz respeito a bens de consumo, inclusive, depois da segunda guerra mundial, os bens duráveis e parte já significativa dos bens de produção”. As diretrizes do Setor de Produção Industrial (SPI), órgão responsável por regular a produção industrial, nos mostram bem as características do governo perante a economia ao descrever suas atribuições, sendo elas: planificar a indústria do país; orientar, dirigir e controlar o programa de produção industrial; estudar e fixar as prioridades de distribuição industrial; estudar e organizar as formas de produção em série e promover a formação de profissionais (Ianni, 1971).

Antes do período varguista, o processo de urbanização e industrialização brasileira já acontecia, mas de forma incipiente. Sobre a urbanização, foi na década de 1940 que houve o início da grande expansão urbana que viria acontecer no Brasil. Santos (2005), nos traz dados de que a população urbana chegou a representar 31,24% da população total. Antes disso, em 1920, representava apenas 6,8%. Concomitante ao processo de expansão urbana, o setor industrial crescia e mudava sua identidade, com a indústria têxtil e alimentar perdendo centralidade para a indústria metalúrgica e química.

Para além da construção da imagem do governo pelas vertentes técnica e jurídica, era visível que havia uma construção para aproximar-se dos intelectuais e artistas. Foram criadas vagas para aqueles que estivessem disponíveis para trabalhar no serviço público, gerando um certo cotidiano entre essas classes e o centro político decisório. Dito isso, é importante lembrar que Vargas é um imortal da Academia de Letras.

Ainda que alguns entre eles antagonizassem, com sua produção, a ordem estabelecida, uma expressiva parcela dos intelectuais brasileiros ao centro, à direita e à esquerda do espectro político aceitou demandas que lhe faziam as agências do Estado Novo: poetas, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Rosário Fusco e Menotti Del Picchia; intelectuais, como Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Nelson Werneck Sodré; ou escritores, como Graciliano Ramos (Schwarcz e Starling, 2015, p. 485).

A construção de uma ideia de nação também passou pela elaboração de símbolos nacionais que demonstravam a importância das diversidades regionais e da miscigenação de raças. Nesse processo, houve o apagamento da historicidade de muitos elementos da cultura africana, retratados como frutos da miscigenação. Inclusive, essa busca da ideia de nação impulsiona o interesse pelo interior do Brasil, pois seria lá a residência e o local de preservação da verdadeira identidade nacional. Moraes (2005) chama isso de mitologização da hinterlândia. A exemplo desse movimento, a capoeira foi descriminalizada e a feijoada foi convertida

[...] em prato nacional e carregou consigo a representação simbólica da mestiçagem: o feijão-preto e o arroz branco, uma vez misturados, funcionam como a metáfora harmoniosa de uma mestiçagem que é racial e cultural; a couve, por seu turno, reporta ao verde das matas, e a laranja tem a cor amarelada do ouro — numa feijoada completa tudo se mistura e prontamente se transforma em matéria de nacionalidade (Schwarcz e Starling, 2015, p. 486).

Era evidente a ebulação política representada pela agitação dos vários movimentos, principalmente, vindos da nova sociedade e cultura urbana, embasados na política internacional. Por exemplo, os integralistas, que eram inspirados nos fascistas, se fizeram presentes no cenário durante a década de 1930 e estavam levemente alinhados com Vargas, bem como os comunistas, que eram contra o totalitarismo varguista e o fascismo e, a partir de 1935, fizeram vários levantes armados. Para estes, o governo tinha uma postura muito violenta contra a oposição, neutralizando os comunistas e outros opositores. O mais conhecido registro da brutalidade do ditador é *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos. Lá ele revela a sua experiência enquanto prisioneiro e o brutal tratamento de Vargas perante pessoas contrárias ao seu governo (Schwarcz e Starling, 2015).

Provavelmente, essa violência contra o movimento comunista, no Brasil, advém da racionalidade burocrática que Harvey (1992) nos mostra ao falar sobre o medo dos Estados perante a conjunção entre os movimentos radicais e as organizações sindicalistas, pois “O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora - daí a importância do ataque político a elementos radicais do movimento operário depois de 1945” (1992, p. 129).

A Bahia, durante os anos próximos a 1939²¹, estava vivenciando uma disputa entre dois grupos, a oligarquia regional e a burguesia varguista nacional. Assim, Vargas, contrário ao poder regional, pôs interventores de sua confiança, e sem vínculos com o poder regional, para reger o Estado baiano e desarticular esquemas políticos que apresentassem disparidades com os planos nacionais. Essa pressão do poder nacional e, consequentemente, da economia do centro-sul, desmontou a oligarquia baiana em três grupos, um composto pelos excluídos do poder, outro que aderiu parcialmente aos interesses varguistas e outro que mais se aproximou dos nacionalistas e continuou no poder. Esta estava sufocada, mas não havia desaparecido, pois os interventores tiveram que negociar com o poder regional para conseguirem seguir seus

²¹ Anos em que o trabalho regional de Fróes de Abreu foi concretizado.

projetos. Os oligarcas, já enfraquecidos, aderiram às negociações com os interesses de Vargas (Tavares, 2001).

Dentre os interventores, destaca-se Juracy Magalhães, interventor federal e logo após governador da Bahia, que ficou no poder de 1931 até 1937, quando foi deposto. Mesmo sendo fiel ao governo varguista, ele era contra o golpe de 1937 e a ditadura imposta por Vargas. Sua política foi um pouco mais voltada para o interior. Ele tinha o costume de todo final de semana viajar para algum município interiorano da Bahia para tecer sua teia de alianças, além de ter uma operação de combate ao bando de Lampião. Foi responsável pela criação de algumas instituições para a organização econômica e territorial da Bahia, como os institutos do cacau, do fumo e da pecuária. Criou também a secretaria da educação e saúde (Tavares, 2001).

O substituto de Juracy, Antônio Fernandes Dantas, implementou na Bahia uma curta e opressora gestão, com a típica violência característica do Estado Novo, censurando várias obras, artistas e a mídia. Contudo, durou pouco, sendo Landulfo Alves escolhido, em 1938, como novo interventor. Muito preocupado com a modernização da Bahia, ele foi responsável por fazer o primeiro aviário, fazendas de melhoramento genético bovino, aumentou a produção de algodão com mudas mais resistentes, implementou uma escola agrícola de ponta em Cruz das Almas e fez reformas no ensino básico. Em 1939, implementou a matéria História do Brasil e Educação Cívica para, segundo ele, construir a consciência de uma identidade nacional e sanar duas deficiências do brasileiro: a excessiva liberdade de pensar e a falta de disciplina (Tavares, 2001).

Na década de 1930, a economia baiana, que já vinha perdendo centralidade nacional e regional, sofreu com vários percalços causados pela instabilidade política no Estado que a revolução de 30 gerou. A Bahia, que apresentava pouca diversificação econômica, trazia historicamente os mesmos produtos da área agroexportadora como fundamento de suas finanças. Contudo, as relações econômicas com o mercado externo foram limitadas, pois o governo varguista voltou o projeto econômico nacional para o mercado interno. Dito isso, as principais culturas do estado estavam em decréscimo, apresentando uma baixa de 16% do valor entre os anos de 1930 e 1939 (Azevedo, 1975).

As indústrias, que poderiam ser responsáveis pela diversificação econômica, estavam involuindo, ou não acompanhavam o ritmo do centro-sul, visto que em 1920 as indústrias baianas representavam 3,5% de todo o país e em 1940 essa porcentagem caiu para 1,9%. Azevedo (1975) diz que o parque industrial baiano podia ser descrito como algo artesanal, pois era composto por pequenas empresas e com técnicas de produção manuais. Um dos problemas responsáveis por essa conjuntura foi a falta de infraestrutura para a expansão industrial, a

exemplo da falta de produção energética no Estado. Na tabela abaixo, adaptada de Tavares (1966), podemos perceber que não houve uma significativa mudança no ramo industrial baiano entre 1899 e 1930 (Azevedo, 1975; Tavares 1966).

Tabela 4: Fábricas na Bahia - 1899/1930

Setores	Ano de 1899	Ano de 1930
Minerais Não metalicos	5	11
Metalurgia	53	65
Madeira	39	45
Papel	2	5
Couro	4	-
Alimentos	42	72
Bebidas	10	7
Fumo	15	6
Química	26	15
Têxtil	5	10
Vestuário	95	207
Diversos	35	10
Total	331	453

Fonte: Tavares (1966)

Elaboração e adaptação: Anderson Castro (2025)

O que viria criar uma esperança na recuperação da economia baiana seria, em 1939, a descoberta de petróleo no Lobato, sendo essa a primeira jazida de petróleo brasileira. Tal acontecimento gerou a ilusão de que a disparidade entre a Bahia e o centro-sul não se alargaria mais. De certa forma, o petróleo trouxe algum desenvolvimento, o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, a extensão da BR 116, que ligaria a Bahia aos Estados do Sul, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre outros equipamentos de infraestrutura, mas não deu o resultado esperado (Azevedo, 1975; Tavares, 1966)

A Bahia, como dito anteriormente, ainda tinha vários problemas de desconexão e desconhecimento do território. “O que se ignorava em 1930 era semelhante ao que se ignorava em 1830, época em que só se conheciam as terras percorridas ou ocupadas. O mistério começava onde acabavam a via férrea, as terras cultivadas, o pasto e o horizonte que um homem descortinava de uma colina” (Mattoso, 1992, p. 42). Dito isso, era evidente que até 1938 não havia o mapeamento das fronteiras dos municípios brasileiros, pois havia um obscurantismo do território da Bahia e do Brasil em geral. Creio que um dos principais motivos foi a ineficiência

dos censos anteriores a 1940, o primeiro a ser coordenado pelo IBGE e que conseguiria penetrar todo o Brasil (Coelho, 2008).

As políticas da Era Vargas geraram uma aura de reconhecimento institucional do território, a exemplo do decreto-lei nº 311, de 1938, que demandou todos os mapas municipais até 12 de dezembro de 1940. Caso isso não ocorresse, haveria a exclusão e anexação do município (Coelho, 2008). Tal lei gerou a primeira regionalização da Bahia, provida pelo próprio Estado. Falaremos dela mais adiante. Também há nesse contexto a primeira regionalização institucional do Brasil, produzida pelo CNG em 1938. Cruz (2021) diz que a década de 1930 abre um panorama de regionalizações com intuito político como instrumento de planejamento. Isso é afirmado na já citada primeira regionalização da Bahia (1940), utilizada para distribuir regras político-administrativas.

Em suma, é nesse contexto situacional da Bahia que Sylvio Fróes Abreu trabalha a sua regionalização. Uma Bahia marcada pela centralização do poder nacional, com intervenções “estrangeiros” disputando poder com as oligarquias e demarcando a presença nacional através de projetos educacionais e equipamentos de infraestrutura. O interior ainda continuava desconhecido, mas o Estado mostrava vontade e capacidade de reconhecimento e exploração. A economia estava se deteriorando, mas havia esperança de um futuro melhor devido ao petróleo no Lobato.

3.2.3: Momento histórico-conceitual da Geografia

O cenário da Geografia, em 1939, mundialmente não se diferenciava tanto em relação ao contexto trabalhado no capítulo sobre Bernardino de Souza. Em torno do ano de 1916, afinal são só 23 anos de diferença. As Geografias alemãs e francesas continuavam com uma certa autoridade, mas os ventos das mudanças começavam a soprar. Houve o surgimento de alguns elementos que adicionaram tempero no caldeirão dessa ciência. Um dos eventos inseridos na ciência geográfica de mais destaque foi o pleno desenvolvimento da Geografia norte-americana, que a partir da década de 30 ganhou relevância. Essa escola tinha duas vertentes de destaque: a da Califórnia, com o desenvolvimento de uma Geografia Cultural, sendo geralmente representada por Carl Sauer e sua vertente culturalista, e outra vertente do Meio-Oeste, que desenvolveu uma Geografia mais pragmática, atrelada à economia e à quantificação (Moraes, 1981).

As ideias da Geografia produzida no Meio-Oeste dos EUA estavam bem consonantes com uma das maiores questões que pairavam no ambiente científico na primeira metade do século XX. Pois, havia o início da discussão e de um movimento que tecia críticas à falta de pragmatismo da Geografia praticada até então. Com isso, surgem linhas de pesquisas que pretendiam trabalhar ampliando as formas de atuação dos geógrafos enquanto profissionais e cientistas, desenvolvendo um pragmatismo que viria a contribuir na participação ativa de forma a aplicar as pesquisas, principalmente, em programas de planejamento espacial.

Hartshorne, teórico que não era aliado a nenhuma das linhas dominantes da Geografia norte-americana, produziu seu trabalho voltado para uma utilização econômico-política de cunho objetivo, desenvolvendo uma Geografia Regional que visava criar regiões a partir dos objetivos do pesquisador, visando apenas os elementos que o interessam. Assim, essa ciência serviria a objetivos pragmáticos, como apreender a melhor forma de exploração em áreas específicas ou a melhor forma de ocupação e de planejamento para os locais. Dutra-Gomes e Vitte (2019), ao contextualizar a característica idealista da região, diz que com a expansão capitalista dos EUA, os objetivos de as regiões serem teorizadas como uma criação do autor estariam relacionados aos propósitos da economia estatal e das empresas multinacionais.

(...) Qualquer divisão regional do mundo, que leva em conta todos os elementos relevantes não é uma verdadeira imagem da realidade, mas sim um dispositivo arbitrário do pesquisador, mais ou menos conveniente com o seu propósito – é por isso que os discernimentos diferem de pesquisador para pesquisador, dependendo de quais elementos aparecem para eles como mais significativos (Hartshorne, 1939, 285 *apud* Dutra-Gomes; Vitte, 2019, p. 12).

Os trabalhos de Hartshorne tinham uma base no historicismo e no funcionalismo, que iam de encontro às ideias de um homem livre das imposições ambientais, eram contra as teorias evolutivas, acreditando que a realidade seria uma unidade heterogênea composta pela pluralidade de unidades que se articulariam por alguma força centrípeta (Dutra-Gomes; Vitte, 2019). Então, foi alcançada a ideia da Geografia enquanto a ciência da diferenciação de área, que visava estudar as particularidades espaciais e a partir delas fazer generalizações para se chegar a uma ideia de unidade, ou seja, o estudo de região para entender um espaço como o todo. “Por ‘área’ Hartshorne está reconhecendo a existência de uma arbitrariedade presente no conceito de região, expressando uma certa ruptura ou descompromisso com o sentido orgânico desta última (herança alemã e francesa)” (Dutra-Gomes; Vitte, 2019, p. 11).

Em termos metodológicos, os geógrafos pragmáticos continuam sendo indutivistas ingênuos ou hipotético-dedutivos, assim, nesse quesito, não se diferenciaram muito da Geografia Romântica ou Positivista, pois esses projetos pragmáticos foram apenas uma forma de expansão para a agregação capitalista dos conhecimentos produzidos pelos acadêmicos. Trata-se de “Uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social. Uma atualização técnica e lingüística. Passa-se, de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão [...]” (Moraes, 1981, p. 35).

Digamos que ainda não havia a consolidação das Geografias pragmáticas, pois a Geografia quantitativista, a Geografia aplicada e até mesmo a nomotética só viriam ganhar uma certa robustez, contornos claros e popularidade entre as décadas de 1940 e 1960. Contudo, percebe-se que havia uma tendência crescente no período entre guerras, pois já era notável o início dessas pretensões práticas. Por exemplo, o neopositivismo começava a se desenvolver na Europa durante os anos de 1920, com o círculo de Viena, e só veio a se popularizar a partir de 1950 (Capel, 2012). A Geografia ativa, por sua vez, só viria a ser materializada a partir de 1960 com Michel Philipponneau. Outro ponto a se destacar é a teoria de Walter Christaller, que, apesar de ser produzida em 1933, só vai ter grande propagação com a Geografia norte-americana, e os franceses Tricart e Georges Chabot, por volta de 1950 (Claval, 2014).

Claval (2014, p. 258) diz que “O período entre as duas guerras mundiais é muito mais marcado pelo alargamento do campo da disciplina que pelo seu aprofundamento”. Logo é perceptível que muito das ideias de uma Geografia mais pragmática estava surgindo por volta das décadas de 1920 e 1930, mas isso só foi difundido e aprofundado mais adiante, após a 2ª guerra. Com isso, os geógrafos já estavam envolvidos com o planejamento e o pragmatismo

antes da *new geography* ou da aplicada, mas isso era feito de forma mais exploratória, apenas seguindo o fluxo e as circunstâncias impostas pelo período histórico, marcado por Estados nacionais mais protecionistas, voltados para a ideia de soberania e planejamento do seu território. Com isso, a Geografia foi cooptada para a concretização dos anseios econômicos governamentais e, assim, os geógrafos foram descobrindo maneiras novas de fazer Geografia.

Segundo Robic (1996), na França, em 1920, os geógrafos franceses começavam a ampliar sua gama de possibilidades de atuação ao oferecerem assessoria para o planejamento urbano. Já em 1935, fica muito mais evidente a mudança de padrão nas pesquisas universitárias, quando surgem instituições parauniversitárias voltadas para pesquisas que resolvam problemas de forma prática e sistemática. Essa noção, mais pragmática, será transplantada para o Brasil a partir dos geógrafos presentes em todos os âmbitos da institucionalização da Geografia brasileira.

Dito isso, a Geografia no país, além de ainda continuar sendo muito influenciada pelos franceses, foi institucionalizada pelo Estado durante os anos da década de 1930, tendo a semente plantada em 1931 quando o Brasil participou oficialmente do XIII Congresso Internacional de Geografia em Paris, onde houve o contato com a União Geográfica Internacional (UGI), que viria fazer o convite para adesão do Brasil na UGI, através da figura de De Martonne em 1933. Como, para isso, o país deveria ter um órgão que coordenasse os assuntos geográficos, há a criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) em 1937 (Almeida, 2000; Andrade 2006).

Nessa lógica, entre os anos de 1934 e 1938, há a formação do sistema geográfico brasileiro oficial com a institucionalização da Universidade de São Paulo-USP (1934), Universidade do Distrito Federal (1935), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB (1934), Centro Universitário do Distrito Federal-UDF (1935), Conselho Nacional de Geografia-CNG (1937) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1938) (Almeida, 2000; Andrade 2006).

A formação desses aparatos institucionais coincide com o período da formação e consolidação do Estado Novo (1937-1945) envolto nas ideias de construção do país, modernização do território, criação de uma identidade, integração do território nacional, construção de um poder estatal centralizado e de um movimento em que a burguesia agroexportadora perdia poder para as classes urbanas (Moraes, 2005). Dentro desse âmbito, destaco a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, que, segundo a Revista do IBGE n.º1, de 1939, aconteceu da seguinte maneira:

trabalho o Chefe da Secção de Estatística Territorial, que era portador de uma carta do Prof. P. Deffontaines, havia pouco condecorado Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, na qual apelava para a efetivação da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional. Nesse entendimento, Sua Excelência sentiu chegado o momento e no mesmo dia iniciou as providências. Tendo obtido a aprovação do Presidente da República, o ilustre Chanceler convocou no Itamaratí as figuras mais representativas da cultura geográfica brasileira, as quais, em reuniões memoráveis, elaboraram o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia (Revista Brasileira de Geografia, 1939, p. 14).

A partir dessas reuniões, o CBG foi institucionalizado em 24 de março de 1937, pelo decreto n.º 1.527, que “institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística” e modifica o nome do Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia (Revista Brasileira de Geografia, 1939, p. 15). Esses conselhos reunidos vieram, a partir do decreto n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, a ser denominados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo este o primeiro espaço brasileiro que admitia a profissão de geógrafo desatrelada do ensino. Dessa forma, é de suma importância percebermos a proximidade do CNG e do IBGE, pois este abarcava, além do conselho de geografia, os conselhos de Cartografia e o de Estatística (Andrade, 2006).

É imprescindível salientar que na gênese de alguns aparatos institucionais geográficos, a exemplo aqui do CNG, estão presentes convedores da cultura geográfica que fazem parte de um círculo de afinidades, detentores de prestígio político e intelectual nacionalmente. Mostrarei essas personalidades que circulavam na Geografia baiana e brasileira no quadro a seguir:

Tabela 5: Participantes da reunião que institucionalizou o CNG em 1936

Participantes da reunião que institucionalizou o CNG em 1936	
Participantes	Ocupação
General Moreira Guimarães	Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
Dr. Max Fleiss	Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Almirante Raul Tavares	Dirretor de Navegação da Armada
Coronel Alípio di Prímo	Dirretor do Serviço Geográfico do Exército
Engenheiro Euzébio de Oliveira	Dirretor do Serviço Geológico e Mineralógico
Prof. Fernando Raja Gabaglia	Catedrático de Geografia no Externato Pedro II
Prof. Honório Silvestre	Catedrático de Geografia no Externato Pedro II
Prof. Sylvio Fróes Abreu	Catedrático de Geografia no Instituto de Educação
Engenheiro Sebastião Sodré da Gama	Dirretor do Observatório Nacional
Dr. Alcides Bezerra	Dirretor do Arquivo Nacional
Prof. João Felipe Pereira	Presidente do Clube de Engenharia
Coronel Renato Rodrigues Pereira	Consultor Técnico do Serviço de Limites do Itamarati
Prof. Matias Roxo	Catedrático de Geologia Paleogeografia e Cartografia na Universidade do Distrito Federal
Almirante Anfilóquio Reis	Chefe do Estado Maior da Armada
Coronel Francisco de Paula Cidade	Representante do Estado Maior do Exército
Oscar Tenório	Professor
Otelo Reis	Professor
Basílio Magalhães	Professor do Instituto de Educação
Eugenio de Castro	Comandante do exército
Prof. Alberto de Sampaio	Trabalhava no Museu Nacional
Dr. Renato de Mendonça	Sem informações
Engenheiro Rui de Lima e Silva	Catedrático de Geologia e diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro
Bernardino José de Souza	Ministro do Tribunal de Contas da União
Oscar Weinschenck	Engenheiro
Prof. Joaquim Lício de Souza Almeida	Chefe do Gabinete do Ministro da Viação
Engenheiro Cristóvão Leite de Castro	Chefe do Serviço Federal de Estatística Territorial

Fonte: Revista Brasileira de Geografia, 1939.

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Percebemos que essa reunião contou com muitas pessoas de cargos significativos, entre elas, estão destacados o aqui já trabalhado, Bernardino de Souza, baiano, responsável pelo primeiro movimento de regionalização da Bahia e um dos fundadores da CNG em 1937, e o também baiano, Sylvio Fróes Abreu, consultor, técnico do Conselho Nacional de Geografia, proposito do segundo estudo regional da Bahia, catedrático de Geografia no Instituto de Educação e um dos fundadores da CNG em 1937.

No ano de 1939, um ano após a criação do IBGE, como já foi explicitado, a Bahia se encontrava em um contexto de perda do protagonismo político-econômico, em âmbito nacional e internacional, para o Centro-Sul do Brasil. Eis que acontece um evento que renovaria as esperanças para as elites regionais, nacionais e vários outros setores da sociedade, como a comunidade científica. Trata-se da descoberta de petróleo no Brasil. Tal descoberta foi muito bem recebida pelos geógrafos, que fizeram questão de anunciar a novidade no lançamento do primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* (1939). O seu editorial estava destinado à descoberta do óleo na Baía de Todos-os-Santos (Silva; Sousa, 2022).

PETROLEO NA BAÍA

Sob bons signos aparece a Revista Brasileira de Geografia: ao ser ultimada a sua impressão, uma notícia sensacional espalhou-se pelo país inteiro, rapidamente, provocando as mais intensas vibrações — jorrou petróleo em Lobato, na Baía! O 21 de Janeiro de 1939, dia em que se deu o fato de tão largas repercussões na geografia econômica nacional, está fadado a figurar com destaque no quadro das principais datas da história da nossa economia. E', pois, com o maior prazer que a Revista Brasileira de Geografia, ao nascer, se congratula entusiasticamente com os seus leitores brasileiros e anuncia para o próximo número um interessante artigo de autoria do eng. Silvio Fróis de Abreu, grande especialista no assunto e precursor da existência do petróleo naquela região, o qual comentará os estudos e pesquisas que determinaram a descoberta do petróleo no Brasil.

Fonte: Editorial da Revista Brasileira de Geografia (1939, p.2).

A imagem acima mostra em sua totalidade o editorial publicado na primeira edição da *Revista Brasileira de Geografia*, no qual podemos observar que haveria “o deslocamento de um dos mais competentes técnicos do CNG (e um dos mais influentes politicamente também)

para cobrir o acontecimento e explicar suas relações com o meio natural e consequências para a sociedade” (Silva e Souza, 2022, P. 4). Com isso, além do possível contato entre os geógrafos que trabalhavam no IBGE e os cientistas regionais da Bahia, podemos ver que os elementos pragmáticos já estavam presentes na produção geográfica brasileira antes mesmo da consolidação de uma Geografia aplicada e quantitativa no cenário mundial, provavelmente pela influência e protagonismo dos franceses durante a institucionalização.

Os geógrafos franceses foram referências dominantes na produção geográfica brasileira dos anos 1930 até 1956, pois esses tiveram muita influência na institucionalização e propagação em “[...] três frentes de trabalho: as universidades, o IBGE e a AGB” (Andrade, 2006, p. 133). Antes disso, eles já se faziam presentes enquanto referência teórica, mas dividiam espaço com Morris Davis e os alemães. Entre esses geógrafos, destaco Deffontaines, que foi ativo na criação do curso de Geografia da USP, do CNG, consequentemente do IBGE, na Associação dos Geógrafos Brasileiros e no segundo curso superior de geografia no país, na Universidade do Distrito Federal (Revista Brasileira de Geografia, 1939; Andrade, 2006; Bray, 2017).

Devido a essa presença nas formações das instituições geográficas brasileiras, considero Deffontaines, que permaneceu no Brasil de 1934 a 1939, um dos geógrafos mais influentes no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. Ele era discípulo de Jean Brunhes, que foi discípulo de La Blache, ou seja, era uma ramificação da Geografia regional francesa de cunho vidaliano encarnada no Brasil na figura de Deffontaines. Trazendo a experiência de sua participação na Sociedade Arqueológica de Limousin-SAL, Associação de Geógrafos Franceses-AGF e Sociedade Geográfica de Lille-SGL, o professor francês soube como divulgar a Geografia em todos os âmbitos brasileiros (Huerta, 2017).

Deffontaines é responsável também pela fundação da Revista *Geografia* (1935 – 1936), primeiro periódico da AGB utilizado para registrar suas produções e propagar uma forma científica de se pensar, fazer e ensinar Geografia. A revista tinha o intuito de gerar acessibilidade para muitos interessados na ciência, pois havia poucas produções em português, o que gerava uma barreira linguística para acessar certos conhecimentos. Lopes (2021) afirma que nas publicações dessa revista o professor deixa claro a sua preocupação com o ensino básico, sendo, assim, possivelmente o primeiro grande propagador da Geografia no Brasil, estando presente em todas as frentes (acadêmica, escolar, técnica).

A Geografia vinda da Europa por meio desses mestres era uma ciência recém-nascida, ainda com a formação de um método que tentava minimamente se desvincular dos métodos da História, Geologia ou Sociologia. Por isso, tenho a impressão de que a Geografia produzida por Deffontaines no Brasil não tinha as pretensões de uma desvinculação total, imposição de limites

a outras ciências ou de especialização. Ao contrário, havia o desejo de uma construção mais generalista²², em que a unidade é construída a partir de várias singularidades orgânicas e sociais em harmonia, uma visão ligada muito mais a uma perspectiva romântica do que pragmática, pois “a unidade provém da diversidade que dá uniformidade” (Deffontaines, 1946, p. 78).

Assim a geografia ensina, de certa forma, uma moral. (...) ensina, além disso, uma moral de responsabilidade. Cada geração inscreveu sobre a Terra a sua obra geográfica, obra de organização, obra de progresso. O homem é, de certo modo, responsável pela Terra, ele não deve degradá-la. Cada um de nós trabalha para que esta Terra seja menos áspera, mais humana. Assim é, indiscutivelmente, uma moral de fraternidade o que ensina a geografia humana, aí está toda a sua grandeza (Deffontaines, 1943, p. 17).

A Geografia de Deffontaines trouxe também uma perspectiva idealista do liberalismo, na qual havia uma ideia de fraternidade humana entre todos os gêneros de vida como contraponto aos princípios do darwinismo social e à competitividade entre humanos.

Ensina-se, talvez com demasiado exclusivismo, as lutas que os homens travaram uns contra os outros, lutas fratricidas cheias de egoísmo e de ambição. A mais bela história é a do longo combate em que a caravana humana se empenha contra o meio físico, cada geração trazendo o seu auxílio, combate cheio de fraternidade (Deffontaines, 1943, p. 17).

É possível perceber que o professor francês, apesar de estudar tanto o físico, quanto o social, defende um predomínio do humano sobre a natureza, como é de praxe entre os lablacheanos. Ao definir a Geografia humana, ele diz que é “[...] essencialmente o estudo das experiências do homem sobre a Terra, ciência das manifestações visuais e tangíveis semeadas pela caravana humana que prossegue seu desfile ininterrupto há tantos séculos, na superfície do globo” (Deffontaines, 1943, p. 13), ou seja, os elementos humanos sobreponem-se aos elementos naturais.

Monbeig, aluno de Deffontaines, assumiu a cadeira de Geografia na USP e a direção da AGB, posições que eram de seu mestre até sua partida do Brasil em 1939. Assim, Monbeig deixa também sua grande influência na Geografia brasileira com sua presença entre os anos de 1935 e 1946. Sua importância está presente em várias áreas da Geografia, principalmente no que tange à geomorfologia e à Geografia urbana (AB' Sáber, 1994). Monbeig ficou cerca de 11 anos no Brasil, dando tempo de repensar suas ideias francesas diante da realidade do Brasil e

²² Podemos ver isso no texto *Pequeno Guia do Viajante Activo* (1936).

adaptá-las. Dito isso, Andrade (1994, p. 79) afirma que

Monbeig, dotado de grande inteligência e grande mobilidade intelectual, procurou adaptar todo o seu pensamento ao Brasil, onde deveria atuar e formar novos quadros. (...) Ao estudar o nosso país abandona praticamente a utilização de categorias muito caras a Vidal de La Blache, como “gênero de vida” e utiliza a expressão classes sociais, pois os grupos humanos, em uma sociedade como a paulista da primeira metade do século XX, que ele estudou, estavam organizados em classes sociais e não gêneros de vida.

Com isso, podemos dizer que Deffontaines produziu o ambiente institucional da Geografia brasileira, trazendo as ideias da França de forma mais engessada, e Monbeig, por seu maior tempo de vivência no Brasil, foi reformulando e adaptando suas ideias para a realidade do país. Assim, possivelmente, inaugurando uma Geografia com características metodologicamente alinhadas com as necessidades brasileiras (Lira, 2017a)

No que diz respeito à metodologia, nesse momento, ficam popularizadas na Geografia brasileira as excursões e trabalhos de campo, que contribuíam para uma formação generalista. É válido salientar que o campo é um princípio muito importante para a Geografia regional francesa, pois a região precisa ser reconhecida a partir da observação. No Brasil, um dos responsáveis pela popularização das excursões do IBGE é o geógrafo francês Francis Ruellan, discípulo de Emmanuel de Martonne²³ que, assim como Deffontaines e Monbeig, também ia de encontro a uma formação mais generalista (Lira, 2017a). Segundo Almeida (2000), ele foi o principal formador da primeira geração de geógrafos do IBGE, com muitos trabalhos de campo que serviram como formação.

A Geografia não é precisamente uma ciência de livros; ela necessita a contribuição da observação pessoal. Jamais haverá um bom professor se ele não envolver o interesse da observação pessoal pelas coisas que deve descrever. A natureza, em sua inesgotável variedade, põe ao alcance de cada um os objetos de observação e àqueles que aí se dedicam pode-se garantir menos esforço que prazer (Vidal De La Blache, 2012, p. 207 *apud* Queiroz, 2014, p. 03).

As expedições foram muito importantes para a formação de alguns geógrafos nacionais. O IBGE organizou uma série de 101 expedições, desde 1941 até 1968, como forma de

²³ Sobre o professor francês, Lira (2017a) explica que aparentemente este não tinha uma rigorosidade em torno do método, organizando seu trabalho e suas ideias em volta de princípios, sendo eles: o princípio de extensão, o princípio da Geografia geral, o princípio da casualidade e um princípio que vem como consequência dos dois primeiros, o princípio cartográfico. Podemos perceber traços desse pensamento em vários trabalhos brasileiros das décadas de 1930 e 1940, a exemplo dos escritos presentes na Revista Brasileira de Geografia e na Revista *Geografia* da AGB.

contribuir para a formação de seu quadro de funcionários e para o reconhecimento do Brasil.

Ela [a geografia] não tinha entrado ainda no reino árido da medida e da quantidade: nas excursões interuniversitárias de final do ano, das quais grande parte dos catedráticos participava, um tanto clínico, ainda quase artesanal, tinha total importância na troca de pontos de vista. Nenhuma especialização absoluta, na verdade, esta disciplina quase nova era ainda composta majoritariamente por generalistas (Gracq, 1992, p. 149 *apud* Lira, 2017a, p. 69).

Então, a Geografia no Brasil seguia uma vertente generalista, indo contra a ideia de uma formação mais especializada, como veio a ser com as vertentes mais pragmáticas. Falando de pragmatismo, lembramos do aparelhamento da Geografia pelo governo varguista. Nesse sentido, Moraes (2005) diz que “No que tange a Geografia no governo [...] as políticas territoriais passam a ser postas como prioridade do Estado” com o intuito de dotar o território de equipamento, modernizá-lo e ocupá-lo para geri-lo de maneira mais centralizada e eficaz. Juntando o projeto governamental do Estado Novo com a centralidade do conceito de região na Geografia, observamos que é nessa convergência que surgem as primeiras regionalizações vindas de órgãos estatais, assim, o conceito de região adentra o vocabulário de planejamento estatal e se apresenta como um conceito dominante nas pesquisas acerca do Brasil (Moraes, 2005).

As teorias francesas eram dominantes, mas não eram únicas, pois os dois centros hegemônicos, dominantes de produção de conhecimento geográfico da época, São Paulo e Rio de Janeiro, tinham cotidianos completamente diferentes. Os geógrafos paulistas estavam mais voltados para a academia, sob a influência da presença de Pierre Monbeig, e tiveram mais autonomia nas suas pesquisas pela distância do poder centralizado na capital, Rio de Janeiro à época. Enquanto isso, os geógrafos cariocas, por estarem “[...] mais próximos do poder e mais seduzidos pelas teorias americanas,” apresentaram, a partir de 1941, uma Geografia mais pragmática (Lira, 2017b, p. 171).

Cruz (2021) nos diz que nesse período o conceito de região é visto como instrumento de planejamento estatal, como instrumento de ação, como diz Haesbaert (2010). É nessa fase que se localizam as primeiras regionalizações estatais, estando presentes três regionalizações de instituições governamentais diferentes: a do Conselho Nacional de Estatística, em 1938, da qual não há registro dos critérios utilizados, mas aparentemente foi por posição geográfica; a do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1939, que dividiu o país em zonas geoeconômicas, baseadas em critérios econômicos, e a do CNE/IBGE, em 1942, baseada na coerência natural (Bezzi, 2004; Cruz, 2021).

Cruz (2021) ainda fala que nesse período em que as regionalizações estatais tomaram forma foram produzidas poucas regionalizações por outros agentes. Esse dado é muito importante, pois o caráter censurador do regime de Vargas e sua estratégia de aproximação de certos intelectuais deve ter influenciado o silenciamento de tantos outros pesquisadores regionais avulsos.

Em suma, a Geografia nesse momento vivia uma espécie de transição de uma ciência literária para uma característica mais prática e pragmática, como ferramenta para o impulsionamento do capitalismo, com a consolidação das Geografias norte-americanas, com os primeiros passos das vertentes quantitativa e aplicada. No Brasil, essas características, como o nacionalismo, o contato com a realidade concreta e as excursões, vieram a tomar forma a partir dos franceses, que, com sua presença na gênese de várias instituições geográficas, implementaram características vindas de suas formações na França.

3.3.4: O trabalho regional de Sylvio Fróes

Sylvio Fróes Abreu produziu uma regionalização da Bahia no ano de 1939, publicada no primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia*. Segundo o próprio autor, essa regionalização é “Calcada no conceito moderno da divisão regional, pensamos fazer um esboço caracterizando as regiões naturais do Estado da Baía, ainda tão mal conhecido e estudado” (Abreu, 1939a, p. 68). Com conceito moderno, Fróes estava se referindo ao aporte teórico conceitual que vinha dos geógrafos franceses. Essa influência é escancarada quando Sylvio Fróes diz que “A influência de Deffontaines tem sido altamente útil para a nova escola de professores de geografia, agora em formação [...]” (Abreu, 1939a, p. 68).

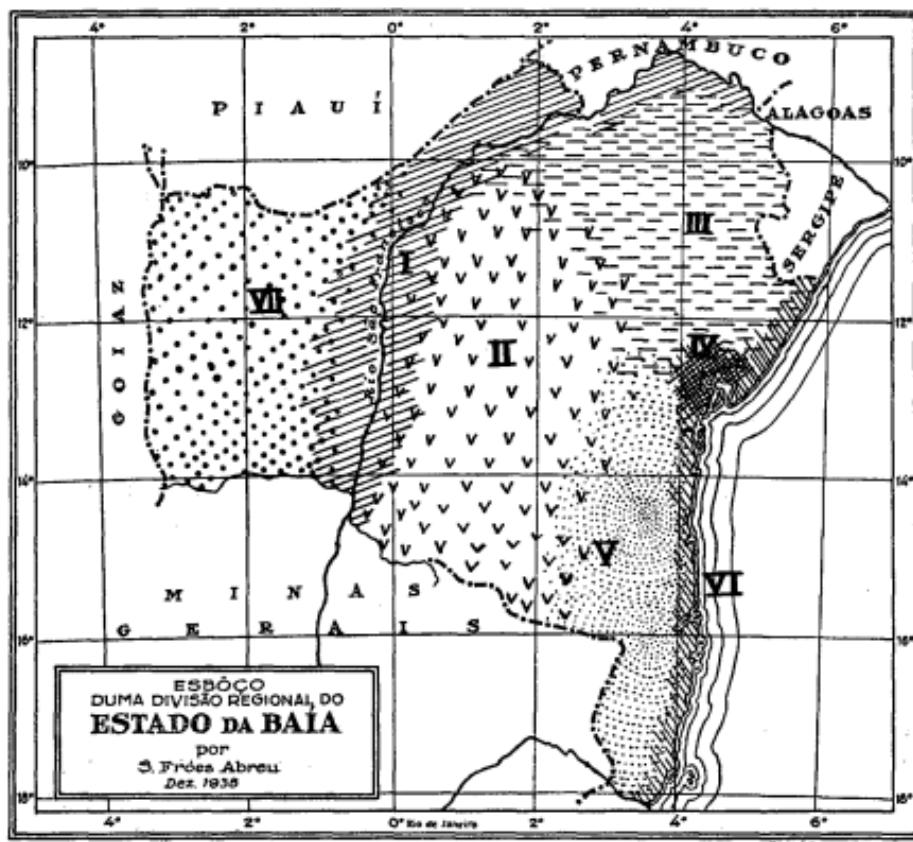
Como Sylvio Fróes explica, essa regionalização da Bahia se inicia da seguinte maneira: “a pedido do Prof. Deffontaines, fizemos uma ligeira exposição sobre as regiões naturais do nosso Estado natal” (Abreu, 1939a, p. 70). Tais falas revelam uma influência e uma possível supervisão do professor francês nessa regionalização da Bahia. Cabe relembrar a influência de Deffontaines na criação de todo o aparato institucional geográfico no período do Estado Novo. Além disso, esse trecho revela que essa é uma regionalização para estudos e um exercício prático de aplicação metodológica e não uma regionalização estatal, o que fica explícito na sua fala sobre a finalidade do trabalho: “O presente artigo tem por fim apenas despertar a atenção para um assunto que foi por tantas vezes ventilado nas reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros” (Abreu, 1939, p. 70).

Sobre os estudos regionais, o autor revela uma tentativa de superação da Geografia puramente descritiva, sem o espírito interpretativo. Segundo o próprio, “hoje todos reconhecem, não pode mais ficar limitado à simples enumeração dos acidentes. O que se procura conhecer em cada região é o conjunto de fatos que lhe dão uma feição especial, permitindo que o homem tire desse panorama de conjunto, consequências úteis para a coletividade” (Abreu, 1939a, p. 68). Na sequência, é exposto que ele está pautado nas regiões naturais, pois busca entender “a paisagem natural e cultural que resulta dos acidentes físicos, da natureza do solo, do clima e da atividade do homem” (Abreu, 1939a, p. 68). Ou seja, havia o discurso de esforço para se desvincular da Geografia puramente pautada na coesão natural, tentando trabalhar com a ideia de cultura, provavelmente baseado no conceito vidaliano de gênero de vida.

Contudo, veremos que a regionalização proposta por Fróes Abreu é baseada na divisão típica de regiões naturais, apesar de a descrição mostrar uma preocupação em falar acerca do homem, é de uma forma incipiente, assim, não deixando claro os traços de elementos culturais que foram critérios para a divisão regional. Então, com base nas regiões de coesão natural das

ideias ramificadas de Vidal, por influências dos professores franceses, sobretudo Deffontaines, em missão na Universidade de São Paulo e após no Rio de Janeiro, a Bahia foi dividida em sete regiões, sendo elas: 1) Vale do São Francisco 2) Chapada Diamantina 3) Sertão do Norte 4) Recôncavo 5) Região florestal do Sul 6) Litoral 7) Planalto do Oeste.

Figura 7: Regionalização da Bahia segundo Sylvio Fróes



Fonte: Abreu, 1939.

No decorrer da revista, ele vai apresentando as características que fazem a coesão das regiões, mas chama a atenção ao dizer que “Essa divisão regional, aqui apenas esboçada, não tem ainda seus limites rígidos, por falta de observações locais” (Abreu, 1939a, p. 69). Logo, há um problema teórico-metodológico vigente relacionado à observação e à presença do pesquisador em campo, que é um elemento central na perspectiva regional de base francesa. Com isso, essa proposta pode ter sido influenciada pelo contexto de transição para uma Geografia mais pragmática, pois quando o paradigma quantitativista e o levantamento corológico se tornam predominantes, após a 2^a guerra, as excursões e campos na Geografia vão perdendo importância.

Dito isso, vale lembrar que em 1936 Deffontaines lança um importante texto metodológico intitulado *Pequeno Guia do Viajante Activo* (1936) na revista *Geografia*, da

AGB. Nesse texto, o autor salienta a importância de fazer campo e mostra os passos que devem ser seguidos na observação em campo para estudar e reconhecer uma região. Sobre a observação, o francês nos mostra a importância do gênero de vida no reconhecimento de uma região, ao dizer que se deve olhar “[...] inicialmente, a paisagem que forma o quadro, onde se organizou toda a vida de um grupo humano. A importância de tal quadro reside na impossibilidade de colher qualquer coisa da luta, em que se empenham os homens, sem esta observação do meio, com as circunstâncias por estes impostas às populações” (Deffontaines, 1936, p. 15). O quadro geográfico é um conceito vindo da Geografia de Humboldt e fala acerca de uma descrição de paisagem que seria esteticamente tão bem-feita que, ao ler, seria possível visualizá-la através da escrita, ideia essa também adotada por La Blache (Gomes, 2017).

Outra característica da Geografia francesa demonstrada por Abreu é a descrição explicativa, a partir da qual os vidalianos imputam a sua visão e percepção no trabalho. Abreu (1939, p. 69) nos mostra estar alinhado a essa visão ao criticar trabalhos regionais sobre a Bahia que eram apenas descritivos, ao dizer que “De um modo geral, as contribuições antigas prestam um contingente relativamente pequeno, porque só se preocupam com a natureza descritiva, sem a necessária dosagem e sobretudo sem o espírito interpretativo”.

Acerca das descrições das regiões, foi feita uma observação entre a regionalização de Abreu e a proposta metodológica de Deffontaines presente no texto “Pequeno Guia do Viajante Activo” (1936) e notamos que Abreu segue algumas orientações, como a descrição da paisagem, um nome generalista designado a partir da localidade, e observação de desafios e potencialidades na relação homem-natureza. Contudo, ignora tantas outras, muito pela ausência de um trabalho de campo. Por exemplo, faltaram em muitas descrições elementos que só poderiam ser descritos a partir da presença física do autor no território, a exemplo de tópicos como o subsolo, animais, o papel das árvores, o apuramento dos limites, costumes, linguagem, ocupações, problemas de habitação, acesso à água, redes de conexão, produção agrícola, pecuária, indústrias, horizontes de trabalho, cidades e aldeias.

Ainda pensando sobre a influência de Deffontaines nesse trabalho de Sylvio Abreu, há outro texto de 1935, intitulado “Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional”. Os dois partem da falta de trabalhos científicos a respeito dos territórios que eles estudaram. O professor francês faz a primeira tentativa científica de divisão regional do Estado de São Paulo, assim como Abreu diz que fará a base de um trabalho regional baseado nos conceitos modernos de região, que ainda não havia sobre a Bahia. Além disso, a estrutura é semelhante, mas o trabalho do professor francês apresenta muito mais riqueza de detalhes e rigor metodológico.

As regiões em Deffontaines (1935) foram pautadas em três elementos do espaço, sendo eles: os naturais (o clima, a topografia, a geologia, a morfologia), a história da ocupação e o desenvolvimento das suas principais atividades econômicas. Contudo, ele afirma que o espaço brasileiro não o permitia ainda falar em regiões, pois é necessário que haja a “economia estável, fixadora do homem, que permita a lenta elaboração de uma paisagem. [...] As divisões regionais acham-se aqui ainda totalmente na infância” (1935, p. 119). Logo, pela falta de desenvolvimento econômico, as regiões foram desenvolvidas a partir da coesão natural, característica essa também notada no trabalho de Abreu. Na regionalização da Bahia, há claramente o domínio das características naturais como principal critério.

Vale salientar que ambos os trabalhos têm preocupações pedagógicas presentes. Deffontaines fala de sua regionalização como forma de contribuição para os estudos dos secundaristas e Fróes Abreu evidencia que:

No dia em que se puder ensinar, nas Escolas da Baía, uma geografia do Estado mais consoante com as verdadeiras condições naturais e humanas, de modo a dar, de fato, uma noção do que é a Baía, o que representa e o que poderá representar, no panorama geral do Brasil, nesse dia os alunos terão mais interesse por essa disciplina, os estranhos olharão com mais simpatia para a terra e os homens de trabalho poderão tirar maiores proveitos das suas leituras (Abreu, 1939a, p. 70).

Embora a forma que essa regionalização foi feita não seja tão explícita, acredito na influência do trabalho de Deffontaines, consequentemente, na predominância da linha regionalista vidaliana. Porém, como já foi dito, a provável falta de campo seja algo que o afaste da linha francesa e o aproxime da linha norte-americana, pois desse modo ele estaria construindo uma região a partir de seus critérios e não a reconhecendo empiricamente. Outra alternativa, também muito provável, é que ele tenha produzido seu trabalho a partir das produções descritivas, que o mesmo criticou. Muitos trabalhos que foram produzidos no IGHB, durante a primeira república, tinham como intuito explorar o interior da Bahia. Abreu, que participava dos mesmos círculos sociais que Bernardino de Souza, pode ter entrado em contato com obras como as monografias regionais (1916), de Bernardino de Souza, *O Estado da Bahia, agricultura, criação de gado, indústria e comércio* (1925), de Theodoro Sampaio, e *A Bahia e os seus municípios*, publicação custeada pelo Estado em dois volumes (1916) (1917). Assim, o trabalho pode ter sido feito a partir do campo de outros e não do próprio autor.

Refletindo sobre a regionalização da Bahia proposta por Abreu (1939a) com alguns movimentos da Geografia brasileira da época, percebo que, em paralelo, também em 1939, há no IBGE a formação de um “centro de estudos destinado a coordenar e estimular pesquisas

empreendidas por seus geógrafos” (Abrantes, 2014, p. 3). Esse centro de estudo foi responsável por organizar as famosas expedições geográficas do IBGE. Talvez, por estar no mesmo ciclo e no mesmo período, tenha sido nesse centro de estudos que tenha acontecido a atividade de Deffontaines que veio gerar a regionalização aqui estudada. Tal casualidade é reforçada pelo fato de que, em 1942, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia programou uma expedição científica nos limítrofes da Bahia com outros estados da federação. “A expedição, cujo percurso abrangerá a zona que vai desde a trijunção das áreas limítrofes dos Estados de Minas Gerais-Baía-Goiaz até a quadrijunção dos de Goiaz-Baia-Piauí-Maranhão” (Revista Brasileira de Geografia, 1942, p. 162).

Com alguns objetivos como o de determinar os pontos exatos da linha divisória entre Goiás e Bahia e o de registrar cartograficamente as zonas das divisas interestaduais do Estado de Minas Gerais e definir o divisor de águas entre as bacias do São Francisco e do Tocantins (Revista Brasileira de Geografia, 1942), essa expedição contribuiu para a atualização dos mapas da Bahia e de seus vizinhos ao Oeste, pois, a partir de seu pioneirismo em caracterizar as zonas das divisas interestaduais do Oeste baiano,

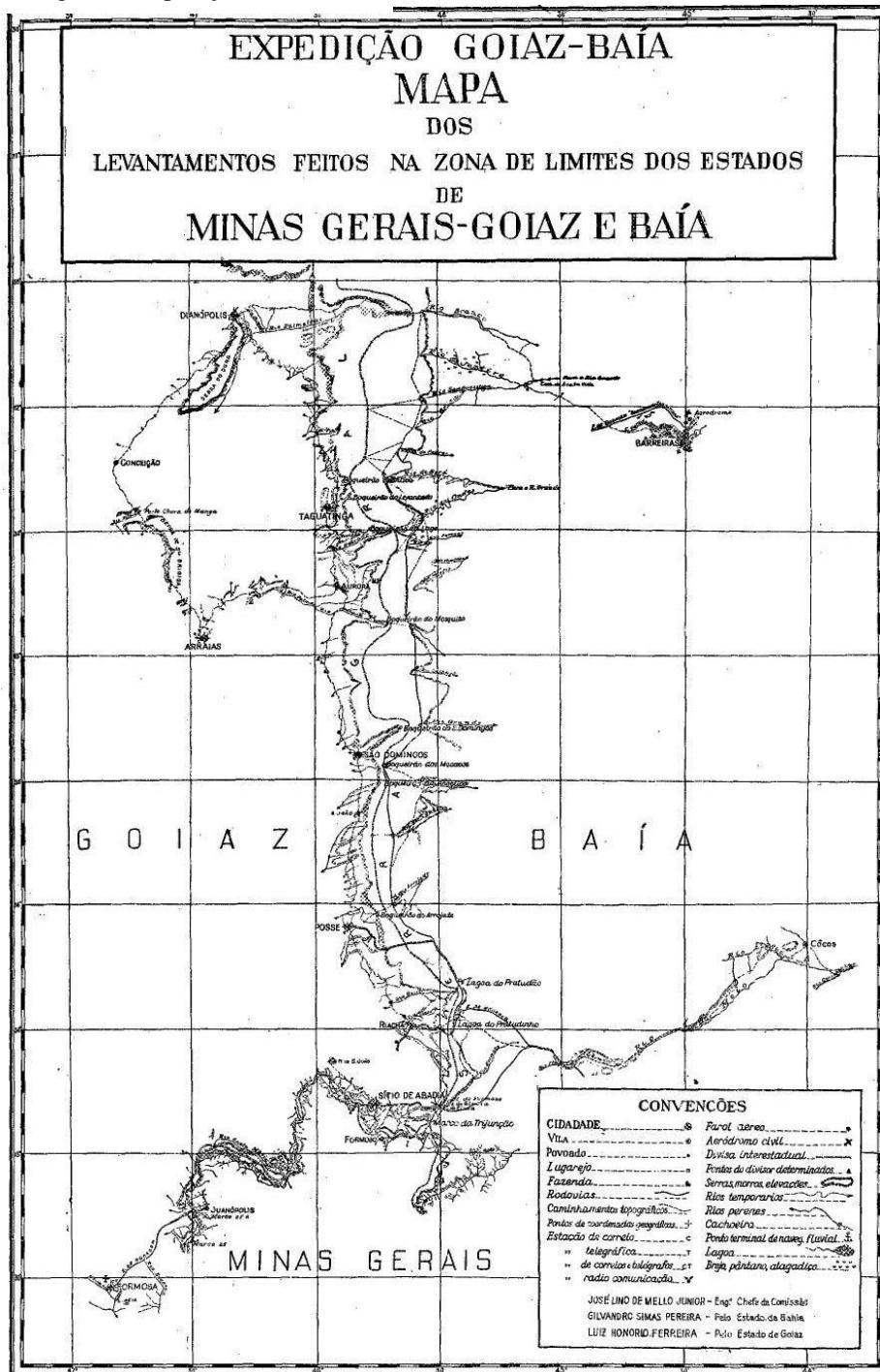
Os governos dos Estados mais diretamente interessados nas pesquisas designaram técnicos, que acessorados à expedição terão oportunidade de colhêr dados valiosos para melhor conhecimento dos respectivos territórios estaduais e elementos objetivos para solução das várias questões de demarcação das divisas políticas das referidas unidades políticas (Revista Brasileira de Geografia, 1942, p. 163).

Para além das zonas limítrofes, trecho inicial da divisa Baía-Piauí, a empreitada dos cientistas iniciou sua volta pela Baía por água, através do Rio Preto, e também percorreu um pouco do interior da Bahia: “[...] depois de estudar o e S. Francisco, até atingir a cidade franciscana de Chique-Chique, da qual seguirá para Salvador em estrada de rodagem” (Revista Brasileira de Geografia, 1942, p. 162).

Responsável por essa expedição, o engenheiro Gilvandro Simas Pereira, no texto *Expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco* (1942), diz que em 1940 ele já estava trabalhando na Bahia, com a Campanha de Levantamento de Coordenadas Geográficas realizada pelo CNG para a organização do novo mapa estadual. Foi lá que recebeu a demanda para resolver um problema insistente nos mapas baianos e dos municípios de seu entorno, o divisor de águas entre as bacias do São Francisco e do Tocantins. Creio que esse divisor contribuiria na indicação do mapeamento dos limites Oeste do Estado da Bahia. Assim, nasce a ideia de uma expedição, que será feita em 1942, iniciada no alvorecer deste ano e finalizada em 8 de setembro. O resultado dessa expedição foi o mapa de determinação do divisor de águas

entre as bacias dos Rios São Francisco e Tocantins (Pereira, 1942).

Figura 8: Expedição Goiás-Bahia



Fonte: (Pereira, 1942).

Em suma, nos anos próximos à produção do esboço de regionalização da Bahia de Abreu (1939), havia uma conjectura no IBGE e CNG em que Deffontaines estava dando um curso para um centro de estudos que coordenaria as pesquisas dos geógrafos do CNG e IBGE (1939). Desse centro, surgiram as ideias das expedições geográficas, a partir das quais ocorreram, no

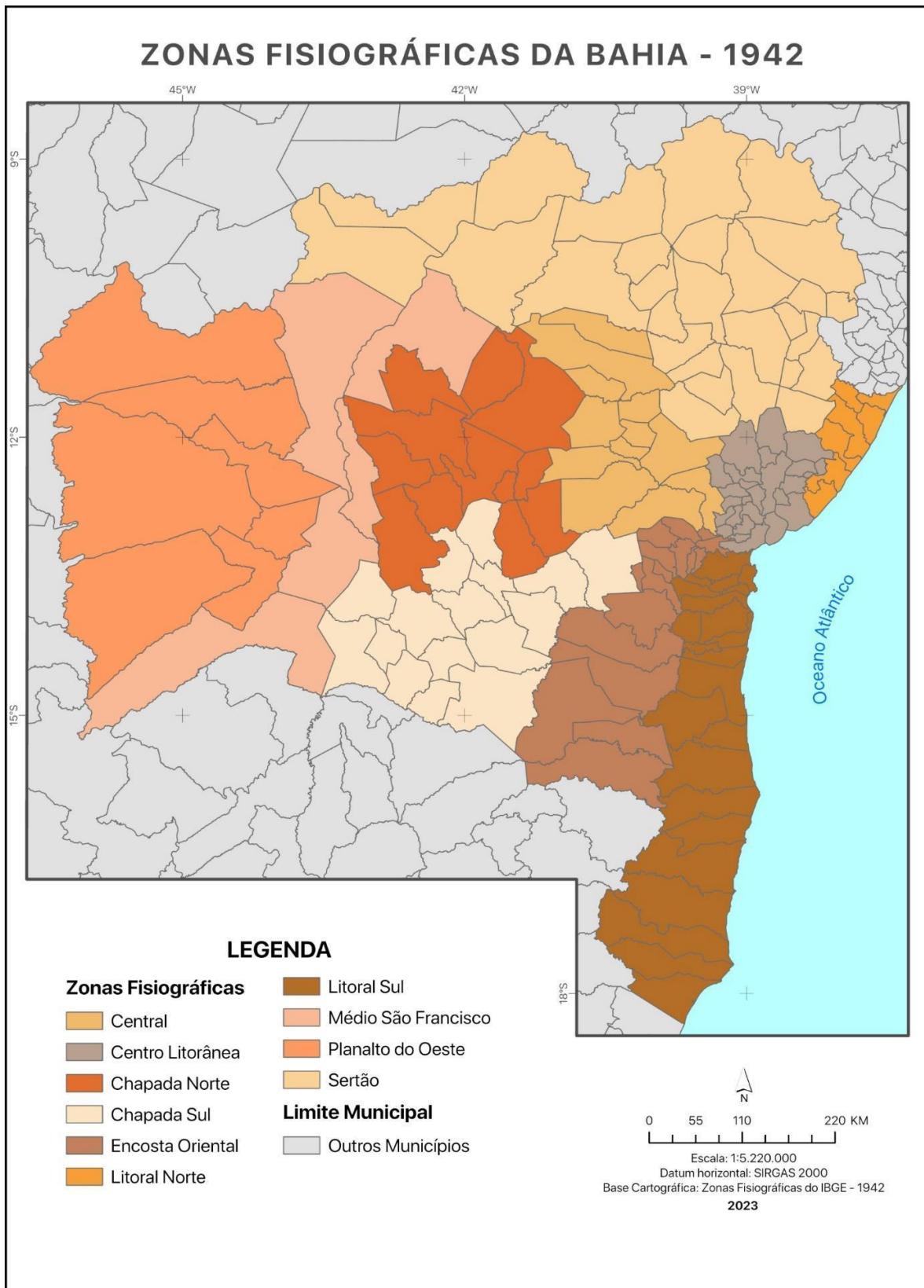
segundo ano de vigência (1942), três campanhas para a Bahia. Em paralelo, estava acontecendo a Campanha das Coordenadas Geográficas, que, entre outras funções, ajudaria os municípios brasileiros a elaborarem seus próprios mapas e fazerem o levantamento das regiões percorridas entre 1939 e 1942 (Revista Brasileira de Geografia, 1942). Tudo isso soa como coleta de informações geográficas que contribuiriam para as duas grandes empreitadas do IBGE e CNG durante o Estado Novo, a Carta Geográfica Brasileira ao milionésimo²⁴ e a regionalização do Brasil de 1942, que, além de regionalizar o país, regionalizou os estados da federação (Revista Brasileira de Geografia, 1942).

Podemos pensar em uma conexão entre os dois autores, pois vemos que Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia e principal articulador prático e teórico da divisão regional do Brasil de 1942, tinha um certo contato com Sylvio Fróes Abreu, visto que o autor era um membro ativo do CNG. Em 1939, Sylvio Fróes estava presente no curso de especialização de engenheiros para o levantamento de coordenadas, promovido por Fábio Macedo, para a formação de engenheiros competentes para a atualização da carta geográfica do Brasil, bem como o baiano teve seu trabalho de regionalização da Bahia citado no artigo de Macedo Soares, que lança as bases para a primeira regionalização oficial do país. O texto é intitulado *Divisão regional do Brasil* (1941) e foi publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (Revista Brasileira de Geografia, 1939, 1941).

É possível que todos esses trabalhos estejam articulados, por pertencerem à mesma instituição. Ainda que não seja possível ter certeza, seguiremos pensando nessas casualidades. Na regionalização de 1942, o Brasil foi regionalizado em 5 grandes regiões, 30 regiões, 79 sub-regiões e 228 zonas fisiográficas. Essas zonas fisiográficas eram regiões dentro das unidades federadas, ou seja, regionalizações estaduais. Com base no mapa da regionalização de 1942 disponibilizado pelo IBGE, a Bahia foi regionalizada em 10 regiões fisiográficas. Essa condição foi atualizada em 1945 para 17 regiões fisiográficas baianas. Contudo, vamos focar na de 1942 pela proximidade cronológica com a regionalização de Sylvio Fróes Abreu.

²⁴ Essa Carta oficial faz parte da Carta do Mundo, convencionada pelas Conferências Internacionais de Londres em 1909 e de Paris em 1913, que fixaram a escala no milionésimo.

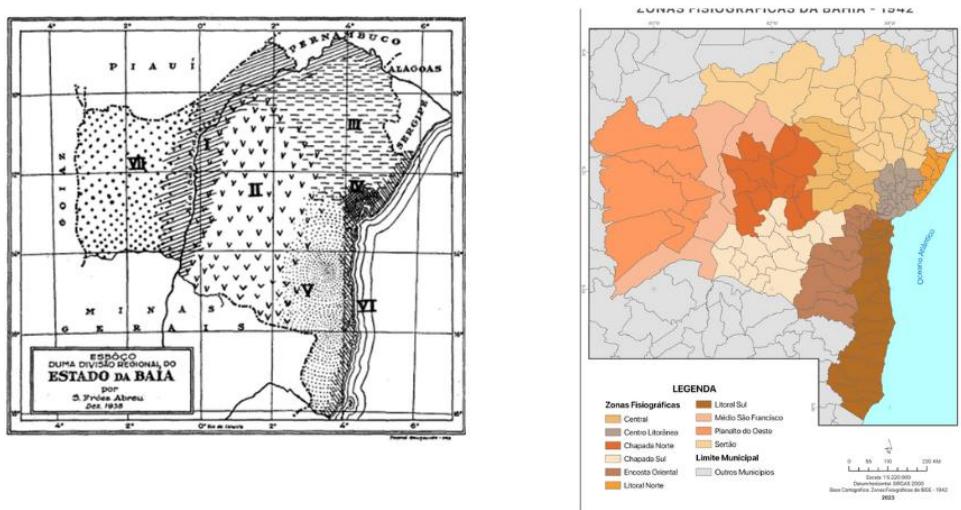
Figura 9: Zonas fisiográficas da Bahia - 1942



Fonte: Bahia (1991)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Figura 10: Comparação entre as regionalizações da Bahia de Sylvio (1939) e a regionalização em Zonas fisiográficas do IBGE (1942)



Regionalização de Abreu (1939): I) Vale do São Francisco II) Chapada Diamantina III) Sertão do Norte IV) Recôncavo V) Região Florestal do Sul VI) Litoral VII) Planalto do Oeste.

Como podemos ver nessa comparação, a região do Planalto Oeste é semelhante em ambas as regionalizações; na região do Vale do São Francisco de Abreu, na regionalização do IBGE, a parte norte da região do Rio São Francisco é integrada à região do Sertão, sendo regionalizado apenas o médio São Francisco; a Chapada Diamantina de Abreu, na regionalização do IBGE, aparece dividida como Chapada Sul e Chapada Norte; a região Florestal de Abreu coincide com as regiões do Litoral Sul e Encosta Oriental; Abreu estende todo o litoral baiano em apenas uma região, enquanto o IBGE divide o litoral em duas regiões, as do Litoral Sul e Litoral Norte; o Recôncavo aparece como uma região em Fróes, já para o IBGE o mesmo espaço é chamado de Centro-Litorânea; o Sertão Norte de Abreu é estendido pelo IBGE, aumentando sua extensão até o norte do Rio São Francisco, mas há uma coincidência entre esses espaços.

É possível observar que a regionalização proposta por Sylvio Fróes, que busca incorporar elementos culturais em sua análise, inclui a região do Recôncavo como uma área distinta. Essa abordagem reflete a importância atribuída aos aspectos históricos e identitários na delimitação espacial. Por outro lado, a regionalização estabelecida pelo IBGE, elaborada por Macêdo Soares, exclui o Recôncavo como unidade específica, uma vez que seu critério prioritário se baseia em fatores físico-naturais, como clima, relevo e vegetação.

As regionalizações são bem parecidas, o que aumenta a crença de que a regionalização de Abreu (1939) serviu como coleta de informação, ou até mesmo base, para a regionalização oficial de 1942. As diferenças podem ter sido traçadas a partir dos trabalhos de campo que o CNG estava promovendo por todo o Brasil, inclusive na Bahia, como expedições, campanhas de coordenadas, a Campanha das Coordenadas Geográficas, mapeamentos municipais e concursos de monografias municipais, entre outras atividades que poderiam agregar informações à regionalização que vinha sendo produzida desde a década de 1930, sendo institucionalizada em 1942, atualizada em 1945 e vigente até a década de 1960.

Apesar das semelhanças, percebemos que os critérios teóricos foram um pouco divergentes. Enquanto Guimarães (1941) nos revela que a divisão regional de 1942 se baseou nas regiões naturais, ele diz que esse conceito é composto dos princípios de “[...] extensão, que serve de base ao estudo da distribuição dos fenômenos pela superfície terrestre, respondendo às perguntas ‘onde’ e ‘até onde’, aliado ao princípio da conexão, do qual resulta o estudo das interrelações existentes entre os fenômenos que ocorrem no mesmo local” (Guimarães, 1941, p. 101). Com isso, observamos a centralidade da coesão natural, inclusive na página 90, falamos que esses princípios eram muito trabalhados por Monbeig. Já para Abreu a região será definida pelo “[...] conjunto de fatos que lhe dão uma feição especial, permitindo que o homem tire desse panorama de conjunto, consequências uteis para a coletividade.” Ou seja, é bastante claro que há a importância do natural, mas também a relação homem-natureza, o que aproxima Abreu da perspectiva vidaliana.

Lira (2017b, p. 177), ao analisar as diferenças de pensamento entre Monbeig e Guimarães, diz que “Ao contrário do que pensa Macedo Soares, que vê as regiões humanas como inseridas no interior de regiões naturais, para Monbeig, as regiões humanas integram diferentes regiões naturais e não o contrário.” Isso nos faz pensar que a regionalização da Bahia de Abreu se aproxima muito mais da ideia de Vidal, mas tem similaridade com esse pensamento de Guimarães ao enquadurar as descrições da história, da vida e da cultura humana no interior das regiões naturais.

Falando em história, essa característica presente na regionalização de Abreu, mesmo que de forma superficial algumas vezes, é um elemento que caracteriza sua proximidade com a vertente francesa. A história é de suma importância na epistemologia da Geografia francófona, visto que o conteúdo histórico fornece à região a característica de dinamicidade, em contraponto à estabilidade concedida pelos elementos naturais. Contudo, não há indícios de como as descrições acerca da história e cultura vieram a auxiliar na regionalização produzida por Abreu (1939).

Por fim, acredito que a regionalização de Abreu, que foi feita sob a supervisão de Deffontaines, a partir de algum curso de formação, teve o intuito de ser pautada na Geografia humana e em uma sobreposição dos fatos humanos ao determinismo natural. Contudo, claramente, a falta de campo contribuiu para que os aspectos naturais se destacassem no trabalho. Com os aspectos naturais sendo o critério de delimitação, essa regionalização que, provavelmente, não teria fins pragmáticos, por sua similaridade de critério de divisão e de sobreposição do natural ao social, acabou se tornando algum tipo de subsídio, ou base, para a regionalização da Bahia em zonas fisiográficas pelo IBGE, em 1942, sob a chefia de Guimarães.

3.3.5: Pensando o método de Sylvio Fróes Abreu

O método de Sylvio Fróes está ancorado na tradição hipotético-dedutiva, sendo notada a predominância do processo de indução e dedução. Indutivo, pois é notável, pela falta de campo que o mesmo revela, que muito do que foi agrupado enquanto região, provavelmente, o foi pela forma resumida e generalizada de casos estudados isoladamente. Nesse caso a forma de fazer região de Sylvio Fróes está alinhada à indução amplificadora que Lefebvre (1993, p.122) explica como “[...] passa-se de um número finito de fatos estudados, que são necessariamente fatos passados, para um número infinito de fatos possíveis”. Assim, Sylvio Fróes obteve informações sobre um número finito de características de uma dada extensão espacial e, a partir disso, imaginou as possibilidades de até onde essas características se expandiram de forma mais ou menos similar, criando, assim, as regiões. Esse tipo de indução é muito característico das ciências da natureza, sendo chamada também de indução baconiana, em referência a Francis Bacon (Lefebvre, 1993).

A indução se pauta bastante nas observações, mas, no trabalho de Sylvio Fróes, não é possível perceber rigor quanto à observação, o que enfraquece o seu método. Ora, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 90), “quanto maior a amostra, maior a força indutiva do argumento”. Assim, a pesquisa demonstra ter amostras insuficiente para a comprovação do resultado. Lakatos (2003, p 90) diz que pesquisas em que “ocorre a falácia da amostra insuficiente” por falta de dados validadores “interferem na legitimidade da inferência”. É visto também que, pela falta de observações, essa regionalização é de uma indução tendenciosa, que “[...] ocorre quando uma generalização indutiva se baseia em uma amostra não representativa da população” (Lakatos 2003, p. 90).

O trabalho mostra sinais de dedução nas limitações das generalizações regionais, pois quando o autor limita as regiões, é provavelmente devido ao anseio de precisão quanto à

extensão das características regionais. Pois “os argumentos indutivos aumentam o conteúdo das premissas, com sacrifício da precisão, ao passo que os argumentos dedutivos sacrificam a ampliação do conteúdo para atingir a “certeza”” (Lakatos 2003, p. 92). O raciocínio dedutivo é mais pragmático do que o indutivo; essa característica metodológica é observada nos trabalhos regionais da Geografia quantitativista e isso deve estar presente na pesquisa de Sylvio Fróes por sua residência — logo, seu ciclo de afinidades — ser no Rio de Janeiro. Como já mencionamos aqui, baseados em Lira (2017b), os geógrafos cariocas das décadas de 30 e 40 estavam se distanciando da Geografia literária francesa e se aproximando do pragmatismo.

Apesar das críticas tecidas, não negamos a importância do trabalho de Sylvio Fróes, que apresenta o esforço de adicionar as características e histórias humanas na produção regional. Macedo Soares (1941, p. 338), a esse propósito, parece sugerir que Sylvio Fróes conciliou aspectos humanos e aspectos naturais na regionalização da Bahia.

Em ótimo artigo sobre "As regiões naturais da Baía", o Professor Sílvio Fróis Ábreu, um dos nossos mais competentes geógrafos, leva em conta, além das condições naturais, também a atividade do homem. Vemos, assim, que não há acordo unânime quanto à clara distinção entre "regiões naturais" e "regiões humanas".

Essa característica vem do historicismo francês, que surge como uma reação antipositivista, apesar de várias características serem similares ao positivismo, essa ambiguidade também é notada no trabalho aqui estudado. Sylvio Fróes tenta correlacionar a história humana com a natureza, no intuito de explorar as singularidades, mostrando, assim, a dicotomia entre o singular e a generalização, entre a abstração e a concretude, em seu trabalho. O historicismo, vinculado às pesquisas regionais, prioriza os aspectos singulares em rejeição à uniformidade generalizada, voltando-se para a descrição do desenvolvimento da história humana situada. Tenta explicar, assim, uma realidade regional através das individualidades históricas (Capel, 2012).

A maior dicotomia apresentada por Sylvio Fróes na regionalização da Bahia é justamente entre a generalização positivista e a singularidade historicista. Acreditamos que isso se dá pela falta de campo, que é de extrema importância enquanto ferramenta metodológica dos geógrafos franceses, pois para o historicista a realidade “[...]só se pode compreender verdadeiramente mediante a vivência, penetrando dentro de algo[...]. [...] buscando contato direto imediato, ou ao menos total, com o objeto que se quer entender, e utilizando também, se necessário, a sensibilidade” (Capel, 2012, p. 316). Assim, na Geografia historicista, o campo é de suma importância para seguir as premissas filosóficas e para se chegar à suposta realidade.

Podemos resumir essas questões ao dizer que Sylvio Fróes estava sob um conjunto de influências da Geografia nomotética e da Geografia idiográfica, e isso é refletido no seu método de trabalho. Isso também se apresenta quando sua regionalização tem o intuito de ser natural e o critério principal da divisão é a generalização; há, contudo, claramente um esforço para se trabalhar a singularidade do desenvolvimento histórico-social. Mas essa dualidade não é exclusividade do trabalho de Sylvio Fróes; o próprio La Blache, frente a disputas para institucionalização da Geografia, afirmou a sua vertente naturalista (Capel, 2012).

Acreditamos apontar o pensamento e método de Sylvio Fróes como dicotômico e não como híbrido, porque este está vinculado unicamente à tradição hipotético-dedutiva; ainda que varie os modos de fazer, com tentativas de se desvincular da corrente filosófica positivista, não há perspectiva de ser híbrido, se no fim todo o trabalho está condizente às premissas da lógica formal. Há uma tendência de priorizar a forma, embora haja investidas na pesquisa do conteúdo social. A questão é: a forma com que isso é trabalhado se insere na lógica formal (Lefebvre, 1993). Lacoste (1995) já alertava da superficialidade dessa perspectiva de abordagem humana da Geografia, em que a região é identificada e definida unicamente pelos aspectos internos a ela e pela fina descrição cristalizante da cultura, ou gênero de vida ali desenvolvida.

Por fim, finalizo esta etapa dizendo que o trabalho de Sylvio Fróes apresenta uma simplificação metodológica atrelada ao método da Geografia regional francesa, e também obtém elementos provenientes das influências do pragmatismo – que já se apresentava nos trabalhos desenvolvidos no IBGE e no CNG pelos geógrafos cariocas.

3.3: Milton Santos e a transição da pesquisa regional literária para o pragmatismo da Geografia aplicada (1948-1964).

Figura 11: Milton Santos



Fonte: Site oficial de Milton Santos

3.3.1: Milton Santos quem?

Baiano, negro, nascido em 3 de maio de 1926, no município baiano Brotas de Macaúbas. Falecido no ano de 2001, Milton Santos foi graduado em Direito pela UFBA, no ano de 1948, e professor de Geografia em todos os níveis de ensino. Foi um Geógrafo ímpar na história dessa disciplina em suas mais de cinco décadas de produção intelectual, a qual, segundo Grimm (2011, p. 165), é composta por “40 livros, 15 trabalhos de editoria, 21 publicações menores e cerca de 380 artigos científicos, além de entrevistas, apresentações, prefácios e matérias de jornal”.

Milton Santos teve que enfrentar muitos desafios em seu caminhar, como diz Vasconcelos (2002, p. 6). Desafios estes que estavam além de ser negro descendente de escravos, numa sociedade em que as feridas da escravatura ainda estavam abertas: “ser baiano e nordestino, num país em que o preconceito regional também é forte; e de ser geógrafo por opção, numa academia que, na época, desconsiderava a disciplina”. Felizmente, esses desafios foram superados e contribuíram para sua postura crítica.

A extensa produção do professor perpassa e coopera com todas as fases teórico-metodológicas da Geografia brasileira. Devido ao seu esforço para sempre renovar seu pensamento, muitos autores dividem sua obra em três fases; dentre as várias periodizações, assumiremos a de Costa (2013, p. 26), que divide a obra do autor em “(1) A Bahia: o despertar reflexivo e os estudos urbanos-regionais; (2) A França: o exílio e a realidade “terceiro mundista”; (3) A Nação: o retorno e o “uso” autônomo da linguagem”.

Em sua primeira fase, quando ainda residia na Bahia, Milton Santos já trabalhava como professor de Geografia desde o ginásio, função que contribuiu em seu sustento durante os anos em que cursava Direito. Nesse primeiro período, além da função de professor, Milton Santos assumiu cargos diversos no jornal *A Tarde*: de correspondente passou à função de redator, para chegar, por fim, a se tornar responsável pelo seu editorial. Também já era muito ativo na vida política regional de Salvador: em 1940, fundou a Associação de Estudantes Secundaristas Brasileiros²⁵, no final da década de 1950, assume a direção da Imprensa Oficial do Estado da Bahia, criou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, em 1959, o Presidente Jânio Quadros o nomeou seu representante na Bahia e, segundo o próprio Milton, ele deveria ter sido nomeado embaixador em Gana, mas estava na França e não poderia

²⁵ “[...]foi vetado a presidi-la, por amigos do Partido Comunista, por sua cor negra: temos aqui um primeiro obstáculo racista a uma carreira política” (Vasconcelos, 2002).

assumir. Assim, Jânio Quadros o prometeu a embaixada da Suécia, o que não se concretizou por conta da renúncia presidencial, Milton Santos era basicamente o representante do presidente Jânio Quadros na Bahia, uma vez que em 1961, foi nomeado pelo presidente como chefe do sub-gabinete da Casa Civil da Presidência da República na Bahia e em 1962 Milton Santos é nomeado chefe da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004).

No entanto, em 1964, Milton Santos foi preso em razão do golpe militar. Devido a suas ligações políticas, principalmente por ter assessores comunistas ligados a João Goulart, Milton Santos ficou 100 dias preso. Após progredir a pena para a prisão domiciliar, o geógrafo conseguiu deixar o país para se exilar na França. A partir de seu exílio, Milton Santos inicia outra fase em sua vida produtiva, que o levaria a ganhar o prêmio Vautrin Lud e o reconhecimento atual de sua obra (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004).

Além de todas as complexidades, podemos trazer mais uma contribuição de Milton Santos para a ciência: após a sua morte, ele pediu para sua viúva que sua aposentadoria se tornasse bolsas para estudantes pobres da UFBA. É o que Clímaco Dias (2023) nos conta em seu Facebook

Milton Santos pediu, em vida, à sua esposa, que destinasse a sua aposentadoria para pagar bolsas para estudantes pobres da UFBA e até hoje a viúva cumpre esse desejo pagando 14 bolsas entre graduação, mestrado e doutorado.

Milton Santos era rico? não, nunca o foi, chegou a passar dificuldades quando retornou do exílio. Mas é o único intelectual brasileiro, englobando brancos e negros, que teve esse gesto na história brasileira.

Tudo isso para dizer que tem muito ativista negro ignorante que torce o nariz para Milton Santos porque ele se reivindicava um intelectual independente de qualquer ativismo. Ele dizia que o Brasil precisava desse tipo de intelectual.

Ainda sobre isso, Clímaco Dias (2020) nos fala:

Milton Santos é uma das raras personalidades do País que contribui financeiramente com os pobres da Universidade Brasileira, porque, no Brasil, até a esquerda é patrimonialista.

A viúva, cumprindo um desejo do professor, quando estava perto da morte, financia mais de uma dezena de bolsas para alunos de graduação, mestrado e doutorado, na UFBA.

Milton Santos foi uma figura bastante significativa e é muito difícil contorná-lo. Assim, neste trabalho, pesquisar-se-á a produção regional do referido professor produzida, em maior

parte, na e sobre a Bahia, ou seja, de 1948, que é o início da vida acadêmica produtiva de Milton Santos, até 1964, ano de seu exílio.

3.3.2: Milton Santos quando e onde?

O recorte da obra de Milton Santos, aqui estudado, situa-se em um mundo em turbulência. Findava a Segunda Guerra, com a Europa exaurida e o poder mundial transferido para as mãos dos Estados Unidos e da União Soviética. Assim, iniciando o período conhecido como Guerra Fria, evento este que dividiu o mundo em dois lados, é preciso pontuar que os EUA e a União Soviética não entraram em guerra diretamente; disputaram, de forma indireta, outros territórios, a exemplo das divisões que ocorreram na Ásia, onde governos comunistas se estabeleceram na Coreia do Norte (1948), China (1949), de Mao Tsé-Tung e Vietnã do Norte (1954). Na Europa, tivemos o caso da Alemanha, dividida entre República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental, comunista) (Gombrich; Aristu, 1999).

Paralelamente, o mundo assistiu a alguns episódios importantes, como a formação da Organização do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia em (1955), ambos acordos militares estabelecidos pelos Estados Unidos e URSS, e seus respectivos aliados ideológicos na Europa. Ainda, no ano de 1961, iniciou-se a construção do muro de Berlim, que foi concluído pela Alemanha Oriental em 1962. Nesse mesmo período, houve a Crise dos Mísseis de Cuba: a URSS instalou mísseis nucleares muito perto do território dos EUA, e a Guerra do Vietnã, em 1955 (Gombrich; Aristu, 1999).

No continente africano iniciaram-se os processos de independência e seguiram-se os vários problemas pós-coloniais, principalmente os diversos golpes militares e guerras civis. Especificamente, na África do Sul, em 1948, ocorreu um dos episódios mais tristes e complexos da história, quando o Partido Nacional chegou ao poder e instalou a política do apartheid, que institucionalizou uma política de segregação socioespacial contra a população negra (Gombrich; Aristu, 1999).

Milton Santos, nesse período, com o apoio do governo francês, visitou a África em 1958, em um momento em que países daquele continente deixavam de ser colônias francesas. Durante o governo de João Goulart, Milton Santos teve a oportunidade de retornar à África em missão política; também visitou Cuba em 1960, acompanhando Jânio Quadros. Assim, o professor teve a oportunidade de empiricizar estes lugares do mundo no contexto da Guerra Fria e dos movimentos pós-coloniais. Além disso, em 1956, Milton Santos foi estudar na França,

oportunidade na qual visitou alguns países europeus, como Portugal e Espanha (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004).

Apesar de toda destruição causada pela Segunda Guerra, o conflito trouxe grandes inovações tecnológicas e científicas. Em consequência disso, eventos como a Revolução Verde, iniciada na década de 60, e a maturidade e propagação internacional do Fordismo²⁶ de forma a globalizar a oferta e demanda de matérias-primas. Nesse período, “o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico” (Harvey, 1992, p. 125).

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista- -keynesiano (Harvey, 1992, p. 119).

No Brasil, no recorte de produção da obra de Milton Santos a que nos dedicamos, estava no contexto da Quarta República, ou República Populista, que se inicia após fim do Estado Novo, havendo, portanto, a primeira eleição democrática. Esse período foi iniciado pela presidência do general Eurico Gaspar Dutra, que recebeu apoio de Vargas, que, mesmo após fim do Estado Novo, viu sua popularidade crescer. Surgiu, em razão disso, o movimento intitulado Queremismo, nome que tem sua origem no slogan “queremos Vargas no poder”. Os queremistas pregavam a democratização do país sob a tutela de Vargas. Schwarcz e Starling (2015, p. 501) dizem que essa demanda obsessiva de manter Vargas no poder tinha origem na “[...]defesa dos direitos que garantiam a cidadania social obtida pelos trabalhadores a partir da década de 1930.”.

Acontecia o processo de democratização do Brasil, que deixava o autoritarismo varguista e, antes disso, um liberalismo exacerbado da Primeira República. Foi nesse contexto que nasceu a Constituição de 1946

Inspirada nas Constituições de 1891 (liberal) e 1934 (intervencionista), a Constituição de 1946, a quem se acusava de ter voltado as costas para o futuro, conjugava em seu texto princípios de um e de outro modelo econômico. Nascida em um mundo polarizado entre as ideologias que venceram a Segunda Guerra – o capitalismo e o socialismo – e preparada sob o exercício de um governo reacionário (Dutra),

²⁶ O Fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura que muitos neoconservadores, como Daniel Bell, mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalistas (Harvey, 1992, p. 131).

anticomunista, infenso à autonomia sindical, alinhado aos EUA e, logicamente, submisso às diretrizes do FMI, a Constituição de 1946, que perigou falhar na defesa da ordem democrática em 1954 (suicídio de Vargas), em 1955 (eleição de Juscelino), em 1956 (revolta de Jacareacanga), em 1959 (revolta de Aragarças) e em 1961 (renúncia de Jânio), não resistiu, contudo, à chegada de 1964 (reformismo de João Goulart) (Oliveira, 2010, p. 76).

Oliveira (2010) diz que, pela primeira vez na história do Brasil, houve a construção e consolidação de partidos políticos coesos ideologicamente com diversos públicos do eleitorado. Os principais partidos eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pode-se dizer que, naquele momento, a política brasileira estava dividida em dois grandes grupos. O primeiro grupo, conhecido como ‘os de dentro’, em referência a todos os que apoiavam Vargas, era formado por PSD e PTB. Schwarcz e Starling (2015, p. 505) dizem, a essa união, que Vargas tinha acertado em criar a aliança entre PSD e PTB. Pois essa “aliança PSD-PTB seria imbatível, faria três presidentes da República no curto período de dezenove anos, e foi decisiva para a manutenção da ordem democrática no país”.

Na outra vertente havia ‘os de fora’, em referência aos que foram excluídos do poder por ser oposição durante a ditadura varguista (Skidmore, 2024). Compondo os ‘de fora’, a União Democrática Nacional (UDN) era um grande grupo que aglutinava a oposição a Vargas. “Era o antigelulismo feroz, que reunia grupos políticos com interesses muito distintos num partido como a UDN[...].” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 503). Por volta de 1946, a ala da esquerda democrática começou a sair da UDN e “quem não arredou o pé da UDN desenhou seu perfil definitivo: um partido conservador, moralista, antidemocrático e com indiscutível vocação golpista” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 504). Inclusive, Milton Santos iniciou sua vida política ligado à UDN, e viera a se tornar de esquerda progressivamente. Ele próprio diz: “Esse pano de fundo é importante para entender por que a minha ida para a esquerda foi lenta e intelectual, não foi resultado de uma militância, foi resultado de um aprendizado, é parte de uma redescoberta do mundo que eu fiz na Europa (Santos, 2000, p. 80-81).

A ala comunista, que estava na ilegalidade desde 1935, retornava a ter espaço na política nacional, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Prestes havia sido anistiado em 1945, e o contexto mundial evidenciava a queda do Eixo e uma vitória de uma aliança entre EUA e URSS. Assim, reacendeu o movimento comunista brasileiro. Apesar de ter voltado para a legalidade em 1945, o movimento comunista voltaria à clandestinidade em 1947. Essa perseguição contra os comunistas, bem como a não concessão de votos para os analfabetos, são elementos que botam em dúvida a democracia da 4ª República (Skidmore, 2024; Schwarcz e Starling, 2015).

O período aqui estudado teve 5 presidentes importantes: Eurico Gaspar Dutra (PSD), Getúlio Vargas (PTB), Juscelino Kubitschek (PSD), Jânio Quadros (PTN) — que também teve amplo apoio da UDN — e João Goulart (PTB). Em um contexto de Guerra Fria, cada presidente teve mais ou menos aproximação aos EUA ou a URSS, e isso orientava a forma de governo e a economia, bem como a facilidade ou não de se manter no cargo. Por exemplo, os presidentes que decidiram se afastar da influência dos EUA sofreram muita pressão e não completaram o mandato, a exemplo Vargas, Jânio e Goulart (Skidmore, 2024; Schwarcz e Starling, 2015).

Foi entre as décadas de 1940 e 1960 que se iniciou a intensificação nos processos de urbanização, com a crescente estimativa de população urbana brasileira, tendo 31,24%, em 1940; 36,16%, em 1950; e 45,06%, em 1960. A população urbana só viria a superar a rural no final da década de 60 (Santos, 2005), num contexto de industrialização, principalmente durante o governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), quando a produção industrial cresceu 80% (Skidmore, 2024). É nesse contexto que a estrutura ocupacional do Brasil toma outra forma, com os setores secundário e terciário aumentando a relevância na economia e, consequentemente, sua representação política, e o setor primário vendo sua relevância diminuir (Santos, 2005). Skidmore (2024) nos revela que esse processo fortaleceu as classes e setores dos industriais, operários urbanos e classe média urbana. Houve também a evidente perda de influência de outros três grupos: os fazendeiros de café, os comerciantes de exportação e importação e os produtores nacionais de alimentos.

Os trabalhadores rurais também se tornaram participativos na política nacional a partir da presença das Ligas Camponesas, que, a partir da década de 50, fizeram as pautas das questões agrárias figurarem na agenda de debates da nação. Em 1961, a esquerda à frente dessa pauta, buscava aprovar, em seus moldes, a reforma agrária dentro das formas de base propostas por Goulart.

O campo também se convertera num espaço incontornável de disputa política que incluía o Partido Comunista e a Igreja católica. A presença dos comunistas significava o deslocamento sistemático de militantes para a área rural e o engajamento na formação de sindicatos rurais. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 546)

Santos (2005, p. 36) diz que é após a Segunda Guerra que o território brasileiro tem a possibilidade de uma maior conexão e integração “[...]quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do país, são interligadas, constroem-se estradas de rodagens, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do país[...]”. A exemplo, só no governo de Juscelino, a malha rodoviária pavimentada foi expandida em 6 mil quilômetros, número elevado para um país que, até então, só tinha 4 mil quilômetros

pavimentados. Com isso, uma rota foi criada para conectar a Amazônia ao restante do mercado brasileiro, a partir da rede rodoviária Belém-Brasília. Além disso, muitos aparatos técnicos de suma importância foram construídos e inaugurados, como a inauguração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a construção da rodovia Rio-São Paulo (Via Dutra), a inauguração da Petrobrás e a própria construção de Brasília (Schwarcz e Starling, 2015).

É na Quarta República, período da história brasileira iniciado 1946, com a posse de Eurico Gaspar Dutra, e finalizado em 1964, com o golpe militar neste período eclode o movimento do Cinema Novo, que tinha como objetivo ter uma linguagem crítica e política ao demonstrar a realidade e desigualdades sociais, por meio da arte cinematográfica. Em paralelo, a Bossa Nova surgia, mostrando uma contrapartida da realidade brasileira denunciada pelo Cinema Novo. Enquanto o Cinema Novo construía a representação das mazelas sociais que o povo comum vivia, a Bossa Nova visava representar as qualidades e belezas do que era o Brasil (Skidmore, 2024; Schwarcz e Starling, 2015).

A Bahia, nesse período, estava politicamente efervescente com a volta da democracia pós fim do Estado Novo. Apesar da gama de partidos políticos aumentar, a Bahia estava polarizada entre os Getulistas (PDT e PSD)²⁷ e anti-getulistas (UDN), entre nacionalistas protecionistas e liberais. O Estado baiano teve oito governadores na quarta República, entre 1945 e 1964. Destes oito governadores baianos, cinco eram da coligação PDT – PSD, dois da UDN e um do PL, mostrando que Vargas ainda tinha fôlego político na Bahia²⁸ mesmo após o fim do Estado Novo. A UDN, partido no qual Milton Santos iniciou sua vida política, era dividida em duas frentes: os autonomistas, que representavam “[...]a oligarquia urbana, os coronéis urbanos, principalmente de Salvador e Ilhéus, contrários às mudanças impostas pelo centralismo de Vargas [...]”, e os juracistas, que “[...]representavam os interesses da oligarquia rural baiana, do interior, fortalecida principalmente com a inteventoria de Juracy Magalhães[...]” (Sampaio, 2014, p. 151).

Segundo Schwarcz e Starling, “a UDN sempre teve ao seu lado os principais órgãos de comunicação do país.” (2015, p. 520). Na Bahia, não era diferente, pois a UDN baiana tinha nas figuras de Ernesto Simões Filho, fundador do jornal *A Tarde*, e Nestor Duarte, fundador do

²⁷ O PSD aglutinava as correntes mais conservadoras a favor de Getúlio, formada por proprietários rurais e por altos funcionários estatais. O PTB, inspirado no Partido Trabalhista do Reino Unido, aglutinava as lideranças sindicais e os operários fabris em geral (Machado, 2014, p. 149).

²⁸ A UDN era, desse modo, o partido rival, liberal e antipopulista, composto pela alta burguesia e a classe média urbana, defensora do capital estrangeiro e da iniciativa privada, tendo sido a principal promotora das impugnações das vitórias eleitorais da coligação PSD-PTB nos cinco primeiros anos da década de 50 e a maior instigadora das tentativas de golpes não apenas contra Getúlio Vargas, mas também contra Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart (Machado, 2014, p. 149).

Jornal da Bahia, influência nos principais meios de comunicação daquela sociedade. Inclusive, Milton Santos teve uma longa relação com a imprensa baiana desse período, pois o mesmo se tornou uma figura importante no jornal A Tarde, chegando a ser responsável por seu editorial. No segundo mandato do udenista Juracy Magalhães, Milton Santos foi diretor da Imprensa Oficial do Estado da Bahia (Santos, 2000).

É por volta de 1950 que a Bahia começa um processo intensivo de modernização do seu território, sobretudo no governo de Antônio Balbino, pois é quando se tem “A primeira tentativa de planejamento econômico global, no Estado da Bahia[...]” (Boaventura, 1970, p. 115), e foi quando efetivamente se pôde “observar a primeira experiência de intervenção planejada em termos estaduais do Brasil” (Santos e Oliveira, 1989, p. 57). Antes disso, a intervenção do Estado no planejamento não era tão evidente, por motivos ideológicos; lembremo-nos de que, possivelmente, estamos em um contexto mundial da Guerra Fria. “Justificava-se a ausência do Estado pelo fato de o planejamento ser um tipo de método utilizado somente pelos países comunistas” (Santos e Oliveira, 1989, p. 60).

Uma grande representação do poder estadual se envolvendo no planejamento é a criação do sistema estadual de planejamento, composto pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE), criada em 1955 e pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial, criado em 1956. Segundo Boaventura (1970, p. 116):

A Comissão de Planejamento Econômico surge com a missão de diagnosticar as condições da economia baiana, seus problemas e suas possibilidades. Deveria funcionar como uma alavanca para o desenvolvimento baiano. Com ela pretendia o governo auscultar a verdadeira situação do Estado, criando, a seguir, novas instituições para alcançar seu ideal de desenvolvimento.

A CPE foi responsável por escrever e embasar uma carta do governador Antônio Balbino, direcionada ao Presidente da República, e posteriormente publicada pela imprensa oficial da Bahia sob o título *Participação da Bahia na vida nacional* (1956). O documento apresentava uma análise sobre o desequilíbrio financeiro do Estado, destacando que essa situação poderia acarretar sérios prejuízos para a manutenção da federação brasileira. O Governador ressaltou que essa problemática não se restringia apenas à Bahia, mas afetava a maioria dos Estados do Nordeste (Souza, 2008).

Foi a CPE, no governo de Juracy Magalhães, que viera a produzir o primeiro plano estadual de desenvolvimento, o Plandeb, elaborado em 1959. O Plandeb não só construiu e apresentou elementos estratégicos que visavam a modernização conjunta da produção agropecuária e do desenvolvimento industrial, como também propôs a criação de condições

para estabelecer uma infraestrutura básica essencial para o funcionamento de um importante parque industrial na Bahia, principalmente no que se refere a indústrias de base, concentrado em áreas mais favoráveis do território. No entanto, o primeiro Plandeb foi visto como utópico e irrealista, porque tinha demandas orçamentárias que fugiam da realidade baiana, especulando, ainda, investimentos federais que poderiam não acontecer. “O Estado da Bahia, cuja arrecadação no ano da elaboração do PLANDEB não atingia 7 bilhões de cruzeiros, dos quais 80% eram destinados ao pagamento do funcionalismo, não poderia com recursos próprios financiar o seu desenvolvimento” (Boaventura, 1970, p. 121).

A grande importância do Plandeb é que com ele nasce, na Bahia, a preocupação consistente de promover profundas mudanças na economia e na sociedade baiana, pretendendo transformar a velha sociedade oligárquica numa moderna sociedade capitalista. Inicia-se aí também a luta entre propostas técnicas, não isentas, obviamente, de forte conteúdo político, e os interesses da oligarquia rural. Isso fica visível pela não aprovação do Plandeb na Assembléia Legislativa e a não-incorporação dentro de espaços do próprio Executivo. A não-aprovação não significa, porém, que o Plandeb, enquanto conjunto de estratégias, não tenha sido implementado em grande parte, sendo, em última instância, o ponto de partida da atual configuração econômica e social da Bahia. (Souza, 1991, p. 71).

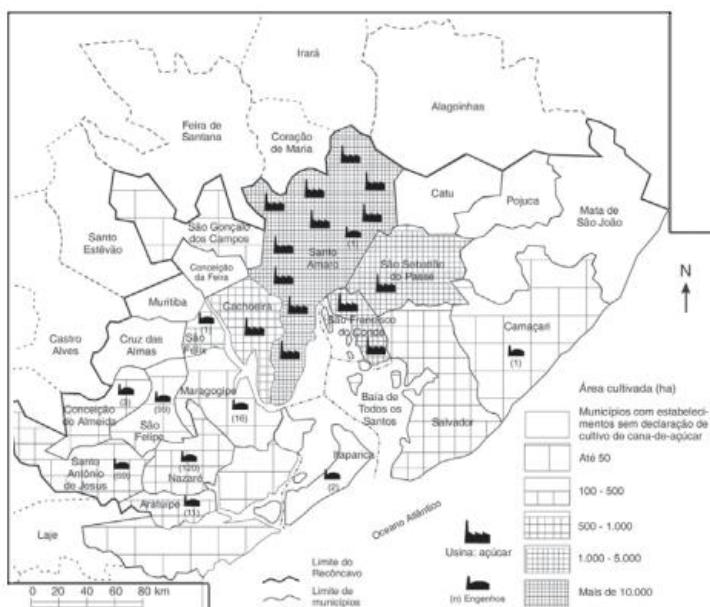
Decerto o Plandeb, que deveria ser realizado entre 1960-1963, não foi concretizado. Então, apesar de todo o planejamento para uma economia mais diversificada, os principais vetores de progresso foram induzidos pelo petróleo, a exemplo da refinaria de Mataripe (1950), e pelo Cacau. Assim, Bahia se torna um pólo de atração dos investimentos nacionais e internacionais. A industrialização que ocorreu na Bahia não se fez de forma independente, como no Centro-Sul, mas de forma dependente do capital nacional ou exterior (Sampaio, 1999). A refinaria de Mataripe provocou grandes mudanças na estrutura econômica baiana, fazendo com que em 1960 a produção da indústria química atingisse 30,2% de toda produção industrial (Fundação de Pesquisa, 1979).

Ainda na década de 1960, há a estruturação técnica do que viria ser a região Metropolitana de Salvador, pois alguns espaços começaram a receber os vetores de que viria a se concretizar como centros industriais; muitas estradas são construídas e pavimentadas, são criadas as estatais de eletricidade e telefonia, inicia o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e há a construção dos centros indústrias em Aratu. Foi o setor petrolífero que trouxe algumas das grandes transformações socioespaciais, principalmente em Salvador e no Recôncavo. Essas transformações, apesar de surgirem na ordem econômica, influenciaram todos os aspectos da vida, pois, através da instalação dos equipamentos e técnicas modernas, as

demais foram se tornando obsoletas, influenciando toda uma realidade que fora agrária e mercantil durante muito tempo (Brito, 2008).

Apesar da evolução técnica já comentada aqui, a economia da Bahia estava em uma progressão lenta. O setor primário era ainda dominante na produção, visto que representava cerca de 87% da renda interna estadual, com o cacau e as amêndoas sendo os principais produtos (49,7% das exportações do Estado). Além disso, 75% da população economicamente ativa se situava no setor agropecuário; o setor industrial ainda não havia se consolidado, representando ínfimos 12% da economia estadual e 2,5% da produção industrial nacional (Simões, 2020). A cana-de-açúcar já não figurava como o principal produto; era clara a decadência da atividade, como poderemos ver no mapa abaixo. Em 1950 houve um esvaziamento do espaço ocupado pela cultura da cana e as usinas, que antes estavam presentes por toda orla da Baía de Todos os Santos, agora se concentravam nos municípios de Santo Amaro, São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde (Brito, 2008).

Figura 12: Recôncavo Baiano: distribuição do cultivo exclusivo de cana-de-açúcar por município, nos estabelecimentos declarados - 1950



Fonte: Brito, 2008

Os diversos problemas estruturais da Bahia foram evidenciados nos estudos do historiador Luís Henrique Dias Tavares, revelando as contradições de um modelo econômico dependente e subordinado. No entanto, a noção de "enigma baiano", cunhada pelo político Otávio Mangabeira a partir da obra de Tavares, não passa de uma construção ideológica que obscurece as raízes históricas da desigualdade. Ao invés de propor uma análise crítica, o termo

"enigma" naturaliza a decadência econômica, comercial, política e social do estado, como se fosse um mistério inexplicável, e não um resultado direto das relações de poder e exploração. Santos e Oliveira (1989) demonstram que, no período em questão, a economia baiana foi deliberadamente mantida em uma posição subserviente ao Centro-Sul, sustentando uma estrutura agrário-exportadora cujo único propósito era financiar a industrialização de outras regiões. Longe de ser um "enigma", o atraso da Bahia é fruto de um projeto político-econômico excluente, que o discurso ideológico de Mangabeira ajuda a encobrir.

A Bahia estava em estagnação econômica, mas, por outro lado, a intelectualidade local estava muito ativa em busca de singularidades identitárias para representar ideologicamente as excentricidades deslumbrantes da Bahia, sobretudo de sua capital. Foi entre as décadas de 1940-1950 que surgiu o embrião do discurso ideológico da baianidade, que pode ser resumida a

[...]conjunto de regras, práticas, rituais, associados aos moradores da cidade do Salvador e do território circunvizinho, porém generalizados para todos os habitantes do estado da Bahia. Ela é disseminada, em forma de discurso, na fala de diversos agentes sociais. O discurso da baianidade é a síntese da ligação entre povo, tradição e cultura, sendo estes elementos ideologicamente construídos (França Junior, 2012, p.3).

Em contraponto ao desenvolvimento capitalista dos Estados do Centro-Sul, a Bahia buscava um reposicionamento simbólico a nível nacional. Assim, a imagem de uma Bahia feliz, de ritmo lento, interreligiosa, interracial, um lugar prazeroso de se viver, começou a ser construída e consolidada, na década de 1940, principalmente a partir de obras literárias que estavam voltadas para “[...]a apresentação dos atrativos da Bahia em um misto de texto memorialístico e propagandístico que disseminou um imaginário sobre a cidade” (Carmo, 2021, p. 184).

[...]tais livros inseriram as manifestações populares de influência africana como bens culturais baianos que deveriam ser apreciados pelos olhos dos turistas. As principais obras publicadas entre as décadas de 1940 e 1950 são: Procissões tradicionais da Bahia, de João da Silva Campos (1941); Breviário da Bahia, de Afrânio Peixoto (1945); Bahia de Todos os Santos, de Jorge Amado (1945); Alma e corpo da Bahia, de Eduardo Tourinho (1950); Beabá da Bahia, de José Valladares (1951); Bahia: imagens da terra e do povo, de Odorico Tavares (1951); Roteiro da Bahia, de Hermam Lima (1953); Bahia cidade feitiço, de Carlos Torres (1957); Bahia de todas as doçuras de Nelson Gallo (1959)” (Carmo, 2021, p. 184).

Em suma, é nesse contexto situacional da Bahia e do mundo que Milton Santos desenvolve sua extensa pesquisa regional. Grande influência da Guerra Fria e da estagnação econômica da Bahia estagnada economicamente, mas com os vetores da modernidade se instalando em seu território, sobretudo aqueles ligados à urbanização e industrialização, bem

como as primeiras experiências e planejamento, a nível estadual, e uma busca de uma nova imagem representacional, a baianidade.

3.3.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.

Como visto anteriormente, o período entreguerras (1918-1939), na ciência geográfica, ficou marcado pelo início das construções de um pensamento geográfico prático e pragmático. A complexidade do mundo demandava novas formas de se fazer e a ciência, assim o aporte teórico-metodológico da Geografia que foi construído em décadas anteriores, já não dava conta de produzir uma análise que esclarecesse os novos eventos históricos, como a urbanização e a industrialização. Claval (2014, p. 259) alega que se esperava dos intelectuais “um novo tipo de contribuição para a transformação das sociedades”. Dentro de todo esse contexto, estavam alguns geógrafos que perceberam uma necessidade de renovação nas técnicas de pesquisa.

Alguns autores, nesse contexto de mudanças sociais, perceberam a necessidade de novos métodos e fizeram trabalhos com perspectivas pioneiras em Geografia. Alguns desses pensadores e suas ideias são: Schaefer e Bunge, com o quantitativismo; Michel Phlipponneau, como a Geografia aplicada e Richard J. Chorley, com a perspectiva sistêmica. Essas linhas teórico-metodológicas vieram a se consolidar entre os geógrafos entre as décadas de 1940 e 1960, pois é nesse período que “o mal-estar da geografia conduz a uma redefinição das ambições da disciplina e a um questionamento de alguns dos seus fundamentos metodológicos” (Claval, 2014, p. 262). Assim, ao emergir poderosas críticas acerca da falta de aplicação prática da Geografia clássica, os geógrafos pragmáticos buscaram uma renovação metodológica que permitisse “[...]um conhecimento voltado para o futuro, que instrumentalize uma Geografia aplicada” (Moraes, 1981, p. 37).

Essa renovação metodológica vem acompanhada de processos como o de indagação acerca do perfil profissional do geógrafo e o de especialização da disciplina, que já ocorriam desde a década de 30. Esses processos são complementares no desenrolar dessas vertentes pragmáticas, visto que tanto a instrumentalização quanto a especialização aproximam o geógrafo a modos de fazer e pensar mais tecnicista (Moreira, 2009). Gomes (2014, p. 268) revela que “Para a maior parte dos geógrafos ligados a essa corrente, o prestígio da Geografia dependeria da aplicação desse conhecimento ao terreno prático da intervenção”. Ou seja, todo contexto sóciocientífico fortalece a visão positiva sobre a participação dos geógrafos a serviço dos governos, principalmente para o uso das suas pesquisas científicas na construção de políticas de ordenamento territorial.

Capel (2012) afirma que, nesse momento, os geógrafos ficaram divididos entre os quantitativos e qualitativos. Podemos dizer que, de forma geral, após a Segunda Guerra, com a grande evolução tecnológica atrelada a necessidade de reconstrução dos danos causados nos

conflitos, e com a ideia de planejamento sendo uma nova possibilidade de atuação, as ciências sociais foram influenciadas a aderir a um certo pragmatismo e um tecnicismo em suas respostas para a sociedade. Mendoza, Jiménez e Cantero (1982) reiteram que as abordagens pragmáticas aparecem com o intuito de enquadrar e afirmar o aspecto científico da Geografia, como ciência que busca esclarecer a realidade com rigor lógico, através de um sistema estruturado de regras universais. Isso porque o objetivo central de uma ciência seria “[...]testar uma teoria, fornecer uma explicação para um fato conhecido e prever um fato desconhecido[...].” (p. 101). Logo, para cumprir esses objetivos, as formas de fazer científico impõem o uso da dedução e do cálculo como bases substanciais do *modus operandi* da Geografia.

Desenvolvido na Geografia norte-americana, uma das principais correntes da linha pragmática na Geografia, o quantitativismo, atrelado à corrente filosófica neopositivista, é marcado pelo transplante de métodos, teorias e conceitos advindos da Matemática e da Física. Assim, as características das ciências mais positivas e “duras” são bastantes visíveis na Geografia. Por exemplo, a busca de regularidades, pela atitude anti-historicista, anticontraditória, eliminando a importância histórica, social e psíquica de qualquer análise geográfica.

Orientado pelo positivismo lógico (a filosofia da escola de Viena), o pressuposto da *new geography* é a presença de uma ordem estrutural matemática oculta por trás do padrão empírico de organização espacial dos fenômenos, cabendo-lhe descobrir e identificar as suas formas de manifestação. É esta descoberta que ao tempo que permite a explicação científica do fenômeno e dá à pesquisa o poder preditivo e nomotético que lhe é necessário, confere a matéria da intervenção prática e o valor de científicidade requeridos pela ação geográfica. A tarefa da Geografia como uma forma de ciência é, assim, descobrir e revelar esses padrões matemáticos, tal como requeria e recomendava Schaefer. (Moreira, 2009, p. 37)

Sob a figura de Schaefer, o neopositivismo trouxe para a geografia uma desvalorização dos estudos regionais, discordando totalmente das realidades singulares, que existiam concretamente, nos moldes historicista, os neopositivistas buscavam leis gerais que abraçariam e explicariam qualquer realidade regional: “a região torna-se assim uma espécie de laboratório que verifica a validade das teorias propostas pelo geógrafo sistemático” (Capel, 2012, p. 390). Apesar de desvalorizados, os estudos regionais não são extintos; eles ganham novos objetivos e metodologias. Moraes (1981, p. 38) nos explica como a região era estudada nesses moldes.

[...]ao se estudar uma determinada região, a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (número de estabelecimentos agrícolas, total de população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc.); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo

computador (médias, variâncias, desvio-padrão, medianas etc.) e relacionadas (correlação simples e múltipla, regressão linear, covariação, análise de agrupamento etc.); ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja interpretação daria a explicação da região estudada. Poder-se-iam formular juízos do seguinte tipo: a estrutura fundiária é explicável pela topografia, em relação ao tipo de produto, na razão de 70%; o tamanho das cidades relaciona-se com o sistema viário em 0,6 numa escala de 0 a 1; variando a produtividade agrícola, variará o volume de estradas asfaltadas, na proporção de 7.0 numa escala de 1 a 10; e assim por diante. A relação de várias destas constatações permitiria chegar à explicação geral da área estudada.

Sob essa perspectiva, segundo Moraes (1981), a região e a regionalização deixam de ser elementos centrais ou objetivos da Geografia. Agora são consideradas um instrumento intermediário de análise, uma “classe espacial que faz parte de um sistema hierarquizado” (Gomes, 2014, p. 270). O conceito que ganha destaque é o de espaço, pois surge a “[...] ideia de que o objeto da geografia era a dimensão espacial da superfície terrestre, e que, para estudá-lo, era necessário o uso de matemática, técnicas estatísticas e formulações teóricas” (Neto, 2010, p. 93).

Outro ponto importante a destacar é que o trabalho de campo geográfico perdeu espaço para a aula de laboratório, visto que, em muitas análises, a lógica matemática e a previsão se sobressairiam sobre a realidade, tornando, assim, o laboratório um espaço mais importante do que o campo. Andrade (2006, p. 172) diz que o quantitativismo

Condenou, no ensino, o uso das excursões, das aulas práticas de campo por achar desnecessária a observação da realidade, substituindo o campo pelo laboratório, onde seriam feitas as medições matemáticas, os gráficos e tabelas sofisticadas, procurando visualizar a problemática através de desenhos e diagramas.

Assim, é possível perceber que, nessa linha, é a aplicação do raciocínio lógico e matemático que estabelece legitimidade teórica de um pensamento científico, pois só a partir da lógica matemática se poderia trazer para a Geografia uma científicidade verdadeira, que emitisse simplicidade e exatidão. Segundo Gomes (1996), o geógrafo Bunge acreditava que a Geografia clássica havia inviabilizado a importância da metodologia científica, e que a revolução teórica surgia para refletir a importância da metodologia. A exemplo disso, Bunge traz a diferença entre a Geografia clássica e a teórica, exemplificando o uso de uma grande ferramenta da Geografia até aquele momento, a descrição, e dizendo que para os clássicos a descrição era um fim em si; e para os teóricos, um meio para trazer a explicação.

A Geografia quantitativa não fez muito sucesso entre os franceses. Em 1952, André Meynier diz que "Atualmente, quando o nível da matemática vai além do uso de simples frações, os leitores não podem acompanhá-la. Por isto, depois de se entusiasmarem

juvenilmente com as matemáticas, os geógrafos tendem pouco a pouco a abandoná-las" (Meynier, 1962 *apud* McDonald 1964, p. 565). No entanto, é dito que nas décadas seguintes houve um movimento de inserção das metodologias quantitativas na Geografia francesa, principalmente vinda dos geógrafos Juillard, Michel Rochefort e Jean Tricart. Cabe aqui dizer que Rochefort e Tricart foram extremamente influentes na Geografia no Brasil (McDonald, 1964)

Por outro lado, surge na França, por volta da década de 1960, a ideia da Geografia aplicada. Phlipponneau (1960) diz que a tradição literária ainda reinava na França, mesmo com os geógrafos percebendo a utilização pragmática da Geografia em outros países. Mas, em certo momento, os franceses não puderam ignorar as reflexões feitas sobre a possibilidade do pragmatismo fornecido pela ciência geográfica. Assim, esses teóricos perceberam que a Geografia poderia ser composta por ambos os prismas, sendo um "[...] científico, para descrever e explicar os aspectos complexos de uma combinação de fatores naturais e humanos e a sua diferenciação espacial e geográfica [...]" e outro prisma "[...] utilitário: este conhecimento científico ao serviço da ação" (Phlipponneau 1960, p. 7, tradução nossa).

Phlipponneau (1960) nos mostra que, até a década de 60, a principal preocupação dos acadêmicos da Geografia era a de formação professores, mas a estrutura da Geografia universitária francesa estava se modificando a ponto de as principais preocupações dos professores acadêmicos se tornarem a pesquisa voltada para a aplicação pragmática. Essa questão se transforma em uma das mais importantes na discussão sobre orientação profissional dos geógrafos, sobre método de pesquisa e sobre a unidade da geografia nacional francesa (McDonald, 1964). Sobre a falta de unidade da Geografia francesa, McDonald (1964, p. 565) enuncia: "A presente série de controvérsias que dificulta esta unidade em vários pontos, pode ser convenientemente debatida em três tópicos gerais: I. evolução do conceito regional; II. a posição da metodologia quantitativa; e III. a questão da geografia aplicada".

De modo geral, a Geografia aplicada não foi um novo paradigma, mas apenas um novo aspecto da Geografia clássica, ampliando a atuação e formas de pesquisa do geógrafo (Santos; Carvalho, 1965). Decerto é apenas a adoção do pragmatismo nas pesquisas de ordem geográfica. Os seus defensores dizem que é um complemento, pois uma ciência puramente acadêmica e literária é, de fato, uma ciência incompleta, uma vez que, na prática, "atua como um estimulante e um controle, e impede o cientista de se meter em becos sem saída, ou de se gastar em esforços meritórios, mas estéreis" (Santos; Carvalho, 1965, p. 17).

Mas os partidários da geografia aplicada defenderam sempre a sua filiação à escola clássica e apontavam o novo rumo como um desdoblamento e uma evolução da mesma, em um período em que o capitalismo passava a dominar as relações de trabalho na cidade e no campo, eliminando os modos de produção dependentes (Andrade, 2006, p. 159).

A geografia aplicada se insere nessa tendência geral para a utilização dos dados científicos, que, ao mesmo tempo, reflete o progresso atingido pela ciência e, por outro lado, atende a necessidades de uma época em que a velocidade das transformações e a ânsia generalizada de progresso e bem estar precisam de um ponto de equilíbrio, que seria representado pela utilização mais racional dos recursos, segundo uma disciplina. Manifestação de racionalização administrativa, quer no domínio público, quer no privado, é o bom senso cientificamente dosado; bom senso coletivo, porque o individual pode, às vezes, aconselhar a manutenção de um certo estado de coisas (Santos e Carvalho, 1965, p. 10).

Santos e Carvalho (1965, p. 32) esclarecem que “no planejamento, a Geografia aplicada tem, pois, a função primordial de fornecer uma visão geral do quadro a transformar, de modo que a sua tarefa consiste em precisar-lhe os dados e, através deles, indicar as soluções possíveis”. Porém, a forma de aplicação das soluções deve ser feita e escolhida por outros profissionais devidamente enquadrados em sua área de atuação. Por exemplo, a Geografia aplicada faz o estudo de uma determinada realidade e encontra soluções que necessitam de intervenções arquitetônicas, logo quem deve atuar na concretude dessa solução é um arquiteto.

O quantitativismo e a Geografia aplicada foram as duas principais vertentes do pragmatismo nesse campo disciplinar. Apesar das duas vertentes terem suas similaridades atreladas à intervenção na realidade, elas se diferem significativamente. Enquanto uma se apoia na técnica e no raciocínio lógico-matemático, a outra procura reinventar o pensamento clássico para uma nova roupagem prática. A forma de pensar também diverge bastante: enquanto uma é dita como uma revolução, como um novo paradigma, a outra tem o discurso de continuidade e complemento.

Dentro desse contexto é válido salientar a distinção de postura diante do capital privado entre essas duas vertentes. Enquanto o quantitativismo não demonstra posições contra o uso da ciência produzida pelo capital privado, alguns teóricos da Geografia aplicada condenam o uso desta para objetivos dos setores empresariais. A exemplo disso, temos Tricart em *Existe-t-il une géographie appliquée* (1958), texto no qual o autor defende a Geografia aplicada, mas deixa claro que não apoia o uso vinculado ao capital privado, pois há, nessa conexão, ameaças à preservação da identidade e credibilidade científica tanto da Geografia quanto do geógrafo. Em 1961, Pierre George escreve, com o mesmo título, *Existe-t-il une géographie appliquée*, defendendo a mesma visão de Tricart; e em 1962, Juilliard no texto *La région: essai de définition*, apoia Tricart e George (McDonald, 1964).

Sobre a Geografia no Brasil da década de 1960, Moreira (2009) diz que enquanto a Geografia positivista está em crise, a Geografia no Brasil atinge, paralelamente, sua maturidade e reconhecimento mundial. Isso porque esse é o período em que se tem a primeira geração de geógrafos formados pelas universidades brasileiras, um aumento considerável no número pesquisas sobre o Brasil sendo produzidas por geógrafos nacionais, a criação do Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em 1956, no Rio de Janeiro e o florescer de trabalhos consolidados das instituições geográficas brasileiras

A realização deste Congresso foi um grande marco de desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil e do potencial do geógrafo brasileiro para procurar encontrar os seus próprios caminhos, ao estudar a realidade brasileira, assim como de participar dos grandes debates entre as correntes de pensamentos que disputam a primazia no movimento geográfico internacional. Estábamos preparados para dar maior importância aos problemas climáticos na evolução morfológica, para aprofundarmos os estudos das áreas de influência das cidades, a dar ênfase ao social na geografia humana e a partir para a participação no planejamento, que ganhou muita importância no pós-guerra. Mudavam as formas de fazer geografia, embora se mantivessem os princípios que a norteavam desde os primeiros tempos de sua institucionalização (Andrade, 2006, p. 149).

Nesse momento o intercâmbio entre os geógrafos brasileiros e estrangeiros se intensifica, com muitos geógrafos da primeira geração de formados se especializando nos EUA, bem como professores estrangeiros oferecendo cursos e capacitação através do intermédio das universidades brasileiras e do IBGE. A exemplo dessa grande movimentação, tem-se, a partir da grande influência de Tricart e Milton Santos, a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, o grande centro da Geografia aplicada brasileira. Muitos geógrafos de outros Estados foram atraídos para a Bahia para fazer parte do laboratório (Silva e Silva, 2004; Sousa 2015). Em entrevista para Sousa (2015, p.101), Sylvio Bandeira de Melo e Silva afirma esse crescente interesse dos geógrafos de outros Estados no referido laboratório. Eles buscavam, com esse movimento, uma inserção nas pesquisas aplicadas que traziam outras possibilidades profissionais.

Estudando em São Paulo, em Campinas, eu tomei conhecimento do que se fazia na Bahia, na Universidade da Bahia, onde o professor Milton Santos havia criado o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Tinha o Boletim Baiano de Geografia, que infelizmente acabou – é uma vergonha para a Geografia da Bahia – e nesses boletins havia publicações muito interessantes sobre Geografia aplicada ao planejamento, ao desenvolvimento. Artigos feitos por ele e por professores franceses que ele convidava na época – Jean Tricart e outros. Aquilo me atraiu muito: “Puxa, a Geografia aplicada ao planejamento público, governamental, ao desenvolvimento”. [...]

Eu vim para a Bahia para trabalhar com essa bolsa de Geomorfologia e Estudos Regionais dirigida pelo professor Milton Santos e com colegas também geógrafos que já estavam trabalhando, de outras partes do Brasil – Minas Gerais, Paraná – estavam trabalhando aqui e, claro, colegas da Bahia, geógrafos da Bahia. Achei muito atraente essa possibilidade. E logo comecei a fazer trabalhos, junto com o professor Milton Santos e com outras pessoas, ligados à pesquisa em Geografia. E logo ele foi nomeado Secretário de Planejamento, na época ele era presidente da CPE – Comissão de Planejamento Econômico – e ele me convidou para fazer alguns trabalhos lá, ligados ao planejamento econômico do Estado. Daí eu me envolvi com essa temática e achei bastante atraente, como geógrafo recém-formado.

Segundo Sousa (2015, p.101), a criação do laboratório tinha as seguintes intenções: “[...]a) a formação e qualificação de geógrafos baianos; b) o desenvolvimento de uma Geografia aplicada; e, c) o incentivo a pesquisas que pudessem ajudar a “alavancar” a economia do Estado da Bahia”. Essas expectativas foram atendidas, com o Laboratório de Geomorfologia ajudando a produzir regionalizações e políticas territoriais da Bahia e formando uma gama de futuros geógrafos influentes. Se, por um lado, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia era o centro da Geografia aplicada, podemos dizer que, por outro lado, o IBGE era o centro da Geografia quantitativa. Apesar da Geografia quantitativa já estar consolidada a nível mundial, no Brasil ela só viria a se firmar no final da década de 1960, após o golpe militar, o que será abordado na nossa contextualização do próximo autor.

Em suma, esse era o contexto acadêmico do campo disciplinar geográfico no recorte de 1948 – 1964. A Geografia estava marcada pelo pragmatismo, sendo as correntes mais influentes a quantitativista e a aplicada. No Brasil, devido a um maior contato com os geógrafos franceses, a Geografia aplicada aparecava ter mais destaque, principalmente pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia; a quantitativa, por outro lado, só viria a demonstrar mais evidência após o golpe militar de 1964.

3.3.4: O trabalho regional de Milton Santos.

O ano de 1948 marca o início da vida acadêmica produtiva de Milton Santos. De acordo com Souza (1996, p. 31), “Sua obra se confunde no meu modo de ver com a história do pensamento geográfico brasileiro [...].” Essa afirmação feita pela professora é devida às várias correntes teórico-metodológicas que o professor baiano abarcou em seu percurso geográfico. Ainda segundo Souza (1996, p. 31), Milton Santos foi “empirista no início – vide os seus primeiros trabalhos; formulou depois, sob inspiração do método indutivo dedutivo – o Espaço Dividido e outros textos sobre a Economia Urbana, e entrou plenamente na dialética a partir da Geografia Nova”.

Nessa etapa da dissertação, analisaremos a obra de cunho regional de Milton Santos, entre 1948 a 1964. Durante esse período, a Bahia foi a sede de trabalho e vivência de Milton Santos, até o seu exílio. Podemos dizer que, nesse momento da vida acadêmica de Milton Santos, o conceito de região é central. De acordo com Silva e Silva (2004, p. 164) o professor estava se debruçando sobre a Geografia regional, com a qual teve contato através de obras de geógrafos franceses e, pressuponho, também por acompanhar as publicações do Boletim Geográfico, além de sua participação anual nos cursos do IBGE do Rio de Janeiro e nos encontros da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), dirigida por Pierre Monbeig (Santos, 2000).

Acerca das influências vidalianas de Milton Santos em suas primeiras produções, Costa (2013, p.135) afirma o seguinte: “Em seus primeiros ensaios é visível a importância da Escola Francesa de Geografia – Fase Clássica, e consequentemente, um comprometimento com a epistemologia vidaliana, que por um lado registrou no discurso do personagem o amadurecimento de sua posição filosófica fundada na orientação neokantiana”. Milton Santos, assim como os geógrafos franceses, considerava o estudo regional “o estudo geográfico por excelência” (Santos, 1953, p.33). A categoria região, portanto, servia como um conceito, uma metodologia e uma forma de legitimação para que a Geografia se afirmasse como uma ciência de utilidade pública (Silva; Silva, 2004).

Pela grande extensão da obra do professor Santos, já contabilizada por Grimm (2011, p. 165) como composta por “40 livros, 15 trabalhos de editoria, 21 publicações menores e cerca de 380 artigos científicos, além de entrevistas, apresentações, prefácios e matérias de jornal”, vamos dividir essa análise agrupando os trabalhos de cunho regional, por ano de publicação. Assim, em cada ano serão analisados os artigos completos e livros produzidos e, por opção de pesquisa, deixaremos textos de jornais, prefácios e participações em livros de outros fora de

nossa análise, pois acreditamos que os pilares das ideias centrais serão apresentados em suas produções principais (seus livros e artigos). Sendo repetitivo, mas deixando claro, a análise só constará de produções regionais de 1948 até 1964.

1948

A vida acadêmica produtiva de Milton Santos começa em 1948. Nesse ano há apenas a produção de *O povoamento da Bahia: Suas causas econômicas* (1948), que advém de uma tese submetida ao concurso de professor catedrático da cadeira de Geografia Humana, do Ginásio Municipal de Ilhéus. O trabalho, vale dizer, foi aprovado com mérito. É dito que Santos se inspirou em diversos autores, principalmente historiadores, daquele momento em que se estudava a formação histórica e econômica do Brasil, a exemplo *História Territorial do Brasil* de Felisbelo Freire (Costa, 2013). Cirqueira (2020, p. 247) comenta que “[...]esse livro reflete um momento histórico da sociedade baiana, do pensamento geográfico brasileiro e de sua trajetória, o que inclui sua produção teórica”.

1. O povoamento da Bahia: suas causas econômicas, Imprensa Oficial da Bahia, Salvador/BA, 1948. IGHB.

Nesse livro, Santos (1948) traz uma perspectiva da Geografia histórica, principalmente acerca das causas econômicas e etnias que se fizeram presentes na história da construção territorial da Bahia. Claramente, nessa obra, há escassas referenciais que nos permitam lembrar de uma Geografia regional; em raras oportunidades, Santos usa termos regionais para mencionar uma localização, por exemplo quando o autor diz que iria estudar o povoamento da Região Leste do Brasil, ou quando menciona a localização da ocupação territorial de uma etnia: “[...] os tupiniquins que habitavam o sul da Bahia [...]” (p. 17), “[...] os inquilinos da região marginal da Baía de Todos os Santos [...]”(p. 17), “A Região das lavras é, ainda hoje, portadora de uma alta porcentagem de negros e mulatos [...]”(p, 31). Em outro momento Santos utiliza a palavra região para citar uma determinada localidade onde houvesse alguma característica marcante, como a abundância de determinado recurso, por exemplo.

Essas muitas nações indígenas, entregavam-se, no comum, a tremendas lutas, lutas que às vezes se travavam entre ramos da mesma família. Era, sem dúvida nenhuma, mesmo em nossa pré-história, o fator econômico dominando as relações humanas, pois, se escasseava a caça ou a pesca em determinada região, viam-se os indígenas levados a invadir outra, mesmo ao preço de uma guerra. a fim de proverem à sua

subsistência. Era na época da pesca que, em maior escala, se davam as guerras (Santos, 1948, p. 21).

Nesse trabalho, nota-se claramente que a região não está sendo usada como um conceito ou categoria de análise geográfica, mas apenas como uma noção espacial. Isso nos leva a crer que Santos (1948) utilizava a noção de região com a ideia do senso comum, relacionada aos princípios de localização e o de extensão, como diz Gomes (1995):

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial. Empregamos assim cotidianamente expressões como — “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, “a região da cidade X”, como referência a “um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. Notemos que como simples referência não exigimos que esta noção se defina sempre em relação aos mesmos critérios, que haja precisão em seus limites ou que estejam referidas sempre a um mesmo nível de tamanho ou escala espacial (Gomes, 1995, p.53).

Obviamente, por não se tratar de um trabalho específico da Geografia regional, entendemos o porquê de não haver o uso indiscriminado da palavra “região” sem um aprofundamento no conceito. Entretanto, é válido salientar que o debate regional já era de praxe dentre os interessados pela Geografia no Brasil. Como já demonstramos, em 1948 o IBGE tinha regionalizado o Brasil e a Bahia, e os debates sobre as linhas regionais estavam em destaque. Santos já havia se encontrado com a AGB, acompanhava as publicações do Boletim Geográfico e já havia tido contato com a obra *La Terre et l'evolution humaine, editada* (1922), de Lucien Febvre, em que o escritor francês escrevia sobre as escolas alemã e francesa de Geografia. Antes de defender a sua tese, Santos consultou Pierre Monbeig para saber a relevância do trabalho para o avanço do conhecimento geográfico (Santos, 1989; Costa, 2013). Além disso, tudo indica que Milton Santos teve uma iniciação científica na geografia pelos cursos do IBGE assim, acreditamos que Santos estaria provavelmente a par desse tema, mas como ele foi um homem de tempos longos, de heranças, o que fazia ele não abandonar elementos científicos a qual ele acreditava ao prazer das novas modas que aparecessem, ou seja, Santos, formado numa tradição geográfica moldada por autores como Ayres de Casal, Theodoro Sampaio, Aroldo de Azevedo, Delgado de Carvalho e, podemos falar também do jornalista, Eduardo Carigé, logo não cederia facilmente a abandonar esse legado para se lançar na recém-chegada geografia regional francesa.

O relato de Manuel Correia de Andrade (1996, p. 93) sobre o primeiro contato dele e de Milton Santos com a AGB nos esclarece que parte da opção por não adoção do conceito de região, sobretudo a da linha francesa, nesse primeiro trabalho de Santos, vem de sua formação em Direito.

Nossa formação de bacharéis em direito, impregnada de compromissos filosóficos e, até certo ponto, de posições ideológicas definidas, surpreendia os colegas que, formados de maneira muito rígida, na escola francesa, por mestres franceses, defendiam intransigentemente uma postura dita neutralista. Nós não tínhamos formação feita sob a direção de geógrafos franceses, mas tínhamos um universo de leituras, também geográficas

As referências desse livro estão recheadas de geógrafos, a exemplo Ayres de Casal, Aroldo de Azevedo, Delgado de Carvalho e Ariosto Espinheira, mas apenas um único geógrafo francês foi citado, Pierre Monbeig (Santos, 1948; Grimm, 2011). Parece que uma rigidez teórica e conceitual estritamente geográfica, digo nos moldes lablachianos, só viera a ser cobrada de Milton Santos a partir da década de 50, após sua participação nos encontros da AGB. Pois, sendo-lhe cobrado mais refino em seus trabalhos, o próprio afirma que:

Eu apresentei o meu primeiro trabalho - que foi reprovado na década de 50. o mesmo trabalho foi novamente reprovado pelo Professor Araújo Filho. o fato do trabalho não ter sido aceito duas vezes não me desanimou, ao contrário, me conduziu a representá-lo. Ao trazê-lo de volta, havia, por um lado, uma humildade na atividade intelectual e por outro lado, uma dignidade dos que o recusaram. (Santos, 1989, p. 132).

Tudo isso aponta que o uso da região no sentido não conceitual foi uma questão de formação e escolha do referencial teórico. É válido ressaltar que o livro teve uma ampla divulgação e aceitação, com Santos sendo aprovado com louvor no concurso, e sendo essa obra resenhada no periódico francês *L'Information Géographique*, pela também geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier, mesmo com Milton Santos dizendo que não gostaria de publicar essa produção (Vasconcelos, 2001; Santos, 1989).

1952

Em 1952, percebe-se nas publicações de Milton Santos maiores aprofundamentos, compromisso e rigor com o método e as metodologias científicas. Há, ainda, uma inclinação inicial aos modos de fazer Geografia baseado nos autores franceses, sobretudo os teóricos regionais historicistas. Provavelmente esses pontos originaram-se a partir de seu contato, na

década de 50, com a AGB, visto que alguns de seus primeiros trabalhos foram reprovados pela AGB (Santos, 1989), o que o levou a se aprofundar nos métodos e metodologias geográficas dos franceses que estavam nas instituições brasileiras. Eis aqui um claro exemplo de geografia das ciências e sociologia das ciências em ação, onde os franceses, em certo sentido, venceram a tradição representada por autores como Theodoro Sampaio, pois estes viraram hegemônicos por estarem nas instituições de poder, a ponto de fazer geógrafos de tempos longos, como Milton Santos, aderirem seu arcabouço teórico-científico.

Então, acredito que foi a partir desse contexto e de seus estudos mais direcionados para a Geografia que Milton Santos escreveu, em 1952, seu primeiro artigo científico, intitulado *Geografia antiga e moderna* e publicado na Revista da Educação e Cultura, que tinha especial preocupação com a geografia moderna.

1. "Geografia antiga e moderna" Revista da Educação e Cultura, Salvador, Bahia, 1952.

Nesse artigo, Santos propõe nos mostrar o que era a Geografia enquanto ciência, nos convidando a pensar através do desenvolvimento histórico da disciplina, perpassando por diversos modos de se pensar e fazer a Geografia. Nessa produção, o professor acaba por definir a Geografia como uma “ciência que se ocupa da descrição da terra [...]”, e por isso era o “[...] primeiro ramo do conhecimento humano” (Santos, 1952, p. 15).

Para a parte histórica, em síntese, Santos (1952) delineia uma série de etapas na progressão da geografia: começando com a geografia intuitiva, quando nossos antepassados aprenderam a se orientar em busca de alimentos; passando pela geografia designativa, quando começaram a nomear os locais por onde passavam para aprimorar essa orientação; avançando para a geografia filosófica, influenciada pelas civilizações egípcias, assírias e gregas; prosseguindo com a geografia numérica, quando os romanos começaram a catalogar informações e rotas; adentrando na geografia cartográfica da Idade Média, com a produção de mapas que refletiam as concepções geográficas da época; chegando à geografia descritiva da Idade Moderna, após as grandes navegações, uma espécie de "arte geográfica" que nem sempre refletia a realidade; e finalmente culminando na geografia científica, a fase em que estamos imersos atualmente (Santos, 1952; Grimm, 2011).

O autor afirma que o que daria status de ciência para a Geografia seriam as suas leis, métodos e objetivos próprios. Como Grimm (2011) nos ajuda a observar, Santos (1952, p. 13)

nos mostra que tais princípios próprios podem ser resumidamente classificados assim: ‘[...] o da atividade terrestre, o da unidade terrestre, o da conexão ou correlação, o da localização – que se completa com o da extensão – e o da causalidade’. E ao falar dos métodos, Milton Santos os separa em dois grupos distintos, os fundamentais e os subsidiários. Nos métodos fundamentais se destaca a importância da observação e comparação; nos subsidiários, a questão gráfica, para a elaboração dos mapas. Havia, ainda, os métodos complementares, a saber: o método histórico e o método estatístico.

Percebe-se o início da sua inclinação ao historicismo francês quando Milton, ao falar da importância do método histórico, destaca a relevância e centralidade do elemento humano para uma análise que o leve em conta para uma síntese com elementos físicos e biológicos. “O valor destes últimos, para a geografia moderna está em que eles, até certo ponto condenam ou possibilitem os fenômenos da geografia cultural, sendo, em última análise o quadro natural de que o homem se vale, aceitando-o integralmente, modificando-o ou o destruindo, a fim de realizar à sua paisagem cultural” (Santos, 1989, p. 18).

No que diz respeito à ideia de geografia regional, Milton Santos expõe, no referido texto, que a resolução do problema da vastidão da Geografia é a orientação dos estudos regionais. Assim, tal dificuldade desapareceria, principalmente no ensino (Mamigonian *et al.*, 1991). Por fim, creio que nesse trabalho aparecem, no discurso de Milton, os primeiros traços e reflexões teórico-metodológicas da grande influência do pensamento regional francês, que viria a ser dominante nas suas obras durante a sua primeira fase de produção (1948 -1964), momento de estudo e aprofundamento.

Fazendo algumas concatenações, ao ler que Santos começou a escrever o livro a Zona do Cacau no início da década de 50, e que este trabalho, ou as primeiras versões dele, foi reprovado pelo professor Araújo nos encontros da AGB²⁹, acredito que o texto *Geografia antiga e moderna* é fruto do processo de amadurecimento teórico metodológico que Milton Santos perseguiu para enriquecer o trabalho que viria a se transformar no livro *Zona do Cacau* (1955).

²⁹ No primeiro encontro, o tema trabalhado era sobre a zona do cacau. Dessa forma eu ia e voltava. Eu ia ler e estudar mais, ia ver o que os franceses haviam escrito nas revistas e livros; o que os americanos de Wisconsin no Madison, que eu lia muito, haviam escrito, porque eles sabendo do meu pendor pela França, me inundavam com a literatura americana, no intuito de me seduzi (Mamigonian *et al.*, 1991, p 132).

1953

No ano de 1953, Milton Santos produz os livros *Estudos sobre geografia* (1953), *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (1953), uma pequena produção intitulada *Notas para estudo do "habitat" rural na zona cacauíra da Bahia* (1953) e o artigo *A Região de Alagoinhas* (1953). É a partir dessas obras que se percebe, claramente, a escolha do professor em seguir o caminho da Geografia lablachiana. Nota-se que, nessas obras, suas reflexões e as questões de teoria e método estão bem mais alinhadas aos princípios das pesquisas dos mestres franceses e de seus discípulos brasileiros, que naquele momento eram os principais geógrafos do país, pois estavam à frente de instituições geográficas como a AGB, o IBGE a USP e a UDF. Por outro lado, Santos já nos mostra que também se interessa pelos estudos urbanos ao trazer o urbano e a cidade de forma inseparável do regional.

De fato, nesse conjunto de trabalhos, o autor expõe uma visão da região enquanto uma realidade empírica e histórica, em que ele percebe, reproduz, interpreta e explica a realidade concreta. Nesses estudos regionais o elemento humano também impõe a sua importância; a região surgiria da relação intrínseca entre homem e natureza, ou seja, a região era entendida como a síntese entre natural e cultural, o que nos mostra um vínculo intelectual com a ideia de gênero de vida, mesmo sem citá-la ou referenciá-la, o que pode ser entendido como “[...] o produto da civilização e o resultado da relação do homem com o meio. É constituído pela produção material, meios de nutrição e combinação das atividades agrárias e não agrárias” (Ferreira e Simões, 1986, p. 74).

1. Estudos sobre geografia, Tipografia Manú, Salvador/BA, 1953a. IGHB.

Em *Estudos sobre Geografia* (1953a), nota-se que a questão regional se tornou um ponto de destaque nas construções intelectuais do autor. No texto de abertura do livro, *Geografia de hoje*, é afirmado que a Geografia é a ciência de integração dos fenômenos; logo no texto a seguir, *Geografia antiga e moderna*, é dito que a orientação dos estudos regionais seria a solução para a vastidão de temas da Geografia, bem como é ressaltada a importância da observação e do método histórico. Assim, a cada texto do livro, são abertas discussões sobre a importância das excursões, da pesquisa de campo, da observação, da integração, da conexão e da região. Por exemplo, no texto *O velho problema da divisão regional*, é relatada a discussão entre grandes nomes da Geografia durante a reunião da AGB acerca dos critérios teóricos da regionalização.

Assim, os elementos da geografia lablachiana se tornam visíveis, pois a questão da observação, da integração dos fatores naturais e humanos e do foco na história local são pontos fundamentais de tal vertente. E o próprio Santos (1953a, p. 35), ao falar do ensino da Geografia da Bahia, ressalta a importância dos estudos regionais: “Não nos parece prudente, nem útil, o estudo isolado da geografia de um Estado, num evidente retroceder aos tempos da geografia administrativa, já, há muito, posta de lado pela Geografia regional que representa a tendência atual e científica da nossa ciência”. Ele fala, ainda, que naturalmente o estudo da Geografia moderna tende a ir na direção da “[...]síntese regional, na qual se toma por ponto de apoio os fatos da ordem física ou da ordem humana, ocorrentes em determinada área, aplicando quanto aos mesmos, os princípios da localização e da extensão” (p. 36). Milton Santos, por fim, sacramenta a importância da região, ao dizer que a regionalização é “[...] a etapa superior da investigação geográfica” (p. 39).

Nesse mesmo livro, já há indicação de que Milton Santos estava a par das discussões programáticas da Geografia, ao afirmar que o geógrafo e sua pesquisa têm importância para planejamento

O geógrafo moderno não se contenta em observar, para depois descrever os fenômenos ocorridos na face da terra. Vai mais além, na sua tarefa, que os mais apegados aos textos bíblicos poderiam até chamar de profética. Cada fato que lhe pertença ao exame sofre uma verdadeira análise de tal sorte que, de sua interpretação, a qual, em última razão, é a característica predominante da geografia moderna ou científica, até mesmo previsões para o futuro possa ele tirar. Por isso o geógrafo, hoje, nos países civilizados, é considerado um auxiliar indispensável às administrações e aos planejamentos, tanto se pode colher dos resultados de suas investigações (Santos, 1953a, p. 51).

2. Os estudos regionais e o futuro da geografia, Imprensa Oficial da Bahia, Salvador/BA, 1953b.

“O futuro da Geografia, nos parece ocioso dizer, está, sem dúvida, no progresso dos estudos regionais”, afirma Milton Santos (1953b, 195 p. 35), em sua tese para concurso, a qual viera a se transformar no livro *Os estudos regionais e o futuro da Geografia* (1953). Esta obra, segundo Claudino (2019), seria a primeira tese brasileira acerca da noção e conceituação da região. Milton Santos mostra claramente a sua escolha pelos métodos regionais e explica os motivos dessa escolha. Para o autor, esse caminho teórico-metodológico seria o melhor para a geografia alcançar sua maturidade científica, bem como a cobiçada autonomia e individualidade, “[...] através da qual jamais poderão arguir-nos invasores dos demais

departamentos de estudo” (Santos, 1953b, p. 7-8). Ele afirma, ainda, que é principalmente através das pesquisas sobre região e dos métodos regionais que seria possível construir uma mentalidade geográfica, mentalidade esta que iria contrapor qualquer a ideia da Geografia como um ponto de vista e fortalecê-la como ciência detentora de princípios, objeto e método (Santos, 1953b).

Ainda na referida obra, Santos desvincula sua produção dos métodos e metodologias descritivas, generalizadoras e experimentais das ciências naturais, pois subordinar as ciências sociais, e consequentemente a Geografia, “[...] à previsão e à experimentação, seria por uma pá de terra sobre todas as ciências sociais [...]” (Santos, 1953b, p. 17). Dito isso, é afirmado que os fatos das ciências sociais são muitos complexos para caber nessas formas, e especificamente o fato geográfico não seria possível de ser explicado por descrições, princípios gerais ou experimentações, já que este se configura como uma síntese de elementos que necessitam de métodos analíticos que dessem conta de trazer para a pesquisa a luz sobre uma totalidade de elementos que se convergem e se relacionam em um determinado espaço.

Essas escolhas teórico-metodológicas contribuem para o estudo das singularidades dos espaços, principalmente quando atrelado às ideias possibilistas dos geógrafos franceses discípulos de Vidal de La Blache. Era dessas ideias que Milton Santos (1953b) vinha se aproximando ao dizer que os homens e suas técnicas se sobreponham de formas diferentes em cada espaço, mesmo que as condições determinantes da natureza fossem parecidas. Milton Santos estava em sincronia com La Blache, assim Conforme nos mostra Robert Dickinson (1969, p. 214 tradução nossa): “Vidal de La Blache insistiu que a pesquisa geográfica, e certamente, a formação de um geógrafo, poderia concentrar-se no estudo de áreas particulares, pequenas e bastante acessível para aprofundar na relação entre o campo e as pessoas”. O próprio La Blache afirma que:

Se se deve temer este perigo [generalizações prematuras], é necessário então ter bons métodos de recurso de preservação. Eu não saberia aconselhar algo melhor que a composição de estudos analíticos, de monografias nas quais as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais seriam acompanhadas de perto, sobre um campo bem escolhido e restrito. (La Blache, 1902, p. 23 *apud* Costa, 2013, p. 59).

Assim, as relações únicas entre homem e natureza em cada espaço seria o objeto principal desse modo de fazer e pensar Geografia. Sendo a Geografia regional a responsável por esse tipo de pesquisa, ela deveria conduzir os estudos geográficos, porque “No seu desejo de afirmação não pode haver para a ciência geográfica estudo mais profícuo e adequado que o da região” (Santos, 1953b, p. 33).

O professor também expõe que a região a ser trabalhada pelos geógrafos deve ser a humana, aquelas influenciadas pelos gêneros de vida, descartando a região natural enquanto noção principal, por considerá-la um conceito nocivo para o desenvolvimento científico da Geografia, uma vez que não considera o trabalho humano na construção e modificação da paisagem e, consequentemente, da região.

É, especialmente, a este último tipo de regiões que se deve voltar o nosso estudo. Não concebendo a terra sem os grupos humanos que a trabalham, nem o seu esforço de organização fora do quadro natural respectivo, cumpre buscar as possíveis interrelações entre os fatos de ambas as ordens, interpretando a realidade global. A essa realidade, que deve ser o objetivo da geografia é que se deve atribuir o nome de região geográfica (Santos, 1953b, p. 47).

Mesmo o autor a considerando nociva, se forem centrais na análise, as regiões naturais não devem ser totalmente desprezadas de sua análise científica, desde que usadas com cuidado. Ora, tal vertente do conceito não dá conta de explicar as complexidades dos fenômenos geográficos que constituem uma região (Santos, 1953b).

Milton Santos, neste livro, se aprofundou tanto na noção conceitual da região, que debateu uma questão incomum na bibliografia brasileira acerca desse tema, a questão escalar desse conceito. O professor levanta a questão de não haver uma escala ou objeto fixos para corresponder ao conceito de região. Desse modo, a região era variável e por isso “[...] todo estudo regional terá que padecer de defeitos [...]”, como, por exemplo, os geógrafos que, em suas pesquisas, trazem recortes preestabelecidos para representar uma região, privilegiando a forma e não a forma em conjunto do conteúdo. Por essa e outras questões, “de qualquer sorte e em qualquer escala, é grave erro querer subordinar os limites da região geográfica aos das unidades administrativas” (Santos, 1953, p. 70), ou de qualquer recorte preestabelecido.

Nessa obra, Santos também traz a ideia da inseparabilidade existencial entre a cidade e a região, visto que os centros urbanos seriam consequência da região, mas também sendo o centro responsável por dar vida aos fluxos e regionais. “As regiões humanas, assim, não seriam mais que regiões urbanas, já que no centro (está claro que não o geométrico) estaria, sempre, a cidade presidindo à organização” (Santos, 1953, p. 81). Assim, os estudos regionais se fariam em torno dos fluxos e hierarquias produzidas, principalmente, em torno das cidades.

3. "Notas para estudo do "habitat" rural na zona cacaueira da Bahia", Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VIII, tomo I, 1953c.

No dia 23 de julho, na cidade de Ribeirão Preto/SP, o professor Milton Santos realizou a apresentação de um trabalho do I Congresso Brasileiro de Geografia, que veio a se transformar em pequeno escrito homônimo e, como o título já nos revela, o se constrói um caminho de pesquisa com alguns elementos de suma importância para se entender o *habitat rural* da zona do cacau. Esse estudo se faz em uma região em formação, afirmando que, naquele momento, a Região Cacaueira estava em formação no local de uma zona cacaueira preexistente. Nesse sentido, questionamentos se levantam implicitamente; há uma certa divergência com os critérios e conceitos utilizados pelo IBGE em determinados aspectos, por exemplo na utilização do conceito de *zonas* e nos critérios naturais e quantitativos para a delimitação destas.

O IBGE, em sua primeira regionalização, divide o espaço brasileiro em zonas fisiográficas, em que o principal critério é a paisagem natural. Milton Santos já tinha uma posição contrária ao domínio dos aspectos naturais nos estudos regionais, expondo os aspectos qualitativos que devem ser considerados em tal tipo de estudo. Na minha interpretação, Santos (1953c) deixa transparecer que não considerava as zonas fisiográficas do IBGE, mesmo sendo oficialmente tratadas como sub-regiões, como regiões. O próprio Milton Santos diz que a Região Cacaueira estava se criando em função da zona cacaueira preexistente, ou seja, região e zonas são conceitos diferentes na sua concepção.

4. "A Região de Alagoinhas", Revista Brasileira dos Municípios, Ano VI, nº 21, 1953d.

Originalmente um texto para o jornal A Tarde, o pequeno escrito intitulado *A Região de alagoinhas* (1953d) é uma pequena monografia regional sobre a região fisiográfica do Litoral Norte. O autor já traz, logo no início do texto, o porquê de chamar essa região de Região de Alagoinhas, bem como algumas outras considerações importantes que mostram seu ponto de vista: "Antes do mais, uma explicação. A palavra região vai aqui em concordância com a classificação do IBGE; a expressão de Alagoinhas fica por nossa conta, levando em consideração ser essa a cidade mais importante da zona, aquela que polariza boa parte das atividades nos Municípios considerados" (Santos, 1953d, p. 1). Em vista disso e da leitura de outros escritos do mesmo autor, nos parece que Milton Santos não estava em concordância com

o conceito de região do IBGE, bem como já relaciona a ideia da cidade como centro da região, ideia essa que a regionalização oficial vigente, naquele momento, não levava em conta.

Mesmo dizendo seguir os critérios do IBGE para a ideia de região, o autor contrapõe a ideia de o critério natural ser o principal, afirmando categoricamente seu posicionamento sobre o tema:

A paisagem que aí poderíamos chamar de natural é profundamente trabalhada pelo homem, em quatro séculos de devastações sem conta, seja pela agricultura da cana, por outros tipos de cultura, feitas sem qualquer plano e ainda pelas necessidades do Leste brasileiro que obriga, para que os seus trens possam correr, a uma impiedosa destruição das florestas (Santos, 1953d, p. 1).

Enfim, em poucas linhas, é perceptível que o autor se afasta da concepção de região natural proposta pela regionalização oficial do IBGE e também de sua vertente de pesquisa, ao relacionar a cidade mais importante ao centro da região.

1955

No ano de 1955, sobre obras de cunho regional, Milton Santos produziu o livro *Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico* (1955a) e o artigo *Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas* (1955b). Nesses escritos, o professor parece muito mais maduro na sua escrita, utilizando de conceitos como gênero de vida, zona de influência e técnica. Conceitos estes provenientes da Geografia francesa.

1. Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico, 1^a edição, Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, Salvador/BA, 1955a.

“Faltam à zona cacauera baiana estudos de conjunto, que a vejam e a apresentem como um todo, mostrando como os elementos nela presentes agem entre si, como a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional bem diferenciada” (Santos, 1955a, p. 7). É disso que se trata esse livro³⁰, um estudo regional, com base nas monografias

³⁰ O livro, *Zona do Cacau. Introdução ao estudo geográfico*, a sua 1^o edição foi publicada no ano de 1955 e foi expandido em sua 2^o edição, em 1957, a que foram adicionados os capítulos “Problemas de geografia urbana”, “O comércio do cacau” e “A industrialização do cacau”.

lablachianas, sobre a zona do cacau. A estrutura do trabalho já indica os caminhos tomados pelo autor, com o índice sendo organizado pelos seguintes tópicos: cacau e o quadro natural; a cultura do cacau; povoamento e população; o habitat rural; problemas de Geografia urbana; os transportes; o comércio do cacau; a industrialização do cacau e a alimentação da zona cacaueira, os tipos humanos. Mesmo que de uma forma mais estruturada, de fato estamos perante uma estrutura clássica de uma monografia regional, em busca das singularidades de um determinado espaço.

A Geografia regional dita francesa também aparece com a utilização do conceito *gênero de vida*, sendo considerada o “ traço de união entre a terra e a gente” (Santos, 1955a, p. 8), do conceito de habitat rural baseado em Sorre, ou seja, “o modo de ocupação do solo em vista da exploração agrícola” (Sorre *apud* Santos, 1955a, p. 49). Vidal de La Blache afirma que “um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua, entretanto, muito forte, sobre a natureza, ou, por falar em Geografia, sobre a fisionomia dos países” (La Blache, 1911, p. 194 *apud* Costa, 2013, p. 71).

Além da metodologia analítica e descriptiva, a geografia francesa se mostra influente pela ideia de técnica. Sobre essa ideia, Milton Santos fala, em *A natureza do espaço* (2002), que esta surge nos geógrafos lablachianos:

Tanto Vidal de La Blache, como Lucien Febvre, tiraram partido da noção de progresso técnico na elaboração de suas sínteses. Daí porque, eles podem ser considerados entre os pioneiros da produção de uma geografia vinculada às técnicas. Esse também é o caso de Albert Demangeon, quando se interessa pelo comércio internacional (Santos, 2002, p. 27).

Creio que, dentre todos os conceitos utilizados, o gênero de vida é o de maior importância no livro referido. Podemos interpretar o cacau representando o conceito “gênero de vida”, visto que “o cacau é, como produção agrícola, o responsável por inúmeros traços da fisionomia do seu ‘habitat’, seja no aspecto econômico, no social ou no psico-social” (Santos, 1957, p. 8). Silveira (2010, p. 127 *apud* Grimm 2011, p. 58) sintetiza muito bem a ideia geral dessa produção de Milton Santos:

[...] muito audacioso dizer que, nesses mundos passados e nas suas geografias, a categoria central ou sintética era o gênero de vida, enquanto a técnica entrava como elemento descriptivo, como dado ou como fraco traço de união entre um grupo pretensamente homogêneo e um meio que, tantas vezes, continuava sendo considerado natural. Associada às denominadas sociedades simples que podiam ser compreendidas pelo gênero de vida, a técnica era fundamental para uma interpretação mais preocupada em entender a luta do homem contra o meio hostil do que as diferenças de poder entre os agentes. Como era identificada freqüentemente com os

instrumentos de trabalho, a técnica amiúde podia ser vista na paisagem, perfazendo assim a descrição geográfica (Silveira, 2010, p. 127).

Dessa forma, o livro em questão se consolida como uma exemplar aplicação da metodologia da geografia regional lablachiana ao contexto baiano, utilizando-se de seus conceitos-chave, como gênero de vida, habitat rural e a própria noção de técnica, para decifrar a singularidade da formação socioespacial cacaueira. No entanto, conforme aponta a síntese de Silveira (2010), a obra de Milton Santos, ainda que inovadora para seu tempo, permanece enraizada em um paradigma onde a técnica atua a serviço da descrição de um grupo homogêneo em sua relação com o meio, priorizando a harmonia e a luta contra a natureza em detrimento de uma análise mais profunda das estruturas de poder que também moldam a paisagem.

1. Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas, Boletim da Associação Baiana de Imprensa, nº 55, 1955b. IGHB

Nesse artigo, Milton Santos traz uma pequena exposição, com um percurso metodológico, acerca de como poderia regionalizar os espaços jornalísticos. Os principais critérios, para tal regionalização, seria a zona de influência do periódico. Essa zona tinha como princípio a densidade técnica dos espaços, principalmente em relação aos transportes, em que os jornais poderiam ser beneficiados tanto na sua circulação quanto na constância de disponibilidade, fazendo com que determinado jornal tivesse um público fiel em um determinado espaço.

1956

No ano de 1956, Milton Santos produziu os artigos *Estrutura agrária do município de Ipiaú* (1956a), *O papel metropolitano da cidade do Salvador* (1956b), *Problemas de geografia urbana na zona cacaueira baiana* (1956c) e *Zonas de influência comercial do Estado da Bahia: interpretação a um inquérito sobre comércio e abastecimento no Estado da Bahia* (1956d). Este ano é marcado pelo acontecimento do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), no Rio de Janeiro, do qual o Milton Santos participa e faz contato com diversos geógrafos de relevância referencial, como Orlando Ribeiro, os franceses Andre Cailleux, Jean Dresch, Jean Tricart, Michel Rochefort, Pierre Birot, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, o

alemão Karl Troll e o húngaro Erwin Raiz (Costa, 2013). É nesse momento que a longa relação entre Tricart e Milton Santos se iniciou. Devido a sua inclinação ao Partido Comunista, o professor francês foi barrado de ministrar aula no Curso de Altos Estudos Geográficos, mas, em paralelo, ele elaborou algumas palestras das quais Milton Santos participou (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004).

Além disso, nota-se que seu olhar de pesquisador começa a se interessar pelo meio urbano, mas as pesquisas urbanas foram sempre relacionadas à concepção regional. O urbano nunca aparece sem sua vinculação existencial à região. Haesbaert (2010) nos faz pensar que Milton Santos está iniciando o desenvolvimento de uma região funcional, a qual é inspirada na teoria dos lugares centrais de Christaller. Nos anos posteriores, essa ideia será mais aprofundada pelo autor.

1. "Estrutura agrária do município de Ipiaú", Revista Brasileira dos Municípios, ano XI nº 31, 1956a, pp. 224-226.

Publicado na seção de monografias regionais da Revista Brasileira dos Municípios, o texto *Estrutura agrária do município de Ipiaú* (1956a) trata de um estudo regional que foca, principalmente, na diversificação das atividades econômicas desse território. Uma vez que a atividade econômica dominante é um fator preponderante para distinguir os gêneros de vida, Santos (1956a) constata que, mesmo Ipiaú possuindo uma relativa diversificação econômica, não exclui a predominância do cacau. De certa forma, parece que esse artigo advém de um estudo para confirmação de Ipiaú como um espaço pertencente à Região Cacaueira da Bahia, tema esse muito recorrente nesse período de produção do autor.

2. "O papel metropolitano da cidade do Salvador", Revista Brasileira dos Municípios, ano IX, julho/dezembro, nº 35/36, 1956b, pp. 185-190.

Como o título já deixa explícito, esse texto tem foco na ideia de metrópole. Dessa forma, as concepções de urbano e regional, em Santos (1956b), bem como no texto *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (1953), se mostram extremamente interligadas, visto que Milton Santos acreditava que a existência da região e do urbano seriam interdependentes; como já foi dito, os centros urbanos seriam consequência da região, mas também sendo o centro responsável por dar vida aos fluxos regionais. Assim, em *O papel metropolitano da cidade de Salvador* (1956), para uma cidade ter a condição de metropolitana, seria necessário ter o

dinamismo e os instrumentos necessários para “tornar suas funções vitais interessantes a um espaço regional” (Santos, 1956, p. 186).

Nesse artigo é interessante perceber algumas análises que destoam de tudo que já havia sido apresentado pelo autor. Por exemplo, ao expressar frases como “mundo capitalista” e “vorazes interesses das nações imperialistas”, nos faz entender que Milton Santos este já estava fazendo leituras e incorporando categorias de cunho marxista.

1957

Em 1957, Milton Santos produz os textos *A cidade de Jequié e sua região* (1957a) e *Distribuição geográfica da população baiana* (1957b). Nesse período, percebe-se que o autor estreita os laços com as pessoas e instituições muito importantes da Geografia, como Tricart, que Milton, através de uma cooperação com a Universidade Federal da Bahia, junto ao professor de Geografia física Djalmo Pontual, convidou Tricart para uma consultoria no interior do Estado da Bahia. É a partir desse estreitamento de laços que o geógrafo francês convidou Milton Santos para realizar o doutorado na Universidade de Strasbourg, na França. Sua relação com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) também é estreitada ao efetuar a palestra *A Geografia da Baixa dos Sapateiros* (1957c). Além disso, o professor baiano se aproxima da AGB, sendo proclamado sócio efetivo. Pela seção regional de São Paulo, da AGB, foi convidado a apresentar, em São Paulo, o trabalho *Regiões urbanas do Estado da Bahia* (1957d).

1. "A cidade de Jequié e sua região", **Revista Brasileira de Geografia, ano XVIII nº 1, jan/março, Rio de Janeiro, 1957a, pp. 71-112.**

O foco desse trabalho é fazer um estudo, voltado para a Geografia urbana, sobre a cidade de Jequié e suas mudanças no tempo-espacó. No entanto, naquele momento, ao pesquisar o urbano, consequentemente seria pesquisado o regional, visto que, nesse caso, os mesmos fatores são responsáveis por animar tanto a vida urbana quanto a vida regional. Assim, para além de um trabalho descritivo sobre determinada cidade, há uma elucidação da influência regional que Jequié exercia sobre seu entorno, influência está determinada pelos equipamentos de infraestrutura, a exemplo das rodovias e estradas de ferro.

É interessante notar que Jequié exercia influência sobre algumas cidades da Região Cacaueira, ou seja, havia um conflito de influências entre Ilhéus, considerada capital regional

da Região Cacaueira, e Jequié. Ao notar isso, Santos (1957a, p. 94) diz que “não há, pois, exagero em dizer que Jequié, capital regional, é também uma cidade em relação à zona do cacau”. Ou seja, Milton Santos mostra que as regiões são fluidas, pois o encontro dessas zonas de influências caracteriza uma área de transição entre regiões, e é exatamente nessa área que há uma suscetibilidade de surgir mudanças no quadro regional a qualquer momento, a depender, principalmente, da influência exercida pelas metrópoles regionais e seus equipamentos.

Acerca do método e metodologia da pesquisa regional, nota-se aqui um maior nível de complexidade e detalhamento nas descrições e explicações. Trata-se do primeiro trabalho do autor em que há a preocupação de detalhar áreas regionais, internas e externas, de uma determinada cidade. É pertinente falar que essas áreas regionais são determinadas a partir da influência de uma cidade regional exercida em seu entorno, o que me parece muito semelhante à teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, com uma lógica semelhante no que diz respeito a uma centralização criada a partir de uma hierarquia e interdependência geradas por fatores econômicos.

2 Distribuição geográfica da população baiana. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, Bahia, 1957b, nº 80, pp. 115-123.IGHB.

Em Santos (1957b), a perspectiva regional fica como base para o estudo populacional da Bahia. O autor divide o Estado em três grandes regiões, sendo elas: Nordeste, com 36,62% do território e 30,19% da população; o Centro-Oeste com 18,21% de território e 3,6% de população e o Leste, com 49,17% de território e 65,95% de população (Santos, 1957b, p. 116). Além dessas grandes regiões, Santos trabalha com sub-regiões, mas não deixa totalmente explícito quantas e quais são as sub-regiões, muito menos a metodologia e critérios para tal regionalização. No entanto, creio que o autor usou como base para esse trabalho a regionalização das zonas fisiográficas do IBGE e, a partir disso, dividiu a Bahia em três grandes regiões.

1958

No ano de 1958, o professor Milton Santos produziu uma única obra com alguma relevância para o estudo regional, sendo o livro *Estudos de Geografia da Bahia* (1958), este em colaboração com Jean Tricart e outros.

Nota-se ter sido aquele um ano muito produtivo, o que pode estar relacionado ao novo contexto que o autor vivenciava. Ora, Milton Santos já vinha fazendo, desde 1957, em solo

francês, seu doutorado, finalizado em 1958. Nesse período, Milton Santos assistiu a diversos cursos ministrados por autores de suma importância na Geografia, como Ettéinne Juillard, Sautter, Michel Rochefort, Nonn e Mlle. Rimbert. Ele fez também diversas viagens para a então África Ocidental Francesa. Ao retornar para o Brasil, Milton Santos retomou às atividades laborais, como a docência na Universidade Católica, as atividades no editorial *A Tarde* e o cargo de diretor da Imprensa Oficial da Bahia recém-assumido (Grimm, 2011).

Nesse momento percebe-se uma inclinação de Milton Santos à Geografia aplicada, vertente que, como já trouxemos anteriormente, veio de sua aproximação a Tricart. É preciso lembrar que, em 1958, Tricart escreveu um texto intitulado *Existe-t-il une géographie appliquée* (1958), no qual defende a Geografia aplicada e seu pragmatismo, mas deixa claro que não apoia o uso vinculado ao capital privado, pois há, nessa conexão, ameaças à preservação da identidade e credibilidade científica tanto da Geografia quanto do geógrafo.

1. Estudos de Geografia da Bahia (em colaboração com Jean Tricart e outros) Livraria Progresso Ed., Salvador/BA, fotos e mapas, 1958.

Publicada em 1958, a obra *Estudos de Geografia da Bahia* foi editada por Milton Santos e Jean Tricart, com a colaboração das geógrafas Tereza Cardoso da Silva e Ana Dias de Carvalho. O livro propõe uma forma de se fazer Geografia baseada nos princípios da Geografia aplicada. Assim, a obra trazia o ideal de

[...] impedir que se torne uma ciência amputada, mas seja cada vez mais uma ciência viva, capaz de servir, como nenhuma outra, à obra da melhoria da condição de vida dos povos. Referimo-nos ao papel que a geografia pode e deve ter na elaboração de quaisquer planejamentos (Santos et al, 1958, p. 06).

A partir disso, a produção apresenta textos gerados das conclusões de pesquisas solicitadas por instituições da Bahia, como o Departamento de Obras Contra as Secas, o Departamento de Geografia, Açudagem e Engenharia Rural da Secretaria da Agricultura e o Instituto de Economia e Finanças (Grimm, 2011).

No primeiro texto desse livro, já é abordado o tema região/regionalização. Há críticas e sugestões direcionadas à regionalização oficial da Bahia. Naquele momento, a região vigente na Bahia eram as zonas fisiográficas (Santos, 1958, p. 11), a qual “[...] distingue regiões que não tem a ver com fisiografia: “Região do Cacau” ou “Região de Feira de Santana”. Isto mostra que a principal dificuldade é o método. Dessa forma, o autor deixa claro que, nessa

regionalização, há problemas estruturais em sua concepção, problemas estes metodológicos, que ele tenta resolver no prosseguimento do texto.

Então, a primeira questão a ser trabalhada, pensando em uma melhor estruturação de regionalização, é a conceituação de região, a qual Santos (1958, p. 12) afirma dever ser baseada principalmente na paisagem, visto que “a região geográfica elementar é um conjunto do meio físico e dos seus aspectos de utilização pelo homem”. Ou seja, para um espaço ser considerado uma região, ele deve obedecer aos critérios de homogeneidade natural-paisagística e homogeneidade nas formas que os homens aproveitam os recursos naturais. Em outras palavras, nos gêneros de vida, Santos diz que

Esse fato já foi abrangido pela concepção popular que criou termos como “Sertão” para traduzir a unidade geográfica do Meio natural e do homem. O sertão compreende a vegetação escassa, rica em cactáceas, com manchas no solo nu, que traduz a aridez do clima e a fraca espessura dos solos. O sertão, também exprime, uma certa forma de civilização particular, um gênero de vida no sentido clássico de Vidal De La Blache: O sertanejo é criador de gado, mais de cabras e Carneiros que de bois, é ameaçado permanentemente pelas secas, vivendo em condições rústicas, pouco modificadas pela civilização moderna. As inter-relações entre o meio físico e o homem são tão estreitas que o tipo humano parece uma emanação do meio físico: até mesmo o termo sertanejo deriva do que designa o meio ambiente (Santos, 1958, p. 12).

O autor alerta que, ao estudar a região, deve-se observar, também, os aspectos menos tradicionais de exploração dos recursos naturais e os novos fatos humanos em sua relação com a natureza, pois o desenvolvimento técnico já permitia a possibilidade de uma certa independência e autonomia do humano perante a natureza local, em alguns espaços. Assim, nota-se que Milton Santos apresenta um certo aprimoramento conceitual perante seus antigos trabalhos, trazendo, desta vez, uma visão muito mais aprofundada do conceito de região, estando totalmente desvinculado de um determinismo natural.

Uma divisão regional, seguindo linha de pensamento não determinista, em que os elementos naturais e humanos se harmonizam e o adensamento técnico poderia promover uma mais fluidez, deveria seguir os seguintes critérios: “Caracterização do meio físico; formas de exploração direta dos recursos naturais: agricultura, criação, exploração mineral e etc.; atividades humanas mais independentes dos recursos naturais: comércio, transporte, certas indústrias e etc.” (Santos 1958, p. 14). Ou seja, uma regionalização deveria abranger uma totalidade de fenômenos e isso dificilmente seria possível. Dessa forma, o autor propõe que não é possível estabelecer uma única regionalização que dê conta dessa totalidade, e que sirva para os mais variados propósitos do poder público. Seria necessário, portanto, mais de uma

regionalização, a depender da demanda de elaboração. Seguindo essa ideia, o autor sugere duas regionalizações para o Estado da Bahia, sendo a primeira uma regionalização baseada em critérios físico-geográficos e outra baseada nas zonas de influências urbanas, cada uma delas com uma utilização técnico-prática diferente.

A regionalização físico-geográfica da Bahia dividiu o Estado em cinco regiões, sendo elas: a Zona Litoral da Mata, a Zona do Agreste, a Zona do Sertão Semiárido, o Piemonte da Chapada e a Chapada Diamantina. Essa divisão teria uma aplicação voltada para estudo e melhoria das condições da vida rural e de preservação natural. Além disso, a regionalização seguindo os critérios de influência urbana se dividia em nove regiões, sendo elas: Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Conquista, Alagoinhas, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Jacobina e Salvador. Essa divisão teria a aplicação voltada para estudo e melhoria da vida comercial e organização administrativa. A tabela a seguir, feita por Sylvio Bandeira e Douracy Soares (1971, p. 15), esquematiza bem a ideia da regionalização de Milton Santos.

Ainda sobre esse trabalho e Milton Santos, Sylvio Bandeira e Douracy Soares (1971) nos esclarecem parte da metodologia de Milton, que foi basicamente a distribuição e análise de um questionário enviado para a agências municipais de estatísticas, para saber as relações comerciais mantidas pelas vilas, cidades e povoados com o seu entorno. Verificou-se, assim, os centros regionais e até onde a sua influência era exercida.

Tabela 6: Regiões urbanas de Milton Santos

Regiões urbanas	Características principais	Áreas de influência
1: Ilhéus-Itabuna	Sua constituição deve-se, inicialmente, à produção de cacau e ao papel desempenhado pelo porto de Ilhéus. Importância de implantação da rede rodoviária beneficiando Itabuna. Subcentro: Ubaitaba e Ipiaú	De Camamu a Belmonte pelo litoral. Para oeste: Macarani, Itapetinga, Iguáí, Ibicuí, Porções, Encruzilhada e Itambé.
2: Feira de Santana	Importância de entroncamento rodoviário e da feira de gado. A cidade como ponto de contato de diferentes zonas econômicas. Subcentro: Serrinha	Parte da zona fisiográfica do Recôncavo, de Feira de Santana, da encosta da Chapada Diamantina, de Jequié e do Nordeste.
3: Jequié	Variedade de quadros fisiográficos e geoeconômicos. Importância da chegada da Estrada de Ferro Nazaré – Jequié como “ponto de terra”	Jaguaquara, Itaquara, Santa Inês, Ubaíra, Jequiriça, Mutuípe, Ituruçu, Maracás, Boa Nova, Poções (os dois últimos podem ser considerados zonas de transição com Vitória da Conquista) Ipiaú e Ubatã (zona de transição com Ilhéus – Itabuna).
4: Juazeiro	Centro de transportes (navegação fluvial, ferroviário) Juazeiro como entreposto entre Salvador e Recife. Subcentros: Barreiras, Xique-Xique, Barra	A mais extensa de todas as regiões. Zonas fisiográficas de Barreiras, do sertão do São Francisco, do Médio São Francisco e mais os seguintes municípios de outras zonas: Uauá, Oliveira dos Brejinhos, Santo Inácio, Brotas de Macaúbas, Campo Formoso e Pindobaçu (também influenciado por Senhor do Bonfim)
5: Vitória da Conquista	Organização do espaço a partir de rodovias. Subcentro: Brumado	Zonas fisiográficas de Conquista e da serra Geral e também os seguintes municípios: Boa Nova e Poções (transição com Jequié), Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Ibicuí e Iguáí (transição do Ilhéus – Itabuna)
6: Alagoinhas	Antigo centro ferroviário	Eixo da Viação Férrea Leste Brasileiro (VVFLB) e de rodovias que a cortam Irará, Serrinha, Catu, Pojuca, Mata de São João e Camaçari, em direção norte até Ribeira do Pombal e Tucano
7: Senhor do Bomfim	Centro rodoferroviário	Através da ferrovia: Jaguarari (ao norte), Itiúba, Queimadas, Santa Luz (a sudeste) e Campo Formoso, Pindobaçu e Saúde (a sudoeste).
8: Jacobina	Importante variedade da produção agrícola. Fraqueza dos transportes	Até Irecê e Morro do Chapéu (para oeste) para leste e sul faz limites com a de Feira (Mairi, Macajuba, Itaberaba, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité). Para norte encontra a influência de Senhor do Bonfim (Pindobaçu e Saúde)
9: Salvador	Além de ser uma metrópole regional, exerce também as funções típicas de capital regional, para o Recôncavo. Importância dos transportes. Subcentros: Cachoeira, Nazaré, Maragogipe e Itaparica.	Recôncavo (inclusive Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Gandu).

Fonte: Milton Santos (1958)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

1959

No ano de 1959, Milton Santos havia retornado para a Bahia, após seu doutorado. Trabalhou como professor na Universidade Católica da Bahia, voltou para o cargo de editorialista no jornal *A Tarde* e assumiu o cargo de diretor da Imprensa Oficial da Bahia. Foi nesse momento que o intelectual, em parceria com a UFBA e com a Universidade de Estrasburgo, arquitetou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, o primeiro centro de Geografia Aplicada no Brasil (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004). Sobre o laboratório, Gonçalves afirma (1996, p. 86).

Sua finalidade: treinar professores e estudantes de Geografia no campo de pesquisa, desenvolvendo estudos que permitissem melhor conhecimento geográfico do estado da Bahia, como subsídios aos planos e programas governamentais da época, contribuindo para o próprio desenvolvimento da Geografia no país

Nesse mesmo ano, Milton Santos ajudou na fundação do núcleo da Associação dos Geógrafos Brasileiros e foi um dos organizadores e participantes do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que ocorreu na cidade de Salvador (Costa, 2013; Grimm, 2011; Silva e Silva, 2004). Assim, percebe-se que Milton Santos estava, de fato, conectado com a Geografia nacional e, talvez, já sendo ou, se tornando, um dos seus principais expoentes. Percebe-se o reflexo desse novo patamar em sua produção.

Ainda naquele ano, o autor produz, de cunho regional, os livros *A cidade como centro de região* (1959a) e *A rede urbana do Recôncavo* (1959b). Percebe-se que, nessas produções, Milton, muito influenciado por Rochefort e seus métodos, começa a flertar com métodos baseados na quantificação. Apesar do pragmatismo vinculado aos números apresentar uma região como construída pelo “[...] resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas” (Lobato Corrêa, 1995, p. 20), não considero que o autor aderiu o quantitativismo de fato, porque nessas obras o fator histórico ainda é um elemento presente. Afirmo isso porque o conceito de *gêneros de vida* ainda era pautado em suas análises, elemento esse que, no quantitativismo, era irrelevante, visto que essa corrente era guiada por “[..]um conjunto de fórmulas matemáticas de onde a história – ou seja, o homem – era sistematicamente afastado” (Santos 1978, p. 88).

Sobre a preocupação de Santos (1960, p. 32) com o pragmatismo: “[...] fundamental o papel da geografia na reconstrução harmoniosa do mundo, como é desejo do humanismo do

“nossa época”. Outra questão a se perceber é que a análise urbana estava sobrepondo a regional, visto que a regionalização era construída a partir das zonas de influências das cidades, principalmente as metrópoles. Ou seja, fica claro que as cidades estavam fazendo as regiões e regionalizações. Em Haesbaert (2010, p. 47), podemos ver que essas análises de Milton Santos estão relacionadas às regiões funcionais “[...] inspiradas também na teoria do lugar central de Christaller, segundo um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre um espaço “regional”, admitindo zonas de sobreposição a outras regiões funcionais”.

Nessas produções, é nítida a influência de Rochefort, principalmente a ideia de pólos ou cidades centrais. Essa metodologia viria a ser usada na regionalização do Brasil, feita pelo IBGE, em 1968: as microrregiões homogêneas. Milton Santos, metodologicamente já estava à frente, pois fez estudos com essa metodologia, mas parece não ter gostado do resultado porque “numa mesma rede urbana, a comparação de hierarquias se torna inválida, se no espaço que ela compreende os gêneros de vida e os processos de elaboração urbana são diferentes” (Santos, 1959a, p. 28). A ideia de Rochefort abarcava basicamente as cidades, a rede urbana e consequentemente a região, as quais podem ser explicadas a partir das suas relações e conexões entre si; os dados estatísticos, principalmente da distribuição das atividades do setor terciário, revelariam a posição hierárquica em uma mesma rede” (Santos, 1959a). Dito isso, Milton Santos não prossegue com a utilização desse processo de pesquisa nos estudos regionais pós 1959.

1. A cidade como centro de região. Universidade Federal da Bahia – Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Imprensa Oficial, Salvador/BA, mapas e fig., 1959a.

Nessa obra, o autor embasa seu argumento, que já apareceu em trabalhos anteriores, da região e da cidade serem solidárias, com suas existências sendo complementares. Citando Pierre George (1952 apud Santos 1959a, p. 9), Milton Santos parecia ir na direção da crença de que “[...] a cidade da época pré-industrial é um produto de sua região, enquanto a região da época contemporânea é o produto de sua cidade”. Nesse sentido, o autor expõe os métodos que guiam o seu pensamento urbano-regional naquele momento, principalmente as influências do método idealizado por Rochefort, adaptado para aplicação na realidade baiana. Assim, em Rochefort, as regiões/rede urbana

[...] são determinados não somente pelas funções atuais das cidades, mas por sua posição e sua estrutura, que refletem sua história. Nessas condições, a unidade de comparação, no interior de uma série maior considerada, não é mais a cidade, mas a

rede urbana regional, definida, nos limites regionais de influência da cidademetrópole, pela existência e pela localização de um certo número de tipos de cidades que servem [...] como suporte para a atividade industrial regional (Rochefort, 1959, p.427 *apud* Bomfim, 2015, p. 367).

Para Bomfim (2007, p. 202), há uma conexão evidente entre a metodologia de Rochefort, sobre cidades centrais, e o conceito de polos de desenvolvimento de Perroux. Pois, no conceito de Rochefort, as cidades centrais “nada mais seriam que os polos de desenvolvimento à maneira de Perroux”. Geiger (1957) traz uma melhor explanação sobre a forma de pesquisa desenvolvida por Rochefort

Visando a obter uma primeira apreciação da situação hierárquica dos centros urbanos de uma rôde [sic] em estudo, o método [de Rochefort] utiliza os dados estatísticos da “composição da população ativa segundo os ramos das profissões”, visto que nestes números se refletem as funções dos centros urbanos. Ele [sic] tem por base o chamado setor ternário (t) da população ativa de uma cidade, que engloba o comércio, os serviços e a administração, e que exprime a função de relação da cidade, isto é, o seu papel em prestar serviços à área circunvizinha [...] A relação entre a quantidade da população ativa do setor ternário e a quantidade total da população ativa será o primeiro elemento para a medição da importância de um centro urbano (Geiger, 1957, p.5 *apud* Bomfim, 2015, p. 367).

Assim, partindo da ideia de que o volume do setor terciário e sua importância para sua população interna e para a região formaria um centro, e, a partir desse centro, seria traçada uma rede de hierarquia urbana formando uma região, Milton Santos aplica esse método nas, consideradas por ele, duas únicas regiões urbanas autênticas da Bahia, que estariam na zona do Recôncavo e na Zona Cacaueira. Ele conclui que “numa mesma rede urbana, a comparação de hierarquias se torna inválida, se no espaço que ela compreende os gêneros de vida e os processos de elaboração urbana são diferentes” (Santos, 1959a, p. 28), ou seja, em uma mesma região, comparar hierarquias é inútil, quando os espaços social e econômico são distintos, uma vez que cada espaço seria centralidade em aspectos diferentes.

Em suma, Milton Santos parecia trabalhar sob a ideia de que o urbano era responsável pela produção da região, região esta que ganharia forma a partir da hierarquia exercida pela influência coordenadora de um centro urbano sobre outras cidades e, consequentemente, sobre os espaços ao seu redor.

2. A rede urbana do Recôncavo, Universidade Federal da Bahia-Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Imprensa Oficial, Salvador/BA, 19 mapas e fig., 1959b.

Seguindo a mesma linha de *A cidade como centro da região* (1959b), Milton Santos desenvolve uma abordagem mais vinculada a análises estatísticas. É importante destacar que o geógrafo sempre valorizou o uso de dados estatísticos em seus trabalhos, elemento que nunca abandonou em sua trajetória intelectual, embora tenha sido alvo de críticas por essa opção metodológica, como no livro *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* (2001), sua última obra antes de falecer. Contudo, isso não significa que o professor baiano possa ser classificado como um geógrafo quantitativo. A visão reducionista que associa o uso de estatísticas exclusivamente à geografia quantitativa acaba por distanciar os geógrafos de uma abordagem metodológica fundamental para a nossa área.

Então, Santos (1959b) segue com um trabalho estatístico, mas sem esquecer o conteúdo histórico, pois também traz as existências da região e da cidade vinculadas e as regionalizações embasadas nas, ou até mesmo sendo a mesma coisa que, redes urbanas. Nesse sentido, o autor trabalha a rede urbana do Recôncavo, sendo essa considerada a mais antiga do Brasil, e regionaliza o Recôncavo em 28 municípios, sendo eles: Alagoinhas, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Castro Alves, Catu, Conceição do Feira, Conceição do Almeida, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Irará, Itaparica, Jaguaribe, Maragogipe, Mata de São João, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Santo Estêvão, São Félix, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé e Salvador.

Vale salientar que a Região do Recôncavo baiano é assunto de debate muito antigo, a ponto de Milton Santos alertar que a regionalização tradicional do Recôncavo é mais histórica do que geográfica. Assim, essa regionalização embasada na rede urbana seria uma atualização da Região do Recôncavo, estando mais próxima da realidade daquele momento. Um ponto de debate aqui é o fato de que Milton Santos, no livro anterior, *A cidade como centro de região* (1959b), não inclui Salvador como parte do Recôncavo, mas diz que Salvador ainda exerce a função de capital regional da Região do Recôncavo; por outro lado, ainda segundo o autor, Feira de Santana e suas relações com a determinada região estavam em ascendência para tomar a posição de metrópole regional.

Em uma reunião de orientação com o meu professor orientador Clímaco Dias, ele percebeu um ponto de debate interessante. Esse sendo, fato de que Milton Santos, no livro *A cidade como centro de região* (1959b), não inclui Salvador como parte do Recôncavo, mas

afirma que a capital ainda exercia a função de polo regional sobre essa área. Então surge o questionamento, de que o autor teria subestimado a dinâmica de reconfiguração territorial já em curso. Clímaco Dias afirmou, que Milton Santos não enxergou que a Petrobrás e outras forças econômicas já estavam transformando profundamente o Recôncavo fragmentado, dando origem a uma nova região em formação, a Metropolitana de Salvador. Essa nova configuração não apenas reforçava o papel central da capital, mas também alterava as hierarquias urbanas tradicionais, como a ascensão de Feira de Santana, que o próprio autor apontava como potencial metrópole regional.

Dessa forma, a análise de Milton Santos, ainda que pioneira, pode não ter captado plenamente a velocidade das transformações em andamento, nas quais Salvador não apenas mantinha sua influência sobre o Recôncavo, mas também, dialeticamente começava a se distanciar cada vez mais ao estruturar uma região metropolitana mais complexa e integrada.

1960 a 1964

Nesse período, aconteceram muitos eventos importantes na vida de Milton Santos. Ele passa a integrar o quadro de professores da UFBA e cria a Seção Regional Bahia da Associação dos Geógrafos Brasileiros e o Boletim Baiano de Geografia. De acordo com Milton Santos (2000, p. 84-85), o próprio era “[...] encarregado do planejamento econômico do governo do Estado da Bahia, esteve presidente da Fundação de Planejamento Econômico da Bahia e membro do governo, tinha assento no secretariado [...]”. Ele assume, ainda, o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Estado da Bahia durante o governo de Jânio Quadros; viajou à África algumas vezes; e, em 1964, foi exilado.

Percebe-se que é um momento de aprofundamento teórico-conceitual e prático-empírico de Milton Santos para com a Geografia aplicada, principalmente pelos trabalhos realizados no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, onde suas práticas estavam voltadas para a análise e organização espacial da Bahia. Nesse período o autor, apesar de manter sua produção constante, acaba não construindo muitos escritos substancialmente importantes para a Geografia regional, visto que seus interesses, abordagens e métodos pareciam trazer a região enquanto conceito de menor importância, com a sua análise priorizando o conceito de paisagem.

Paisagem, naquele momento, era entendida como

uma arrumação, no sentido de que os seus elementos se dispõem segundo uma certa ordem, originalmente coerente com o sistema social e econômico que a gerou, mas que pode variar em acordo com as mudanças que esse sistema porventura sofrer. Mas, a paisagem é também a expressão de uma síntese de ações e reações multilaterais, em que o meio natural, transformado ou não pelos homens, é um dos termos; e o outro, os próprios grupos humanos por intermédio das técnicas. Nenhum elemento aparece isolado. Há, na verdade, uma cadeia de ações e reações recíprocas, entre as quais difícil é dizer qual a causa e qual é efeito; todos os fatos são a um tempo efeito e causa, isto é, a corrente de relações é ininterrupta (Santos, 1960a, p. 107).

Mas, acerca do conceito de região, dois dos poucos escritos nestes quatro anos, Milton Santos expõe que a sua noção sobre o conceito estava mudando, havia um tom mais crítico, mais influenciado pela geografia ativa e pelo marxismo, o qual já estava tendo contato a partir do francês Jean Tricart e leituras de Pierre George. Através de referências não há como mapear as influências da Geografia ativa que Santos teve, mas notadamente a percepção que estes foram trabalhos de cunho da Geografia crítica advém a partir da análise crítica das estruturas capitalistas e das relações que elas estabelecem no território e com a sociedade, com o objetivo de revelar sua natureza exploratória e geradora de desigualdades. (Costa, 2013)

Um dos textos é *Geografia e desenvolvimento econômico* (1960a, p. 119), onde há poucas reflexões sobre região, mas autor diz que

O geógrafo comprehende a região como um conjunto elaborado pelos homens e em constante evolução. Os homens fazem e desfazem regiões. Uma ofensa a um dos seus fatores basta para perturbar todo um sistema, antigo ou recentemente estabelecido. Por isso, a introdução de novos elementos numa região solidamente estruturada jamais devia se fazer sem a audiência do especialista das regiões, que é o geógrafo.

Aqui, o autor se limita a registrar as dinâmicas humanas da região e reafirma a importância do geógrafo como profissional qualificado para analisar e propor melhorias nas dinâmicas regionais. Embora o texto apresente traços da Geografia Crítica em sua abordagem geral, essa influência não se aplica à sua concepção específica de região.

É então em 1961, que Milton Santos produz o texto *Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés* (1961), nesse texto é possível ver a geografia crítica correndo nas veias de Milton Santos. Acerca da ideia geral do texto, Grimm (2011) afirma que o autor buscou analisar diversos aspectos das grandes cidades localizadas em países em desenvolvimento, buscando identificar características comuns e fatores que as diferenciam. Dentre esses aspectos se localiza a relação da cidade com a região e Milton Santos nos alerta que

A cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial. Se a cidade constitui o instrumento dessa evolução, age, todavia, como uma espécie de manivela, acionada de fora. (Santos, 1961, p. 199 – tradução nossa).

Ou seja, uma ideia que parecia ser pré-estabelecida em trabalhos anteriores, em que a cidade poderia ter forças para animar a vida regional, acaba sendo superada. Nos parece que mesmo a cidade se mostrando enquanto um local de modernidade e conforto, na paisagem desta sempre estará impregnado a pobreza de sua região, isso é possível “[...] tanto pelas funções que desempenha, como pela sua paisagem, e até mesmo pela desorganização e a inadequação dos seus serviços públicos.” (Santos, 1961, p. 197).

De certa forma, a relação entre cidade e região acaba sendo reduzida a relações comerciais, tanto que o autor acaba por entender que a cidade mantém um vínculo exploratório com a sua região de influência. E isso acontece por algumas razões como “[...] por exemplo, interesses e estruturas estabelecidas do passado. Ambos não trazem nenhum benefício para mudar o Estado atual das coisas. Este mantém privilégios sem a necessidade do uso de capital.” Santos, 1961, p. 200 – tradução nossa). Tanto que, o autor afirma que a possibilidade e desenvolvimento da região são induzidas por fatores externos a cidade ou a região, creio que Milton Santos esteja falando dos vetores do capitalismo global, enquanto uma verticalidade.

Mas quanto maior o subdesenvolvimento regional, menos a cidade é capaz de mudá-lo e quanto mais ele sente a pobreza de suas áreas de influência. Um desses resultados é o aumento da sua população. Nós poderíamos dizer então, neste caso, que a cidade cresce, não porque tenha um dinamismo próprio, mas que cresce justamente por falta de dinamismo (Santos, 1961, p. 201).

Enfim, podemos dizer que a cidade ainda é entendida como centro da região e que essas ainda estão existencialmente interligadas, mas a relação mantida por elas é extremamente diferente. Milton Santos demonstra uma reflexão pautada na Geografia crítica acerca de como a cidade mantém uma relação exploratória com a região e como essa região deixa suas marcas na paisagem da cidade pois, “[...] a cidade é finalmente uma representação autêntica e total da região que governa e do mundo com o qual mantém relações comerciais.” (Santos, 1961, p. 202 – tradução nossa). A cidade por si só não consegue animar a vida regional, mas é a vida regional que anima a vida urbana, seja pelas influências externas, como a chegada de um vetor de desenvolvimento, seja pelas influências internas, através das inúmeras verticalidades urban-regionais que desemboca no evento êxodo rural.

Outra obra de cunho regional foi *A Região de Amargosa* (1963), mas esse trabalho técnico não há nada que possa diferir sua visão regional do pragmatismo da Geografia aplicada, apesar de notar uma postura mais agressiva do autor em relação a crítica a estrutura de poder e suas interpretações sobre os produtos científicos.

1965

Apesar de Milton Santos ter ido para seu exílio em 1964, o livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), publicado no ano de 1965, muito provavelmente foi pensado e produzido enquanto estava na Bahia, principalmente no período em que fez várias viagens ao continente africano, por volta do ano de 1958 e em 1961 quando estava refletindo sobre os países subdesenvolvidos na produção do artigo *Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés* (1961). Grimm (2011) diz que quando Milton Santos chegou à França, ele não tinha mais um cotidiano ocupado com inúmeras tarefas diferentes, tal qual no Brasil. O que lhe sobrou foi um longo tempo para o ensino e pesquisa, isso casou com o contato da Geografia Ativa, assim as ideias marxistas que já estavam começando a aparecer discretamente vieram a aflorar de vez em *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965).

O livro é dividido em seis partes e foca na ideia de compreender o fenômeno da cidade nos países subdesenvolvidos e a influências na região. Assim, estudou alguns exemplos do mundo latino-americano e africano, para chegar em algumas constatações materiais que se faziam presentes nestas cidades. Mas, o que nos interessa aqui diretamente está no capítulo seis, cidade e região nos países subdesenvolvidos, capítulo este que já inicia reforçando a ideia que o professor vinha afirmando há anos, a cidade e a região estão extremamente interconectadas, mas, agora ele percebe que essa relação é muito mais forte nos países subdesenvolvidos, pois são neles que “[...] os laços se apertam[...]” (Santos, 1965, p. 129), principalmente a partir das aglomerações urbanas.

Mas, assim como no texto de 1961, a relação entre cidade e região é aqui lida como uma relação em que o lado econômico é mais preponderante e há uma questão de exploração da região pela cidade que a polariza. A região, consequentemente a cidade só se desenvolveria a partir de indução externa. A cidade não possui autoridade para impulsionar o avanço regional que depende do seu próprio crescimento. Dessa forma, ela deixa de ser um organismo com dinamismo interno independente e se torna um centro intermediário, que reflete mais as características da sua região do que a influência para moldá-la conforme seus próprios interesses.

É notável que a região aparece nesse trabalho de forma mais interligada ao mundo, bem parecido com um pensamento da abordagem sistêmica. Além disso a região e a ideia de centro regional ainda estão embasadas na adaptação do método de Rochefort, aqui já trabalhado, a análise regional torna-se voltada para as disparidades regionais e como melhorá-las a partir de cidades polos e vias de conexão intrarregionais, para assim existir a capacidade de articulação dos polos e o seu entorno para pulverizar e descentralizar os equipamentos e serviços.

3.3.5: Pensando o método de Milton Santos

No recorte que foi estudado, de 1948 a 1964, percebe-se que Milton Santos desenvolve dois caminhos metodológicos na base filosófica positivista atrelada à tradição do método hipotético-dedutivo. Essas correntes não se diferem o bastante para classificarmos em tradições de métodos diferentes, mas o percurso, as ferramentas de pesquisas e os objetivos finais são totalmente diferentes. No intervalo dos de 1949 a 1957, o autor traz uma proposta mais vinculada à Geografia positivista³¹, literária, baseada principalmente nos modos de produção acadêmica de Vidal de La Blache e dos seus seguidores. Isso fica bem claro ao perceber que as regiões eram determinadas principalmente pelo gênero de vida, bem como pela importância do trabalho de campo e também pelo caminho metodológico escolhido, que, além de prezar pela descrição munida de detalhes, também prezava pela explicação dos eventos observados e descritos. Santos (1953a, p. 19) sintetiza tal percurso metodológico: “devemos dividir o estudo geográfico em pelo menos, três fases: a da observação, a da localização e da interpretação.”

Já entre os anos de 1957 e 1964, percebe-se que seu trabalho acolhe uma proposta voltada à Geografia aplicada, ou seja, a maior expressão dessa mudança é que os trabalhos com fins literários são substituídos pelos trabalhos de fins instrumentais, pragmáticos.

O Caminho metodológico continua o mesmo, observação, descrição e explicação, sendo adicionada mais uma camada: a aplicação do produto resultante da pesquisa. Assim

O geógrafo, por sua vez, está cada vez mais compenetrado do papel que deve ser chamado a desempenhar numa organização mais racional do mundo. Não se contente em escrever trabalhos mais ou menos especulativos, mas procura sempre que pode, e é quase sempre, tirar dos seus trabalhos conclusões que ajudem à solução dos problemas coletivos (Santos e Carvalho, 1965, p. 111).

Outra questão importante de se falar é que o papel da história na análise aplicada perde importância. Antes, com os gêneros de vida como conceito central, a história tinha um papel basilar nas produções mais pragmáticas de Santos. No entanto, o pilar principal era constituído da análise do presente, fomentada pela sobreposição de dados estatísticos, fotografias e cartogramas. A história embasava, assim, as propostas de ações para o futuro.

³¹ Até os fins da década de 1950, são muitos os livros e artigos que trazem um diálogo com os representantes da Escola de Geografia Clássica. Ao longo do texto, transparece para o leitor que Milton Santos trava inúmeras conversas com os vidalianos, as quais acham explicitadas nas expressões: “no dizer de Lannou”, “observa Le Febvre”, “ensina Cholley”, “afirma ainda Vallaux”, “apontada por Gottmann”, “Já Gallois”, “acentua Demangeon”, entre outros (Costa, 2013, p. 141).

A diferença está basicamente concentrada no objetivo final da produção científica. De resto, as semelhanças estão escancaradas, como a descrição, a explicação e a importância do campo: “os dados devem ser coletados diretamente no campo, sobretudo, através de questionários, entrevistas com as lideranças e representantes do poder, fotografias” (Santos, 1960C, p. 5). Sobre a neutralidade científica, “o pesquisador se deve dirigir com o espírito desarmado; uma ideia preconcebida pode desencaminhar o rumo da pesquisa, levando a resultados falsos” (Santos, 1960C, p. 5).

3.3.6 Orientações acadêmicas de cunho regional

Orientar é deixar um pouco de si no outro e no futuro da ciência; é uma tentativa de contribuir para além de seus escritos. Em uma fusão de horizontes entre o pensamento do orientando e do orientador, há uma possibilidade de construção de uma continuidade ou de uma nova linha de pesquisa. Milton Santos tem inúmeras orientações, algumas de nomes que viriam a ser destaque nas pesquisas de cunho regional. Na tabela abaixo, podemos vê-las. Vale dizer que, entre os anos de 1965 a 1976, o professor teve 13 orientações de mestrado, sendo quatro na universidade de Toulouse, quatro na universidade de Bourdeaux e quatro na Universidade Dar es Salaam. Das 11 orientações de doutorado na Universidade de Paris, nenhuma delas tem o tema da dissertação ou a identificação do orientando, então não é possível saber se foi na linha da Geografia regional.

Tabela 7: Orientações acadêmicas de Milton Santos

ANO	TIPO DE ORIENTAÇÃO	NOME DO TRABALHO	ORIENTANDO
2000	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional	Eliza Pinto de Almeida
1992	TESE DE DOUTORADO	Novos valores: destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização	Maria Angela Faggin Pereira Leite
1996	TESE DE DOUTORADO	Meio Técnico-Científico e Urbanização Na Região de Ribeirão Preto -Sp.	Denise de Souza Elias
1984	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A Estrutura Espacial a Microrregião Colonial do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina.	Margareth de Castro Afache Pimenta
1986	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Configuração espacial e estruturas produtivas no Oeste catarinense	Luiz Fugazzola Pimenta
1995	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A (des)localização do meio técnico-científico e a região de Sorocaba - SP	Cilene Gomes

Fonte: Lattes de Milton Santos

Elaboração: Anderson Castro (2025)

3.4: Barbara-Christine e Sylvio Carlos Bandeira e a consolidação do pragmatismo quantitativo na pesquisa regional (1967 – 2000).

3.4.1: Barbara Silva e Sylvio Bandeira quem?

Trata-se de um casal de geógrafos que contribuiu bastante para os estudos regionais da Bahia, seja em sua obra conjunta ou individual. Seria mais prudente abordar a obra individualmente, mas suas vidas e obras estão tão conectadas que decidi trabalhá-las em conjunto, sinalizando quando a obra foi construída pelo casal ou de forma individual.

Nascida na Alemanha, a Dra. Barbara-Christine N. Silva cursou a graduação e o doutorado em Geografia na Universidade de Freiburg, tendo seu doutorado o tema voltado para a Geografia regional: *A região de cultura fumageira do Recôncavo da Bahia/Brasil* (1970). Ela inicia seu vínculo com a UFBA a partir de 1971, como pesquisadora, e, a partir de 1975, como professora, atuando até 2002. “[...]após 31 anos de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, se aposentou[...]”(Silva; Carvalho, 2018, p. 192).

Barbara-Christine foi ainda professora colaboradora de diversos programas de pós-graduação, como o Mestrado Profissional em Planejamento Territorial na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi também voluntária e orientou alunos no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro, e professora visitante da Universidade Estadual de Maringá/PR. Ressalta-se que a mesma ajudou na criação da pós-graduação de quase todos esses cursos nestas universidades (Silva e Carvalho, 2018, p. 192).

Em sua carreira acadêmica, Barbara-Christine produziu 59 artigos acadêmicos, publicados em periódicos e 17 livros. Seu cônjuge, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, também foi um geógrafo muito importante e com a vida acadêmico-produtiva vibrante. Formado em Geografia em 1962 pela Universidade Católica de Campinas, membro do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, doutor em Geografia, em 1969, pela universidade de Toulouse, com a tese voltada para a Geografia regional: com a tese *L'organisation régionale du Recôncavo da Bahia* (1969), foi o primeiro Professor Titular do Departamento de Geografia da UFBA, em 1975.

Em termos de produção, o autor publicou 92 artigos em revistas científicas, 22 livros e orientou 43 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado. Vasconcelos (2017, p. 23) afirma: “Talvez a maior contribuição de Sylvio tenha a sido a de orientar gerações de geógrafos: quarenta e três dissertações de mestrado (1991–2013); dezessete teses de doutorado (1997 a 2016), e oito em andamento; e ainda vinte e uma orientações na graduação.”

3.4.2: Barbara Silva e Sylvio Bandeira quando e onde?

A vida produtiva técnico-científica do casal, voltada para o objeto científico região e/ou regionalização, começa em períodos próximos, mas em anos diferentes. Por exemplo, Sylvio Bandeira redige seu primeiro trabalho com a temática região em 1967, com o texto *A divisão regional da Bahia e os problemas de equipamento* (1967), no Boletim Baiano de Geografia, periódico vinculado ao Laboratório de Geomorfologia. Já o primeiro trabalho regional de Barbara-Christine foi sua tese de doutorado, *A região de cultura fumageira do Recôncavo da Bahia/Brasil* (1970). A partir daí muitos outros foram produzidos até início do século XXI.

Então, podemos dizer que o marco temporal que contextualiza tais obras é o fim década de 60, e vai se encaminhando até o fim do século XX. Ou seja, esses autores presenciaram, viveram e estudaram diversas mudanças espaço-temporais: um mundo arrasado pós-Guerras mundiais e polarizado pela Guerra Fria, a construção de uma realidade globalizada e a transição de uma economia mundial, antes baseada no keynesianismo e no fordismo, para o neoliberalismo de acumulação flexível (Gombrich; Aristu, 1999; Harvey, 1992).

Esses diversos eventos vividos certamente tiveram influências em sua obra, por exemplo as regiões e regionalizações, em escala mundial, que aconteceram no pós-guerras, como a concretização da União Europeia (1967), os Tigres Asiáticos (1980), o Mercosul (1991) e, ainda, o aparecimento de organizações capazes de manipular vetores e eventos multiescalares, como a OPEP (1960), o G6 (1975), que posteriormente vira G8, e a organização mundial do comércio (1995) (Gombrich; Aristu, 1999; Harvey, 1992).

Harvey (1992) nos mostra que, entre as décadas de 1960 a 1990, há uma virada de percepção sobre o modernismo e a modernidade, e o surgimento e intensificação do pós-modernismo, visto que “O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário para alguma ideologia reacionária e ‘tradicionalista’” (Harvey, 1992, p. 44). Assim, foram surgindo várias frentes contraculturais e antimodernistas, que eram “Antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado[...]” (Harvey, 1992, p. 44).

Uma das muitas áreas de interesse do casal era o planejamento urbano-regional. Harvey (1992) nos conta que, naquele contexto, estava acontecendo uma ruptura de ideia sobre planejamento, tendo fim o domínio de uma ideia de planejamento modernista caracterizado pela visão racional e linear, com ênfase na funcionalidade, ordenação e controle. Nascia a perspectiva pós-modernista, entendida como um planejamento mais flexível e pluralista, que

deve incorporar a diversidade de vozes e experiências.

A tecnologia deu um salto tanto em nível qualitativo, com novas e grandes invenções e descobertas principalmente em relação a sistemas de informática. Por exemplo, em 1981 há o lançamento do primeiro computador pessoal; em 1983 Primeiro telefone celular é apresentado em Chicago; em 1985 A Microsoft Corporation apresenta o sistema operacional Windows (Dalal, 2016). Com o aumento da acessibilidade tecnológica, “[...]em 1970, existiam apenas 50 mil computadores no mundo; no ano 2000, havia mais de 500 milhões. Em 1995, 50 milhões de pessoas usavam a internet; em 2000, o número tinha subido para 450 milhões. Todavia, 91% dos internautas estavam em países desenvolvidos” (Dalal, 2016, p. 270).

Já o Brasil estava vivendo a Ditadura Militar, que durou entre 1964 e 1985, e consequentemente a reconstrução da República Democrática. Esse período é caracterizado pela estrutura de um capitalismo tardio “cujas características essenciais seriam: surgimento a partir da economia colonial; nascimento “desacompanhado de forças produtivas capitalistas”; aparecimento da grande indústria sem a consolidação de um setor de bens de produção estritamente nacional; substituição de importações “restringida”; e “uma dinâmica da acumulação” atrelada “às injunções do Estado e da grande empresa oligopólica estrangeira” (Mello, 1984, p.177). A economia ainda era muito dependente do setor agroexportador, cabendo ao Estado ser o principal agente indutor e distribuidor dos vetores de modernização, pois

Na periferia a modernização é induzida. E seu principal indutor é o Estado, posto como agente de difusão de inovações em todos os países do chamado capitalismo tardio. E o instrumento estatal básico para realizar tal função será o planejamento, entendido como a pré-ideação da intervenção deliberada sobre os diferentes lugares. Nesse sentido, o plano representa fundamentalmente a proposta de distribuição das inovações no espaço nacional (Moraes, 1994, p.18).

O período da Ditadura Militar brasileira é amplamente conhecido pela forte repressão às liberdades individuais e pelo “milagre econômico”, que durou entre 1968 e 1973 e camuflou os diversos problemas sociais e econômicos desse período. Isso porque “[...] muita gente, em especial entre as classes médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir num mercado abarrotado de novidades: TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis — Corcel, Opala, Galaxie, Chevette” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 553). A realidade só veio a ser sentida no fim do governo dos militares, quando, em 1985, o Brasil apresentava uma inflação de 235%. Dialeticamente, nesse período foi vivenciado diversas formas de resistência ao controle

ditatorial, desde greves, produções artísticas e intelectuais, guerrilhas urbanas e ações de grupos estudantis revolucionários.

É nesse momento que a população brasileira se torna majoritariamente urbana; em 1980, cerca de 68,86% da população vivia nas cidades. O Brasil passa a se integrar enquanto território, principalmente pela Ditadura Militar, “[...] pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial” (Santos, 2005, p. 36). Essa integração se faz mais efetiva, também, pelos vetores e eventos para concretização e ampliação do meio-técnico-científico-informacional no Brasil.

Foi o período técnico-científico da humanidade (R. Richta, 1974), isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na Região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergei formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja. O papel da pesquisa, empreendida na Embrapa e em outras instituições, foi fundamental nessa evolução (Santos, 2005, p. 38).

Assim, todas as condições materiais e de equipamentos no território brasileiro foram se expandindo de forma combinada e desigual, aumentando a acessibilidade de uma certa população a equipamentos modernos, à velocidade, ao tempo rápido. Os correios são modernizados, assim como a comunicação via satélite, ferrovias e estradas de rodagem em boas condições são ampliadas, aumentando a fluidez do espaço. Santos (2005, p. 39) nos dá as dimensões estruturais dessas modernizações no Brasil

O consumo de energia passa dos 24.000 megawatts em 1965, para 160.000 em 1984. A partir de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um bom percentual de autopistas. Por outro lado, em muitas regiões, observa-se uma tendência à criação de uma rede vicinal, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas. De quase 5.000.000 de passageiros transportados por meio de rodovias em 1970, alcançamos mais de 11.000.000 em 1980. Eram 3.800.000 automóveis circulando em 1973, são 10.500.000 em 1981.

A Bahia, enquanto espaço periférico do Brasil, também passava por essas mudanças, mas de forma desigual em seu território. Por exemplo, em 11 de abril de 1966, foi inaugurado o Centro Industrial de Aratu, no município de Simões Filho; logo mais, em 1975, o Porto de Aratu; em 1976 foi fundada a Universidade Estadual de Feira de Santana; e, em 1978, foi inaugurado o Polo Petroquímico de Camaçari. Assim se procede o desenvolvimento do Estado até o final da década, com uma modernização e industrialização fragmentada, atuando em

pequena parte do território. Podemos dizer que isso ocorre em Salvador e no seu entorno, bem como em algumas outras áreas isoladas, em ilhas de modernidades, contribuindo para que o perfil econômico da Bahia mudasse de uma economia agropecuária para uma economia majoritariamente industrial e de serviços, influenciando uma maior migração da população rural para grandes cidades da Bahia.

Sobre a mudança do perfil econômico baiano, podemos ver em Pessoti, C.; Pessoti, L.; Silva (2020) que, no ano de 1975, a agropecuária respondia por 26,2% do PIB estadual, enquanto a indústria representava 15,4%. Em 1979, esses valores eram de 20,1% para o agro e 18% para a indústria, já em 1980, há a inversão, em que o agro fica com 16,5% do PIB e a indústria 21,6%. A disparidade entre esses setores continuou a crescer: em 1990, a agropecuária correspondia a apenas 9,6% do PIB, enquanto a indústria de transformação atingia 23,2%. Esses dados seriam ainda mais importantes se incluíssemos a contribuição do turismo e de outros serviços urbanos modernos.

Apesar da indústria, principalmente a petroquímica, ter elevado o PIB baiano, a partir de 1987, houve a decadência de outrora retornaria, encerrando um período de crescimento (consultar Tabela 4), muito pela crise no mercado nacional de 1980 e pela falta de investimento no Polo de Camaçari. Paralelamente a essa recessão, há o início do processo de interiorização e diversificação da economia baiana³², que viria a se intensificar na década de 90 (Pessoti, C.; Pessoti, L.; Silva, 2020). Esses fatores contribuíram para a criação de uma nova demanda dos poderes públicos, a de um planejamento espacial, o que se concretizou com o ex-governador Antônio Carlos Magalhães.

Na mensagem nº 13/71, de remessa do Projeto de Lei de Criação da Secretaria (que se converteu na Lei nº 2925, de 3 de maio de 1971) à Assembléia Legislativa, o então Governador Antônio Carlos Magalhães, reafirmando a importância do planejamento como instrumento imprescindível para alcançar o desenvolvimento econômico e social do Estado, salientava que sua ascensão na ‘hierarquia organizacional do serviço público’ visava ‘criar maior facilidade de contatos com organismos de esfera federal e mesmo internacional, além de lhe dar melhores condições de coordenar a ação de diversos órgãos estaduais’ (Carvalho Neto, 2002, p. 12).

³² Ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortaliças– laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do complexo agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB, a partir dos anos 1990 (Pessoti; Pessoti; Silva, 2020, p. 337).

Tabela 8: Taxa de crescimento (%) do PIB da Bahia - 1986-1992

Tabela 4 – Taxa de Crescimento (%) do PIB da Bahia – 1986-1992

Anos	Taxa de Crescimento %
1986	7,9
1987	- 4,6
1988	5,9
1989	0,0
1990	- 0,3
1991	- 1,5
1992	1,8

Fonte: Pessoti (2008).

Na última década do século XX, a economia da Bahia retorna aos eixos, com o surgimento de novos setores industriais e a construção de uma Bahia turística. O processo de êxodo rural também se intensifica, trazendo inúmeros efeitos ao modo de se fazer política; por exemplo, quando a população urbana se torna maior que a rural, práticas vinculadas ao coronelismo, clientelismo e voto de cabresto foram perdendo importância. Tornavam-se dominantes e determinantes nas práticas políticas os interesses do meio urbano e do capital estrangeiro (Pessoti, C.; Pessoti, L.; Silva, 2020; Pessoti, 2008)).

De forma bem condensada, esse era o contexto em que a obra de Sylvio Bandeira e Barbara Silva foi construída. Em um momento rápidas mudanças, em razão da evolução e maior acessibilidade da técnica e de um Brasil caótico que passou pelo governo militar, com uma proposta tecnocrática, desenvolvimentista e neoliberal, bem como pela redemocratização. A Bahia vivia um efeito sanfona, com sua economia passando por altos e baixos, seu território ainda pouco conectado e explorado, mas já com indícios de uma maior interiorização.

3.4.3: Momento histórico-conceitual da Geografia.

Na década de 60, quando inicia a vida científico-acadêmica produtiva de Sylvio Bandeira e Barbara-Christine, uma determinada forma de se fazer Geografia estava consolidada ao redor do mundo, a qual esses geógrafos ajudariam a consolidar no Brasil, isto é, a ciência geográfica vinculada ao pragmatismo quantitativo.

Em realidade [,] o período de 1956-1965 marca uma fase de transição na Geografia Brasileira, transição esta entre, de um lado, uma Geografia vidalina, humanista e [...] ingênua, aparentemente pouco articulada às questões nacionais mais importantes, e marcada por uma hegemonia da parte dos geógrafos paulistas ancorados na Universidade de São Paulo e na AGB; de outro, transição para uma Geografia que se tornaria, após 1964, muito pouco vidalina, pretensamente pragmática, voltada em grande parte para o sistema de planejamento que, a partir de então, se organiza em escala federal e se difunde por todos os Estados do país, aparentemente preocupada com os grandes ou falsos problemas nacionais, e progressivamente inserindo-se cada vez mais como parte do aparelho ideológico de um Estado que, simultaneamente, se tornou mais e mais autoritário (Corrêa, 1982 *apud* Silva, 1984, p.103).

Dessa forma, essa linha teórica surge na década de 50 no mundo anglo-saxão, com o marco da obra Fred K. Schaefer, *Exceptionalism in Geography* (1953), que fazia duras críticas ao historicismo na Geografia

O artigo de Schaefer publicado em 1953 opôs-se resolutamente, numa perspectiva positivista, à concepção que ele chama de excepcionalista da geografia, que é, em suma, a concepção ideográfico-regional mantida por Hettner e, nos Estados Unidos, por Hartshorne. Para Schaefer, considerar a disciplina como uma disciplina idiográfica que concentra seus esforços na descrição regional significa eliminar o conteúdo científico da geografia. Desde o século XIX, com o avanço das ciências naturais, “a mera descrição era insuficiente”. Trata-se de conseguir uma explicação: “explicar os fenômenos descritos significa sempre reconhecê-los como exemplos de leis”. Em outras palavras, acrescenta: “a ciência não está tão interessada nos fatos individuais quanto nos padrões que eles apresentam”. No caso da geografia, defende que ela seja concebida “como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra”. (Capel, 2012, p. 379, tradução nossa).

Schafer inicia uma reformulação na ciência geográfica, mudança que traria consigo algumas nomenclaturas que podem nos atrapalhar. Então, vale trazer ao nosso percurso Rui Moreira (2009), que nos mostra e explica o porquê de essa forma de se fazer Geografia ter várias nomenclaturas. Pode-se perceber que alguns geógrafos a chamam de Geografia neopositivista, outros de teórico-quantitativa, de Geografia quantitativa e até mesmo de nova Geografia. Isso refere-se às mudanças de atitude perante as novas metodologias, e consequente mudança na nomenclatura, no decorrer do amadurecimento dessa corrente de pensamento. Por

outro lado, apesar de determinadas mudanças, percebe-se que o método e o aporte filosófico se mantiveram.

Podemos ver três momentos distintos na história da implantação da new geography: da quantificação, dos modelos e dos sistemas. A mudança de nome, que começa como uma geografia quantitativa, como é designada nos anos 1960, vira uma geografia teórico-quantitativa, na designação proposta por Ian Burton, de 1963, e culmina em nova geografia, na proposta de G. Manley, de 1966, que expressa essa sucessão de etapas (Christofletti, 1976). Todavia, mais que uma mudança de nome, a formalidade indica a percepção da insuficiência da quantificação como base de parte dos geógrafos envolvidos com o movimento da new geography e a consciência da necessidade, cada vez mais evidente, de dotá-lo de um suporte teórico capaz de lhe dar sustentação, que primeiro vem na forma dos modelos e por fim da teoria dos sistemas (Moreira, 2009, p. 37).

Moreira (2009) também fala que essas três fases da Geografia neopositivista podem ser assim resumidas: na primeira fase, da Geografia quantitativa, que dura entre 1940 e 1950, a ideia dominante partia do uso de modelos locacionais e tem como destaque as teorias das localidades centrais de Christaller; por volta do início de 1960, há a segunda fase, intitulada Geografia teórico-quantitativa, caracterizada pelo uso de modelos matemáticos, a exemplo da análise fatorial e a terceira fase, intitulada *New Geography*, tem como cânones os livros *Theoretical geography* (1928), de William Bunge e *Explanation in Geography* (1969) de Harvey e traz o complemento teórico-metodológico que o neopositivismo geográfico necessitava. No entanto, podemos dizer que nem todas as fases mantiveram as características que Corrêa (1980, p. 371 *apud* Silva, 1984, p. 103) explana, sendo elas:

[...] a coisificação das formas espaciais, a neutralidade, a quantificação, a preocupação com semelhanças e regularidades, a visão idealista da sociedade, o paradigma de consumo neoclássico, a descrição, a visão fragmentada da realidade, o espaço matemático e relativo, o privilegiamento de padrões e interações espaciais.

Num cenário em que a sociedade clamava por soluções mais rigorosas e técnicas para seus desafios, o neopositivismo emergiu como uma abordagem aparentemente coerente, graças à sua perspectiva pragmática e lógica. Suas diretrizes incluíam a exclusão de aspectos metafísicos na análise de tendências, a valorização do empirismo, a aplicação universal das ciências matemáticas, a priorização do conhecimento científico sobre interpretações intuitivas, a adoção de um método científico unificado, a exclusão de elementos não verificáveis ou impossíveis de medir e a visão mecanicista da natureza. Essas características reforçam a ideia de que os resultados práticos e instrumentais seriam uma contribuição mais significativa

É importante dizer que, assim como o positivismo clássico, o neopositivismo tinha a ideia de uma teoria geral das ciências. Como consequência disso, os métodos e metodologias de outras ciências eram incorporados na Geografia, a exemplo as teorias da física e os cálculos estatísticos e matemáticos

A transferência de teorias e conceitos de um campo da ciência para outro só é possível com uma linguagem altamente formalizada e uma base matemática comum. Além disso, existe agora uma aspiração geral de que as teorias científicas sejam apresentadas de forma clara, coerente e rigorosa, o que evita contradições internas, o que só pode ser alcançado apresentando essas teorias matematicamente." Destaca-se agora que, uma vez que a matemática é a linguagem da ciência, deve ser também a linguagem da geografia. (Capel, 2012, p. 386, tradução nossa)

Alguns geógrafos acreditavam que a matematização da Geografia seria o caminho teórico-metodológico definitivo, pois supria os erros aos quais os paradigmas anteriores deixavam em aberto, tornando essa em uma ciência analítica e não puramente descritiva. A exemplo disso, Burton (1971, p. 18) afirmava que “As técnicas quantitativas são o método mais apropriado para o desenvolvimento da teoria na geografia. A era quantitativa permanecerá tanto tempo quanto seus métodos possam se revelar como auxiliares no aperfeiçoamento da teoria, e pode não ter fim a necessidade de mais e melhores teorias”.

Com base nessa reformulação, os principais problemas pesquisados pela Geografia mudam, enquanto o estudo regional era basilar nas formas de se fazer Geografia dos franceses, seja a geografia mais literária ou a aplicada. No neopositivismo, isso muda completamente, o ordenamento espacial e urbano torna-se hegemônico para pesquisadores dessa linha. Faissol (1989) afirma, com base em Gould, que o conceito de região passou por uma importante transformação, pois antes do quantitativismo, a região era baseada em uma espécie de lista de características geográficas, como relevância, economia, transportes e comunicações, que eram comprovadas de forma separada. Com a noção de espaço, que fora construída pelos teóricos da *New geography*, o conceito evoluiu, a região deixou de ser definida por todas as suas características e passou a ser evidenciada a partir dos aspectos mais relevantes para entender as relações entre a sociedade e o meio ambiente e sua integração no espaço, com a região podendo ser definida por diferentes critérios e não por um *checklist*.

Os estudos regionais não foram extintos, mas a forma de fazer foi reformulada, bem como seus objetivos e fins. As tendências já poderiam ser observadas nos últimos trabalhos de Milton Santos enquanto ele ainda residia na Bahia, nos livros *A cidade como centro de região* (1959a) e *A rede urbana do Recôncavo* (1959b). Mesmo que eu não considere tais trabalhos pertencentes à linha quantitativa, por Milton estar em contato com o IBGE e uma rede de

geógrafos em escala global, percebo que já há neles alguns indícios das futuras tendências quantitativas. Os estudos regionais, por exemplo, focam-se em regiões polarizadas, ou seja, organizadas por uma rede urbana e pelo fluxo de bens e pessoas entre cidades; como já foi exposto, o urbano e o regional estavam existencialmente vinculados.

Faissol (1989, p. 46), um grande nome do quantitativismo brasileiro, senão o maior, diz que a região era basicamente uma porção de espaço com as seguintes características “a) área de qualquer tamanho; b) homogênea em termos de critério específico; e c) distinguível das áreas próximas por uma espécie de associação particular de fenômenos, na área em questão e, em consequência, possuindo uma espécie de coesão interna.”. Ou seja, a ideia central de definição de região ainda é a da continuidade interna. Assim como na Geografia clássica, o que viria a diferenciar seria a operacionalização deste conceito através da estatística. Dessa forma, a região, que era objeto científico, se torna um instrumento técnico-operacional para organização espacial, bem como região e regionalização se tornam a mesma coisa; o ato de regionalizar, que é algo pragmático, se sobrepõe à região, bem como as pesquisas regionais foram sobrepostas pela classificação de áreas (Lencioni, 1999).

Em Haesbaert (2010), é afirmado que essa categoria de estudos regionais geraria uma região artificial. Isso porque ela seria construída e estudada a partir de critérios escolhidos pelo pesquisador, critérios esses selecionados a partir do foco da pesquisa do cientista, para serem observados no espaço, quantificados e postos em determinados modelos; a partir disso, haveria uma classificação por semelhança de relações, ou seja, haveria uma nova regionalização/região construída.

A partir dessas sobreposições, fica evidente que os estudos regionais, que se resumiam ao planejamento regional, revelaram, de maneira clara, a atuação do Estado e do capital. O Estado, ao apoiar o capital, buscava organizar e moderar os impactos da produção capitalista, enquanto o capital almejava expandir suas áreas de atuação. A eficiência e o desempenho das regiões passaram a ser vistos como metas a serem atingidas, associando objetivos econômicos a aspectos sociais. No campo acadêmico, a valorização da racionalidade e da imparcialidade científica nos planos de desenvolvimento regional, na realidade, acabou funcionando como uma justificativa para a consolidação do poder e da dominação espacial e política pelo capital (Lencioni, 1999).

Isso é evidente no Brasil, porque a Geografia quantitativa se atrelou muito bem aos objetivos da ditadura militar, visto que “[...]nos fins da década de 60 e início de 70, grande engajamento dos geógrafos do IBGE com a política econômica do governo, com o desprezo pelos problemas sociais e do meio ambiente, com a abstração matemático-estatística e até a

própria destruição do Conselho Nacional de Geografia" (Andrade, 2006, p. 161). Por outro lado, Corrêa (1982), em contraponto com a ideia de que a Geografia serviu a ideologias hegemônicas, diz que a Geografia foi utilizada enquanto uma ferramenta útil aos seus interesses: "Não diria que a geografia serviu ao planejamento oficial, mas que o planejamento oficial, parte integrante do aparelho ideológico do Estado, utilizou a geografia para cumprir seu papel ideológico" (Corrêa, 1982, p. 119).

Acerca das instituições brasileiras de Geografia, é bom saber que IBGE, em conjunto a UNESP, se destacaram enquanto centros produtores de geógrafos quantitativos. O IBGE enviava seus associados para fazerem pós-graduação nos EUA; e a UNESP, no campus de Rio Claro, que teve a pós-graduação vinculada à Geografia quantitativa e comportou a Associação de Geografia Teorética. Podemos dizer que a Geografia quantitativa desenvolvida nessas duas instituições tinha como base as ideias e obras de Faissol, no IBGE; e de Christofeletti, na UNESP de Rio Claro.

[...] Faissol publicou dezenas de artigos na RBG, e alguns livros sob a chancela do IBGE. Em sua grande maioria, tratou de falar das técnicas quantitativas. Por isso mesmo, conhecer a geografia quantitativa ibgeana depende, sobremaneira, em conhecer a obra de Faissol. Melhor, conhecer a obra de Faissol é conhecer a geografia quantitativa ibgeana. Assim como Christofeletti em Rio Claro, Faissol exerceu com bastante propriedade a posição de líder, em versão dupla: como 'guru' intelectual e como coordenador do grupo de pesquisas de geografia quantitativa mais ativo e como primeiro superintendente de pesquisas do IBGE (Lamego, 2014, p. 8).

Abrindo algumas aspas sobre a grande fama do IBGE enquanto centro da Geografia quantitativa, Lamego (2014, p. 21) nos mostra que tal metodologia não conseguiu se consolidar como uma abordagem englobadora no IBGE, apesar dos esforços de alguns profissionais – com destaque para Faissol. O número de adeptos foi limitado, e muitos enfrentaram dificuldades em dominar as técnicas quantitativas. A influência centralizadora de Faissol, que ocupava posições de liderança e concentrava o controle sobre o direcionamento dos trabalhos, contribuiu para que essa perspectiva se restringisse ao Grupo de Análise de Modelos (GAM), sem alcançar maiores proporções de influência.

Assim, a Geografia e os geógrafos brasileiros conseguiram se estabelecer com relevância para os desejos do governo de constituir um Brasil unitário, com o território planejado em busca da integração nacional. Corrêa (1991) traz sua interpretação acerca da aceitação dos geógrafos perante o quantitativismo; podemos notar que essa aceitação muito se relaciona com a perda de prestígio e importância a qual as pesquisas geográficas estavam

sofrendo, uma vez que os trabalhos vinculados à Geografia francesa eram muito literários e sem objetividade física no espaço material.

(1) os geógrafos viam a geografia quantitativa como veículo para uma reascensão social da geografia – uma queixa que aparece no discurso de vários geógrafos da época e que se traduziria na quase idéia fixa de tornar a disciplina importante para o país e sua sociedade;

(2) entrevia-se a possibilidade de avançar, no plano do método, a partir do ponto onde parecia que a geografia de tradição francesa havia parado;

(3) o momento político do país teria operado como um facilitador, uma vez que a adoção da geografia quantitativa funcionaria como “meio de afirmação política e em função de um certo reacionarismo” (Corrêa, 1991, p. 29).

Além disso, a oportunidade de ter uma contribuição significativa para a sociedade brasileira, que estava sob um regime militar, era de encher os olhos. Havia grande oportunidade não só para o crescimento individual, mas também da disciplina como um todo, uma vez que uma das pretensões políticas do regime militar era acabar com a desintegração presente no território brasileiro.

Com o golpe militar de 1964 e a consequente centralização do poder político no executivo federal o projeto geopolítico militar pôde ser colocado em prática. O Brasil arquipélago, ou seja, o território não-integrado, passa a ser o foco das políticas territoriais do Estado autoritário, que redesenhará o mapa político-econômico nacional. A Doutrina de Segurança Nacional e seus corolários, os Objetivos Nacionais Permanentes, fixam a integração do território como o objetivo maior dos militares. Ecumenização e integração territorial passam a ser o eixo estruturador do planejamento autoritário e centralizador (Cataia, 2006, p. 5).

O último suspiro de dominância da *New Geography* no Brasil foi o lançamento de dois livros extremamente importantes nessa linha teórica: Christofoletti, em 1979, lança o livro *Análise dos sistemas em geografia*, e Bárbara-Christine, em 1981, lança o primeiro livro de Geografia teórico-metodológico brasileiro, com técnicas estatístico-matemáticas, *Quantificação em geografia*. A propósito, no final de seu livro, Bárbara-Christine traz uma afirmação que demonstra uma quebra com o paradigma quantitativo, expondo uma visão equilibrada e cuidadosa sobre o uso da metodologia quantitativa na Geografia. Ela esclarece que o livro não pretende promover uma visão reducionista ou ideológica sobre a quantificação, nem sugerir que existe ou deveria existir uma “Geografia Quantitativa” como uma abordagem independente ou exclusiva. Pelo contrário, a autora reforça que a quantificação pura tem seus problemas, mas, quando usada como uma ferramenta e é entendida como um recurso metodológico, pode ajudar a melhorar a eficiência das análises geográficas.

Não tivemos a intenção de fazer apologia da quantificação e muito menos defender uma ideologia quantificadora ou uma “Geografia Quantitativa” que, por sinal, para nós, não existe. Pelo contrário, procuramos colocar à disposição do estudante de Geografia, do geógrafo profissional e de outros interessados um instrumento que, quando bem utilizado, pode ajudar a tornar nossas análises mais eficientes, mas que quanto utilizado sem o devido conhecimento e cuidado pode levar a conclusões falsas e erros grosseiros. Temos a convicção de que, a exemplo do ocorrido em inúmeras outras disciplinas científicas, a metodologia quantitativa, com as preocupações já expostas, tem um importante papel a cumprir na Geografia no sentido de apoiar a estruturação e a expansão teórico-conceitual através de mecanismos analíticos mais adequados. Devemos salientar, finalmente, que o conteúdo deste livro representa apenas uma parte daquilo que se pode fazer com os dados geográficos, porém, é aquilo que nossa experiência acadêmica tem demonstrado ser suficiente para uma iniciação ao uso da quantificação em Geografia (B. Silva, 1981, p. 149).

Isso nos mostra que a mudança de paradigma já era evidente. Isso porque, na década de 70, a literatura base da renovação crítica no Brasil é produzida e divulgada com *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra* (1976), de Lacoste, com *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978), de Milton Santos, e com *Marxismo e geografia* (1974), de Quaini (Andrade, 2006). Assim, durante a década de 80, a Geografia humanista desponta em solo brasileiro. Com o fim do regime ditatorial e crescente acesso dos geógrafos brasileiros a uma literatura marxista, principalmente os novos textos de Bunge e Harvey, referências fundamentais da linha quantitativa, esses autores migraram para uma geografia humanista.

Os geógrafos quantitativistas compreenderam a fragilidade de suas postulações e se dividiram em dois grandes grupos, um liderado por Harvey, que aderiu ao marxismo, talvez fazendo uma leitura positivista dos ensinamentos de Marx, e outro por Brien Barry, que procurou atenuar a agressividade dos quantitativistas e desenvolver reflexões sobre a Geografia, utilizando, de forma menos ortodoxa, as matrizes, a análise fatorial e outros instrumentos matemáticos (Andrade, 2006, p.177).

O marco dessa renovação é o da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado em Fortaleza (CE) em julho de 1978, onde Milton Santos apresenta o livro *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978), que contém uma crítica sistematizada à New Geography, bem como uma nova ideia de Geografia.

Alheios ainda a esse problema, os protagonistas da ebulação de imediato se reconhecem no livro de Milton Santos. Ocorre a assimilação e a identidade recíproca que fazem do livro indiscutivelmente a referência da renovação, o discurso sistematizado que ela procurava. Há um processo de crítica que antecede a 1978, cresce e se auto alimenta no seu próprio movimento. Mas o movimento é vago e o protesto genérico. Falta-lhe o conteúdo crítico explícito. É isso o que lhe traz o livro

de Milton Santos. O que no geral aparecia como evidente, na particularidade dependia do toque certo que esclarecesse o novo. E foi esse o papel cumprido pelo livro de Milton Santos (Moreira, 2007, p.28).

A minha concepção sobre a Geografia quantitativa está muito atrelada às críticas dos geógrafos vinculados as ideias da chamada geografia crítica, a exemplo as críticas tecidas por Moraes (1981), quando ressalta que a Geografia quantitativa não questiona os fundamentos e a base social da análise tradicional, limitando-se a uma crítica superficial. Pois, apenas propõe mudanças formais e técnicas, sem alterar o conteúdo social. Tanto a Geografia tradicional quanto a pragmática servem como ferramentas para orientar e legitimar a expansão capitalista em diferentes momentos históricos, mantendo uma continuidade em sua função ideológica. No entanto, também concordo em partes com Faissol (1989, p. 48), quando ele diz que

A (r)evolução que se processou na Geografia, nos trinta anos decorridos entre a década de 50 e a de 80, foi da maior significação na valorização da pesquisa geográfica em si mesma; mas foi, também, de grande importância na identidade da Geografia, no contexto das ciências sociais em geral, pois deu-lhe cada vez mais uma maior especificidade, sobretudo mais uma clara inserção num contexto social e numa visão menos eficientista do mundo, e com isto, um campo de pesquisa mais claramente definido.

Percebo que muito do espaço acadêmico e das instituições de planejamento que os Geógrafos ocupam é consequência de um período em que o pragmatismo quantitativo era dominante. Ora, foi através da quantificação que muitos problemas sociais vieram à tona para uma posterior conscientização.

Em resumo, podemos dizer que a vida acadêmico-produtiva dos autores perpassou pelo auge e declínio do paradigma da Geografia quantitativa e pelo surgimento e auge da Geografia radical, fazendo com que ambos tivessem a possibilidade do contato com diferentes formas de pensar e fazer essa ciência. Ainda, pelas mortes e ressurreições do conceito de região na Geografia, podendo os autores vivenciarem a crítica e reformulação da região da Geografia clássica para a região da Geografia positivista, e a crítica desta para uma reformulação feita pelos geógrafos da Geografia crítica.

3.4.4: O trabalho regional de Barbara Silva e Sylvio Bandeira.

Desde o início deste tópico, foi tomada uma decisão que pode desagradar alguns; optei por abordar e analisar as produções de Barbara Silva e Sylvio Silva de forma conjunta. Isso porque as vidas produtivas dos referidos autores, sobretudo no recorte desta pesquisa (pesquisas regionais no século XX), estão tão interligadas que não faz sentido separar suas análises. Eles produziram muitas obras juntos, e suas ideias, métodos e metodologias são semelhantes ou, no mínimo, estão interligadas. É valido salientar que artigos com ideias e metodologias muito semelhantes aos que já foram trabalhados aqui não entrarão diretamente nesta análise; outra questão importante é a de dizer que, apesar de os autores serem extremamente recentes na história da Geografia, suas obras foram as mais difíceis de encontrar. Assim, faltou encontrar uma dúzia de artigos; quanto aos livros, encontrei todos em edições do século passado; e não consegui ter acesso a tese de doutorado de Barbara-Christine.

SILVA, Sylvio. C. B. M. A divisão regional da Bahia e os problemas de equipamento. Boletim Baiano de Geografia, Salvador-BA, v. 9, n.12/13/14, p. 32-77, 1967

O artigo tem como objetivo “[...]estudar os problemas de equipamento urbano e de divisão regional que possam interessar a uma política de aménagement du territoire” (Mello e Silva, 1967, p. 32). Nessa perspectiva, trabalhando sob a luz das zonas de influências urbanas, metodologia essa adotada devido ao seu convívio com Milton Santos, Rochefort e outros geógrafos no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da UFBA, Sylvio se dedicou aos dados sobre comércios e serviços feitas pelo IBGE, um de 1953 e outro de 1963, e definiu centros regionais da Bahia, para, assim, pesquisar suas discrepâncias de infraestrutura e as suas desigualdades regionais e propor possíveis soluções para as desigualdades regionais da Bahia.

Os centros regionais definidos por Sylvio foram: Salvador, Conjunto Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Conquista, Alagoinhas, Juazeiro, Senhor do Bomfim e Jacobina (como pode-se ver no mapa a seguir). O autor esmiúça os dados acerca de equipamento de energia elétrica, serviço de água e esgoto, transporte e comunicação e serviços de saúde, serviços educacionais, e nos mostra que há uma grande diferença entre as regiões da Bahia, com uma grande concentração de equipamentos e serviços na região de Salvador, com deficiência desses equipamentos nas demais regiões.

Após toda a pesquisa embasada em dados, há uma proposta para uma melhoria das disparidades regionais, com os objetivos de fortalecer os centros regionais para que pudessem

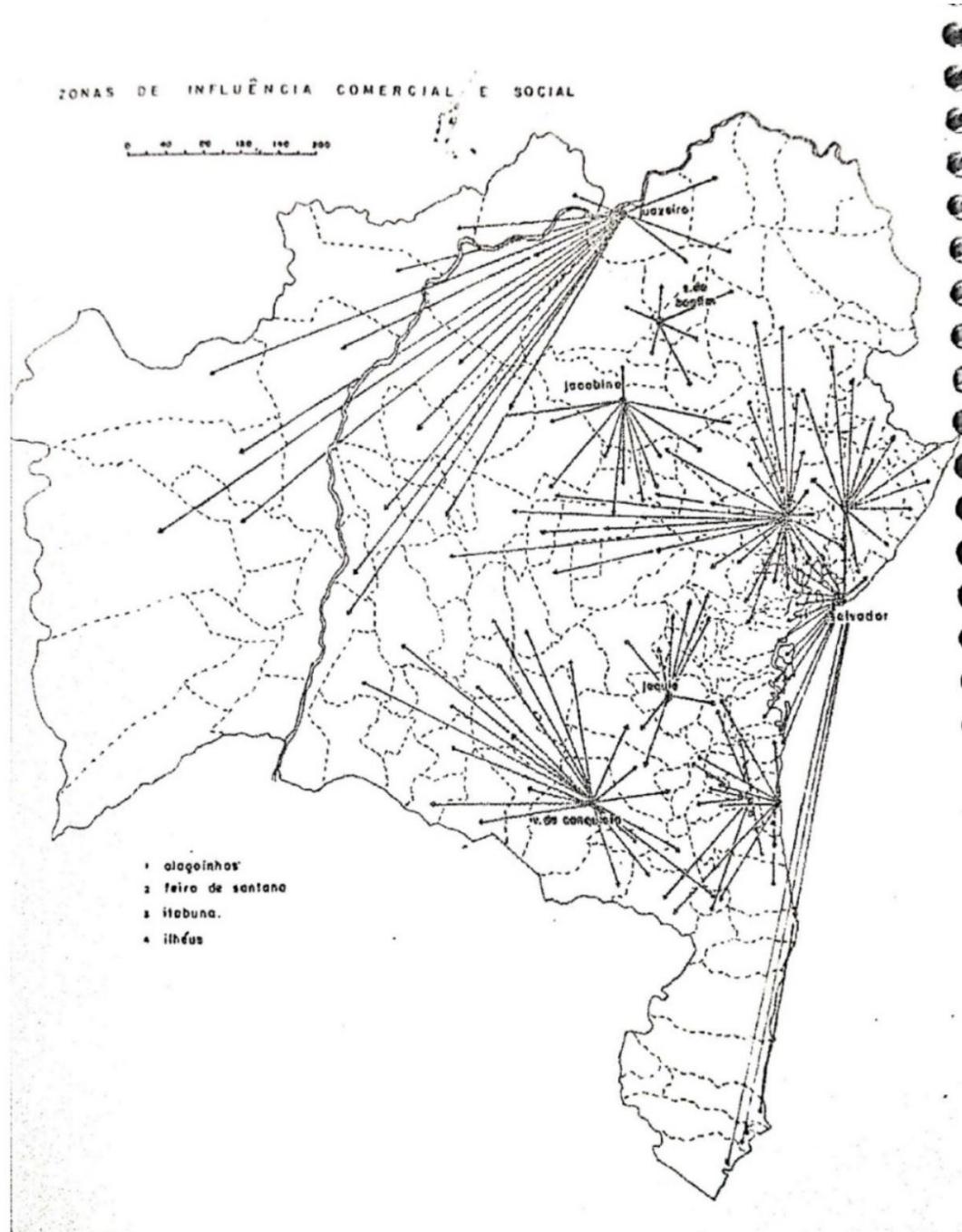
atender integralmente a toda sua área de influência. Para tanto, foi sugerido até mesmo que se criassem novos centros urbanos-regionais para melhorar a distribuição de serviços no território baiano.

Sylvio fez um mapa e deixou a referência dos municípios que faziam parte de cada região. Com isso fiz um mapa dessa regionalização, na base do mapa da Bahia de 1973, apenas para representar, com a cartografia atual, como tal regionalização ficaria. E a observação que ele fez sobre espaços não integrados saltou aos meus olhos; a Bahia ainda era um território carente de uma estrutura mínima de integração, o que me fez lembrar das palavras de Mattoso (1992, p. 42): “O que se ignorava em 1930 era semelhante ao que se ignorava em 1830, época em que só se conheciam as terras percorridas ou ocupadas. O mistério começava onde acabavam as vias férreas, as terras cultivadas, o pasto e o horizonte que um homem descortinava de uma colina”. Então, o que era ignorado em 1830 e 1930, continuava sendo ignorado em 1967, quando os interesses comerciais acabavam.

Percebi, a partir das análises mencionadas, que muitos municípios baianos ficaram fora dessa regionalização, provavelmente pela pouca infraestrutura das cidades do interior, uma vez que tal regionalização foi feita com base em dados estatísticos de relação entre dominância-dependência das cidades entre si. Talvez o motivo seja a falta de informação do interior do território baiano naquela época, somada ao pouco desenvolvimento das tecnologias de geoprocessamento, ainda bastante limitadas; nesse cenário, regionalizar município por município seria extremamente trabalhoso. O interessante de perceber isso é que Sylvio, enquanto um geógrafo ímpar do quantitativismo, em seu primeiro trabalho regional, nos mostra através da sua cartografia que nesse momento as influências da Geografia francesa ainda pareciam ser muito presentes, pois seu mapa e sua regionalização não tendem à generalização.

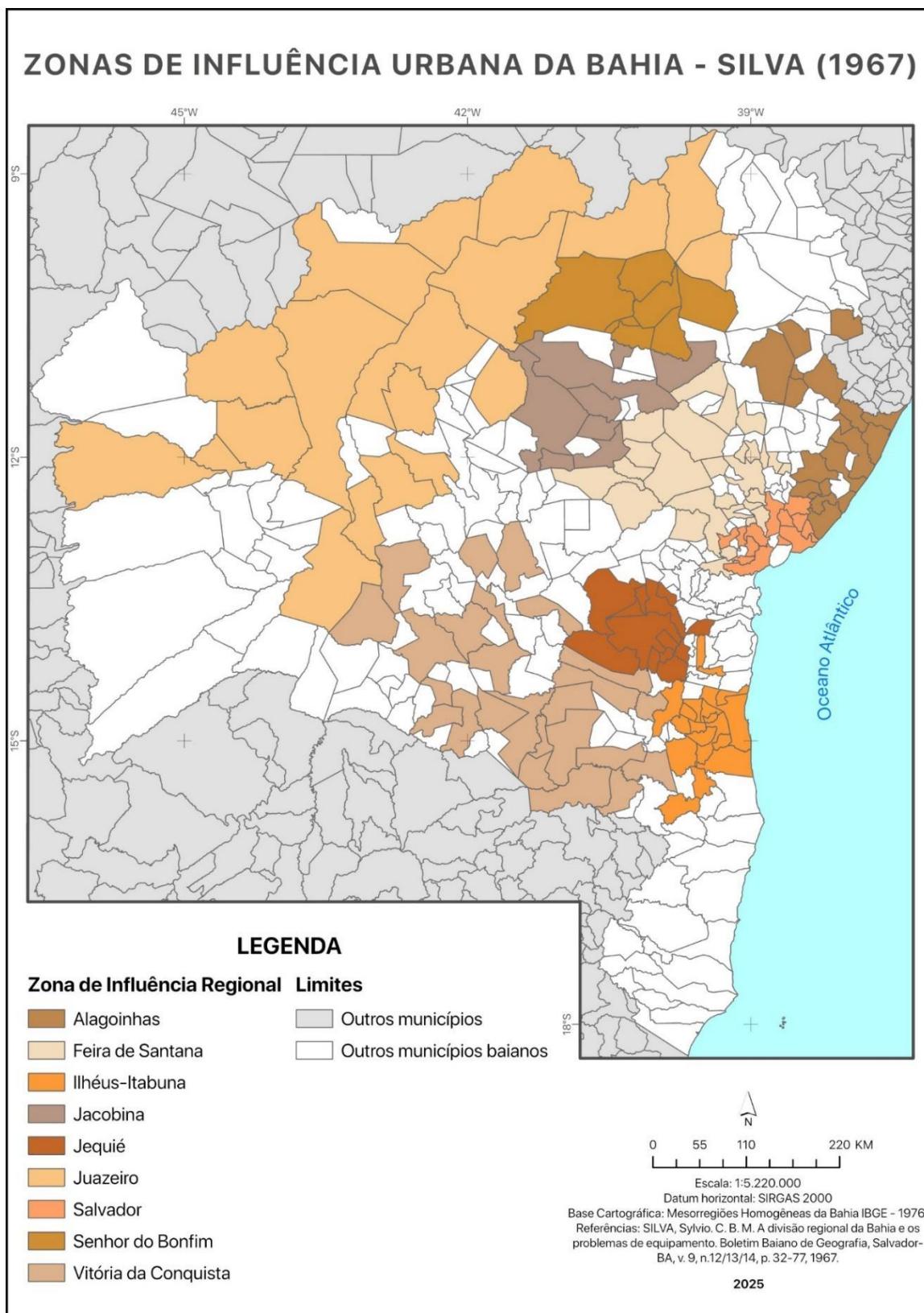
Outra questão a se levantar é que, nesse primeiro trabalho, já se nota uma preocupação com a equidade no território baiano. Muitos estudiosos julgam os geógrafos quantitativos por sua inclinação ao capitalismo e pela falsa neutralidade científica, mas, dentro das possibilidades alçadas, uma marca registrada de Sylvio é a preocupação com a possibilidade de melhorar a vida e o acesso a serviços básicos da sociedade baiana.

Figura 13: Zonas de influência comercial e social da Bahia



Fonte: Sylvio Bandeira (1967).

Figura 14: Zonas de influência urbana da Bahia - Silva (1967)



Elaboração: Anderson Castro (2025)

Fonte: Sylvio Bandeira Silva (1967)

Tabela 9: Zonas de influência urbana

Zona de influência urbana	Municípios
Alagoinhas	Acajutiba, Alagoinhas, Camaçari, Catu, Cipó, Conde, Entre Rios, Esplanada, Ipirá, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João Nova Soure, Pojuca, Ribeira do Pombal, Rio Real e Tucano.
Feira de Santana	Baixa Grande, Cachoeira, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Coité, Feira de Santana, Ipirá, Irará, Itaberaba, Laje, Macajuba, Mairi, Muritiba, Pedrão, Riachão do Jacuípe, Ruy Barbosa, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santaluz, Santanópolis, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Serrinha e Tanquinho.
Itabuna-Ilhéus	Almadina, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibicuí, Ilhéus, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Pau Brasil, Potiraguá, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca.
Jacobina	Itaberaba, Jacobina, Macajuba, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Piritiba, Queimadas, Ruy Barbosa, Saúde e Utinga.
Jequié	Aiquara, Gandu, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Manoel Vitorino e Maracás.
Juazeiro	Angical, Antônio Gonçalves, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Casa Nova, Cotelé, Curaçá, Gentio do Ouro, Irecê, Jaguaquara, Juazeiro, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Paripiranga, Pilão Arcado, Remanso, Santa Rita de Cássia, Sento Sé, Uauá e Xique-Xique.
Salvador	Aratuípe, Candeias, Conceição do Almeida, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Maragogipe, Nazaré, Salvador, Santo Amaro, São Felipe, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho.
Senhor do Bonfim	Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Pindobaçu e Senhor do Bonfim.
Vitória da Conquista	Anagé, Barra da Estiva, Belo Campo, Boa Nova, Brumado, Caculé, Caetité, Cândido Sales, Condeúba, Encruzilhada, Iguái, Itambé, Itapetinga, Jacaraci, Livramento de Nossa Senhora, Macarani, Macaúbas,

	Mucugê, Piatã, Poções, Potiraguá, Presidente Jânio Quadros, Riacho de Santana, Rio de Contas, Tremedal e Vitória da Conquista.
--	--

Fonte: Sylvio Bandeira Silva (1967)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Essa regionalização, embora apresente inúmeras inconsistências, nos mostra um retrato das desigualdades regionais e das hierarquias urbanas que marcaram o estado em meados do século XX. Ao analisar a distribuição das zonas de influência, é evidente a centralidade de Salvador e de algumas cidades do interior, como Feira de Santana, Juazeiro e Vitória da Conquista, enquanto outras regiões, como o Extremo Sul, permanecem à margem, quase invisíveis na estrutura cartográfica. Essa invisibilidade não é acidental, mas sim um reflexo de dinâmicas históricas e políticas que privilegiaram certos eixos econômicos em detrimento de outros.

O Extremo Sul da Bahia, já apresentava na década de 1960, uma dinâmica econômica distinta, baseada no extrativismo, na produção de cacau e, posteriormente, no turismo, o que já poderia dotá-la de uma singularidade regional. No entanto, sua ausência como zona de influência relevante no mapa de Sylvio Bandeira demonstra como a região foi sistematicamente negligenciada pelos planejamentos estaduais, que concentraram investimentos e infraestrutura nas áreas mais próximas de Salvador ou em polos já consolidados. Por outro lado, pode-se fazer a análise de que a região não era considerada significativa do ponto de vista da centralidade urbana, porque os núcleos populacionais importantes, ainda eram povoados, não haviam se tornado Municípios, como Teixeira de Freitas e Eunápolis. Isso nos demonstra que as metodologias utilizadas para a delimitação regional ignoravam espaços em processo de urbanização ou com crescimento recente, reforçando a marginalização do território em termos de investimento público, infraestrutura e representatividade administrativa reforçando ciclos de desigualdade, limitando o desenvolvimento planejado e do Extremo Sul.

Além disso, o mapa também revela a ideia de que o Recôncavo não seria mais uma região imediatamente integrada a Salvador, como se fosse um simples prolongamento da capital. Em 1967, essa visão já era questionável, pois, dialeticamente, tanto o Recôncavo, quanto Salvador, já possuíam dinâmicas sociais, econômicas e culturais próprias, que não se submetiam à uma influência intensa. Salvador, principalmente na década de 60 pós Petrobrás, já estava desvinculada da região imediata do recôncavo, visto que a região metropolitana estava em pleno desenvolvimento enquanto o Recôncavo mantinha sua estrutura econômica tradicional.

SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SOARES, D. (Org.) Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado da Bahia. 1. ed. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1973. v. 1. 168p.

Sob a gestão de Antônio Carlos Magalhães como governador da Bahia, foi iniciado o Projeto de Regionalização Administrativa do Estado. Essa iniciativa é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do seu Instituto de Geociências. O estudo foi instituído pelo Decreto Estadual nº 22.847, de 14/04/1972. Assim, Sylvio Bandeira de Mello e Douracy Soares, ambos geógrafos e professores da UFBA, foram os executores desse convênio. (Silva; Soares, 1973; Tavares, 2001)

A obra inicia com Sylvio traçando e citando as características gerais das regionalizações federais e estaduais que já ocorreram no território baiano, para, então, partir de uma base feita por Milton Santos (1948), em que ele dividiu a Bahia em 9 Regiões urbanas. Objetivava-se atualizar esse estudo, pois

- a) o Estado da Bahia foi progressivamente ligado a outras regiões do País pela implantação de uma rede rodoviária de caráter nacional. A partir de 1963, com a pavimentação da Rio - Bahia (BR116), proporcionando uma redução nos custos dos transportes, assistiu-se a uma maior penetração da influência comercial do Rio de Janeiro e de São Paulo. Cidades como Vitória da Conquista, Jequié, Feira, Ilhéus – Itabuna e até Senhor do Bonfim e Juazeiro, passaram a comerciar diretamente e de maneira mais intensa com as metrópoles nacionais, sem a intermediação de Salvador o que reduziu a importância desta última como entreposto comercial;
- b) as zonas de influência comercial não foram, por sua vez, substancialmente alteradas. Assiste-se por um lado o grande crescimento de cidades centros de transporte rodoviário como Feira de Santana (27.000 habitantes em 1950, 127.000 em 1970) e Vitória da Conquista (18.000 em 1950, 82.000 em 1970). Por outro lado, algumas cidades mostram sinais de dinamismo a partir da influência de determinadas atividades econômicas (petróleo, pecuária, madeira, produção de energia elétrica, agricultura alimentar e mineração) (Silva; Soares, 1973, p. 16).

Para colaborar com a proposta de regionalização da Bahia, Sylvio Bandeira faz um estudo da organização espacial da Bahia a partir da metodologia quantitativa da análise fatorial, a fim de definir hierarquias urbanas. A observação dessa organização obedecia a ideia geral de que as diferentes formas de organização do espaço advinham da frequência de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, sendo atreladas à distância entre o produtor e o mercado e a concentração espacial das indústrias. Assim, diferenciando-se os núcleos urbanos em uma relação de dominância-dependência, o que foi muito bem embasado em teóricos como Christaller, Perroux e Losch. Implicitamente, é perceptível que uma das contribuições de Sylvio

Bandeira para essa atualização das regionalizações administrativas da Bahia foi trazer um grande arcabouço teórico-metodológico baseado na teoria do crescimento polarizado de François Perroux, em conjunto da teoria da teoria das localidades centrais de Christaller, para explicar a importância dos centros urbanos no desenvolvimento regional.

Acerca da metodologia quantitativa escolhida, qual seja, a análise fatorial, Faissol (1978) nos diz que se trata de uma ferramenta estatística que visa simplificar um conjunto inicial de variáveis, representando as características das unidades analisadas ao transformá-las em um número reduzido de fatores. Esses fatores, que são propriedades essenciais, são derivados das variáveis originais examinadas.

A Análise Fatorial é uma destas técnicas, tendo por objetivo de agrupar, por meio de um processo de transformação de variáveis, dados empíricos, não ordenados, de tal modo que: a) um total menor é obtido do material original, onde toda informação dada é reproduzida de forma resumida; b) fatores são obtidos, onde cada um reproduz um padrão separado de relações entre variáveis; c) um padrão de relações pode ser interpretado logicamente (Faissol, 1978, p. 83).

Faissol, em seu texto *Análise fatorial: problemas e aplicações na geografia, especialmente nos estudos urbanos* (1974), nos mostra problemas importantes no uso de análises fatoriais de base estatística nos estudos urbanos. A primeira armadilha em que se pode cair ao usar essa metodologia é a falácia ecológica, ou seja, uma falácia que ocorre quando alguém assume que uma relação observada em dados agregados (como em regiões ou grupos) também vale para indivíduos; a outra falácia seria individualista, que é basicamente o oposto, ou seja, o autor vai na direção de assumir que uma relação verdadeira entre indivíduos vale para grupos ou regiões.

Sabemos que a análise fatorial é usada para reduzir um grande número de variáveis em fatores principais, e, a depender de como agrupamos as cidades e escolhemos as variáveis, os resultados podem sofrer grande variação, dificultando as interpretações. Faissol (1978) aponta que, para superar essas armadilhas, seria necessário fazer uma dialética entre modelo e realidade, em que se adota uma visão sistêmica, na qual os modelos teóricos são construídos com base na realidade e testados com evidências empíricas. Esses modelos seriam, em parte, baseados na realidade observada, mas também ajudariam a moldar como vemos essa realidade. Isso cria um ciclo contínuo de teste e refinamento do modelo.

Assim, a análise fatorial utilizada por Sylvio se baseou nos dados de 15 variáveis nas cidades com mais de 5.000 habitantes, a fim de extrair um ranking de centralidades urbanas/regionais e suas zonas de influência baseado na relação de dominância-dependência

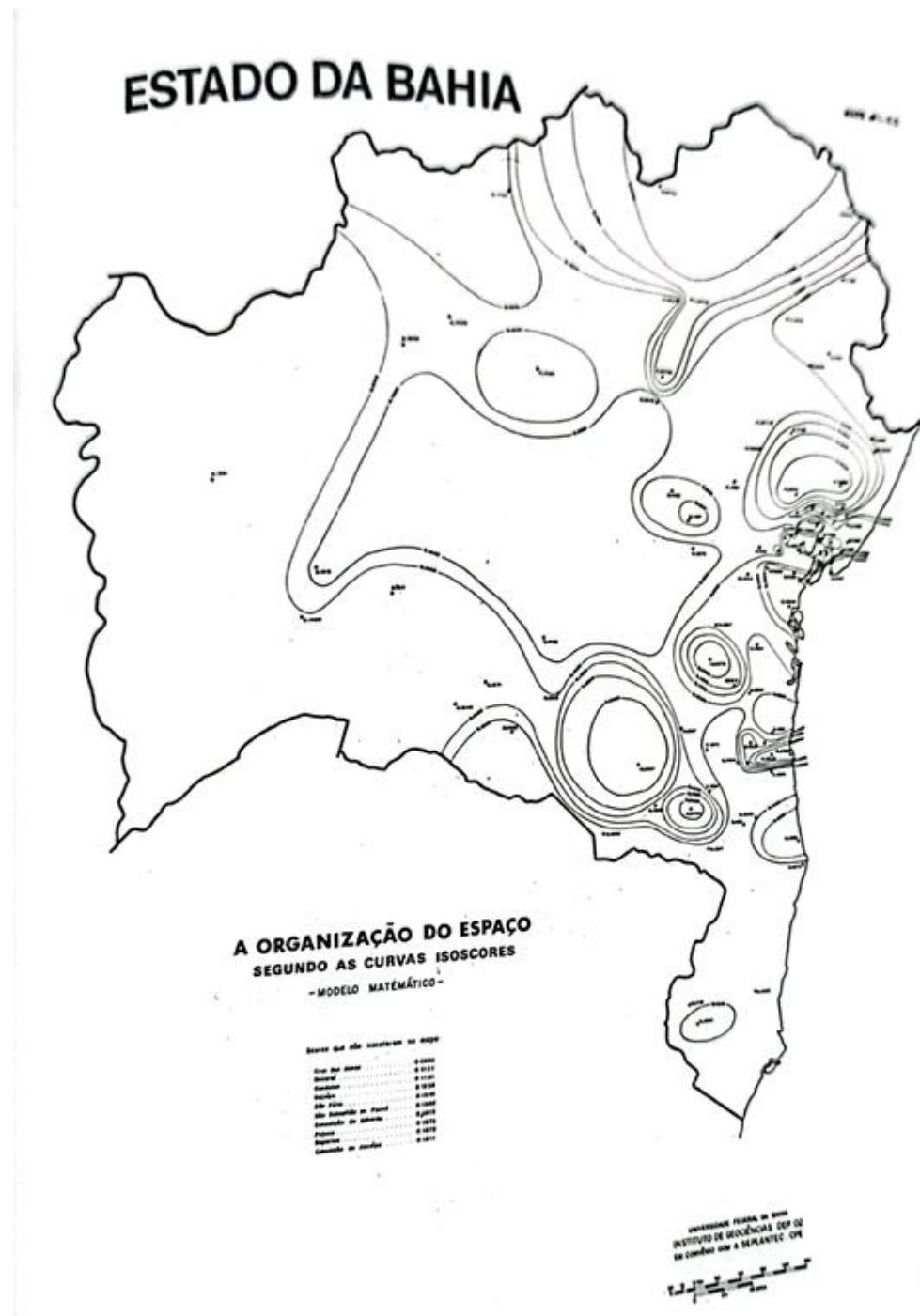
com as cidades de seu entorno. É válido salientar que as variáveis escolhidas foram: número de agências bancárias; número de estabelecimentos atacadistas; número de empresas com mais de 10 funcionários; números de médicos, dentistas, farmacêuticos, leitos de hospitais e veterinários de salas de aulas do ensino médio; números de advogados e de engenheiros; de telefones; de linhas de ônibus intermunicipais; de ligações de água e de ligações de energia elétrica. Essas variáveis quantificadas e simplificadas ajudaram ao autor a perceber padrões de relações espaciais, com uma coerência de dados observadas no entorno de centros urbanos. Assim, esse estudo de Sylvio ajudou a traçar os centros urbanos de atração, bem como as delimitações de sua influência a partir de isoscores, que são representados pela técnica de isolinhas na cartografia. Trata-se de uma forma de mapear os resultados da pesquisa quantitativa, nesse caso os resultados obtidos pela correlação que cada cidade tem com as variáveis e a influência destas perante seu entorno.

O uso de isolinhas na Geografia tem sido Predominantemente Uma característica da Geomorfologia e da Climatologia, só recentemente, outros subsetores da Geografia Passaram a utilizar linhas de contorno em trabalhos de mapeamento, como é o caso da Geografia Econômica e da Geografia Urbana, (3) Economistas regionais vem empregando também isolinhas. Chegou-se à conclusão que a análise de fenômenos sobre uma determinada superfície teria, em muitos casos, uma melhor visualização com a Apresentação na forma de isolínhas, "Por que um mapa de linhas de contorno fornece uma informação quantitativa sobre uma superfície, o mesmo transformou-se na forma Padrão de apresentação de informações em muitas aplicações técnicas e científicas", (1) Assim, nos trabalhos de mapeamento com base em dados numéricos classificados em diversos grupos, juntou-se a Possibilidade de apresentar as informações na forma de um sistema de números analisado no sentido de permitir o traçado de isolinhas (Mello e Silva, 1975, p. 97-98).

Então, regiões e regionalizações traçadas com o determinado método e metodologia, através apenas de dados e variáveis escolhidas pelo autor, podem implicar em uma região/regionalização quanto artifício. O próprio Faissol (1978), geógrafo mais importante do quantitativismo brasileiro, ressalta a importância do empirismo, do contato com a realidade do campo, para fugir de algumas armadilhas dos dados puros. Também Sylvio Bandeira (1973), quando conceitua região nessa obra, diz que ela é um constructo intelectual a partir do objetivo existencial.

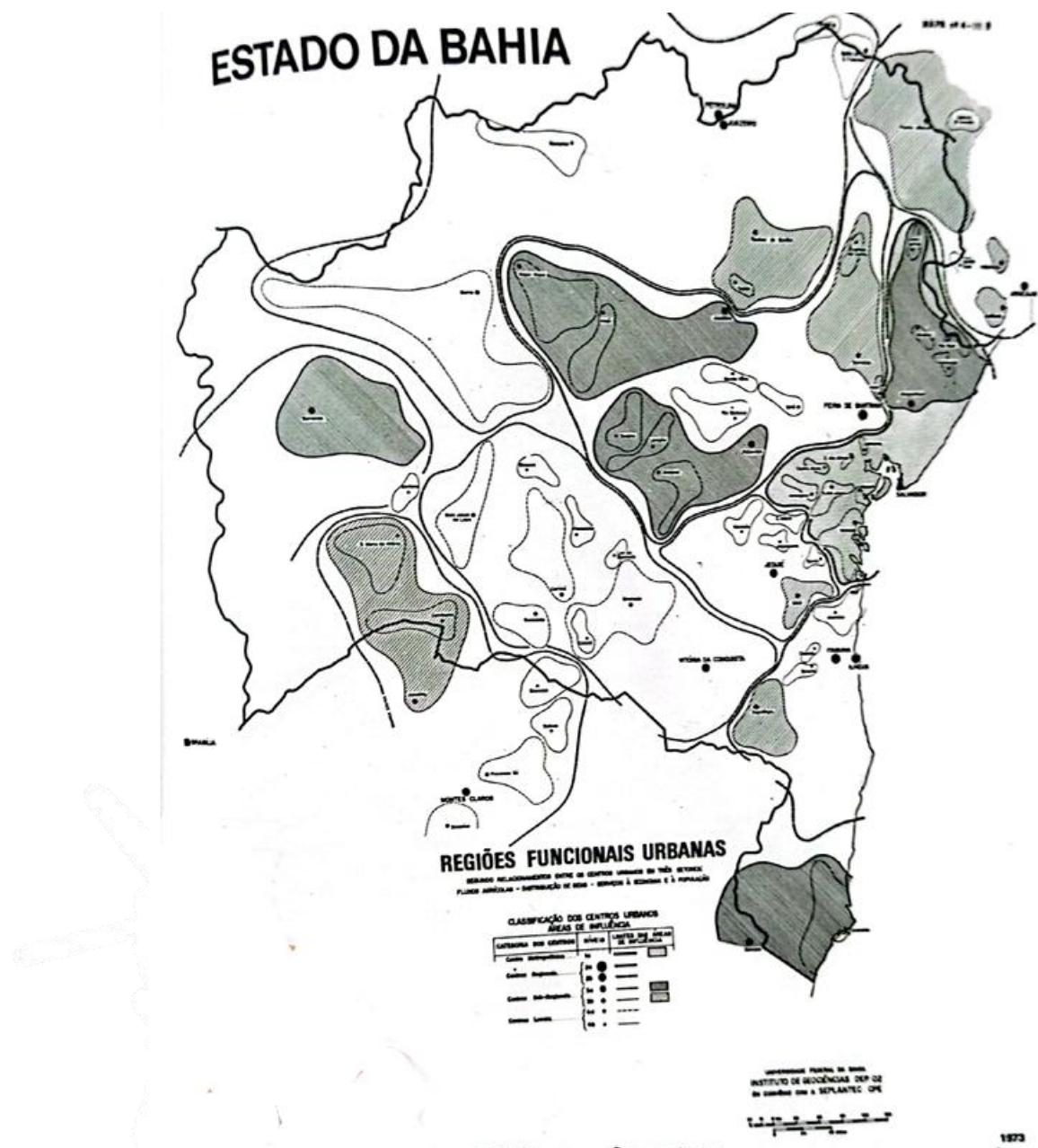
Por fim, esse projeto culminou em uma atualização das regiões administrativas da Bahia a partir de aspectos físico-naturais, dados de influência urbana que tinham por objetivo descentralizar os equipamentos e os serviços públicos, tentando promover uma gestão que tornasse o território mais equitativo e eficiente para a população. Com as informações dos municípios, produzi o mapa dessa regionalização com a geotecnologia atual.

Figura 15: Estado da Bahia (Isoscores)



Fonte: Mello e Silva (1971, p. 67)

Figura 16: Estado da Bahia (regiões funcionais urbanas)



Fonte: Mello e Silva (1971, p. 69)

Figura 17: Estado da Bahia (regiões administrativas - 1966)



Fonte: SOARES (1973).

Fonte e elaboração: Vitória Carmem (2014)

SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. O cobre e suas repercussões na região de Juazeiro-Ba - Petrolina-PE. 1. ed. Salvador: Instituto de Geociências/UFBA, 1973.

Nessa pequena produção, os autores confrontam a extração do cobre na região de Juazeiro com a teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux. O objetivo do questionamento é saber se a atividade econômica está se transformando em uma unidade motriz, ou seja, se esta é a atividade principal capaz de dinamizar e dar vida à economia regional, ao exercer um efeito de atração sobre as demais unidades/atividades econômicas em torno dela. Antes de aplicar a metodologia dos polos de desenvolvimento, há uma descrição da região, seguindo o modelo das monografias regionais francesas, ou seja, pincelando as características naturais, como clima, vegetação e relevo, e descrevendo o espaço agrário.

Assim, os autores trazem a conceituação de região atrelada à homogeneidade físico-natural, pela organização social com a sociedade, trabalhando de forma complementar, e da ordem espacial, sendo todo aquele espaço conectado a uma organização central, que, por sua vez, conecta tudo à economia global. Nas palavras dos autores:

É só neste sentido que se pode imaginar este espaço em termos de região ou seja, um espaço que responde a três características essenciais: os laços de homogeneidade e de complementaridade existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro e sua integração numa economia global (Silva; Silva, 1973, p. 17).

De fato, percebe-se que, nesse pequeno estudo, há mais características de uma Geografia positivista clássica do que de uma Geografia neopositivista. A preocupação está voltada para a descrição, para caracterizar a região e, assim, fazer uma análise da economia. Essa análise não conta com exacerbação de dados, nem metodologias quantitativas; faz tão somente o levantamento de bibliografia, do campo e de alguns dados para a análise estrutural da realidade espacial.

SILVA, SYLVIO. C. B. M. Urbanização e desenvolvimento regional no Estado da Bahia. 1. ed. Salvador, 1975. 145p.

Sylvio Bandeira, no ano de 1975, produziu sua tese para o concurso de professor titular da UFBA. Então, o direcionamento escolhido para essa tese foi uma análise da relação entre o

desenvolvimento urbano com o desenvolvimento regional da Bahia. A escolha desse tema nos mostra que, desde Milton Santos, em *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (1953b), a Geografia regional na Bahia vem sendo desenvolvida sempre atrelada às cidades e ao urbano. Essa vinculação é explicada por Sylvio Bandeira, que nos faz entender que o processo de urbanização (crescimento e organização das cidades) influencia e é influenciado pelo desenvolvimento regional (crescimento de áreas maiores que incluem cidades e zonas rurais). Isso ocorre devido à localização de atividades econômicas, decisões de empresas, ações de governo e hábitos dos consumidores em diferentes pontos do território, criando, assim, interações que moldam de maneira similar tanto as cidades quanto às regiões ao seu redor. Essas interações determinam como os recursos e as pessoas se organizam, conectando o desenvolvimento urbano ao regional.

As relações entre o processo de urbanização e o desenvolvimento regional sobre um determinado quadro espacial estão muito dependentes daquilo que se poderia chamar "funcionamento do sistema econômico-social a nível espacial". Este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico. Em outras palavras, e ampliando uma ideia de H.C. Tolosa (1), o espaço geográfico, dentro de uma perspectiva geográfico-econômica, é o resultado das decisões locacionais dos agentes econômicos e das interações daí decorrentes e isto com base, principalmente, em fatores puramente econômicos, geográficos e sócio-políticos. É preciso ressaltar que a localização dos agentes econômicos (firmas, governo e consumidores) - elementos na linguagem sistêmica - em pontos diversos do território e sob formas variadas, serão fundamentais na determinação do caráter das relações que mantêm entre si, dando configuração dinâmica a um lugar. (Silva, 1975, p. 2)

Nessa obra, o autor acaba por nos passar sua visão sobre a conceituação de determinados eventos para a análise urbano-regional. Por exemplo, segundo ele, o desenvolvimento regional seria “[...] a repercussão, sobre o espaço geográfico, tomado em determinada escala, do processo de desenvolvimento [...]” (Silva, 1975, p. 2); já o desenvolvimento é entendido como “[...] um processo de transformação que implica na difusão de inovações no sistema econômico-social, repercutindo no aumento geral do bem-estar da comunidade” (Silva, 1975, p. 2). O termo inovação é entendido como substituição de velhas formas, tradições e maneiras do uso espacial. Isso nos mostra que o autor tinha uma vertente de estudo muito voltada à economia.

Acerca da ideia de região, o autor demonstra uma visão diferente em relação aos seus trabalhos anteriores, em que demonstrava ver tal conceito como apenas uma construção intelectual partida do interesse do pesquisador (Silva, 1975). Agora, Sylvio Bandeira destaca o princípio de conexão escalar nos estudos regionais, pois “A região deve ser entendida como uma subunidade de um espaço maior (macrorregional, nacional e internacional), com o qual

interage intensamente" (Silva, 1975, p. 3). Essa concepção de região advém da utilização da Teoria Geral dos Sistemas, que acredita na conexão entre todos os objetos e ideias, consequentemente entre todas as áreas do conhecimento, algumas teorias de localização das atividades econômicas e teorias do desenvolvimento regional.

Dessa forma, segundo o autor, a Teoria Geral dos Sistemas, com a análise de um sistema aberto, possibilita um hibridismo entre generalizações e particularidades, permitindo uma visão multiescalar nos estudos regionais ao ser alicerçada, complementada pelas teorias de localização e desenvolvimento regional que produzem um olhar direcionado para os estudos para entender padrões locacionais, processo de urbanização, padrões de urbanização, acessibilidade aos serviços urbanos e o relacionamento entre urbanização e desenvolvimento regional. Isso é constantemente apresentado no trabalho de Sylvio, ao trazer que o desenvolvimento urbano e regional da Bahia era resultado de uma indução externa, um desenvolvimento que dependia de atitudes e demandas externas ao território baiano, como, por exemplo, a metropolitana de Salvador sendo um polo de desenvolvimento de caráter nacional.

É interessante firmar que este trabalho parte de duas hipóteses, as quais, resumidamente, sugerem que o sistema urbano da Bahia está passando por mudanças importantes, com o crescimento de cidades intermediárias, o que indica um maior equilíbrio no número e tamanho das cidades. No entanto, esse crescimento quantitativo (populacional) não é acompanhado por um avanço qualitativo, pois essas cidades ainda não possuem infraestrutura e funções adequadas para desempenhar plenamente seu papel regional no desenvolvimento.

a) o sistema urbano do Estado da Bahia vem sofrendo transformações radicais no sentido de uma evolução para um sistema mais equilibrado, ou seja, com maior número e volume de cidades intermediárias; b) Esta tendência de ordem quantitativa - que se expressa sobretudo nos dados demográficos - não é acompanhada pari-passu pela qualitativa, no sentido de que as cidades médias não puderam ainda dispor de uma infraestrutura e de funções ao nível do papel regional que deveriam exercer no processo de desenvolvimento. (Silva, 1975, p. 4)

Assim, na conclusão do trabalho, o autor afirma que nem sempre o desenvolvimento urbano é sinônimo de desenvolvimento regional; às vezes, a forma como o urbano é desenvolvido pode até mesmo impedir o desenvolvimento da região. Ora, quando não há uma hierarquia do sistema urbano e uma boa distribuição de equipamentos em cidades médias e pequenas, as relações internas e externas tornam-se concentradas. Por fim, aqui percebemos que, nessa obra, a região é dependente de como a rede urbana se dá na organização espacial; a região é a relação baseada em dados estatísticos entre as cidades.

SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBÁRA. C. N.; LEÃO, S. O. O subsistema urbano-regional de Feira de Santana. 1. ed. Recife-PE: SUDENE, 1985. 376p.

Em uma cooperação entre SUDENE e UFBA, Sylvio Bandeira e Barbara-Christine, em companhia de Sonia Leão³³, produzem esse livro, resultado de um trabalho técnico de análise do subsistema urbano-regional de Feira de Santana. Nesse trabalho, eles buscaram perceber o papel desempenhado por Feira de Santana como centro de uma região, com o intuito de indicar possíveis caminhos para melhorias estruturais e uma melhor equidade estrutural no espaço regional³⁴ a partir de políticas voltadas para o planejamento desse subsistema regional objetivando a indução de uma rede urbana com equipamentos e serviços bem distribuídos e difundidos no território.

A base teórico-conceitual dos autores mostra uma continuidade com os trabalhos anteriores de Sylvio. Ele ainda utiliza a teoria das localidades centrais, de Christaller, somada à teoria geral dos sistemas e às teorias de desenvolvimento regional; sua metodologia continua baseada nas análises quantitativas. A ideia de região ainda se mostra vinculada existencialmente ao sistema em rede das cidades: “o espaço organizado por determinado sistema de cidades, sobretudo a partir do seu centro mais importante, é a região, ou seja, um espaço funcionalmente integrado e delimitado pelo conjunto de suas relações” (Mello e Silva; Nentwing Silva; Leão 1985, p. 28). E consequentemente a ideia de cidades é interdependente à de região, pois uma cidade seria “[...] uma localidade centro de região e, nesse sentido, pode-se defini-la como um sistema dentro de um sistema de cidades[...]” (Mello e Silva; Nentwing Silva; Leão, 1985, p. 28). O conceito de espaço também é discutido, sendo dividido em espaço vital, onde a vida cotidiana acontece, e o espaço econômico, que seria um espaço abstrato, constituído por localidades, redes e fluxos e expressados através dos cálculos.

As metodologias desse trabalho são diversificadas dentro do escopo da quantificação. Por exemplo, o estudo da hierarquia urbana segue a metodologia enumerativa, com tratamento estatístico de Palomäki; já as funções industriais, relação cidade-campo e prestação de serviços foram através de quantificação dos dados em documentos e observação de campo; para a

³³ Sônia de Oliveira Leão, foi uma geógrafa graduada e licenciada em Geografia pela Faculdade Católica de Filosofia da Bahia (1963), mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Bahia(1971) e doutora em Geografia pela The University of Western Ontario(1982). Foi uma figura muito importante para o planejamento regional da Bahia, pode-se ver isso principalmente em suas parcerias com Sylvio Bandeira e Barbara Silva.

³⁴ Os autores listam alguns objetivos principais, podemos destacar, a revisão da delimitação da região, esclarecimento do dinamismo demográfico daquela região, identificar a hierarquia urbana, investigar as funções comerciais, industriais e de prestação de serviço, identificar principais problemas e potencialidades.

combinação agrícola foi utilizada a metodologia de Weaver. Destaca-se, também, o modelo potencial, utilizado para medir as interações entre as cidades. Talvez, em contraponto à ideia do geógrafo quantitativo de escritório e laboratório, nessa pesquisa houve campo, técnica de pesquisa que não é muito utilizada pelos geógrafos quantitativos. Isso nos mostra que os autores ainda carregavam características marcantes de sua formação literária, por exemplo, a análise histórica do espaço, principalmente Sylvio Bandeira, que esteve em contato direto com Milton Santos e diversos geógrafos lablachianos desde o início do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais na Bahia.

No ano de 1987, a mesma equipe de geógrafos faz um trabalho similar, mas em outra região. Falo da produção *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna* (1987). Os trabalhos se igualam em teoria, métodos e metodologias.

SILVA, SYLVIO. C. B. M. Notas sobre eficiência, equidade e organização espacial. Geonordeste (UFS), Aracaju-SE, v. 3, n.1, p. 63-67, 1986.

Até aqui, acredito ser nesse artigo em que há um maior esclarecimento acerca do pensamento regional de Sylvio Bandeira. A base para seus estudos regionais parte da Teoria Geral dos Sistemas, ao considerar que o sistema urbano é um complexo conjunto de cidades em interação e interdependência econômicas e sociais, em um determinado território, sendo o espaço funcionalmente organizado, integrado e delimitado por esse sistema de cidades, principalmente a partir da metrópole principal, é a região. Além disso, o autor segue e adapta os princípios das teorias locacionais de Christaller e Losch, a fim de que, a partir da organização e integração urbano-regional, nas mais diversas escalas, permita uma melhor justiça e equidade espacial, o que viria principalmente através da organização econômica do espaço, tornando-o mais eficiente e paralelamente mais equitativo. Isso melhora o quadro das disparidades regionais.

SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. Urbanização e política de desenvolvimento regional no Estado da Bahia. Geografia (Rio Claro), Rio Claro-SP, v. 12, n.23, p. 15-30, 1987.

Esse trabalho analisa o processo de urbanização e desenvolvimento regional no Estado da Bahia, enfatizando a complexa relação entre a cidade e a região no espaço geográfico. Isso porque, para diminuir as disparidades regionais da Bahia, seria preciso desconcentrar

equipamentos e serviços urbanos das grandes cidades, desenvolvendo cidades médias e pequenas que, de maneira organizada e hierarquizada, seriam capazes de equilibrar o desenvolvimento desigual de uma região. Ora, problemas de desigualdade regional na Bahia estão relacionados à inexistência de um equilíbrio entre o processo de metropolização e urbanização difusa.

Assim, a concentração de equipamentos e serviços nas grandes cidades influencia o desenvolvimento econômico e social da região, e Barbara Silva e Sylvio Bandeira propõem estratégias de desconcentração para melhorar a eficiência e a equidade no território baiano. O estudo reconhece o papel significativo das cidades médias na estruturação do espaço tanto em nível regional quanto nacional, ressaltando a importância de uma estrutura urbana hierarquizada que possa assegurar uma distribuição mais equilibrada dos recursos e investimentos. O planejamento urbano-regional deve alinhar aspectos nacionais, regionais e estaduais, promovendo arranjos espaciais que integrem eficiência econômica e equidade social. As regiões devem ser vistas como partes de um sistema mais amplo para evitar a perpetuação de desequilíbrios metropolitanos.

SILVA, SYLVIO. C. B. M. Elaboração de um programa de desenvolvimento de uma região nova: o caso do Oeste da Bahia/Brasil. Geografia (Rio Claro), Rio Claro-SP, v. 14, n.27, p. 77-91, 1989.

O artigo analisa os principais pontos da produção de um programa de desenvolvimento da Região Oeste da Bahia. Então, com base nas principais observações da construção do Programa de Desenvolvimento Econômico, iniciado em 1987 e com previsão de conclusão em 1991, ano que viria ter uma nova atualização das regiões administrativas, o autor traz as suas propostas, ideias e análises acerca de como se poderiam melhorar os aspectos econômicos e sociais dessa determinada região. Assim, a região é trabalhada sob a perspectiva conceitual de Região-Programa, ou seja, uma região que existe apenas para o planejamento territorial, delimitada com base em decisões políticas para priorizar ações específicas em áreas estratégicas. Isso reflete a intenção de direcionar esforços públicos, principalmente, para atração da capital, mas também para enfrentar problemas regionais, potencializar recursos locais, fomentar a melhoria das condições de vida da população e garantir a preservação do meio ambiente.

O interesse sobre essa região advém de uma rápida mudança socioeconômica, na qual o adensamento técnico na produção agrícola fez com que aquele espaço se transformasse de um

espaço repulsor para um espaço indutor de investimentos e migrações. Assim, essa região saiu de uma condição de marginalização econômica e social para um status de destaque, com uma fronteira econômica dinâmica e estratégica. Então, ao que parece, essa proposta deu certo, porque essas discussões foram em 1987, e, nesse mesmo ano, “[...]o Governo do Estado implantou, em novembro do mesmo ano, o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano”. (Silva, 1989, p. 79)

É válido salientar que embora a ação nacional pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER) tenha antecedido a ação estadual, no desenvolvimento do Oeste baiano, a efetiva transformação da região enquanto fronteira agrícola ganhou impulso na segunda metade dos anos 1980, quando esses instrumentos convergiram, o etapa II do PROCEDER (1985 – 1993) com o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano (1987). Essa perspectiva não invalida a importância do PRODECER, mas destaca como sua implementação escalonada, somada a iniciativas locais, explica o salto socioeconômico observado no período.

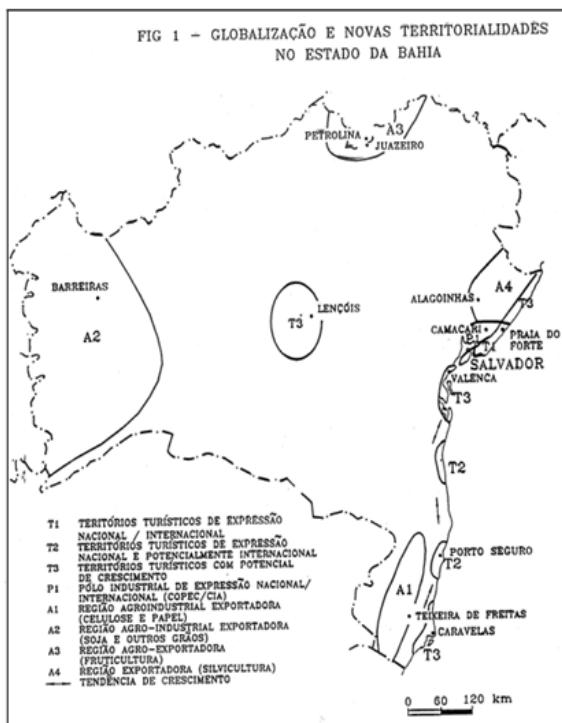
SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia. Geografia (Rio Claro), Rio Claro-SP, v. 21, n.2, p. 67-85, 1996.

Esse artigo aborda os impactos da globalização na reestruturação territorial do Estado da Bahia, destacando como esse processo influencia a economia e a estrutura espacial das regiões baianas. Até aqui a globalização surge como um elemento novo no escopo de pesquisa regional da Bahia. Dentre os autores pesquisados, este fenômeno ainda não era elemento fundamental da análise regional. Assim, em uma perspectiva vinculada à Geografia crítica, a região é trabalhada enquanto “[...]um conjunto de lugares e sub espaços que guarda uma certa identidade e determinados níveis de articulação” (Silva; Silva, 1996, p. 70).

Como já dito, há uma perspectiva marxista nesse trabalho, destoando do dominante quantitativismo. Trechos específicos, como explicações sobre o impacto do capitalismo global na organização territorial e econômica da Bahia; reflexões sobre uma visão dinâmica de como o capital reestrutura espaços e sociedades; menções às desigualdades regionais e à assimetria na integração ao sistema global; e a utilização do conceito de compressão espaço-temporal, mencionado com base em David Harvey, ao explorar como o capitalismo acelera a circulação de bens, capitais e pessoas, remodelando o espaço. Destaco aqui a análise da dialética entre

centralização e descentralização, em que se analisa a centralização regional da Bahia em Salvador e a descentralização perante as outras regiões.

Figura 18: Globalização e novas territorialidades no Estado da Bahia - 1996



Fonte: (Silva; Silva, 1996, p. 70)

Podemos ver elementos de uma análise dialética quando é trabalhado o desenvolvimento desigual das regiões. Por exemplo, enquanto algumas regiões se beneficiaram significativamente com novos investimentos, como Salvador e o Extremo Sul, outras permanecem à margem do processo de modernização, como o semiárido. Também se percebe a relação dialética entre modernização *versus* exclusão Social; integração global *versus* vulnerabilidade a crises externas; crescimento econômico *versus* impactos ambientais; e globalização *versus* valorização local.

É valido citar que essa descentralização regional abordada pelos autores surge a partir de uma maior articulação da economia baiana com os mercados nacionais e internacionais, ou seja, uma indução externa incentivou a diversificação de atividades econômicas internas nas várias regiões do Estado, como podemos ver na figura 18.

3.4.5: Pensando o método de Barbara Silva e Sylvio Bandeira

O método utilizado por Barbara Silva e Sylvio Bandeira está na tradição hipotético-dedutiva, isso quer dizer que esse método, para além de suas especificidades, compartilha características em comum com outros métodos dessa tradição, ou seja, é pautado no objetivismo e em “um determinismo científico que se baseia na noção de que todo o acontecimento futuro pode, em princípio, ser racionalmente calculado antes de ocorrer desde que conheçamos as leis da natureza e o estado presente ou passado do mundo” (Nevado, 2008b, p. 4). O modelo tem uma base mais voltada para o racionalismo, valendo-se de modelos baseados na Matemática, na Física e na Estatística para fazer e pensar uma Geografia lógica, embasada em modelos e na teoria geral dos sistemas.

Assim, nota-se que desse pensamento geográfico surge uma região taxonômica. Capel (2012, p.390) diz que “a região se converte em um tipo de laboratório em que se comprova a validade das teorias propostas pelos geógrafos sistemáticos”. Ou seja, a região é um construto intelectual definido pelo objetivo do pesquisador, em que, através da heterogeneidade dos dados selecionados e colhidos, ela é delimitada. Há aqui uma grande preocupação com a descoberta de semelhanças e regularidades numéricas. Essa região, geralmente, nasce com o objetivo claro de ser um aparelho de gestão e organização espacial. Nas obras aqui analisadas, podemos notar que a região, além de ser necessariamente atrelada à existência de uma cidade, é definida e delimitada por dados de prestação de serviços, equipamentos de infraestrutura e pela relação de dominância-dependência entre as cidades de uma rede urbana.

Muitos autores afirmam a vinculação dos objetivos dos estudos regionais quantitativos com o interesse do capital, mas, nas obras de Sylvio e Barbara, percebo uma preocupação com a equidade e com a justiça espacial. Ou seja, há uma perspectiva negativa em relação aos trabalhos quantitativos sobre o seu interesse nas questões sociais, o que, em parte, se comprova, vide as generalizações através da economia e dos números. Por outro lado, há, na maneira que cabe a esses trabalhos, uma preocupação com a melhoria de vida da população.

A preocupação com o bem-estar da sociedade, e, portanto, do homem, não era e nem é privilégio de pensadores marxistas, pois ela dominou uma geração de cientistas sociais (geógrafos aí incluídos), sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. E esta preocupação com o social trazia, embutida, uma preocupação com o meio ambiente, de um lado, que é uma dimensão social, e com os recursos da natureza que têm conotações econômicas, sociais e até mesmo fenomenológicas (Faissol, 1987, p. 9).

É importante salientar, também, que, em alguns trabalhos, há a presença do trabalho de

campo e da história como elementos importantes de uma análise regional. No entanto, esses elementos são considerados inconvenientes por diversos autores, em especial quando se fala criticamente da Geografia quantitativa ao lhe dar o status de um empiricismo abstrato. Isso nos traz, novamente, a ideia de que o método é um caminho que se constrói só, se constrói a pedido da pesquisa, tomando, por vezes, trilhos os quais não imaginamos.

Uma crítica ao método de pesquisa desses autores é a utilização de modelos como método. Os modelos tendem a ser simplificadores, tentam explicar a realidade em padrões lógicos. Por exemplo, uma técnica de pesquisa muita utilizada pelos autores é a análise fatorial que, quando aplicada sem uma base teórica adequada e sem a determinada verificação da realidade espacial vivida (valendo-se de uma visita de campo, por exemplo), limita-se a uma técnica estatística que apenas busca padrões, sem investigar os processos dinâmicos e as interconexões que realmente explicam a organização espacial dos fenômenos, enquadrando-os em um empiricismo abstrato. Ou seja, trata-se de uma pesquisa em que os dados e os resultados são analisados de forma excessivamente mecânica e sem uma reflexão teórica prévia ou posterior sobre os fenômenos e processos espaciais complexos geradores e gerados.

3.4.6 Orientações acadêmicas de cunho regional

Uma boa parte da vida de um acadêmico é destinada a orientações. Isso mostra que há a manutenção, ou ao menos a tentativa, de que se mantenha vivo o interesse e a curiosidade acerca de algum tema. Exponho, abaixo, a tabela com as orientações de Barbara Silva e Sylvio Bandeira em que o estudo regional foi temática central. Vale dizer que, mesmo que os orientandos não tenham seguido sua vida produtiva voltada para os estudos regionais, os professores ao menos lhes instigaram essa perspectiva.

Tabela 10: Orientações acadêmicas de Barbara-Christine

Orientações de estudos regionais de Barbara-Christine			
ANO	TIPO DE ORIENTAÇÃO	NOME DO TRABALHO	ORIENTANDO
1991	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	Influência regional do curso de Geografia da UFBA e o perfil do estudante.	Iris Andréa Martins.
2002	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	Caracterização demográfica da Mesorregião Centro Norte baiano: a eficácia do SIG como ferramenta de apoio ao geógrafo.	José Rodrigues de Souza Filho.

2005	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Utilização de geotecnologias na análise da transformação sócio-espacial urbana da região serrana fluminense: o estudo de caso do distrito sede de Teresópolis.	Danielle Pereira da Costa.
2005	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A feira livre como agente de organização regional: o caso de Santa Cruz do Capibaribe-PE.	Vilma Lobo Machado.
2006	TESE DE DOUTORADO	A região cacaueira da Bahia: uma abordagem fenomenológica.	Lurdes Bertol Rocha.
2006	TESE DE DOUTORADO	Organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Salvador: uma aplicação de tecnologias de geoprocessamento para planejamento urbano e regional.	Silvana Sá de Carvalho.
2006	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais nos Estados brasileiros.	Araori Silva Coelho.
2006	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais nos Estados brasileiros.	Maina Pirajá Silva.
2008	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Educação superior em Feira de Santana-BA como fator de desenvolvimento regional.	Roberto Luiz de Cerqueira Lima.
2009	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	Diferenciações regionais no Nordeste brasileiro: um estudo comparativo das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza.	Maina Pirajá Silva.
2010	TESE DE DOUTORADO	Análise socioambiental na Região Semi-Árida da Bahia: geoprocessamento como subsídio ao ordenamento territorial.	Jocimara Souza Britto Lobão.
2010	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais no mundo: um estudo comparativo.	Maina Pirajá Silva.
2012	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Regiões Metropolitanas/Ride brasileiras: um estudo comparativo a partir dos setores de serviços de educação e saúde.	Maina Pirajá Silva.
2013	TESE DE DOUTORADO	Dinâmica urbano-regional no Recôncavo Sul da Bahia: mudanças recentes e tendências do desenvolvimento.	Josemare Pereira dos Santos Pinheiro.
2014	TESE DE DOUTORADO	O papel dirigente das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e	Maina Pirajá Silva.

		Fortaleza: evolução, dinâmica e limitações.	
2014	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	O processo de desertificação: a vulnerabilidade e a degradação ambiental no polo regional de Jeremoabo-Bahia.	Israel de Oliveira Junior.
2015	TESE DE DOUTORADO	Governança territorial da Região Metropolitana de Feira de Santana: um desafio para a consecução do crescimento econômico, de elevação da qualidade de vida e da equidade social e regional.	José Mercês de Oliveira.
2016	TESE DE DOUTORADO	Mobilidade espacial da população para Vitória da Conquista, políticas públicas e dinâmica econômica na cidade e região no período de 1970 a 2015.	Cláudia Anastácio Coelho Cruz.

Fonte: Lattes de Barbara-Christine; Elaboração: Anderson Castro (2025)

Tabela 11: Orientações de estudos regionais de Sylvio Bandeira

Orientações de estudos regionais de Sylvio Bandeira			
ANO	TIPO DE ORIENTAÇÃO	NOME DO TRABALHO	ORIENTANDO
1997	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Lugares e regiões em um contexto de dinâmica global: a contribuição do turismo.	Erika Menezes Martins.
1999	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Pimonte da Chapada Diamantina: turismo e desenvolvimento regional.	Carmélia Anna Amaral Sousa.
2001	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Turismo e reestruturação espacial: o exemplo da região de Valença.	Jorge Luiz de Andrade.
2001	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Ilhéus, o porto e a crise regional.	Paulo Rodrigues dos Santos.
2001	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A evolução do sistema de transportes e a ocupação econômica da região Oeste do Estado da Bahia.	Adilson Bastos Luz.
2001	MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO	O Pólo Petroquímico de Camaçari como instrumento de política de desenvolvimento regional.	Marília Prado.
2001	MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO	O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local.	Daniella Vieira dos Santos Saraceno.
2001	MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO	Problemas de desenvolvimento regional no Estado da Bahia.	Tereza Guedes Mehl.

2002	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A reestruturação urbano-regional de Jequié-Bahia.	Valter Luiz dos Santos Marcelo.
2002	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Reorganização espacial e desenvolvimento da região sisaleira da Bahia: o papel da Associação dos Pequenos Agricultores do município de Valente-BA.	Edinúzia Moreira Carneiro Santos.
2003	MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO	Desequilíbrios regionais: eficácia das políticas de superação.	Dario Campos Alves.
2004	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Ecoturismo e sustentabilidade: uma perspectiva de desenvolvimento local na região da Baía de Camamu.	Joilson Cruz da Silva.
2005	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Análise da fragmentação da mata atlântica na região sul da Bahia: uma contribuição da geotecnologia para o estudo da dinâmica da paisagem.	Daniella Binder.
2005	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Análise do arranjo produtivo do turismo na região dos lagos - Paulo Afonso / BA (2003-2005).	Mafra Merys Ribeiro Lima Paz de Carvalho.
2005	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais no Brasil.	Robson de Oliveira Lins.
2006	TESE DE DOUTORADO	As implicações do microcrédito para o desenvolvimento local e regional: os exemplos do SICOOB-COOPERE e do Banco da Mulher como alternativas para a geração de emprego e renda.	Maria Olívia Vianna Berenguer.
2006	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais no Brasil.	Dafini de Oliveira Nascimento.
2007	TESE DE DOUTORADO	Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo.	Edniece de Oliveira Fontes.
2007	TESE DE DOUTORADO	Associativismo e territorialidade na região sisaleira da bahia: relações com o desenvolvimento.	Edinisia Moreira Carneiro Santos.
2007	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	A região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos).	Robson de Oliveira Lins.
2007	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Desequilíbrios regionais no Brasil.	Ivana Silva de Jesus.
2009	TESE DE DOUTORADO	Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.	Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto.
2010	TESE DE DOUTORADO	Competitividade territorial e federalismo na Região	Reinaldo Santos Andrade.

		Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina-Juazeiro.	
2013	TESE DE DOUTORADO	O consórcio público intermunicipal como instrumento de ação paradiplomática em benefício do plano de mobilidade urbana na Região Metropolitana de Salvador.	Rafael Carrera Freitas.
2015	TESE DE DOUTORADO	Redefinições urbanas e regionais: o papel dos novos investimentos em mineração, energia e transportes para a organização dos espaços de Guanambi e Caetité (Bahia)	Sofia Rebouças Neta Pereira.

Fonte: Lattes de Sylvio Bandeira

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Parte 3.5: Pequeno passeio pelos pensadores regionais do século XXI

Com a passagem do século, há, também, uma passagem de temáticas e métodos na produção de estudos regionais da Bahia. Sylvio Bandeira e Barbara Silva continuam sua produção, mas aqui destacamos um geógrafo do século XXI, que, a partir de 2001, inicia seus trabalhos regionais com foco nos espaços vividos. Trata-se de Angelo Serpa, cuja produção regional começa a ganhar materialidade com a publicação do artigo intitulado *E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?* (2001). Serpa mostra interesse nas regiões culturais, em uma perspectiva contrária à visão quantitativa de região, que vinha sendo produzida na Bahia. Ele acredita que os estudos regionais são “muito mais que agrupar dados quantitativos de diferentes municípios em busca de uma unidade (ou identidade) regional pressuposta pelo pesquisador. O método regional deve buscar a região em cada lugar, em cada cidade, em cada bairro” (Serpa, 2001, p.12).

Serpa nos apresenta a possibilidade de estudar as regiões a partir do lugar de identidade, já que é “[...] no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade regional pode ser definida” (Serpa, 2001, p. 11). Isso porque, como afirma o autor, “[...] a economia de um povo está intimamente interligada com os sistemas de valor, tradições e organização social, em suma, com a sua cultura; há, talvez, um mérito em dispor o mundo segundo as regiões culturais” (2001, p. 6). Dessa forma, Serpa segue construindo e defendendo ao longo de sua trajetória um método regional de caráter existencial, pautado no espaço vivido, mas sem perder de vista as relações entre sociedade e natureza. Essa perspectiva é reafirmada em *Por uma geografia dos espaços vividos* (2021), onde destaca que os referenciais para a construção regional são buscados no natural que se revela na própria paisagem.

A visão de Serpa se mostra crítica à busca de uma unidade ou identidade regional fundada em valores homogêneos, como ocorre nas regionalizações simplistas derivadas dos métodos neopositivistas. Em contraposição, o autor adota uma perspectiva híbrida, na qual a região é teorizada a partir da interseção entre elementos culturais, socioeconômicos e naturais. Inspirado em Milton Santos, Serpa propõe a construção de uma totalidade que abandona as velhas dicotomias metodológicas, articulando a dialética com a hermenêutica-fenomenológica. Dessa forma, a região deve ser compreendida não apenas pelas semelhanças, mas também pelas diferenças entre os lugares que a compõem: “[...] não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares que compõem uma mesma região” (Serpa, 2001, p. 13).

Serpa também nos mostra que o pesquisador que tenta entender a região nascida dos

espaços vividos deve

[...]tentar construir, a partir das representações dos diferentes grupos e indivíduos “produtores do espaço”, uma representação coletiva para a região pesquisada, a partir da identificação das redes de relações sociais, agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma representação coletiva “síntese” da região. (Serpa, 2001, p. 13).

Dessa forma, deve-se considerar tanto “as transformações de ordem técnica e econômica de um lado, e as pressões humanas e as resistências de outro” (Serpa, 2001, p. 13). Para Frémont (1980, p. 17), “A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é, pois, procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens”.

A produção do professor Angelo Serpa encontra-se em plena atividade, trata-se de um pesquisador com uma trajetória ainda em curso e muitos anos de contribuição científica pela frente. Mas, essa seção representa apenas, como o próprio título sugere, uma breve passagem pelo pensamento do professor. Diante das limitações de tempo e espaço, ficam para futuras investigações, talvez do próprio autor, análises mais aprofundadas sobre as singularidades do seu pensamento regional dos espaços vividos, em relação aos autores que o inspiram, como Frémont.

Na tabela 12, apresento suas principais produções de cunho regional (artigos em periódicos e livros organizados), bem como suas orientações acadêmicas. Tais trabalhos, de diferentes formas, incentivam a continuidade das pesquisas regionais sobre a Bahia.



Figura 19: Angelo Serpa
Fonte: Site da UFBA

Tabela 12: Produção regional de Angelo Serpa

ANO	TIPO DE PRODUÇÃO	NOME DA PRODUÇÃO
1996	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	A Questão do Espaço-Tempo Complexo: Um novo referencial para a geografia urbana e regional?
2001	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?
2008	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região na Geografia e no Planejamento.
2008	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Cidades e regiões metropolitanas: a Geografia frente aos problemas ambientais urbanos.
2011	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no território de identidade de vitória da conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.
2013	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos.
2015	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Empreendedorismo popular e ascensão social em diferentes contextos urbano-regionais: uma análise preliminar em dois bairros populares na Bahia.
2015	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	Espaço vivido e identidade regional: um olhar sobre o leste e o oeste do Recôncavo Baiano.
2015	LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS	Territórios da Bahia - regionalização, cultura e identidade.
2016	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	O samba de roda como símbolo e marcador regional do Recôncavo baiano.
2016	ARTIGO COMPLETO PUBLICADOS EM PERIÓDICO	E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?
2021	LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS	Por uma nova Geografia Regional.

Fonte: Lattes de Angelo Serpa

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Tabela 13: Orientações de estudos regionais de Angelo Serpa

ANO	TIPO DE ORIENTAÇÃO	NOME DO TRABALHO	ORIENTANDO
2003	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Territórios do Candomblé: desterritorialização dos Terreiros na Região Metropolitana de Salvador.	Jussara Rêgo Dias.
2011	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no Território de Identidade da região metropolitana de Salvador: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.	Henrique Barros Neves de Araújo.
2011	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Regionalização institucional no Estado da Bahia a partir de 2007: o papel dos agentes públicos e da legislação na implementação de políticas de desenvolvimento territorial e cultural.	Sérgio Silva Borges.
2011	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no Território de Identidade de Vitória da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.	Julia Monteiro Oliveira Santos.
2012	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Pontos de cultura: as interseções de uma rede de articulação de políticas de desenvolvimento cultural e territorial nos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo.	Henrique Barros Neves de Araújo.
2012	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no Território de Identidade do Recôncavo: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.	Julia Monteiro Oliveira Santos.
2013	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	Que cultura é essa? Uma análise identitária sobre o Portal do Sertão e a regionalização da Bahia em Territórios de Identidade.	Caroline Bulhões Nunes Vaz.
2013	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	A identidade do recôncavo: o samba de roda como símbolo regional.	Caê Garcia Carvalho.
2013	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no Território de Identidade Portal do Sertão: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.	Caroline Bulhões Nunes Vaz.
2014	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Samba de roda e identidade: um estudo comparativo da identidade regional mediada e catalisada pelo samba no Recôncavo e no Portal do Sertão.	Caê Garcia Carvalho.
2014	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Samba de roda e identidade: um Estudo Comparativo da Identidade Regional Mediada e Catalisada pelo Samba no Recôncavo e no Portal do Sertão.	Renata Oliveira Silva.
2014	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no Território de Identidade do Sisal: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.	Mateus Barbosa Santos da Silva.
2016	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Os sertões pelos sertanejos: identidade, representação e regionalização nos territórios de identidade Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco.	Caroline Bulhões Nunes Vaz.

2016	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Trabalho e lazer na metrópole: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na região metropolitana de Salvador.	Patrícia Chame Dias.
2016	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Gestão de unidades de conservação em contexto metropolitano: Representações e conflitos na Região Metropolitana de Salvador.	Jacileda Cerqueira Santos.

Fonte: Lattes de Angelo Serpa; Elaboração: Anderson Castro (2025)

Parte 3.6 Reflexão parcial: Por uma Geografia das ciências, o caso da Geografia regional na Bahia do século XX

Como diz (Livingstone, 2003) A ciência não é uma entidade desencarnada, ela está encarnada em seres humanos e na sociedade, assim cooptando e apresentando, dialeticamente, características locais, regionais, universais e, também pessoais. No entanto, para este autor levar a sério a geografia da ciência quer dizer pensar a escala local como centro das formas de se fazer e pensar ciência. Mas, sabemos que mesmo na escala Local, as particularidades das escalas regionais e globais se apresentam (Santos, 2002). Assim, pensar a ciência situada, quer dizer pensar o global, o regional e o local de forma transversal, mas que as características específicas de um determinado subespaço sejam notadas enquanto uma forma nova ou adaptada de se fazer e pensar ciência.

Por exemplo, pensar a Geografia regional produzida por Bernardino de Souza na Bahia, isso infere categoricamente, que se deve levar em conta o contexto dessa ciência a nível global, regional e local, bem como, pensar os contextos espaço-temporais nas mais diversas escalas. Para assim, perceber que o autor estava sob influências de uma Geografia regional alemã e francesa, que era dominante naquele momento histórico da ciência geográfica. Mas, aquela ideia ao chegar no Brasil, na Bahia e nas mãos de Bernardino de Souza, ela ficou a serviço das necessidades locais, pessoais e até mesmo do grupo político a qual Bernardino de Souza pertencia. Dessa forma, o Brasil estava em um contexto de criação da identidade nacional e da busca de um federalismo, impactando a Geografia na busca de uma afirmação dessa identidade, levando os geógrafos a focar na ideia da hinterland, na pesquisa científica para a descoberta do interior do Brasil.

Tudo isso fez com que a geografia regional produzida por Bernardino de Souza se pautasse nos princípios científicos das correntes alemã e francesa que chegaram ao Brasil, embora os interesses que a orientaram fossem distintos daqueles que motivaram os cânones ao formular tais concepções da geografia regional. Assim, as adaptações e reformulações foram feitas pensando em atender as demandas espaço-temporais locais-regionais. A principal questão que foi debatida sobre as reformulações é a questão do recorte espacial para se estudar região, na qual Bernardino de Souza adotou o município como delimitação para a região, ou seja um recorte político preexistentes, enquanto nas monografias regionais francesas o autor reconhecia a região pela materialidade de suas singularidades perante o seu entorno.

Essa adaptação, ao que tudo indica, decorreu sobretudo da fata de geógrafos ou de interessados pela Geografia. Por isso, foram feitas adequações que facilitassem o trabalho daqueles que eram solicitados a produzir. Além disso, havia um espírito federalista na época,

havia um movimento municipalista nascendo. Poucos anos depois pode-se ver a materialidade desse movimento em torno do município nas primeiras publicações de periódicos vinculados ao CNG e IBGE, órgãos que Bernardino de Souza tinha certa influência. Inclusive, em 1941, o Conselho Nacional de Geografia, promoveu um concurso nacional de monografias municipais.

Poucos anos depois, em 1939, tem a produção regional de Sylvio Fróes, apesar da proximidade histórica, e da pesquisa ser para o mesmo recorte espacial, no mesmo país e no mesmo ente federativo, as condições espaço-temporais são totalmente diferentes. O mundo estava no início da Segunda Grande Guerra, o Brasil passava por um momento de centralidade do poder político, o Estado Novo, a Geografia norte-americana se destacava em âmbito mundial e começava a dar suas caras no Brasil através dos geógrafos cariocas, a Geografia Francesa estava consolidada no Brasil, a Geografia estava institucionalizada através da criação do IBGE, da USP da UDF. Essas e outras questões guiaram a Geografia daquele momento para um caminho que tendia sair de produções literárias para um pragmatismo vinculado à tentativa de planejamento estatal.

É nesse contexto que Sylvio Fróes Abreu produziu uma regionalização da Bahia no ano de 1939, regionalização essa “Calcada no conceito moderno da divisão regional, pensamos fazer um esboço caracterizando as regiões naturais do Estado da Baía, ainda tão mal conhecido e estudado” (Abreu, 1939, p. 59). Nela, podemos ver que Abreu estava adaptando as influências da Geografia francesa, principalmente a do professor Deffontaines, com o pragmatismo demandado pelo IBGE, pelo governo Brasileiro, pela Geografia produzida no Brasil que necessitava estar a par com a Geografia dita moderna, aquela que pensava a região para além da coesão natural, havia o discurso de esforço para se desvincular da Geografia puramente pautada na coesão natural, tentando trabalhar com a ideia de cultura.

Tenho a percepção que, a maior a maior influência da situação espaço-temporal na teoria advém de, provavelmente, o não uso do campo geográfico enquanto técnica de pesquisa basilar para a geografia regional francesa. Uma vez que o campo geográfico é de suma importância para perceber as especificidades regionais. Já Sylvio Fróes foi para uma linha de generalização, para de fato, produzir uma regionalização prática para uso técnico pelo Estado. Acredito que a regionalização de Sylvio foi base para definir as zonas fisiográficas da Bahia na primeira regionalização do IBGE, em 1942.

Já a obra regional de Milton Santos, por ser muito extensa, acaba passando por inúmeras configurações espaço-temporais diferentes. Para resumir, a obra do professor Milton Santos, enquanto está situado na Bahia, acaba passando pela Geografia positivista francesa, adaptando as teorias regionais para trabalhar a Zona do Cacau e o Recôncavo, tem contato com a Geografia

aplicada, adaptando-a para a realidade da Bahia, no capítulo destinado para o professor falamos da adaptação do método de Rochefort, o qual não atendia as demandas locais para tal ciência. O professor também vai tateando a forma de se fazer e pensar Geografia a partir das categorias marxistas, muda o foco central de sua produção que era regionalista, para a geografia urbana, a urbanização que estava acontecendo no Brasil pedia um aprofundamento, e este o fez, consolidando que região e urbano eram interligadas existencialmente, trata rede urbana e região como se fosse a mesma coisa, depois entende que não são e por fim, finaliza se interessando pelo urbano e regional nos países subdesenvolvidos.

Milton Santos foi uma figura ímpar na capacidade de enxergar além das aparências e compreender as dinâmicas profundas que moldam os espaços e as sociedades. Com sensibilidade e rigor científico, ele percebia as demandas da realidade local e conseguia traduzi-las em conhecimento, adaptando e reconstruindo conceitos científicos para que fizessem sentido dentro dos contextos espaço-temporais específicos. Milton Santos é o autor que mais consegue me mostrar que não existe “[...]a ideia de que há algo unificado chamado “ciência”. Essa singularidade imaginada é o produto de um projeto histórico para apresentar a “ciência” como flutuando transcendente e desencarnada acima da confusão dos assuntos humanos”. (Livingstone, 2003, p.179 – tradução nossa).

A vida acadêmico-produtiva de Sylvio Bandeira e Barbara-Christine, também vai na direção de Milton Santos, quando nos referimos a extensão, pois elas passam por inúmeras configurações espaço-temporais diferentes. Mas, na questão de diversidade teórico-conceitual e de adaptações das teorias, são mais discretas, isso se relaciona também pelo neopositivismo adotado por ambos durante o século XX. Percebe-se um encontro de horizontes nos trabalhos desses nobres pesquisadores, inicialmente a questão da geografia regional aplicada, aos moldes francês, se mostra dominante, uma vez que Sylvio Bandeira estava ao lado de Milton Santos e de outras personalidades no Laboratório de Geomorfologia da UFBA, mas logo em seguida os trabalhos quantitativos se tornam hegemônicos.

Isso porque, realmente, a Bahia demandava estudos para uma política de *aménagement du territoire* e o que se tinha de mais “moderno”, dentro da Geografia, naquele momento, eram as metodologias quantitativas. Creio que as questões que mais se destacam aos meus olhos é que, em algumas vezes, em contraponto à ideia do geógrafo quantitativo de escritório e laboratório, em algumas pesquisas houve a técnica metodológica do campo, técnica de pesquisa que não é muito utilizada pelos geógrafos quantitativos; também em alguns poucos trabalhos aparecem elementos de uma análise dialética, isso quando a questão do desenvolvimento desigual, da

preocupação com a equidade e com a justiça espacial das regiões é explorado com mais afinco nas análises, pares dialéticos são utilizados, correlacionados a pesquisa quantitativa.

Então, todas essas modificações, adaptações ou criações de novos modos de se fazer e pensar a Geografia são possíveis a partir das demandas espaços-temporais do lugar/região. “O lugar é essencial para a geração de conhecimento. Não é menos significativo em seu consumo. Ideias e imagens viajam de lugar para lugar à medida que se movem de pessoa para pessoa, de cultura para cultura.” . (Livingstone, 2003, p.12 – tradução nossa). É na ciência produzida no lugar/região (Santos, 2002) que as horizontalidades exerceram influência tanto na promoção quanto nas limitações da inovação técnica e teórica. Cada cultura local se apropria do conhecimento científico de maneira particular, moldando-o conforme sua própria identidade e aplicando-o em contextos diferentes. Dessa forma, o significado atribuído a uma teoria ou a um texto científico variou conforme o local em que foi interpretado. Além disso, a própria prática da investigação científica assumiu diferentes significados dependendo do ambiente regional (Livingstone, 2003).

**CAPÍTULO IV: REGIONALIZAÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS DA BAHIA E A
COPRODUÇÃO COM CIENTISTAS BAIANOS**

4.1: Zonas fisiográficas para municipalização da Bahia (1948)

A primeira regionalização provida pelo poder estadual da Bahia é a das Zonas Fisiográficas de 1948. Foi institucionalizada pela Lei Orgânica dos Municípios, de nº 140 de 22/12/1948, que tinha como função cumprir o decreto nacional de nº 311, de 1938, que demandava a criação de mapas municipais com pena de exclusão e/ou anexação do município a seus vizinhos. A regionalização proposta nessa lei cumpria a função de reger o espaço para aplicação de determinadas regras a serem seguidas para a emancipação e administração municipal.

Na referida lei estadual, há o aproveitamento de uma regionalização da Bahia feita pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1942, em que o Estado foi dividido em 10 regiões, ou zonas geográficas, baseada nas seguintes normas:

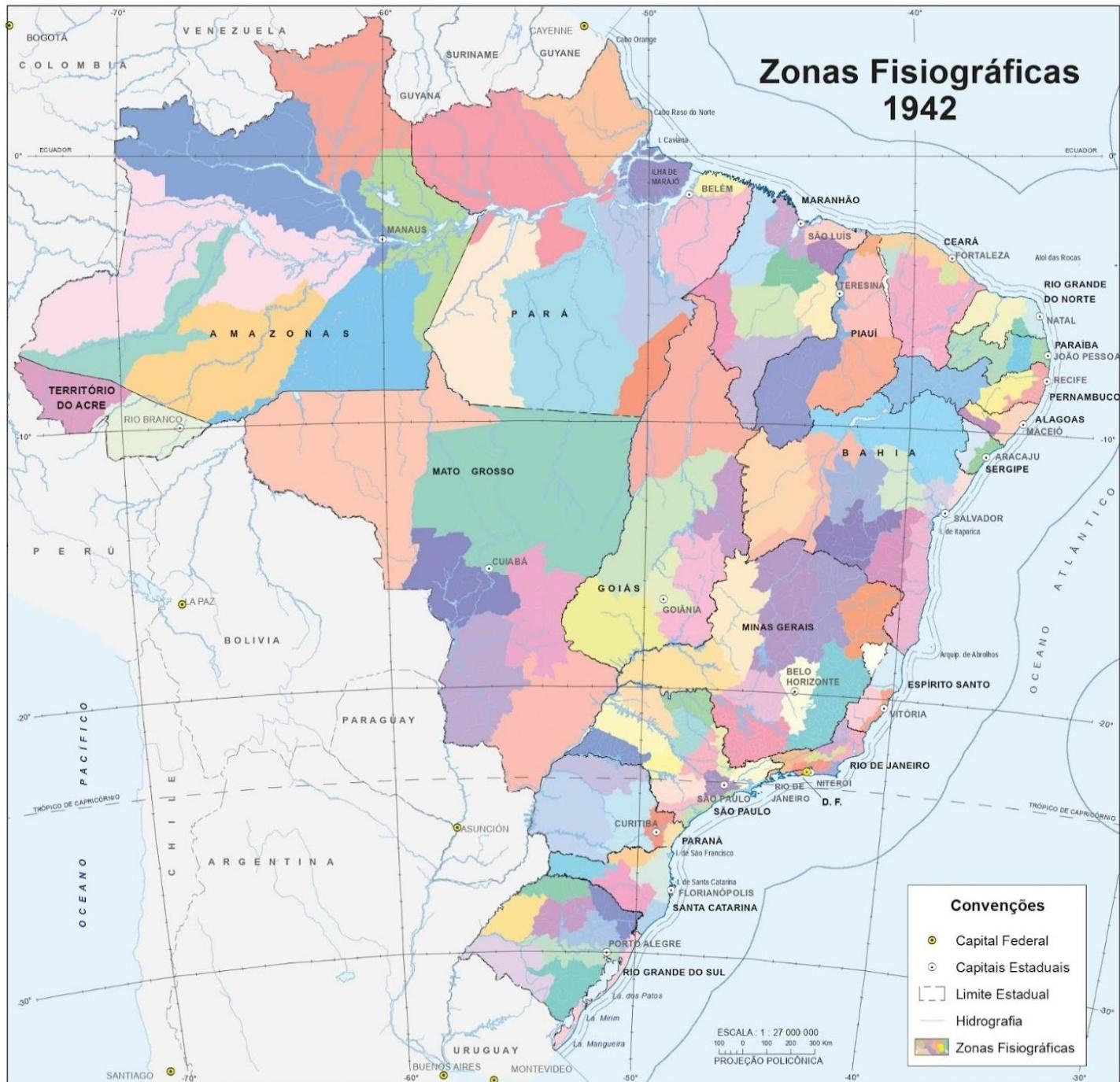
- a) agrupamento de municípios realmente ligados por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentem aspectos comuns formando conjuntos peculiares;
- b) caracterização baseada principalmente nos fatos da geografia física (geologia, relevo, clima e vegetação natural) e secundariamente nos fatos da geografia humana (produção, comunicações, densidade demográfica, formação histórica, etc.);
- c) indivisibilidade de qualquer município, localizando-o na zona em que predominante e mais characteristicamente apareça;
- d) fixação, para a divisão, de um número reduzido de zonas, porém sem que disso decorra um número excessivamente grande de municípios em uma mesma zona;
- e) respeito ao princípio da continuidade territorial para as zonas pertencentes a Unidades Federadas vizinhas e que apresentem as mesmas características, de modo a formarem sub-regiões abrangendo trechos de mais de uma Unidade (Revista Brasileira de Geografia, 1942, p. 399).

Essas normas, estabelecidas pelo CNG por meio da Resolução n. 77, de 17.07.1942, que objetivava uma regionalização do Brasil, dividido em 5 grandes regiões, 30 regiões, 82 sub-regiões e 198 zonas geográficas. No mapa a seguir, vemos essa configuração do território nacional e as 10 regiões da Bahia; em outro mapa, temos as regiões da Bahia em detalhes. Em 1945, há uma atualização da regionalização, e a configuração da Bahia muda, passando de 10, para 16 regiões fisiográficas, com base na sinopse preliminar do censo de 1960. Assim, as zonas fisiográficas baianas foram atualizadas.

Foi a partir da base das zonas fisiográficas de 1945 que o poder estadual da Bahia faz sua primeira regionalização.

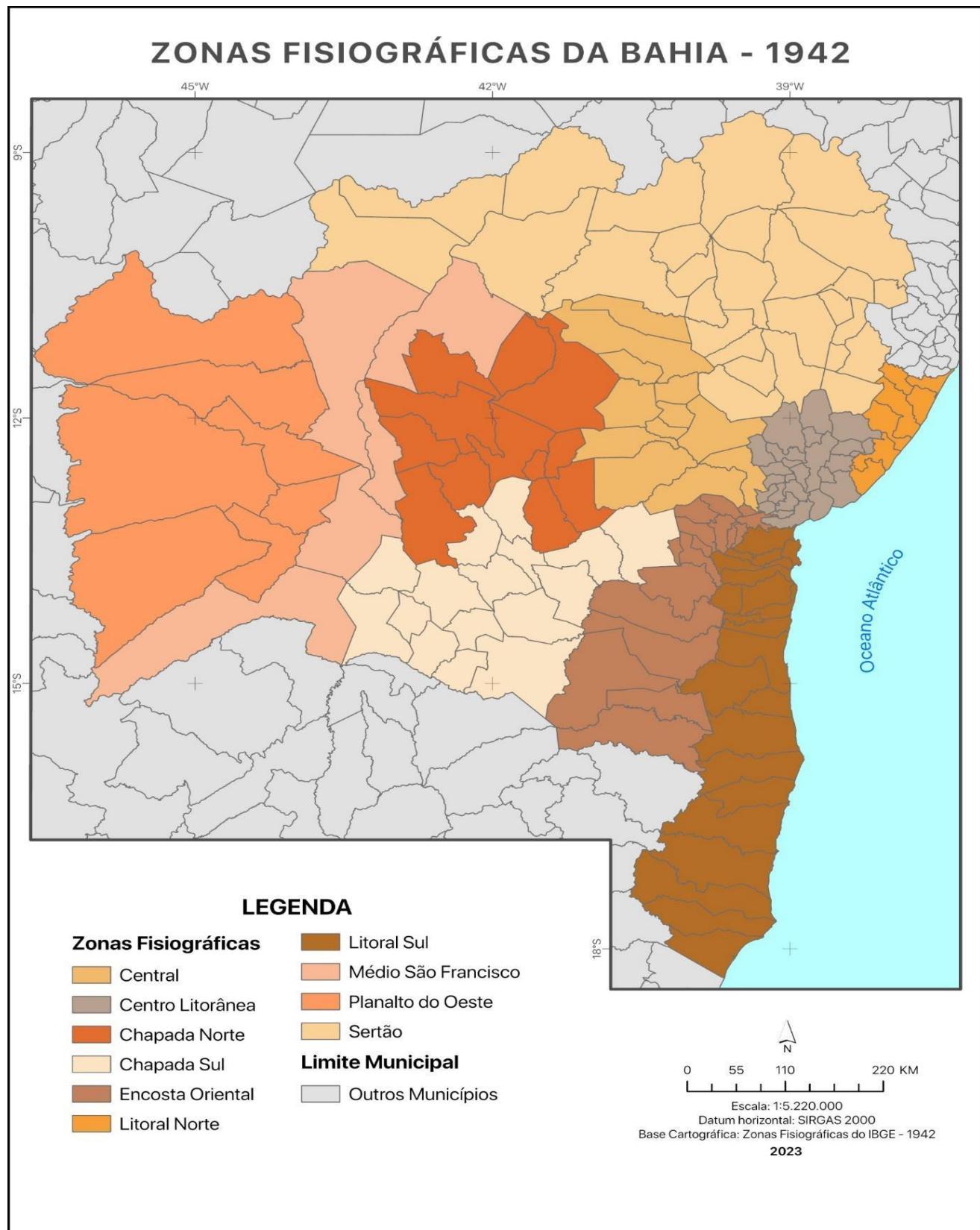
Art. 4º - Para o fim de fixação das condições mínimas referidas no artigo anterior, fica o Estado dividido em três Regiões, constituídas pelas zonas fisiográficas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Geografia, em Resolução 143, de 13 de junho de 1945, e constantes do "Quadro Sistemático da Divisão Regional das Unidades Federadas Brasileiras", anexado à presente lei na parte que se refere à Bahia. (Bahia, 1948, n.p.).

Figura 20: Zonas Fisiográficas - 1942



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. IBGE, Malha Municipal 1940. 3. Conselho Nacional de Geografia (Brasil). Resolução n. 77, de 17 de julho de 1941. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 221-239, jan./mar. 1942b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

Figura 21: Zonas Fisiográficas da Bahia - 1942



Fonte: IBGE (1942); Elaboração: Anderson Castro (2025)

Figura 22: Zonas Fisiográficas da Bahia - 1946



Figura 23: Regionalização da Bahia para a Lei Orgânica dos Municípios - 1948

Figura 2 – Estado da Bahia – Lei Orgânica dos Municípios de 1948
Regiões com critérios mínimos para a criação de novos municípios



Fonte e elaboração: Coelho (2008, p. 7).

Como podemos ver no mapa da figura 22, as regiões fisiográficas foram agrupadas em 3 regiões, sendo a primeira região composta pelas zonas do Recôncavo, Cacaueira, Feira de Santana e de Jequié; a segunda região é composta pelas zonas do Litoral-Norte, de Conquista, das Matas-do-Orobó e de Jacobina; já a terceira região, pelas zonas do Extremo-Sul, do Nordeste, do Sertão-do-São-Francisco, da Chapada-Diamantina, da Serra Geral do Médio-São-Francisco e do Planalto-Ocidental (Bahia, 1948).

Os critérios para tal divisão são um tanto arbitrários, como aponta Haesbaert (2010); uma região artificial, com critérios praticamente econômicos, cujas regras são feitas unicamente para a criação de novos municípios.

[...]na Primeira Região. a) área de quinhentos quilômetros quadrados; b) população de quinze mil habitantes; c) densidade demográfica de dez habitantes por quilômetro quadrado; d) média de arrecadação municipal, no último triênio, de duzentos e cinquenta mil cruzeiros; e) população de dois mil habitantes na sede;

na Segunda Região: a) área de mil quilômetros quadrados; b) população de quinze mil habitantes; c) densidade demográfica de cinco habitantes por quilômetro quadrado; d) média de arrecadação municipal, no último triênio, de cento e cinquenta mil cruzeiros; e) população de dois mil habitantes na sede;

na Terceira Região: a) área de mil e quinhentos quilômetros quadrados; b) população de dez mil habitantes; c) densidade demográfica de três habitantes por quilômetro quadrado; d) média de arrecadação municipal, no último triênio, de cem mil cruzeiros; e) população de mil e quinhentos habitantes na sede;

Parágrafo único - São condições comuns às três Regiões. a) arrecadação de tributos estaduais que comporte pelo menos uma exatória de última classe; b) eleitorado equivalente a pelo menos dez por cento da população; c) sede municipal que disponha de acesso marítimo, fluvial, ferroviário ou rodoviário, apresente condições urbanísticas razoáveis em relação à zona em que se situa, e possua edifícios condignos à localização do governo municipal e demais serviços públicos (Bahia, 1948, n.p.).

A tabela a seguir mostra os municípios e as zonas fisiográficas de cada região da lei orgânica de municípios.

Tabela 13: Municípios e Zonas Fisiográficas da regionalização de 1948

REGIÕES DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIOS	ZONAS FISIOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS
REGIÃO 1	Zona do Recôncavo	Aratuípe Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de São João, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Felipe, São Francisco do

		Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé Sapeaçu.
	Zona Cacaueira,	Belmonte, Cairu, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiáu, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapebi, Itororó, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Potiraguá, Taperoá, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Valença.
	Zona de Feira de Santana	Feira de Santana, Castro Alves, Coração de Maria, Iaçu, Ipirá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Terezinha, Santo Estêvão, Serra preta e Tanquinho.
	Zona de Jequié	Amargosa, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Santa Inês e São Miguel das Matas, Ubaíra.
REGIÃO 2	zona do Litoral-Norte	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra, Rio Real e Sátiro Dias
	Zona do Planalto de Conquista	Boa Nova, Encruzilhada, Ibicuí, Iguái, Itagiba, Itambé, Itapetinga, Macarani, Poções e Vitória da Conquista
	Zona das Matas-do-Orobó	Baixa Grande, Itaberaba, Macajuba, Mairí, Mundo Novo e Rui Barbosa
	Zona de Jacobina	Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Saúde e Senhor do Bonfim
REGIÃO 3	Zona do Extremo-Sul	Alcobaça, Caravelas, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Porto seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália
	Zona do Nordeste	Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Itapicurú, Itiúba, Jeremoabo, Monte Santo, Nova Soure, Paripiranga, Queimadas, Ribeira do Pombal, Santaluz, Serrinha, Tucano e Uauá.
	Zona do Sertão-do-São-Francisco	Chorochó, Curaçá, Glória e Paulo Afonso
	Zona da Chapada-Diamantina	Andaraí, Barra da Estiva, Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Ibitiara, Ipupiara, Irecê, Ituaçu, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Utinga.
	Zona da Serra Geral do Médio-São-Francisco	Brumado, Caculé, Caetité, Condeúba, Guanambi, Igaporã, Jacaraci, Livramento do Brumado, Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Tremedal e Urandi

	Zona do Planalto-Occidental	Angical, Barreiras, Correntina, Cotelândia, Ibitipoca, Santana e Santa Maria da Vitória.
--	-----------------------------	--

Fonte: Bahia (1948); Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (1960).

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Acerca da coprodução entre essa região e os pesquisadores regionais baianos, não consegui perceber uma retroalimentação na produção, visto que esse projeto é extremamente simples, além de não constar, na legislação, o nome dos componentes que penaram essa região. Logo, não há envolvimento direto de um acadêmico da Geografia nessa regionalização. Já, indiretamente, há uma possível contribuição de Sylvio Froés de Abreu, como visto na nossa pesquisa. Há uma possível sua contribuição para a regionalização das zonas fisiográficas feitas pelo IBGE e, assim, de certa forma, há indiretamente uma contribuição de Sylvio Froés para a existência dessa regionalização. Sobre a coprodução acerca dessa regionalização se tornar objeto de estudos de algum dos geógrafos pesquisados, não há evidências. Talvez, indiretamente possa ter contribuído com o olhar de Sylvio Bandeira, pelo motivo de um dos seus orientandos, Araori Silva Coelho, escrever o artigo *Desigualdades regionais da Bahia: evolução geo-histórica e a primeira regionalização institucional* (2008).

4.2: Regiões Administrativas (1966)

A primeira regionalização ampla do Estado da Bahia foi a intitulada Regiões Administrativas. Instituída como Unidade de Planejamento do Estado da Bahia, a partir da aprovação da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, o território baiano foi, inicialmente, dividido em 21 regiões, com as sedes regionais nas cidades que exerciam alguma polarização naquele espaço. Ao decorrer de sua vigência, houve diversas alterações até 2006, ano da última alteração que ocorreu por meio do Decreto nº 10.040, de 03 de julho de 2006, que deixou o Estado com um total de 31 Regiões (Bahia, 1966).

O Artigo 10 da Lei nº 2.321, de 1966, diz que a regionalização tinha o intuito de promover “a descentralização geográfica das atividades de administração específica das Secretarias de Estado no nível de execução ou prestação de serviços...” (Bahia, 1966, n.p), para, assim, os órgãos centrais³⁵ das Secretarias de Estado trabalharem apenas no nível técnico-normativo das atividades de administração. Essa regionalização com o intuito de descentralizar os serviços de Salvador resultou na criação de alguns órgãos públicos regionais, como as Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), as Diretorias Regionais de Educação (DIREC's) e as Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRAN's).

O Artigo 14 da referida lei estabelece que a revisão ocorrerá de forma trienal, sendo responsabilidade da Fundação de Planejamento a manutenção e atualização contínua dos dados referentes à hierarquia urbana das cidades do Estado. Além disso, cabe a essa fundação a elaboração da atualização dos índices comparativos de polarização, que servem como base para propor, periodicamente, a revisão das sedes das regiões, da classificação dos centros urbanos e da divisão administrativa regional. Essa atualização visa garantir que a organização territorial e a estrutura urbana do Estado acompanhem, de forma precisa, o seu crescimento e as dinâmicas de desenvolvimento regional (Bahia, 1966).

Essa primeira regionalização administrativa, segundo Sylvio Bandeira (1967), foi feita a partir de orientações da geógrafa do CNG/IBGE, Lysia Bernardes, que comandou uma parceria institucional entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto de Serviço Público (ISP) e o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (Fonseca, 2024). Sylvio Bandeira (1967), supõe que a escolha dos centros regionais foi mais relacionada à situação geográfica dos municípios do que à sua força regional, visto que os métodos e

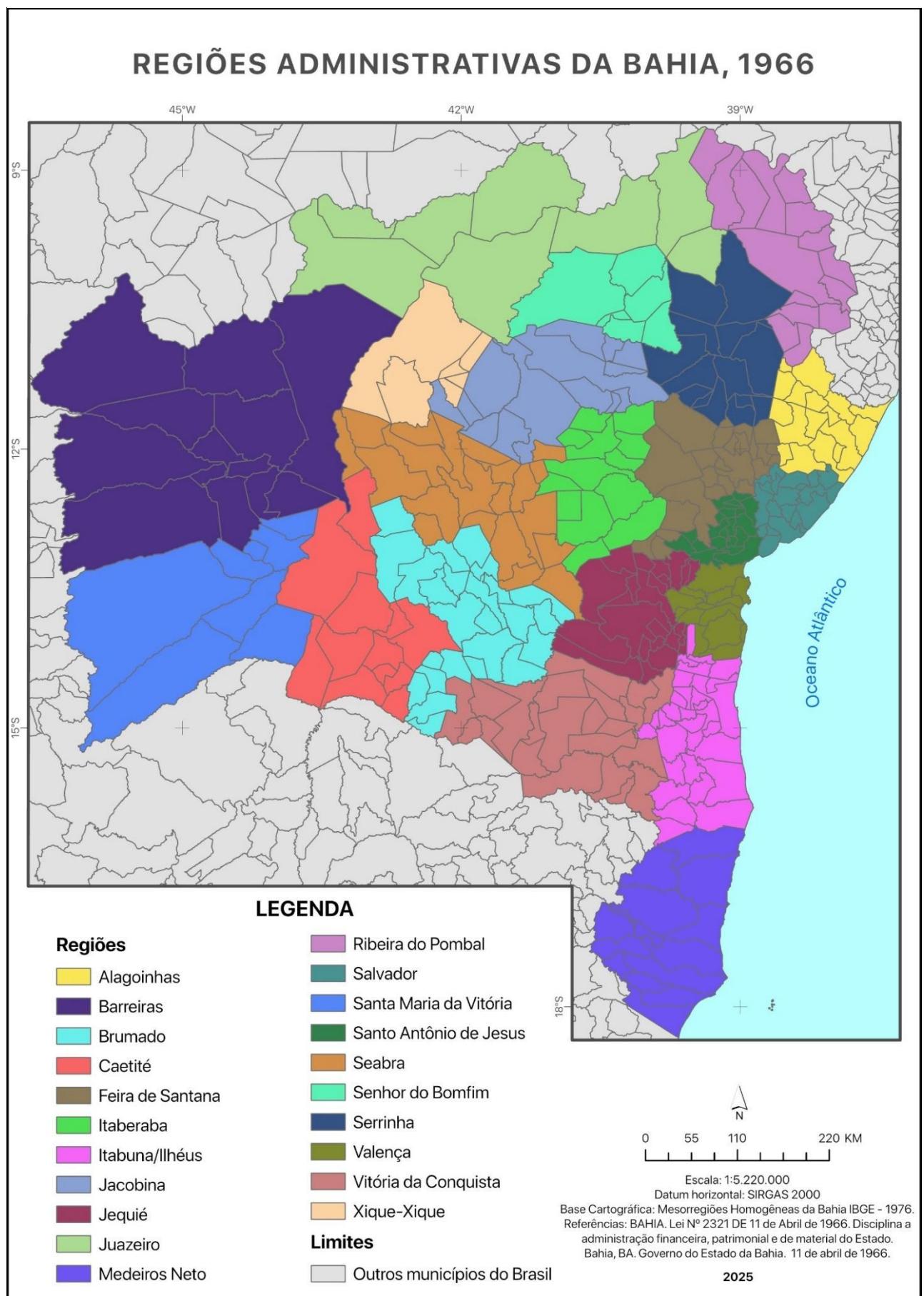
³⁵ § 4º do artigo 10 da Lei nº 2.321 - Para os fins deste capítulo, entende-se por órgão ou entidade geograficamente central aquele ou aquela que tem jurisdição em todo o território do Estado.

metodologia dessa regionalização não foram divulgados, mas havia uma intenção clara, sendo ela a de:

Identificar cidades que, devido ao seu comércio inter e intrarregional e, também, graças à sua infraestrutura básica (sistemas de transportes e de comunicação), exercessem o papel de centros regionais, sendo, assim, capazes de abrigar funções administrativas, agrupando em torno de si uma periferia definida, maximizando, dessa forma, a eficiência do processo, maximizando, dessa forma, a eficácia do processo (Xavier; Silva, 1973, p. 16 *apud* Fonseca, 2024, p. 8).

A seguir, temos o mapa e a tabela com a referida divisão.

Figura 24: Regiões Administrativas da Bahia - 1966



Fonte: Bahia (1966); Elaboração: Anderson Castro (2025)

Tabela 14: Regiões Administrativas da Bahia - 1966

Região	Municípios
Salvador	Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Itanagra, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Salina das Margaridas, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Vera Cruz.
Feira de Santana	Antonio Cardoso, Água fria, Anguera, Brejões, Candeal, Castro Alves, Coração de Maria, Feira de Santana, Ichu, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Lamarão, Nova Itarana, Milagres, Ouricangas, Pedrão, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Santa Terezinha, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta e Tanquinho.
Santo Antônio de Jesus	Amargosa, Aratuípe, Cachoeira, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Gov. Mangabeira, Jaguaripe, Laje, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Felipe, São Miguel das Matas e Sapeaçu.
Alagoinhas	Alagoinhas, Acajutiba, Aporá, Aramari, Cardeal da Silva, Crisópolis, Conde, Entre Rios, Esplanada Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Nova Soure, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias.
Serrinha	Araci, Biritinga, Cansanção, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, Teofilândia, Tucanos e Valente.
Itaberaba	Baixa Grande, Boa Vista do Cupim, Iaçu, Ibiqüera, Itaberaba, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Marcionílio Souza, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa e Tapiramutá,
Jequié	Aiquara, Barra do Rocha, Boa Nova, Cravolândia, Dário Meira, Ibirataia, Irajuba, Itagi, Itagiba, Itaquara, Itiruçu, Ipiaú, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Lafayete Coutinho, Manoel Vitorino, Maracás, Mutuípe, Planaltino Santa Inês e Ubaíra.
Valença	Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Itamari, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.
Ribeira do Pombal	Abaré, Antas, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Chorochó, Glória, Jeremoabo, Mucururé, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Rodelas.
Senhor do Bonfim	Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Itiúba, Jaguarari, Pindobaçu e Senhor do Bonfim.
Jacobina	Caém, Cafarnaum, Caldeirão Grande, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Jacobina, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Saúde, Serrolândia e Várzea do Poço.
Seabra	Andaraí, Brotas de Macaúbas, Barra do Mendes, Boninal, Ibicoara, Ibipitanga, Ibitiara, Ibotirama, Iraquara, Iramaia, Ipupiara, Itaeté, Lençóis, Morpará, Mucugê, Oliveira dos Brejinhos, Palmeiras, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.
Brumado	Abaíra, Água Quente, Aracatu, Barra da Estiva, Boquira, Botuporã, Brumado, Caculé, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ibiassucê, Ituaçu, Jacaraci, Jussiape, Licínio de Almeida, Livramento do Brumado, Macaúbas, Malhada de Pedras, Mortugaba, Paramirim, Piatã, Rio do Antônio, Rio de Conta, Rio do Pires e Tanhaçu.
Juazeiro	Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Uauá.
Xique-xique	Central, Gentio do Ouro, Jussara, Presidente Dutra, Uibaí e Xique-xique.
Barreiras	Angical, Barras, Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Cotelândia, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Ibiapetuba, Riacho das Neves, São Desidério e Tabocas do Barro Velho.

Santa Maria da Vitória	Canápolis, Carinhanha, Cocos, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana e Serra Dourada.
Caetité	Bom Jesus da Lapa, Caetité, Candiba, Guanambi, Igaporã, Malhada, Palmas de Monte Alto, Paratinga, Pindaí, São Laranjeiras, Urandi e Riacho de Santana.
Vitória da Conquista	Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caatiba, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Planalto, Piripá, Poções, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista.
Itabuna/Ilhéus	Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gongogi, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itagimirim, Itajú da Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itororó, Mascote, Pau Brasil, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca.
Medeiros Neto	Alcobaça, Caravelas, Guaratinga, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália

Fonte: Soares (1973)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Além disso, há uma classificação das cidades, feitas por técnicos do governo, sendo a seguinte

Tabela 15: Classificação das cidades das Regiões Administrativas de 1966

Grandes centros urbanos	1 ^a Classe	Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna
	2 ^a Classe	Vitória da Conquista e Jequié
	3 ^a Classe	Alagoinhas e Juazeiro
Centros urbanos intermediários	1 ^a Classe	Jacobina
	2 ^a Classe	Valença, Serrinha, Itapetinga, Brumado, Senhor do Bonfim, Xique-xique, Rui Barbosa e Itaberaba.
	3 ^a Classe	Cruz das almas e Santo Antônio de Jesus.
	4 ^a Classe	Canavieiras, Santa Maria da Vitória e Guanambi.
	5 ^a Classe	Barreiras, Caculé, Medeiros Neto e Seabra.
Centro em formação		Ribeira do Pombal.

Fonte: Silva (1977, p. 65)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Em 1972, seis anos após a primeira regionalização, há uma atualização das Regiões Administrativas. É proveniente de um convênio originado do Decreto Estadual nº. 22.847, de 14 de abril de 1972, que se fez através do trabalho em conjunto entre a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), a Comissão de Planejamento Econômico

da Bahia (CPE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Instituto de Geociências

A atualização dessa regionalização viera a ser publicada em 1973, tendo como ponto de partida a análise dos seguintes estudos e regionalizações da Bahia: *Zonas de Influência Comercial do Estado da Bahia* (Santos, 1958), de Milton Santos; a Reforma Administrativa de 1966, consequentemente a regionalização administrativa anterior; a regionalização da Bahia feita pela Comissão de Planejamento da Bahia (CPE) de 1968, que dividiu o Estado em da Bahia em 16 microrregiões; a regionalização a partir de centralidades do IBGE (1968); e as regiões urbanas do IBGE (1972), todos esses programas foram embasados nas teorias de centralidade urbana. Junto com a análise de outras regionalizações especiais, há aquelas feitas pelas próprias secretarias do Estado, sendo elas as regiões de saúde (21 regiões); regiões policiais (19 regiões); regiões educacionais (20 regiões); regiões fiscais (16 regiões); e as comarcas jurídicas. Estas permitiram aos propositores dessa atualização de regionalização montarem um ensaio das tipologias regionais, com um sistema de dominação/dependência delimitando e caracterizando as regiões (Bahia, 1973).

Segundo Souza (2008 p. 71), “Tal projeto parte da análise da divisão em regiões urbanas realizadas por Milton Santos em 1958”. É válido lembrar que, em 1958, Milton Santos estava voltado para temas da Geografia aplicada, com a visão de uma região existencialmente atrelada aos centros urbanos e a rede urbana.

O trabalho foi planejado no sentido de identificar cidades que, devido ao seu comércio intra e interregional e também graças à sua estrutura básica (sistema de transportes e comunicações) exercessem o papel de centros regionais, sendo assim capazes de abrigarem funções administrativas, agrupando em torno de si uma periferia definida, maximizando dessa forma a eficácia do processo (Bahia, 1973, p. 16).

Com a participação de Sylvio Bandeira e Douracy Soares, ambos geógrafos da UFBA, as técnicas metodológicas utilizadas partem de uma sobreposição de várias técnicas de pesquisa positivistas e neopositivistas, como a busca das centralidades urbanas através das análises fatoriais e a delimitação através da sobreposição cartográfica de vários mapas regionais da Bahia. Com isso, os autores amparados nesse processo de pesquisa, que foi mais um trabalho empírico, fizeram, além da regionalização, uma tipologia regional da Bahia, com o sistema de dominação/dependência entre os municípios e regiões.

Partiu-se da elaboração de uma regionalização natural que dividiu a Bahia em 37 regiões naturais. Em seguida, foi desenvolvida uma regionalização funcional urbana, integrando um conjunto de dados e mapas que retratam fluxos de transporte, pessoas e

mercadorias, com destaque para produtos agrícolas. Essa análise também considera a influência de cidades de outros Estados sobre o território baiano e estudos detalhados sobre produção, comércio e circulação de bens e pessoas entre as cidades da Bahia. Assim, consolidou-se uma visão abrangente das dinâmicas do território.

A partir da metodologia de análise fatorial, que forneceu um score que caracterizaria a zona de influência e polarização de centro urbano, e também dos mapas já existentes e produzidos, foram escolhidos os limites mais adequados para a efetivação das regiões. Sobre esse projeto os projetistas dizem:

A conclusão final, que corresponde à indicação de 17 (dezessete) regiões administrativas, igual número de centros e 25 (vinte e cinco) subcentros, está fundamentada nas seguintes proposições básicas: a) funcionalidade sobre o espaço; b) perspectivas de desenvolvimento; c) viabilidade de transporte interno; d) dinamismo urbano dos centros; e) importância dos centros e subcentros regionais de acordo com a política administrativa definida pelas diversas Secretarias do Estado; f) adequação de acomodação dos sistemas administrativos vigentes; g) percepção das regiões econômicas, teoricamente viáveis para a execução de programas de desenvolvimento. (Bahia, 1973, p. 86).

Segundo Soares, (1973, p. 86 *apud* Fonseca, 2024, p. 9) as preposições para tal regionalização foram as seguintes>

Funcionalidade sobre o espaço, perspectivas de desenvolvimento, viabilidade do transporte interno, dinamismo urbano dos centros, importância dos centros sub-regionais de acordo com a política administrativa definida pelas diversas Secretarias do Estado, adequação de acomodação dos sistemas administrativos vigentes, percepção das regiões econômicas, teoricamente viáveis para execução de programas de desenvolvimento.

A seguir tem o mapa e a tabela das regiões administrativas de 1973

Tabela 16: Regiões Administrativas da Bahia de 1973

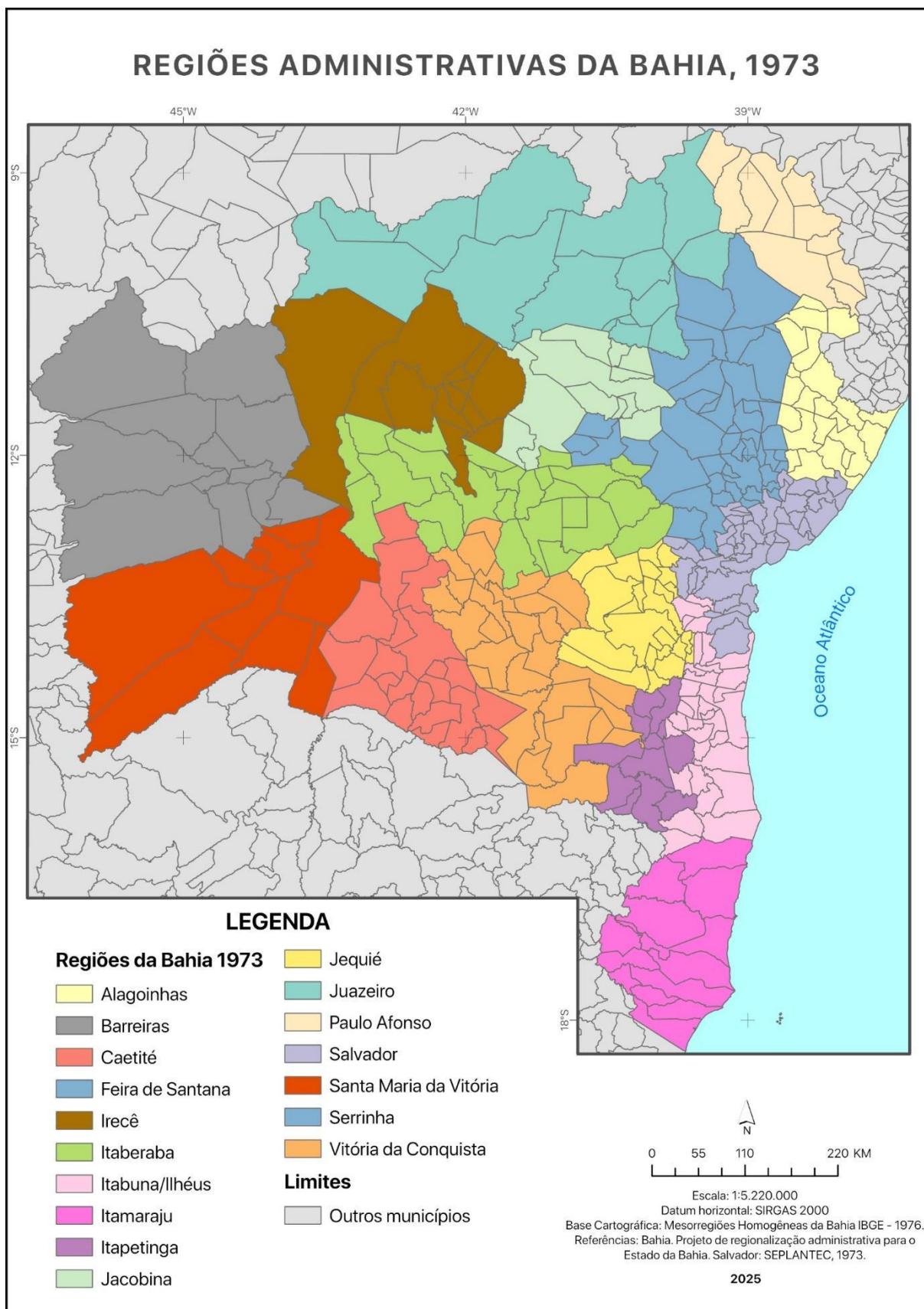
Região	Sede	Sub-centros	Municípios
1 ^a	Salvador	Valença, Santo Antônio de Jesus	Salvador, Santo Amaro, Valença, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Cachoeira, Nazaré, Candeias, Catu, Simões Filho, Camaçari, São Francisco do Conde, Mata de São João, Amargosa, Maragogipe, São Félix, Muritiba, São Sebastião do Passé, Conceição do Almeida, Itaparica, Terra Nova, Aratuípe, Cairu, Camamu, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Ituberá, Jaguaripe, Jequiricá, Laje, Lauro de Freitas, Milagres, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nilo Peçanha, Pojuca, Salinas da Margarida, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Taperoá, Teodoro Sampaio, Ubaíra e Vera Cruz.
2 ^a	Feira de Santana		Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Castro Alves, Riachão do Jacuípe, Ipirá, Conceição do Jacuípe, Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Baixa Grande, Candeal, Conceição da Feira, Coração de Maria, Elísio Medrado, Ichu, Ipecaetá, Irará, Lamarão, Mundo Novo,

			Ouriçangas, Pedrão, Piritiba, Santa Bárbara, Santanópolis, Santa Teresinha, Santo Estevão, Serra Preta, Tanquinho e Tapiramutá
3 ^a	Alagoinhas	Esplanada, Cícero Dantas.	Alagoinhas, Esplanada, Ribeira do Pombal, Acajutiba, Antas, Aporá, Aramari, Cardeal da Silva, Cícero Dantas, Cipó, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Inhambupe, Itaipicuru, Jandaíra, Nova Soure, Olindina, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Rio Real e Sátiro Dias.
4 ^a	Itabuna/Ilhéus	Canavieiras, Camacan.	Itabuna, Ilhéus, Ibicaraí, Coaraci, Itajuípe, Canavieiras, Gandu, Ubatã, Camacan, Belmonte, Uruçuca, Buerarema, Pau Brasil, Floresta Azul, Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Gongogi, Ibirapitanga, Itacaré, Itagimirim, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Maraú, Mascote, Santa Cruz da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Una e Wenceslau Guimaraes.
5 ^a	Itamaraju	Medeiros Neto, Itanhém	Itamaraju, Medeiros Neto, Itanhém, Alcobaça, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Lajedão Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália.
6 ^a	Paulo Afonso	Jeremoabo	Paulo Afonso, Jeremoabo, Abaré, Chorrochó, Coronel João Sá, Glória, Macururé, Pedro Alexandre e Rodelas
7 ^a	Serrinha	Euclides da Cunha	Serrinha, Araci, Biritinga, Cansanção, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, Teofilândia, Tucanos e Valente.
8 ^a	Jequié	Ipiaú, Jaguaquara	Jequié, Ipiaú, Jaguaquara, Aiquara, Barra do Rocha, Boa Nova, Brejões, Cravolândia, Dário Meira, Ibirataia, Irajuba, Itagi, Itagibá, Itaquara, Itiruçu, Jitaúna, Lafayete Coutinho, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Nova Itarana, Planaltino e Santa Inês.
9 ^a	Itapetinga		Itapetinga, Itambé, Itororó, Iguaí, Firmino Alves, Ibicuí, Itaju do Colônia, Itarantim, Macarami, Maiquinique, Nova Canaã e Potiraguá.
10 ^a	Juazeiro	Senhor do Bonfim, Remanso	Juazeiro, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Remanso, Antônio Gonçalves, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Itiúba, Jaguarari, Pilão Arcado, Pindobaçu, Sento Sé e Uauá.
11 ^a	Jacobina	Miguel Calmon	Jacobina, Miguel Calmon, Caem, Cafarnaum, Caldeirão Grande, Mairi, Mirangaba, Morro do Chapéu, Saúde, Serrolândia e Várzea do Poço.
12 ^a	Itaberaba	Ibotirama, Seabra	Itaberaba, Rui Barbosa, Iaçu, Andaraí, Boa Vista do Tupim, Brotas de Macaúbas, Ibitipitanga, Ibitiara, Ibiquera, Ibotirama, Ipupiara, Iraquara, Itaetê, Lajedinho, Lençóis, Macajuba, Morpará, Mucugê, Oliveira dos Brejinhos, Palmeiras, Paratinga, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.
13 ^a	Vitória da Conquista	Brumado, Poções, Cândido Sales	Vitória da Conquista, Brumado, Poções, Livramento do Brumado, Cândido Sales, Abaíra, Água Quente, Anagé, Aracatu, Barra da Estiva, Barra do Choça, Belo Campo, Boninal, Caatiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Encruzilhada, Ibicoara, Iramaia, Itaçu, Jussiápe, Malhada de Pedras, Paramirim, Piatã, Planalto, Rio de Contas, Rio do Pires, Tanhaçu e Tremedal.
14 ^a	Irecê	Barra, Xique-Xique	Irecê, Barra, Xique-Xique, Barra do Mendes, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Jussara, Presidente Dutra e Uibaí.
15 ^a	Caetité	Guanambi, Caculé	Caetité, Guanambi, Caculé, Boquira, Botuporã, Candiba, Condeúba, Cordeiros, Ibiassucê, Igaporã, Jacaraci, Licínio de Almeida, Macaúbas, Mortugaba, Palma de Monte Alto, Pindaí,

			Piripá, Presidente Jânio Quadros, Riacho de Santana, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras e Urandi.
16 ^a	Barreiras		Barreiras, Angical, Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Cotelipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibirapetuba, Riachão das Neves, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho.
17 ^a	Santa Maria da Vitória	Bom Jesus da Lapa	Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Santana, Canápolis, Carinhanha, Cocos, Correntina, Malhada e Serra Dourada.

Fonte: Bahia (1973, p. 109-112).

Figura 25: Regiões Administrativas da Bahia - 1973



Fonte: Bahia (1973)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Em 1989, a realidade da Bahia exigia uma atualização das regiões administrativas. Na época, coexistiam diversas regionalizações que as secretarias faziam avulsamente a partir de suas necessidades; muitos órgãos estaduais adotavam critérios próprios para regionalizar o Estado. Na tabela abaixo, pode-se ter uma visão dessa realidade. Assim, buscou-se estabelecer uma divisão regional que atendesse às necessidades setoriais, sendo suficientemente abrangente e funcional para apoiar as ações de descentralização em todos os setores da administração estadual (Bahia, 1991, p. 3).

O estudo critica a regionalização administrativa anterior, argumentando que a ideia de buscar uma "divisão perfeita", capaz de coordenar efetivamente a ação setorial do governo, é ilusória e desprovida de substância. Ele sugere que essa visão foi sustentada por discursos políticos durante a institucionalização da divisão, mas não cumpriu as expectativas que lhe foram atribuídas ao longo dos 24 anos desde sua criação. Afirma, ainda, que a melhor maneira de organizar as ações regionais do Estado não se resume a apenas dividir o território em regiões administrativas. Essa organização deveria ser orientada por decisões políticas, com base nas alianças sociais e regionais que influenciam o poder estadual e os programas de governo. Enquanto esse tipo de abordagem não é adotado, técnicos continuam criando modelos de organização que, apesar de bem-intencionados, muitas vezes não têm impacto real, porque não levam em conta as necessidades e práticas concretas da sociedade (Bahia, 1991).

Ao Governo caberia então explorar as características atuais e o sistema urbano e do sistema de transportes, como elemento chave de qualquer estratégia de distribuição de bens e serviços no território do estado, empreendendo assim um passo fundamental na necessária evolução em termos de racionalização e coordenação de sua ação regionalizada. Ao invés de permanecer na institucionalização de modelos descolados da realidade e por isso incapazes de qualquer influência concreta [...] (Bahia, 1991, p. 17).

Tabela 17: Órgãos com regionalizações avulsas

Órgãos agrícolas com regionalizações próprias	Órgãos de serviços sociais com regionalizações próprias	Órgãos de serviços fiscais com regionalizações próprias	Órgãos de serviços de infraestrutura com regionalizações próprias
SEAGRI	SESAB	SEFAZ	DETELBA
INTERBA	SEEB	TCM	CRA
EMATERBA	IPRAJ	BANEB	STC
IBB	SETRAB	JUCEB	DERBA
CAR	IAPSEB		CERB
	SEC		SERAI
	SSP		EMBASA
	DETAN		COELBA

Fonte: Bahia, 1991

A atualização das regiões administrativas teve como objetivo principal promover a descentralização na oferta de serviços públicos. Para isso, consideraram-se “[...] critérios de centralidade, acessibilidade e distância, combinados ou não a outros fatores específicos para definir polos e/ou áreas de distribuição das entidades do Estado” (Bahia, 1991, p. 16). Dessa forma, a acessibilidade física aos serviços, especialmente nas cidades que funcionam como centros de atendimento, foi destacada como ponto central, embasada em análises dos sistemas urbanos e de transporte.

Assim, principalmente embasados nas regionalizações avulsas as secretarias do governo do Estado, somados aos estudos de centralidades urbanas e utilizando como critério a articulação da cidade com Salvador através do sistema viário intermunicipal, foram feitos os ajustes com 26 cidades centro de região, para uma regionalização mais significativa e que realmente fosse útil.

Devido à falta de informações disponíveis acerca dos municípios que compõem cada região, inviabilizou-se a produção de um mapa e de uma tabela mais detalhada

Tabela 18: Regiões de influência

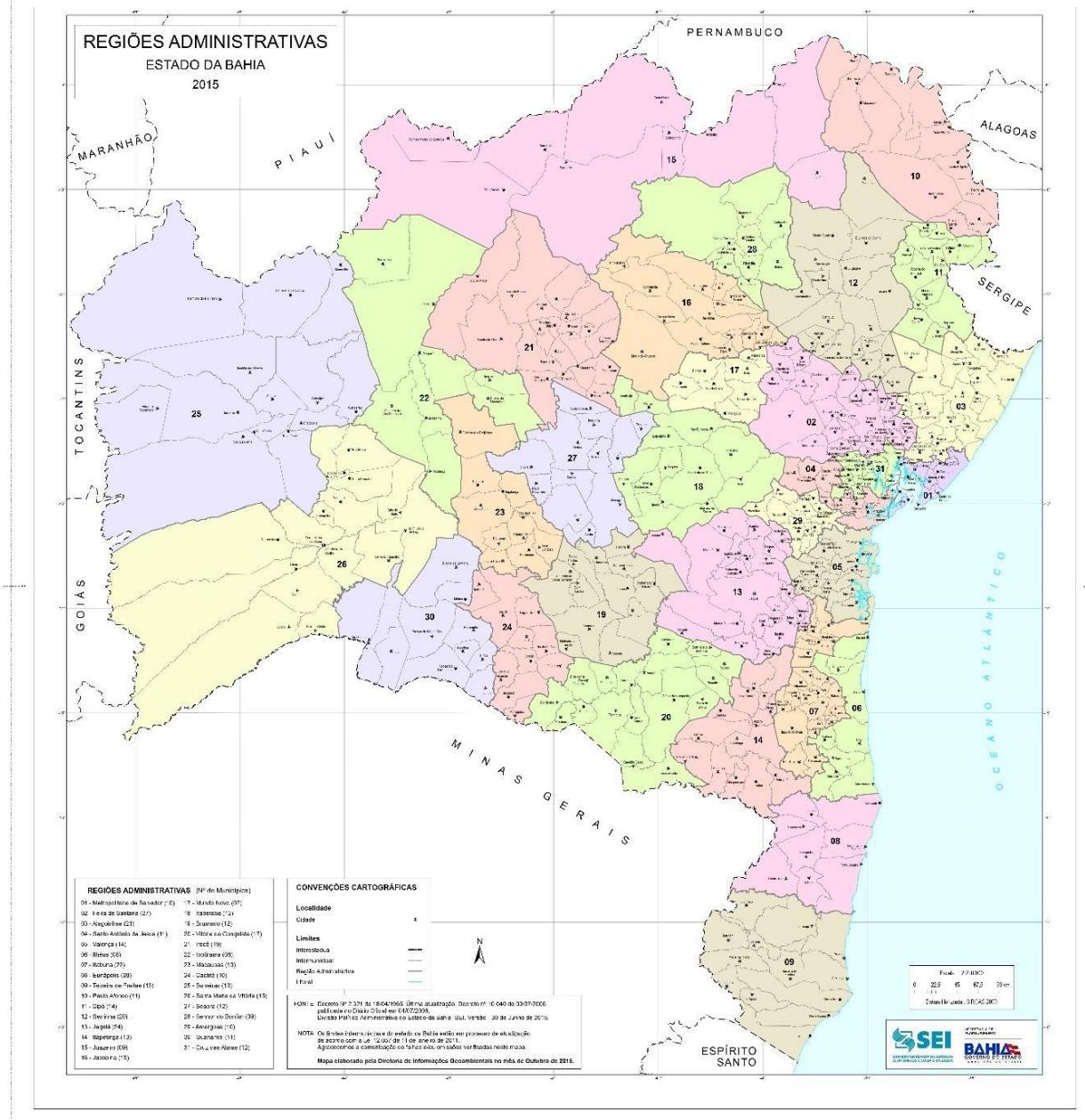
Número	Região de influência	Centro mais influente	Quantidade de municípios integrantes	% do Estado
01	Salvador	Salvador	12	2.9
02	Alagoinhas	Alagoinhas	19	4.6
03	Feira de Santana	Feira de Santana	33	8.0
04	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	27	6.5
05	Valença	Valença	10	2.4
06	Ipiaú	Ipiaú	18	4.3
07	Itabuna\Ilhéus	Itabuna\Ilhéus	23	5.5
08	Eunápolis	Eunápolis	8	1.9
09	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	13	3.1
10	Itapetinga	Itapetinga	12	2.9
11	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	20	4.8
12	Jequié	Jequié	16	3.9
13	Itaberaba	Itaberaba	16	3.9
14	Serrinha	Serrinha	14	3.4
15	Ribeira do Pombal	Ribeira do Pombal	19	4.6
16	Paulo Afonso	Paulo Afonso	10	2.4
17	Juazeiro	Juazeiro	8	1.9
18	Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	10	2.4
19	Jacobina	Jacobina	20	4.8
20	Irecê	Irecê	21	5.1
21	Seabra	Seabra	11	2.7
22	Brumado	Brumado	18	2.0
23	Ibipetuba	Ibipetuba	9	2.2
24	Guanambi\Caetité	Guanambi\Caetité	22	5.3
25	Barreiras	Barreiras	12	2.9
26	Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória	3	1.8

Fonte: Souza (2008, p. 80).

Através dos anos, houveram várias modificações, sendo criadas mais regiões; em algumas ocasiões, municípios trocavam de regiões, por questões técnicas ou meramente conchavos políticos, mas não houve mais uma reformulação geral. A última atualização das regiões administrativas foi em 2006, por meio do Decreto nº 10.040, de 03 de julho de 2006, por meio do qual foi oficializada a troca do município de Ribeirão do Largo, integrante da 14^a Região Administrativa, com sede em Itapetinga, para a 20^a Região Administrativa, com sede no Município de Vitória da Conquista.

Como se pode notar, a última atualização geral, em 1991, terminou em 26 regiões. Em 2006, a Bahia estava dividida em 31 regiões, de acordo com o mapa construído pela SEI em 2015.

Figura 26: Regiões Administrativas da Bahia - 2015



Elaboração: SEI (2015)

Em relação à coprodução, a retroalimentação entre as regionalizações, na criação e nas duas grandes atualizações, houve geógrafos envolvidos, valendo-se dessas regionalizações como objeto de estudo. Por exemplo, na criação, tem-se a participação de Lysia Bernardes, à época uma das geógrafas mais ativas do IBGE, o que é observado pela sua produção na Revista Brasileira de Geografia, com 13 artigos publicados entre 1939 e 1996. Apesar de não haver registro da metodologia utilizada, Sylvio Bandeira (1967) supõe que os centros regionais e as regionalizações tiveram como principal critério a situação geográfica. Dito isso, Sylvio

Bandeira e Barbara Christine tomaram essa primeira regionalização como objeto de estudo, como ponto de partida ou como elemento importante de análise em alguns de seus estudos.

Na primeira atualização geral, em 1973, estavam envolvidos, no projeto de construção, vários geógrafos, sendo encabeçados principalmente por Sylvio Bandeira e Douracy Soares como executores do convênio; Clorildes Pedreira e Daria Maria Cordeiro Cardoso, como estagiárias de cartografia; Eliria Lins de Souza Sant'ana e Maria da Conceição Oliveira Cunha, como estagiárias de tabulação e coleta de dados auxiliares a pesquisa; e Ana Maria Leite, Arocelma Diz dos Santos, Irlene Maria Peixoto Magnavita, Sonia Maria Menezes Leite, Vilma Luiza Ribero Camões, como estagiárias de tabulação e coleta de dados. Assim, além da participação de vários geógrafos nesse projeto de regionalização, em destaque as estagiárias que participaram, tratava-se de um grande laboratório de aprendizagem de pesquisa regional. E tal regionalização foi base para vários trabalhos futuros de Sylvio Bandeira, como já visto no tópico em que analisamos sua obra. Na segunda e última atualização geral, só foi possível identificar Sylvio Bandeira como geógrafo participante; estava como consultor técnico.

Por fim, foi identificado que, a partir de uma ação do poder público da Bahia em correlacionar produtores de conhecimento em Geografia regional com a ação de regionalizar o Estado enquanto uma política pública de descentralização, houve uma coprodução muito implícita. A primeira regionalização, pautada nas ideias da geógrafa Lysia Bernardes, foi capaz de fomentar uma retroalimentação entre política pública e construção de conhecimento, a qual o destaque fica por conta de Sylvio Bandeira, que produziu a partir da primeira regionalização, pensando a partir de novos elementos teóricos e metodológicos. Após isso, o governo convidou Sylvio Bandeira para produzir uma atualização das regiões administrativas. A partir de sua bagagem teórica, o professor aplicou uma Geografia que era novidade naquele momento, embasado na Teoria Geral dos Sistemas, teorias das localidades centrais e metodologias cartográficas e quantitativas, gerando uma nova regionalização que viera a ser base de muitas de suas pesquisas.

Em 1991, houve uma nova atualização na qual Sylvio Bandeira esteve envolvido, e essa atualização provavelmente refletiu em uma revisão significativa em sua abordagem teórica, ao ser comparada ao projeto de regionalização anterior. Isso porque essa transformação foi motivada pela percepção de que os resultados gerados pela abordagem anterior não atenderam às expectativas ou objetivos inicialmente propostos. Nesse novo contexto, a ideia de regionalizar passou a ser vista de uma maneira mais pragmática, melhor dizendo, mais simplificada, considerando alguns elementos que, embora simplistas, desempenharam um papel

central na proposta: centralidade, acessibilidade e distância. Esses fatores foram considerados determinantes para a definição de regiões, buscando uma compreensão mais direta.

Outras duas questões que valem ser levantadas aqui são a influência indireta de Milton Santos e o projeto de regionalização como um laboratório de indução para novos geógrafos e pesquisadores regionais. Sobre a primeira afirmativa, Sylvio Bandeira (1973) utiliza o trabalho de Milton Santos (1958) para ajudar no embasamento das escolhas das cidades centro da região e nas delimitações. Sobre a segunda afirmativa, procurei algo sobre as estagiárias de Geografia para ver se a atuação naquele projeto reverberou em suas carreiras, mas achei pouca informação; a única de fácil acesso é a atual professora da UFBA, Daria Maria Cordeiro Cardoso, que, naquele momento, participou como estagiária de cartografia e hoje é um dos principais nomes da cartografia baiana.

4.3: Microrregiões Programas (1968)

As Microrregiões Programas foram produzidas por técnicos do CPE, na tentativa de melhorar o planejamento regional no Estado da Bahia, no ano de 1968. Isso se deu na busca de organizar o desenvolvimento de diferentes regiões baianas de forma estratégica. Com o objetivo de maximizar os efeitos desejados das ações do governo ou outras políticas econômicas, o Estado da Bahia foi dividido em 16 Microrregiões Programas (MRPs). Essas microrregiões são áreas menores dentro do Estado, que seriam analisadas por meio de diagnósticos detalhados para identificar fatores que poderiam impulsionar ou limitar o desenvolvimento local. Partiu-se do pressuposto de que, conhecendo bem cada região, seria possível aplicar ações mais eficientes, direcionadas às necessidades e características específicas de cada uma.

Sylvio Bandeira (1973) menciona que a metodologia utilizada para definir essas microrregiões não está claramente explicada em documentos oficiais, mas foi provavelmente baseada em classificações anteriores feitas pelo IBGE, como as Zonas Fisiográficas (1946) e as Microrregiões Homogêneas (1967). Essas divisões anteriores serviram como base para delimitar as MRPs, mas os técnicos da CPE procuraram uma divisão mais prática e adaptada às necessidades de planejamento.

Apesar de ser um passo importante, a divisão do Estado em MRPs teve algumas limitações. Entre as principais dificuldades, está a ausência de uma metodologia que levasse em conta os aspectos funcionais do desenvolvimento, ou seja, as dinâmicas reais e interações entre as regiões, que são mais importantes para o planejamento global. Além disso, a falta de uma definição clara de um "centro dinamizador", uma área central que lidera o crescimento de toda a microrregião, também foi um problema. Isso fez com que algumas MRPs tivessem dificuldades em atingir os objetivos propostos.

Ao que parece, essa regionalização existiu a nível teórico, ou interno às instituições públicas de planejamento, principalmente para estudos e proposições de políticas públicas a partir da CPE. Sylvio Bandeira, Barbara-Christine e Sonia Leão (1985) afirmam que o principal motivo para a existência dessa regionalização seriam as políticas públicas do Governo Federal no Estado da Bahia, por exemplo na aplicação do programa federal PoloNordeste, o programa especial de combate à seca.

Teoricamente e metodologicamente não há como pensar profundamente nessa região, até mesmo pela dificuldade de achar seu documento embasador, sendo possível apenas vê-la através de registros de terceiros. No entanto, tudo indica que foram critérios abstratos, sobretudo os econômicos, que pautaram a criação dessa região, uma vez que o objetivo de sua existência

era suplementar alguns atributos em que a regionalização em regiões administrativas, vigente em 1968, falhava. Assim, enquadra essa regionalização como um instrumento de ação. Como diz Haesbaert (2010), são regiões e regionalizações que propõem ações efetivas e alternativas para o futuro, visando adequá-las a objetivos político-econômicos específicos e priorizando determinados vetores e eventos (Santos, 2002), enquanto ignora outros. Por exemplo, as microrregiões programas priorizam os fatos econômicos, enquanto a realidade sociocultural não é levada em conta.

A região ficou dividida como pode-se averiguar na tabela abaixo

Tabela 19: Microrregiões Programas

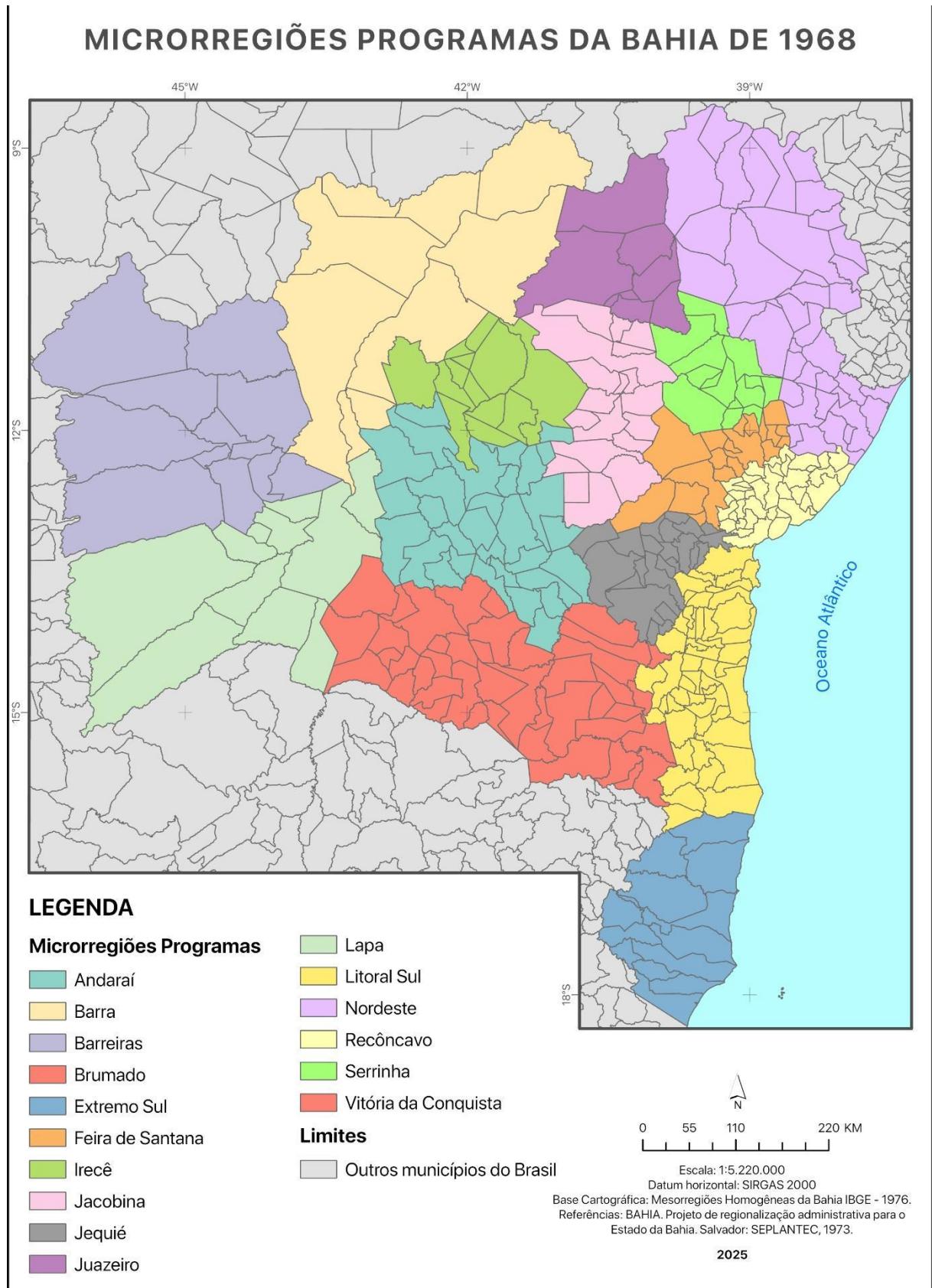
Microrregião Programa	Municípios integrantes
Andaraí	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Contendas do Sincorá, Érico Cardoso, Ibicoara, Ibitipanga, Ibitiara, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Ituaçu, Jussiape, Lençóis, Macaúbas, Mucugê, Oliveira dos Brejinhos, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires, Seabra, Tanhaçu, Utinga e Wagner.
Barra	Barra, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Ibotirama, Morpará, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Xique-Xique
Barreiras	Angical, Baianópolis, Barreiras, Brejolândia, Catolândia, Cotelândia, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho.
Brumado	Aracatu, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Jacaraci, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Riacho de Santana, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tremedal e Urandi.
Extremo Sul	Guaratinga, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado.
Feira de Santana	Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Castro Alves, Coração de Maria, Elísio Medrado, Feira de Santana, Iaçu, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Ouricangas, Pedrão, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santanópolis, Santo Estêvão, Serra Preta e Tanquinho.
Irecê	Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Jussara, Morro do Chapéu, Presidente Dutra, Souto Soares e Uibaí.
Jacobina	Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Caém, Ibiquera, Itaberaba, Jacobina, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa, Serrolândia, Tapiramutá, Várzea do Poço, Caldeirão Grande, Mirangaba e Saúde.
Jequié	Aiquara, Amargosa, Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itagi, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Lafaiete

	Coutinho, Laje, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.
Juazeiro	Juazeiro, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Senhor do Bonfim e Itiúba.
Lapa	Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada e Paratinga.
Litoral Sul	Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibirataia, Ilhéus, Ipiáu, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itamari, Itapé, Mascote, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçua, Wenceslau Guimarães, Ibicaraí, Itapitanga, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicuí, Iguáí, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itapebi, Itororó, Pau Brasil, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória, Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.
Nordeste	Acajutiba, Alagoinhas, Antas, Aporá, Aramari, Cícero Dantas, Cipó, Crisópolis, Inhambupe, Itapicuru, Nova Soure, Olindina, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Sátiro Dias, Abaré, Chorrochó, Curaçá, Macururé, Rodelas, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Euclides da Cunha, Monte Santo, Quijingue, Tucano, Uauá, Coronel João Sá, Glória, Jeremoabo, Paulo Afonso, Pedro Alexandre e Santa Brígida.
Recôncavo	Itanagra, Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz, Camaçari, Candeias, Catu, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde e Simões Filho.
Serrinha	Araci, Biritinga, Candeal, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Valente, Cansanção e Queimadas.
Vitória da conquista	Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Caatiba, Cândido Sales, Dário Meira, Manoel Vitorino, Nova Canaã, Planalto, Poções e Vitória da Conquista.

Fonte: Bahia (1973)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Figura 27: Microrregiões Programas da Bahia - 1968



Fonte: Bahia (1973)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

4.4: Regiões de Planejamento (1983)

Em 1983, no programa governamental de ação para a Bahia 1983-1987, o governo estadual apresentou um planejamento regional com o intuito principal de interiorização do desenvolvimento econômico, de oferta de infraestrutura e serviços sociais. A produção de tais regionalizações vem a partir do fraco desenvolvimento regional da Bahia nas regionalizações e políticas regionais anteriores, nem as regiões econômicas ou as microrregiões programas foram consideradas suficientemente efetivas para a diminuição das desigualdades regionais, principalmente quando se fala do desenvolvimento econômico.

Assim, a partir de um foco em cima das potencialidades e fragilidades econômicas regionais da Bahia, o governo propôs diversos programas de desenvolvimento regional, principalmente dos espaços situados no interior, e também voltada para o desenvolvimento do polo industrial da metropolitana de Salvador. Assim, produziram as políticas regionais aqui estudadas e consequentemente duas regionalizações, regionalizações essas ligadas a interesse e critérios político-econômicos, que se atrelam aos recursos naturais e suas possibilidades de virarem combustível de uma vida regional, bem como, a mitigação das dificuldades naturais que poderiam estar afetando um possível desenvolvimento

Com tais objetivos em mente, foram construídas duas regionalizações, uma em escala habitualmente utilizada e outra em macro-escala, estas intituladas Regiões de planejamento. A Bahia foi dividida em 3 macrorregiões, essas definidas a partir de critérios geoecológicos e geoeconômicos, cada região dessa receberia políticas públicas específicas, provavelmente de acordo com suas características ambientais.

Faixa litorânea, de característica tropical semiúmida, onde originariamente ocorreram o povoamento e a colonização e na qual ainda hoje se concentra fortemente a população e a atividade econômica. Conforme critérios geoecológicos, incluiu-se o sudoeste baiano; a extensa região semiárida, representando cerca de 60% do território do Estado, com E sensibilidade às variações climáticas, onde se registra uma precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm. Nela predomina, uma economia de subsistência, calcada em pequenos produtores, mas, ainda assim, responsável pela maior parcela da produção de alimentos no Estado. Fundamentalmente, essa área Marca dominância, na Bahia, do "Polígono das Secas"; O cerrado, situado no extremo Oeste do Estado, com 10,5 milhões de hectares ainda praticamente inexplorados, despovoado e em boa medida também desconhecido, que 50 agora passou a contar com uma rede básica de infra-estrutura, principalmente de transporte e energia. (Bahia, 1983, p. 31)

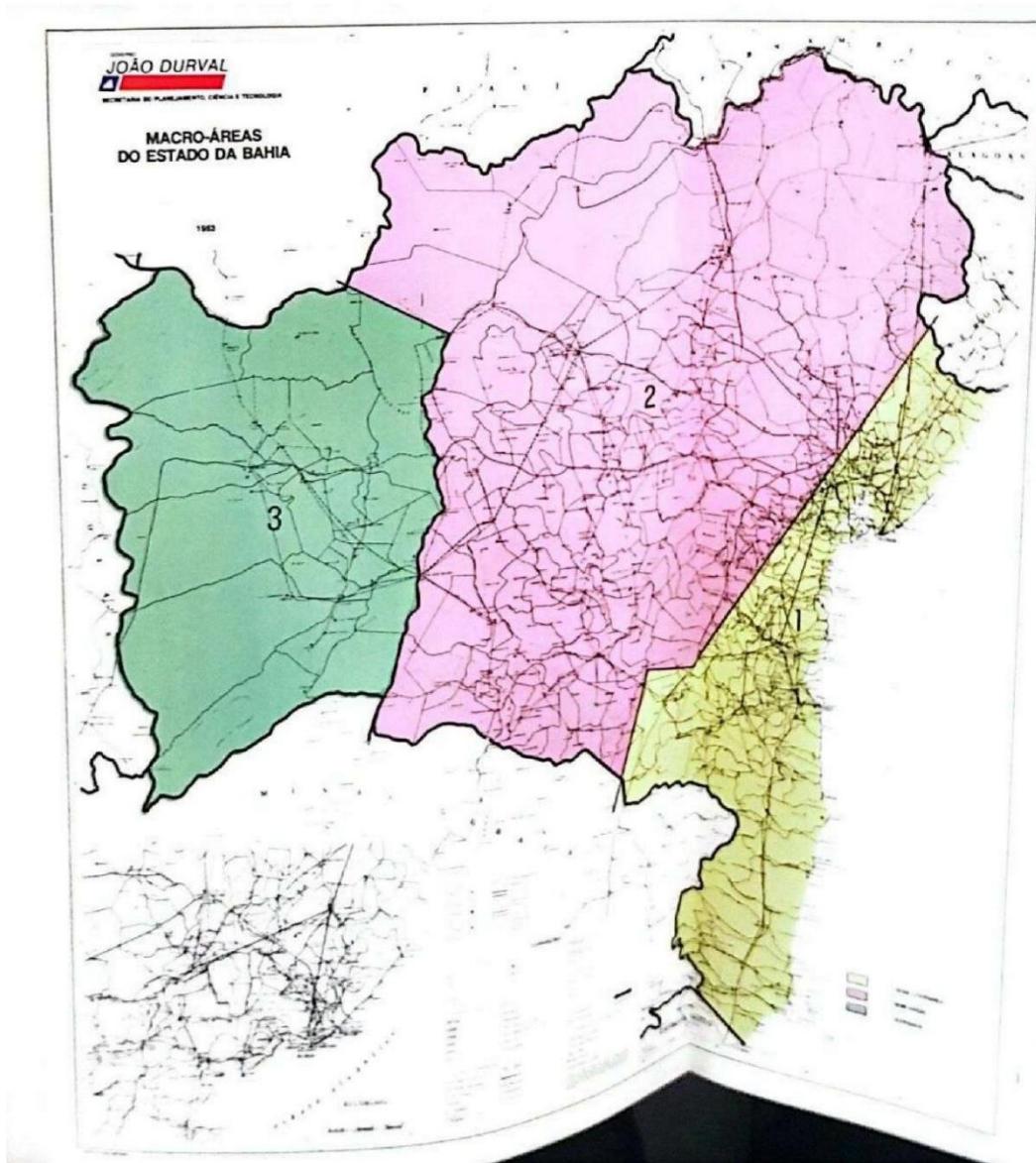
A partir dessas três macrorregiões, o projeto dividiu-as em 10 regiões de planejamento, ficando da seguinte forma: macrorregião 1 - Faixa litorânea, sendo dividida nas regiões: litoral norte, metropolitana de salvador, litoral sul, sudoeste; Macrorregião 2 - semiárido, sendo

dividido nas regiões: nordeste, sobradinho, Irecê, Paraguaçu e serra geral; macrorregião 3 – cerrado, sendo unicamente a Região Oeste.

Na imagem abaixo, o mapa produzido pelos técnicos do projeto, há uma questão muito importante para se perceber, quando dividiram as macrorregiões em regiões menores houve algum erro teórico-metodológico. Pois, baseado na tabela de municípios que o projeto disponibiliza (verificar a tabela abaixo) muitos municípios que o projeto indicou como integrantes da Região do Paraguaçu, que integra a macrorregião do semiárido, foram postos como integrantes da macrorregião do litoral. Ou seja, desmembraram a Região do Paraguaçu, que é originalmente pertencente ao semiárido, para estes municípios integrarem a macrorregião do Litoral, em função de uma coesão físico-natural, mas não trouxeram a base metodológica dessa escolha, nem ao menos uma explicação superficial, apenas fizeram um mapa e provavelmente utilizaram o critério ambiental para isso, nem se quer informaram os municípios desmembrados, observe a diferença entre o mapa que fiz, a partir da lista de municípios que o projeto regionalizou com o mapa feito pelos integrantes de tal projeto, no mapa de regiões do planejamento que produzi abaixo, podemos ver como ficaria o mapa a partir da divisão municipal que o projeto expõe.

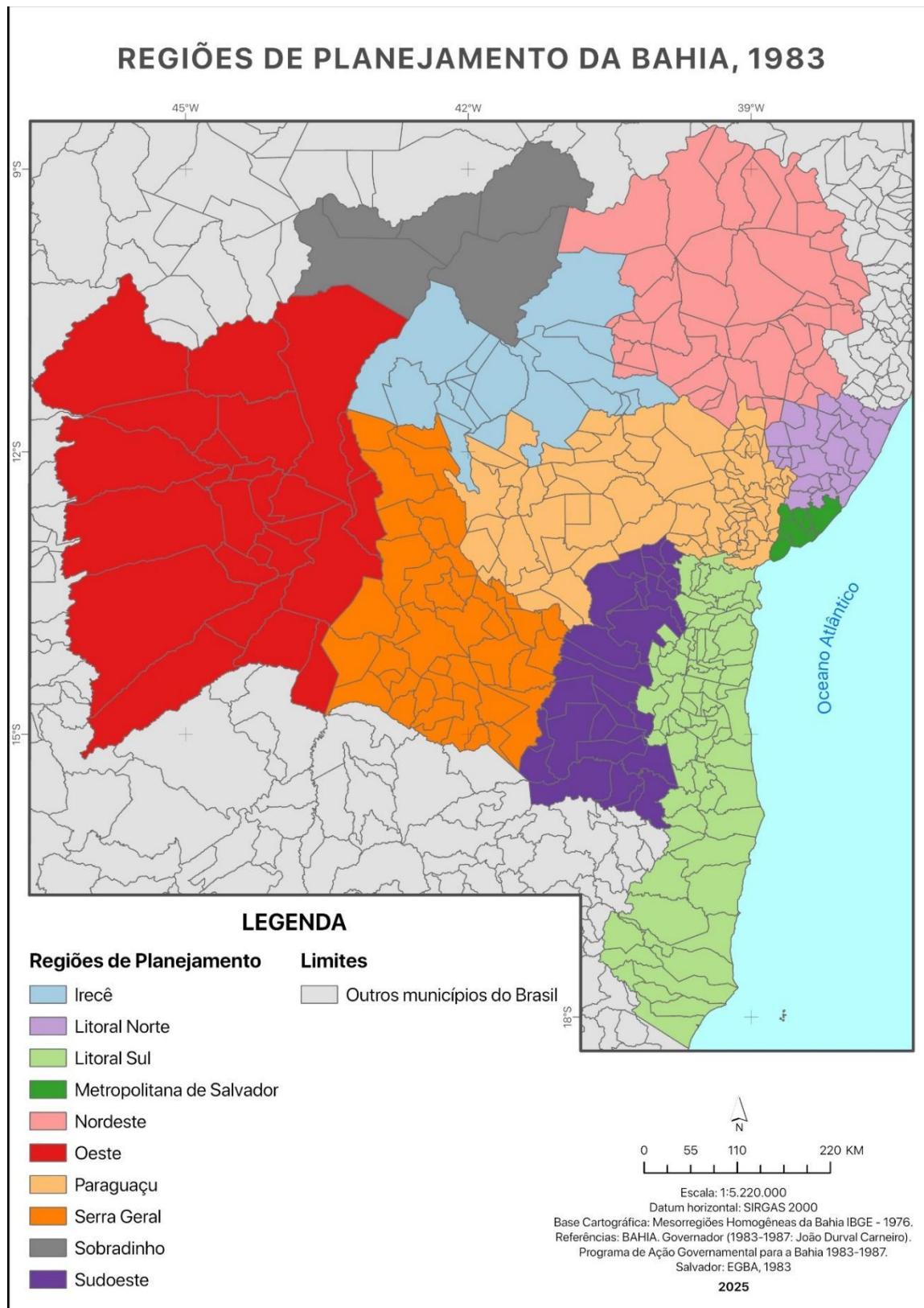
Em sentido da linguagem de coprodução entre ciência e política, não há meios práticos para saber se houve a participação de algum Geografia neste projeto e essa regionalização é pouco usada em trabalhos de análise regional, sendo rapidamente citada em *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana* (1985) e em *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna* (1987), ambos livros de Sylvio Bandeira, Barbara-Christine e Sonia Leão.

Figura 28: Macroáreas do Estado da Bahia



Fonte: Bahia (1983)

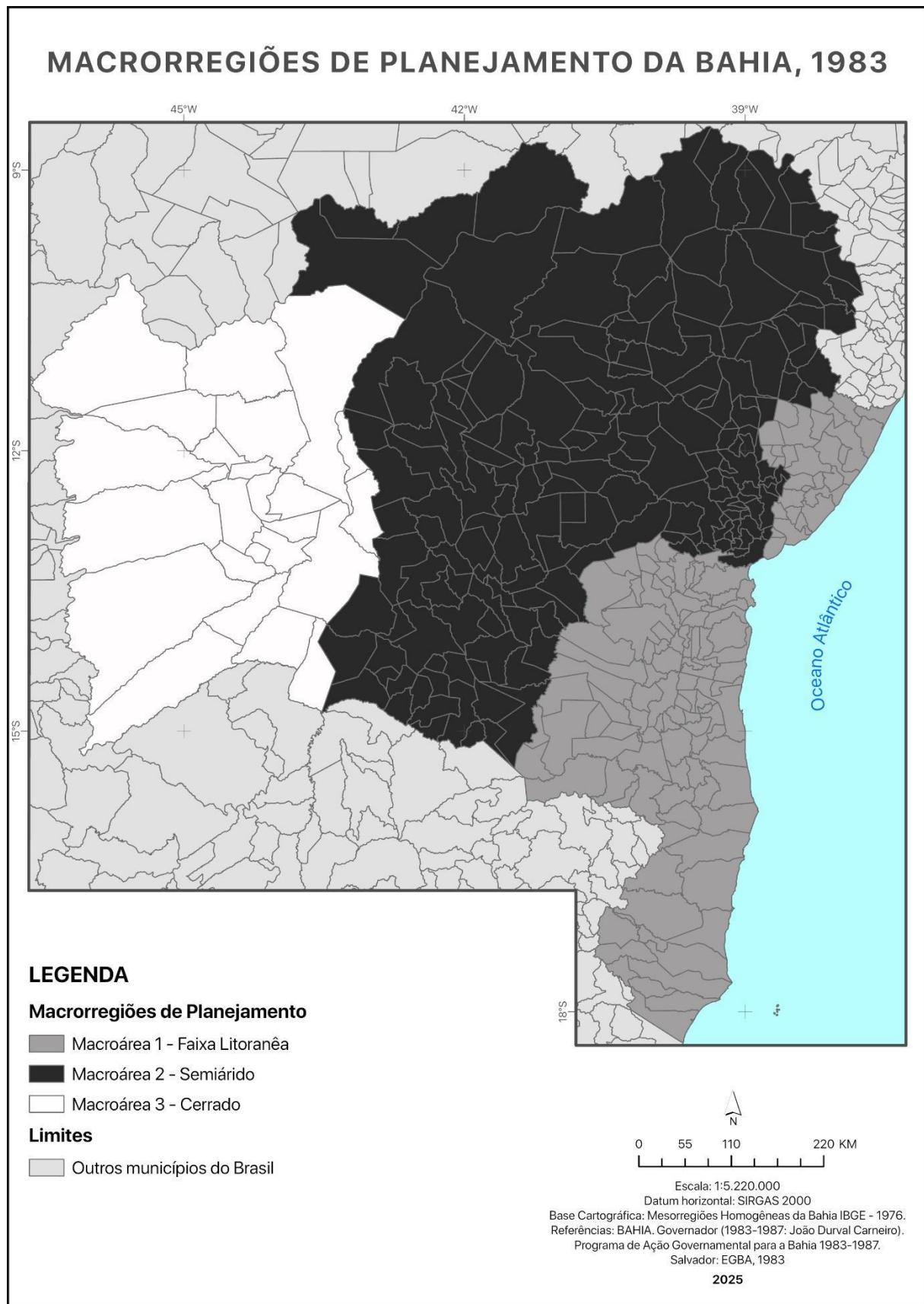
Figura 29: Regiões de Planejamento da Bahia - 1983



Fonte: Bahia (1983)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Figura 30: Macrorregiões Planejamento da Bahia - 1983



Fonte: Bahia (1983)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Tabela 20: Macrorregião de Planejamento

Macrorregião de planejamento	Microrregião de planejamento	Municípios integrantes
Faixa Litorânea	Litoral Norte	Acajutiba, Água Fria, Alagoinhas, Aporá, Aramari, Cardeal da Silva, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Irará, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Ouricangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, São Sebastião do Passé, Sátiro Dias e Catu.
	Litoral Sul	Aiquara, Alcobaça, Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Cairu, Camacan, Camamu, Canavieiras, Caravelas, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Guaratinga, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Iguái, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itororó, Ituberá, Jiquiriçá, Jitaúna, Laje, Lajedão, Maraú, Mascote, Medeiros Neto, Mucuri, Mutuípe, Nilo Peçanha, Nova Viçosa, Pau Brasil, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Taperoá, Teolândia, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Valença, Wenceslau Guimarães, Dário Meira e Itagi.
	Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.
	Sudoeste	Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Brejões, Caatiba, Cândido Sales, Cravolândia, Encruzilhada, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Lafaiete Coutinho, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Nova Canaã, Nova Itarana, Planaltino, Planalto, Poções, Santa Inês e Vitória da Conquista.
Semiárido	Irecê	Barra do Mendes, Campo Formoso, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Jacobina, Jussara, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Presidente Dutra, Serrolândia, Uibaí, Várzea do Poço e Xique-Xique.
	Nordeste	Abaré, Antas, Antônio Gonçalves, Araci, Biritinga, Caém, Caldeirão Grande, Cansanção, Chorrochó, Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Coronel João Sá, Curaçá, Euclides da Cunha, Glória, Itapicuru, Itiúba, Jaguarari, Jeremoabo, Juazeiro, Macururé, Monte Santo, Nova Soure, Olindina, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pindobaçu, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rodelas, Santa Brígida, Santaluz, Senhor do Bonfim, Teofilândia, Tucano, Uauá, Valente e Saúde.

	Paraguaçu	Abaíra, Amargosa, Amélia Rodrigues, Andaraí, Anguera, Antônio Cardoso, Aratuípe, Baixa Grande, Barra da Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal, Cachoeira, Cafarnaum, Candeal, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Iaçu, Ibicoara, Ibiquera, Ipecaetá, Ipirá, Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaeté, Jaguaripe, Lajedinho, Lamarão, Lençóis, Macajuba, Mairi, Maragogipe, Marcionílio Souza, Milagres, Mucugê, Mundo Novo, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Palmeiras, Piatã, Piritiba, Ruy Barbosa, Salinas da Margarida, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santanópolis, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Seabra, Serra Preta, Serrinha, Souto Soares, Tanquinho, Tapiramutá, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Utinga, Wagner, Ichu e Riachão do Jacuípe.
	Serra Geral	Aracatu, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ibipitanga, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara, Ituaçu, Jacaraci, Jussiape, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Malhada de Pedras, Morpará, Mortugaba, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Riacho de Santana, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tremedal, Urandi e Érico Cardoso.
	Sobradinho	Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé.
Cerrado	Oeste	Barreiras, Angical, Baianópolis, Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Canápolis, Carinhanha, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotelândia, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Malhada, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, Tabocas do Brejo Velho e Serra Dourada.

Fonte: Bahia (1983)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

4.5: Regiões Econômicas (1991)

A partir da Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991, foi instituído o Plano Plurianual 1992-1995 que criou a divisão regional em Regiões Econômicas, regionalização essa que dividiu o Estado em 15 Regiões. Em síntese podemos dizer que as regiões econômicas são uma porção de espaço contínuo e delimitado pela polarização de uma cidade tendo como característica uma ou mais atividades produtivas, elas abrem um novo processo na função estatal no que diz a respeito de desenvolvimento e organizador do território, de agente principal ele se torna um dos agentes ou indicador de áreas onde o capital privado deveria ou poderia adentrar (Souza, 2008). Segundo Vaz (2016, p. 55) “apesar de seu caráter funcionalista, essa regionalização tratou apenas indiretamente e de forma incipiente da temática dos desequilíbrios regionais e do desenvolvimento socioeconômico do Estado”

Segundo Souza (2008) A ocorrência de múltiplos fluxos econômicos e comerciais no Estado evidenciou a necessidade de uma nova regionalização. Essa demanda foi respaldada por uma retórica modernista/iluminista, que buscava organizar o território a partir das interações entre os capitais públicos e privados. No entanto, apesar da proposta de modernização, as abordagens e metodologias regionais continuaram a seguir padrões antigos. Um exemplo disso é o fato de que as regiões foram nomeadas com base em critérios naturais e geográficos, revelando uma ausência de um critério metodológico mais refinado.

Nos trabalhos de Vaz (2016) e de Souza (2008) Observa-se que, ao realizar a regionalização do Estado da Bahia em Regiões Econômicas, foi adotado o conceito de Perroux, desenvolvido na década de 1990. Segundo essa abordagem, a região econômica é entendida como uma área contínua, centralizada em uma cidade de maior porte, que concentra uma oferta significativa de serviços e possui entre uma e duas atividades produtivas que definem seu potencial econômico, essa linha teórica e metodológica já vinha sendo trabalhada em várias regionalizações anteriores, como vimos anteriormente nesse trabalho, principalmente a regionalização em regiões administrativas, isso se torna óbvio após a observação de que as regiões econômicas foram baseadas nas regiões administrativas.

Ainda atrelada às regiões econômicas há uma macro regionalização, que seria uma forma de atrelar e integrar o espaço baiano à economia regional nordestina, principalmente. Uma vez que, a SUDENE dividiu o Nordeste em áreas programas, a Bahia macrorregionalizou as regiões econômicas em 7 áreas-programas, para “[...] estruturar mecanismos de decisões planejadas obedecendo objetivos predeterminados de política de desenvolvimento regional.” (Bahia, 1991, p. 15).

No Plano plurianual 1992-1995, projeto a qual estabelece essa regionalização, não pude identificar a participação de nenhum geógrafo dentre os planejadores e participantes da equipe técnica. Mas, a coprodução, de fato, se estabelece quando tal regionalização é embasada na conjunção das regiões administrativas que havia sido atualizada em 1991. Observe bem que Sylvio Bandeira em 1973 na primeira atualização das regiões administrativas da Bahia propôs o agrupamento das regiões administrativas em 9 regiões econômicas, ou seja, essa proposta foi utilizada e adaptada anos depois em um modelo que agrupou as regiões administrativas em 15 regiões econômicas.

Figura 31: Regiões Econômicas da Bahia - 2015

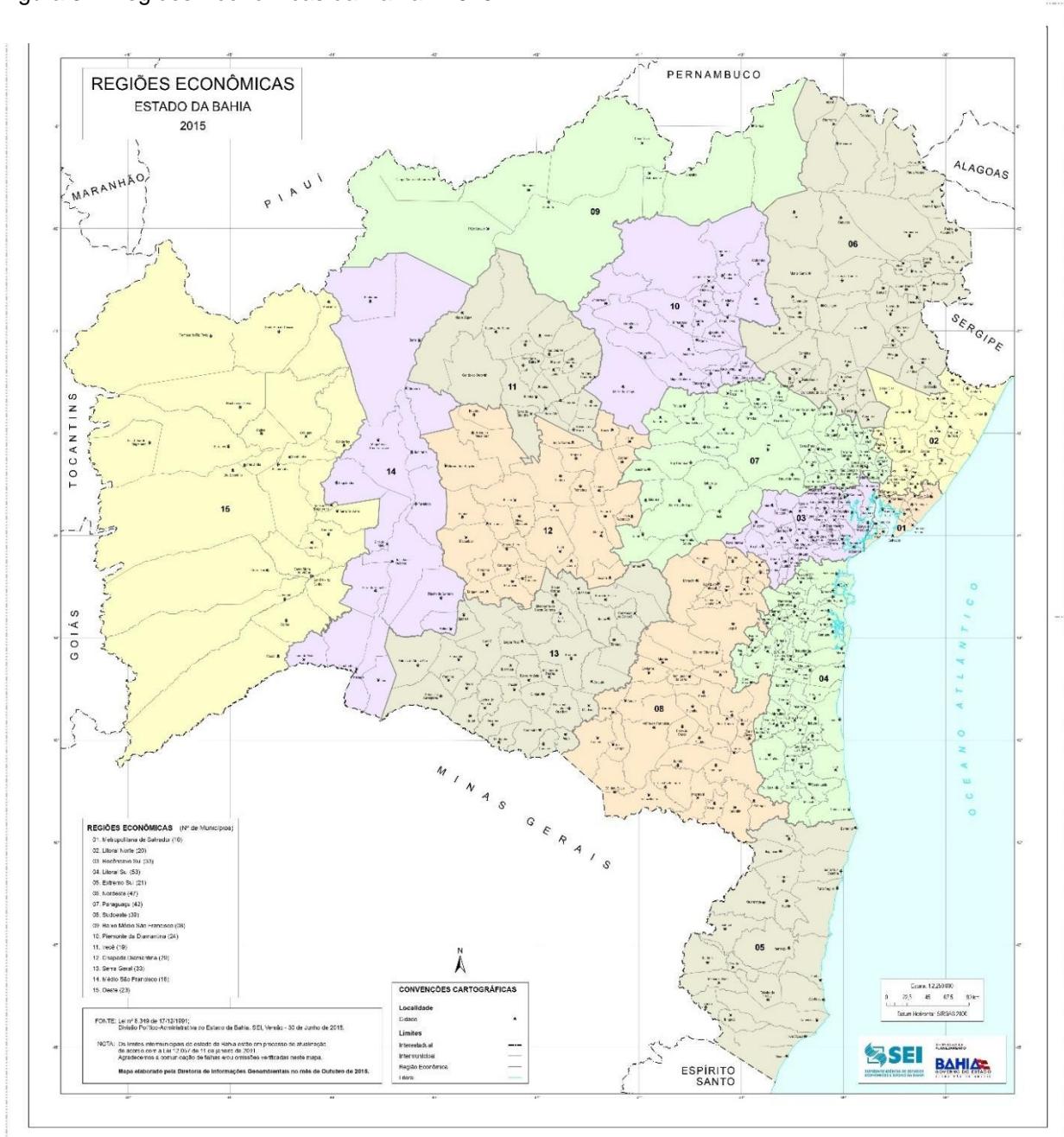


Tabela 21: Municípios das áreas programas e Regiões Econômicas

Áreas programas	Região econômica	Municípios integrantes
I - RMS e entorno	Litoral Norte	Sátiro Dias, Aporá, Rio Real, Jandaíra, Acajutiba, Inhambupe, Conde, Esplanada, Entre Rios, Ouricangas, Cardeal da Silva, Aramari, Pedrão, Araçás, Itanagra, Catu, Pojuca, Mata de São João, São Sebastião do Passé
	RMS	Dias-D'Ávila, Candeias, São Francisco do Conde, Camaçari, Madre de Deus, Simões Filho, Lauro de Freitas, Vera Cruz
	Recôncavo Sul	Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Muritiba, Santo Amaro, Cachoeira, Sapeaçu, Cruz das Almas, Itatim, Castro Alves, Santa Terezinha, Conceição do Almeida, São Felipe, Maragogipe, Saubara, Milagres, Dom Macêdo Costa, Elísio Medrado, Salinas da Margarida, Muniz Ferreira, Varzedo, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Nova Itarana, Amargosa, São Miguel das Matas, Aratuípe, Brejões, Jaguaripe, Laje, Ubaíra, Mutuípe, Jiquiriça
	Paraguaçu	Piritiba, Tapiramutá, Mundo Novo, Mairi, Várzea da Roça, Gavião, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Riachão do Jacuípe, Pintadas, Ichu, Pé de Serra, Candeal, Santa Bárbara, Tanquinho, Baixa Grande, Santanópolis, Irará, Coração de Maria, Anguera, Serra Preta, Ipirá, Macajuba, Ruy Barbosa, Lajedinho, Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Iaçu, Marcionílio Souza, Itaeté, Ipecaetá, Feira de Santana, Teodoro Sampaio, Santo Estevão, Rafael Jambeiro, Conceição do Jacuípe, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira
II – Sul da Bahia	Litoral Sul	Valença, Presidente Tancredo Neves, Cairu, Taperoá, Teolândia, Nilo Peçanha, Wenceslau Guimarães, Ituberá, Piraí do Norte, Itamari, Gandu, Nova Ibiá, Igrapiúna, Apuarema, Camamu, Ibirataia, Ibirapitanga, Maraú, Ubatã, Ipiaú, Jitaúna, Aiquara, Itagi, Itagibá, Barra do Rocha, Ubaitaba, Itacaré, Aurelino, Gongogi, Aurelino Leal, Dário Meira, Itapitanga, Uruçuca, Coaraci, Itajuípe, Almadina, Ilhéus, Floresta Azul, Barro Preto, Itabuna, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória, Itaju do Colônia, Jussari, Arataca, Una, Camacan, Pau Brasil, Santa Luzia, Mascote, Canavieiras
	Extremo Sul	Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itabela, Guaratinga,

		Jucuruçu, Itamaraju, Vereda, Itanhém, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas, Prado, Alcobaça, Lajedão, Ibirapoã, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Belmonte
III - Nordeste	Nordeste	Abaré, Rodelas, Chorrochó, Macururé, Glória, Paulo Afonso, Santa Brígida, Uauá, Canudos, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Novo Triunfo, Sítio do Quinto, Antas, Euclides da Cunha, Monte Santo, Adustina, Cícero Dantas, Banzaê, Fátima, Paripiranga, Cansanção, Quijingue, Ribeira do Pombal, Heliópolis, Nordestina, Tucano, Ribeira do Amparo, Queimadas, Cipó, Santaluz, Nova Soure, Itapicuru, Olindina, Valente, Araci, Olindina, Crisópolis, Teofilândia, Retirolândia, Barrocas, São Domingos, Conceição do Coité, Serrinha, Biritinga, Lamarão, Água Fria
IV – Serra Geral	Sudoeste	Palanaltino, Santa Inês, Cravolândia, Irajuba, Maracás, Lajedo do Tabocal, Itaquara, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Jequié, Manoel Vitorino, Mirante, Caetanos, Bom Jesus da Serra, Boa Nova, Anagé, Poções, Caraíbas, Vitória da Conquista, Planalto, Iguaí, Ibicuí, Nova Canaã, Tremedal, Belo Campo, Barra do Choça, Caatiba, Firmino Alves, Itororó, Itambé, Itapetinga, Cândido Sales, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Macarani, Maiquinique, Itarantim, Potiraguá
	Serra Geral	Igaporã, Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Caetité, Lagoa Real, Tanhaçu, Palmas de Monte Alto, Brumado, Guanambi, Candiba, Rio do Antônio, Ibiassucê, Malhada de Pedras, Sebastião Laranjeiras, Pindá, Caculé, Aracatu, Licínio de Almeida, Maetinga, Guajeru, Urandi, Jacaraci, Presidente Jânio Quadros, Condeúba, Mortugaba, Cordeiros, Piripá
V - Norte	Baixo e Médio São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Juazeiro, Curaçá
VI – Bahia Central	Chapada Diamantina	Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Souto Soares, Bonito, Utinga, Wagner, Iraquara, Seabra, Oliveira dos Brejinhos, Ibitiara, Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Boninal, Novo Horizonte, Boquira, Ibipitanga, Mucugê, Nova Redenção, Macaúbas, Rio do Pires, Piatã, Érico Cardoso, Abaíra, Caturama, Botuporã, Tanque Novo, Paramirim, Rio de Contas, Jussiape, Barra da Estiva, Ibicoara

	Irecê	Xique-xique, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Central, São Gabriel, Presidente Dutra, Irecê, João Dourado, Gentio do Ouro, Uibaí, América Dourada, Lapão, Gentio do Ouro, Ibititá, Ibipeba, Canarana, Barro Alto, Cafarnaum, Barra do Mendes, Mulungu do Morro
	Piemonte da Diamantina	Andorinha, Jaguarari, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Umburanas, Pindobaçu, Filadélfia, Itiúba, Ourolândia, Mirangaba, Saúde, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Caém, Jacobina, Várzea Nova, Miguel Calmon, Capim Grosso, Serrolândia, Quixabeira, Várzea do Poço, São José do Jacuípe, Morro do Chapéu
VII - Oeste	Oeste	Mansidão, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Wanderley, Cotegipe, Angical, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Cristópolis, Catolândia, Baianópolis, São Desidério, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Santana, Canápolis, Santa Maria da Vitória, Correntina, São Félix do Coribe, Jaborandi, Coribe, Cocos
	Médio São Francisco	Buritirama, Barra, Morpará, Ibotirama, Muquém do São Francisco, Brejolândia, Paratinga, Sítio do Mato, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Riacho de Santana, Matina, Feira da Mata, Carinhanha, Malhada, Iuiú

Fonte: Bahia (1991)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

4.6: Regionalizações da saúde (1925)

A democratização, bem como, a gestão regionalizada da saúde é um debate muito antigo na Bahia, Araújo et al (1973) dizem que a secretaria de saúde foi historicamente o primeiro órgão do Estado baiano a trabalhar com regionalizações. Havendo registros de experiências com a ampliação e descentralização regional da atuação do sistema de registrada desde antes da primeira regionalização do Estado, as regiões administrativas da Bahia em 1966.

A primeira tentativa de regionalização teve início com a Lei 1811, de 29 de julho de 1925, que estabeleceu as subdiretorias sanitárias. Nos artigos 51, nas seções VIII e IX, consta a seguinte informação:

Para tornar mais fácil a administração geral, serão instalados nos centros urbanos de mais importância do interior do Estado, em vez de Postos Municipais de Higiene, quatro sub-diretorias sanitárias: uma no Norte, outra no Sul, e duas no Centro, as quais, além de executarem os programas de que trata o artigo precedente possuirão Hospital Regional para isolamento, e todo o aparelhamento necessário ao combate imediato de qualquer surto epidêmico de doença transmissível.

Fonseca (2024, p. 6), diz que entre 28 de março de 1938 e 24 de novembro de 1942 foram criadas 10 regiões sanitárias no interior do Estado. Já, Em 17/12/1948, mais um avanço na perspectiva de gestão regional da saúde, o Decreto nº 134 mudou de subdiretorias sanitárias para Distritos sanitário e criou 8 Distritos Sanitários, sendo eles: Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié, Jacobina, Vitória da Conquista, Caetité, Canavieiras e Juazeiro, este último com um sub-distrito na cidade de Barra. Ou seja, já haviam duas regionalizações a partir de critérios e necessidades próprias, ao que tudo indica, essas regionalizações surgiram a partir de centralidades urbanas, densidade populacional e oferta de estrutura e serviços médicos capazes de atrair as cidades do seu entorno.

Segundo Araújo, Ferreira e Nery (1973) , em 1964, o Decreto n.º 19.151, dividiu o Estado da Bahia em 9 Regiões de Saúde: Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Itabuna, Conquista, Juazeiro e Bom Jesus da Lapa. Nesse momento o trabalho de Milton Santos (1958) já era considerado pioneiro no Brasil e já tinha uma determinada relevância no cenário baiano e pela similaridade de ordenamento e regionalização do espaço creio que o trabalho de Santos se tornou base para essa regionalização. É válido lembrar que Milton Santos (1958) pensou em uma regionalização de influência urbana, na qual dividia a Bahia em 9 regiões, sendo elas: Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Conquista, Alagoinha, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Jacobina e Salvador. A diferença é que na regionalização da secretaria da saúde foram adicionadas as regiões de Santo Antônio de Jesus e Bom Jesus da Lapa, na substituição das regiões de Senhor do Bonfim e Jacobina.

Em 1966, com regulamentação a partir do Decreto 19.931 de 28 de setembro, que aprovou o Regimento do órgão, e criou os Centros Executivos Regionais de Saúde, aderindo as Regiões Administrativas da Bahia, de 1966, a secretaria da saúde utiliza a padronização oficial da regionalização e buscou a instalação de um Centros Executivos Regionais de Saúde (CERS) em cada uma das regiões administrativas. Mas, com a ineficiência da aplicação da regionalização de 1966, para o âmbito da saúde, a Secretaria, em 1967, reexaminou a questão através de um estudo da Assessoria Geral de Programação e Orçamento (AGPO) que segundo Araújo et al (1973) definiu, alterar o Decreto n.º19.931, não implantando todos os 21 Centros que a Lei 2321 estabeleceu. Sendo assim foi decidido “[...]com base no estudo citado, dividir o Estado em macrorregiões, correspondendo a cada uma delas um Centro Executivo, o qual deveria ser localizado em cidade que a própria Lei 2321 já definia como destinada à sede de órgão de administração regionalizada, ficando, assim, coberto todo o território do Estado” (Araújo; Ferreira; Nery, 1973, p. 8).

Dessa forma, em 1967, a regionalização que a secretaria da saúde estava se utilizando era dividida em 8 macrorregiões contendo os Centros Executivos Regionais de Saúde nas cidades sedes, sendo elas: Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Jacobina, Juazeiro, Ilhéus, Vitória da Conquista e Barreiras. Então, as 21 regiões administrativas foram agrupadas em 8 macrorregiões. Na tabela abaixo vemos como ficou a agrupação das regiões administrativas em macrorregiões da saúde:

Tabela 22: Comparativo de Regionalizações

Regionalização de Milton Santos (1958)	Regionalização da saúde (1964)	Região da Saúde e sede regional (1967)	Regiões administrativas componentes das macrorregiões da saúde (1967)
Salvador	Salvador	Salvador	Salvador
Feira de Santana	Feira de Santana	Feira de Santana	Ribeira do Pombal, Alagoinhas Feira de Santana, Serrinha
Alagoinhas	Alagoinhas	Feira de Santana	Ribeira do Pombal, Alagoinhas Feira de Santana, Serrinha
	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus
Jacobina		Jacobina	Seabra, Senhor do Bonfim, Itaberaba, Jacobina
Senhor do Bonfim		Juazeiro	Juazeiro, Xique-Xique
Juazeiro	Juazeiro	Barreiras	Barreiras, Santa Maria da Vitória,
Vitória da conquista	Vitória da conquista	Vitória da Conquista	Brumado, Caetité, Jequié,

Jequié	Jequié		Vitória da Conquista
Itabuna-Ilhéus	Itabuna	Itabuna-ilhéus	Medeiros Neto, Itabuna/Ilhéus, Valença.
	Bom Jesus da Lapa		

Fonte: Araújo; Ferreira; Nery (1973); Bahia, 1966; Santos (1958).

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Em resumo, como podemos ver na tabela, a regionalização da saúde muito provavelmente de 1964 até 1969, quando a macrorregionalização de 1967 entrou em desuso, uma adaptação baseada no trabalho de Milton Santos (1958). Uma vez que, notamos as semelhanças e as pequenas diferenças se dão em mudanças na escolha de cidades como centro da região, a exemplo Jequié que é metrópole regional para Milton Santos (1958), mas para os técnicos de planejamento da saúde Jequié é subordinada a Vitória da Conquista, e Alagoinhas que é centro de região para Milton Santos e para os técnicos esta é uma cidade que sofre influência e se subordina a Região de Feira.

Outra questão importante a se destacar é que mesmo depois da atualização e implementação das regiões administrativas em 1966, a não adaptação do sistema de saúde a esse modelo de regionalização fez com que os planejadores dessa secretaria adaptassem, em 1967, as regiões administrativas no modelo de macrorregiões, ainda muito semelhante a idealização de Milton Santos.

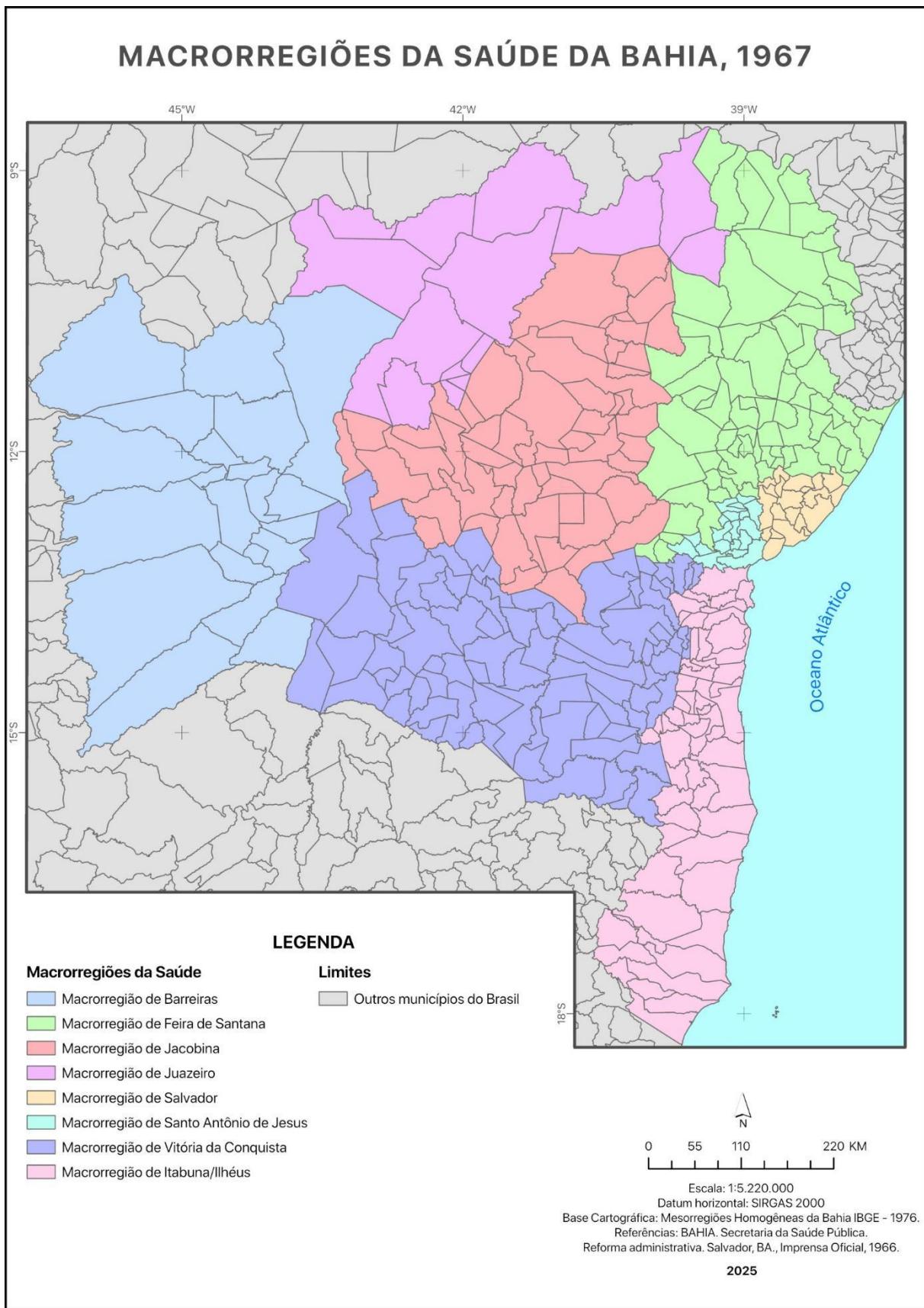
Abaixo produzimos o mapa de tal regionalização de 1967, talvez essa regionalização nos dê a ideia imagética de como Milton Santos em 1958 estava pensando em regionalizar a Bahia, visto que a descrição do professor baiano a torna muito difícil representá-la em um mapa.

Uma grande pauta que podemos puxar para o debate, mais uma vez, é que o Extremo Sul sempre foi muito sub-representado nas metodologias em que as regiões eram definidas pela influência dos centros urbanos, porque as suas principais aglomerações urbanas, nas décadas de 60 e 70, eram ainda povoados. Por exemplo, nas décadas de 60 e 70, Eunápolis era considerada o maior povoado do mundo e, quando veio a se tornar um município, em 1988, já contava com uma grande população, cerca de 70.545 habitantes, segundo o Censo de 1991. Teixeira de Freitas também era um povoado, pertencente ao município de Caravelas, mas já apresentava um crescimento urbano pujante, uma vez que sua população, no Censo de 1991, era de cerca de 85 mil habitantes. Alcobaça, por sua vez, era uma vila pertencente ao município de Porto Seguro, mas já se consolidava como um centro urbano relevante, com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes, segundo o Censo de 1970.

Tudo isso nos mostra que a metodologia de regionalização baseada nas zonas de influência urbana fazia com que o Extremo Sul da Bahia fosse mal representado, visto que seus principais centros urbanos ainda não eram municípios formalmente reconhecidos.

É de muito bom tom salienta aqui que, no século XXI, ainda encontramos professores que, para além de sua atuação acadêmica, se engajam diretamente na construção e no fortalecimento das políticas públicas. Esse é o caso do professor Antonio Angelo Martins da Fonseca, docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Sua trajetória demonstra uma capacidade de articular a produção científica com a participação no planejamento político e na gestão pública, especialmente no campo da regionalização da saúde na Bahia. Atualmente, o professor Antonio Angelo é membro titular da Comissão de Regionalização do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, espaço estratégico de deliberação e acompanhamento das políticas regionais de saúde no território baiano.

Figura 32: Macrorregiões da Saúde da Bahia, 1967



Fonte: Bahia (1966); Elaboração: Anderson Castro (2025).

Em 1969, ampliaram o número de macrorregiões subindo de 9 para 13, instalando os Centros Executivos de Senhor do Bonfim, Jequié, Ribeira do Pombal, Itaberaba e Medeiros Neto, duas regiões adicionadas, que é Jequié e senhor do Bonfim, estão presentes nas regiões de influência urbana de Santos (1958), e que não estavam presente nas regionalizações anteriores. Ou seja, tais centros tiveram um crescimento no seu equipamento e infraestrutura da área da saúde e, assim como Santos (1958) considerava, se tornaram cidades centro de região para os técnicos da saúde também. Dessa forma, a nova regionalização acabou repartindo mais municípios por centro, podemos ver a configuração na tabela e no mapa a seguir.

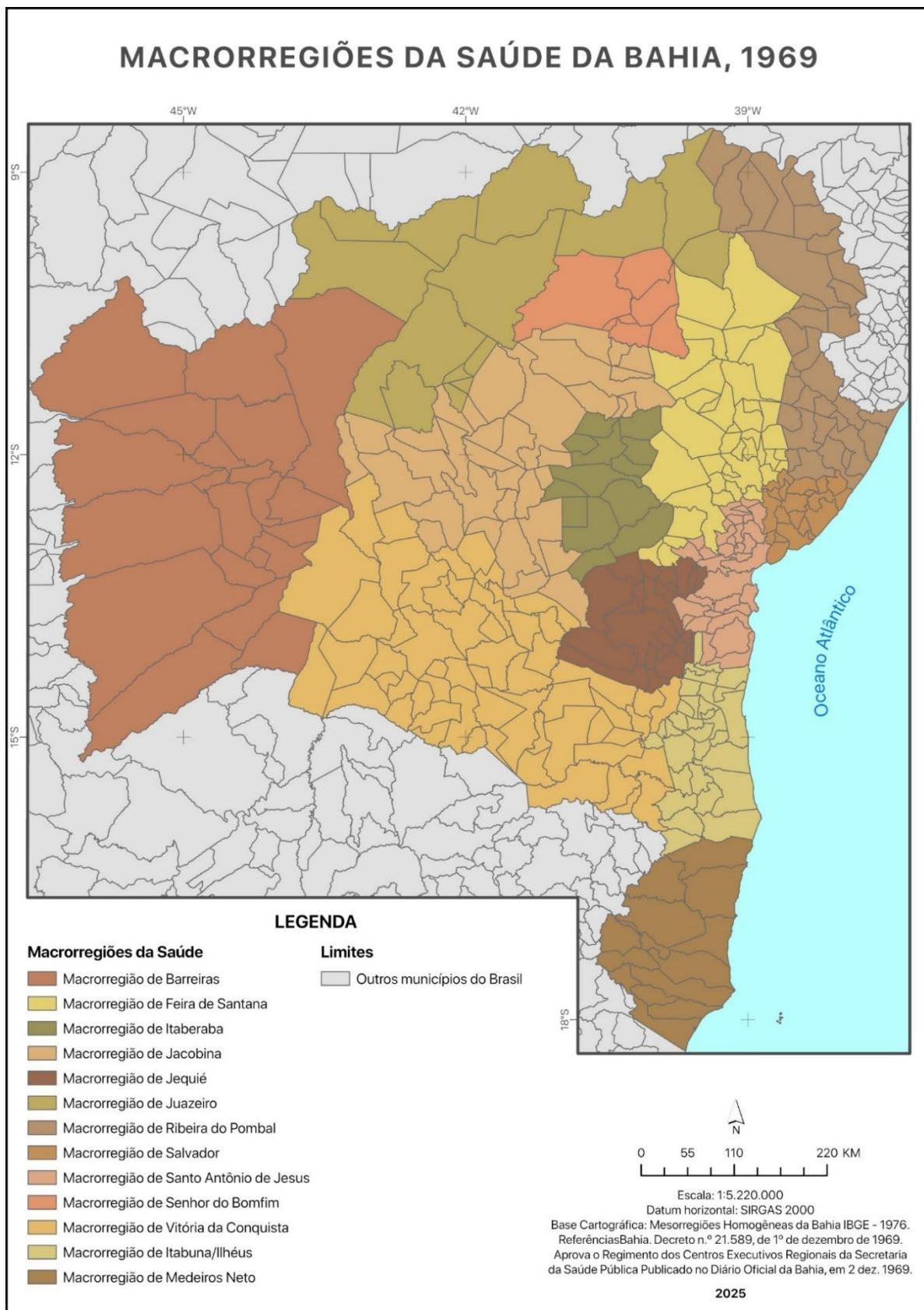
Tabela 23: Comparativo entre as macrorregiões da saúde e as regiões

Macrorregião da saúde	Regiões administrativas componentes
Salvador	Salvador
Feira de Santana	Ribeira do Pombal e Alagoinhas
Senhor do Bomfim	Senhor do Bomfim
Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus e Valença
Jacobina	Seabra e Jacobina
Ribeira do Pombal	Alagoinhas e Ribeira do Pombal
Juazeiro	Juazeiro e Xique-Xique
Barreiras	Barreiras e Santa Maria da Vitória
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista, Brumado e Caetité
Jequié	Jequié
Itabuna-ilhéus	Itabuna/Ilhéus
Itaberaba	Itaberaba
Medeiros Neto	Medeiros Neto.

Fonte: Bahia (1966); Santos (1958)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Figura 33: Macrorregiões da Saúde da Bahia, 1969



Fonte: Bahia (1969)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Segundo Teixeira et al. (1993), até o final dos anos 1980, a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia não contava com uma política estruturada de regionalização. No entanto, os autores destacam que havia certos elementos normativos que indicavam uma possível direção nesse sentido, influenciados pela experiência da Reforma Administrativa do Estado e pela criação dos Centros Executivos Regionais de Saúde nas décadas anteriores. De certa forma, havia uma estrutura teórica para ação regional, mas a concretude das políticas e ações regionais descentralizadoras da saúde, aparentemente, vieram pós década de 1980 com a criação das Diretorias Regionais de Saúde (DIRES) e com a adesão da Bahia ao convênio do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

Essa regionalização de 1969 fica até 1991, pois nesse ano Viera a ter a implementação de 31 DIRES, estas estavam atreladas às regiões administrativas da época. É assim que termina a história das regionalizações da saúde no século XX, mas destes produtos do século passado ainda há muitos efeitos que reverberaram no século XXI. Pois, as Dires sobrevivem até 2014, quando há a regionalização dos núcleos regionais de saúde que são baseados nos Territórios de Identidade da Bahia que é a mais atual regionalização da saúde, nessa nova configuração territorial há um agrupamento dos núcleos regionais de saúde em macrorregiões, que nos lembra exatamente a ideia da macrorregionalização do Centros Executivos Regionais de Saúde de 1967, que tinha como base as Regiões Administrativas de 1966.

4.7: Zonas Turísticas da Bahia (1991)

A gênese do processo de regionalização turística da Bahia está no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur), integrado ao Prodetur Nordeste I. Lançado na década de 1990, esses programas representaram um marco inicial para a estruturação regional do turismo no estado. Então, a partir desses programas:

Foi adotada a divisão regional em zonas turísticas e estabelecidas bases para integração do turismo com o patrimônio natural e cultural local, o que credenciou a Bahia a obter, em 1994, o primeiro financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantação de infraestrutura pública nessas regiões. (Bahia, 2012, p. 24).

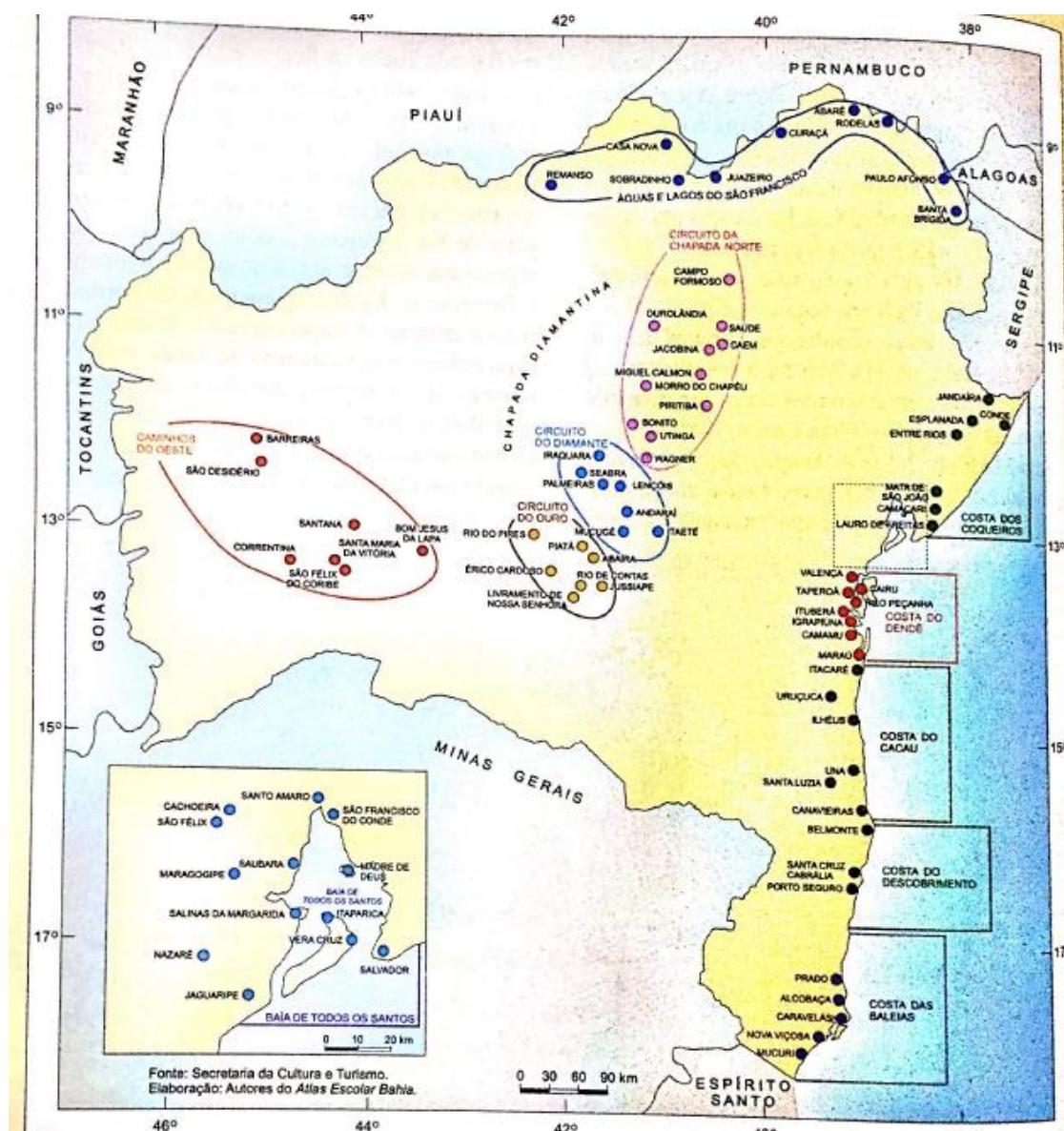
Dessa forma, surgiram sete regiões turísticas iniciais, em municípios hoje agrupados na Baía de Todos os Santos, Chapada Diamantina, Costa das Baleias, Costa do Cacau, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê e Costa do Descobrimento (Souza e Serra, 2024). Fazendo uma análise toponímica podemos perceber que há um grande apelo comercial, visto o apelo de alguns nomes. Por exemplo: A Região Turística da Costa das Baleias, nome dado com a intenção de capturar os turistas pela presença das baleias-jubarte, que migram para essa área entre julho e outubro para reprodução, Embora a observação de baleias ocorra em partes da região, especialmente em Prado e Caravelas, o nome enfatiza um aspecto sazonal e recente no turismo, não necessariamente a identidade histórica ou cultural local; outro exemplo é a Região da Costa dos Coqueiros que faz alusão à vegetação litorânea abundante em coqueiros, nome extremamente genérico, podendo ser acolhido por qualquer área litorânea, o que faz desconsiderar aspectos culturais e históricos importantes, como o patrimônio afro-brasileiro em localidades como Entre Rios, Conde e por fim, o apelo comercial com uma forte carga ideológica na Região do Descobrimento, o que define essa região foi a invasão portuguesa?

Ou seja, podemos pensar que, o principal foco desse processo de regionalização era atrair o capital, desde os turistas, até financiamentos estrangeiros, para assim estruturar comercialmente o espaço voltando-o para o turismo. Não consegui localizar os documentos orientadores com a metodologia da primeira regionalização, realizada em 1991, mas tudo indica que se tratou de uma regionalização pragmática, voltada apenas para as características físicas e culturais com potencial de comercialização.

No ano de 2000, Barbara-Christine et al. (2000), no Atlas Escolar da Bahia, apresenta a regionalização do turismo atualizada, com base nos dados e na divisão oficial da Secretaria de Turismo. Nessa regionalização, de 7 regiões passaram a ser 10 regiões turísticas, sendo elas:

Caminhos do Oeste, Circuito do Ouro, Circuito do Diamante, Circuito Chapada Norte, Águas e Lagos do São Francisco, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias. Dessa forma, a Região da Baía de Todos os Santos estava integrada a Região da Costa dos Coqueiros, a Chapada diamantina foi dividida em três partes, além disso, foi criada a Região Águas e Lagos do São Francisco.

Figura 34: Regiões Turísticas da Bahia, 2000



Fonte: Silva et. Al (2000)

Poucos anos depois, exatamente em 2003, com a criação do Ministério do Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), a regionalização do turismo e demais questões organizacionais, saiu da competência estadual e passou a ser uma competência mais centralizada no governo federal. Assim, a abordagem regional do turismo foi redesenhada. Até então, predominava uma lógica municipal, baseada no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujo foco era o município como unidade isolada. Ou seja, cada município era incentivado a desenvolver seu turismo de forma independente, muitas vezes sem conexão com os territórios vizinhos.

Podemos indicar que o discurso implícito era da inversão dós sentidos nos processos decisórios da gestão do turismo Brasileiro: saía o sentido federal → municipal e entrava o sentido municipal → federal. Partindo do pressuposto de que é na escala das comunidades locais que é possível estabelecer-se um nível participativo mais ativo e eficaz, uma vez que a proximidade dos cidadãos com os governantes locais é bem maior, o PNMT apresentando-se como uma resposta. (Tretin; Fratucci, 2011, p. 841)

A partir dos anos 2000, o modelo anterior foi substituído por uma abordagem regional de desenvolvimento integrado, que passou a planejar o turismo considerando as interações entre municípios com características, identidade e dinâmicas semelhantes. Nesse contexto, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) lançou o Programa de Regionalização do Turismo. Essa proposta apresentou uma visão de futuro em que o turismo brasileiro seria estruturado de forma diversificada, levando em conta as particularidades culturais e geográficas de cada região. Como parte desse processo, foi criado o Mapa do Turismo Brasileiro, que define critérios objetivos para a formação das regiões turística.

No caderno técnico do Programa Nacional do turismo, é explicitado a ideia de regionalização a qual eles aderiram

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade. (Brasil, 2007, p. 10)

No mapa regional do turismo, o Brasil ficou regionalizado em zonas/regiões turísticas, que segundo (Silva, 2001, p. 48)

Uma zona turística, por sua vez, é considerada como a “região que abrange áreas urbanas e rurais, áreas de proteção ambiental e outros atrativos físicos, ecológicos e culturais de importante apelo turístico”, sendo contempladas, ainda, características de proximidade geográfica e homogeneidade temática ou motivacional entre os municípios de uma zona turística e entre zonas de um polo turístico.

O ministério do turismo, segundo Souza e Serra (2024, p. 2) define as regiões turísticas com os seguintes critérios:

Oferta turística; características similares ou complementares, em termos históricos, culturais, econômicos ou geográficos, que identifiquem os municípios; e contiguidade. Além disso, os municípios, nesse mapa, são agrupados por categorias, levando em consideração as variáveis de fluxo de visitantes (nacionais e internacionais) e hospedagem (estabelecimentos, emprego, arrecadação de impostos federais).

Ou seja, apesar de toda apresentação romântica da regionalização no caderno técnico do Programa Nacional do turismo (2007), a regionalização realmente se tratava de algo técnico-instrumental, com bases unicamente voltadas a interesses mercadológicos. Pode se enxergar isso, também, pelos critérios para a regionalização do turismo, que foram sendo modificados ao longo das atualizações do Mapa do Turismo Brasileiro. Na tabela abaixo, apresento um comparativo das principais mudanças ocorridas entre 2013 e 2021. Essas alterações, estabelecidas por diferentes portarias do Ministério do Turismo, demonstram uma progressiva formalização dos processos e um aumento nas exigências técnicas para que municípios integrem as regiões turísticas reconhecidas oficialmente.

Em 2013, na Portaria nº 313, os critérios eram mais genéricos, com foco em identidade regional, histórica, cultural, econômica ou geográfica, mas sem especificação ou um aprofundamento sobre isso, também tinha contiguidade entre os municípios e presença de oferta turística, atrativos e serviços. A partir de 2015, na Portaria nº 205, há um nível maior de exigência formal dos municípios, como comprovação de estrutura administrativa, dotação orçamentária e assinatura de termo de compromisso.

Tabela 24: Comparativo de critérios para a regionalizações do turismo

Critério	Portaria	Portaria nº 313/2013	Portaria nº 205/2015	Portaria nº 192/2018	Portaria nº 41/2021
Critérios para definição de Regiões Turísticas	Oferta turística; identidade comum (histórica, cultural,	Identidade comum; municípios limítrofes ou próximos;	Idem Port. 205/2015.	Idem Port. 192/2018.	

	econômica, geográfica); municípios contíguos.	ciência do Conselho Estadual de Turismo.		
Oferta turística	Exigida (revogado depois).	Não mencionada.	Requer pelo menos um prestador de serviços turísticos com cadastro regular no Cadastur.	Igual à Port. 192/2018.
Órgão de turismo municipal	Não exigido.	Exigido.	Exigido (com normativo oficial).	Exigido (com normativo oficial).
Dotação orçamentária para turismo	Não exigida.	Exigida.	Exigida (com LOA e QDD).	Exigida (com LOA e QDD).
Termo de compromisso	Exigido (por região).	Exigido (por município).	Exigido (por município).	Exigido (por município).
Conselho ou fórum municipal de turismo	Não exigido.	Não exigido.	Exigido, com documentação (ato normativo, posse e atas).	Igual à Port. 192/2018, com flexibilização se recém-criado.
Instância de governança regional	Exigida (por região).	Não mencionada.	Exigida, com ata de criação.	Igual à Port. 192/2018.
Participação do Estado (Fórum/Conselho Estadual)	Não mencionada.	Exigida ciência.	Não mencionada.	Não mencionada.

Elaboração Anderson castro (2025)

Fonte: Brasil (2013, 2015, 2018, 2021)

A partir do adensamento técnico dos critérios regionais, é possível observar, no gráfico abaixo, uma variação na porcentagem de participação municipal, principalmente após as mudanças de 2015, quando o percentual de municípios baianos participantes foi de 28,06%. Por outro lado, é possível analisar que tal processo de regionalização apresenta um caráter excludente e contribui para o aumento dos desequilíbrios regionais. Isso ocorre porque o maior percentual de municípios participantes foi inferior a 40% do total da Bahia, concentrando-se majoritariamente no litoral, enquanto o interior do estado foi relativamente negligenciado, como pode-se ver a certeza analisando o mapa comparativo abaixo.

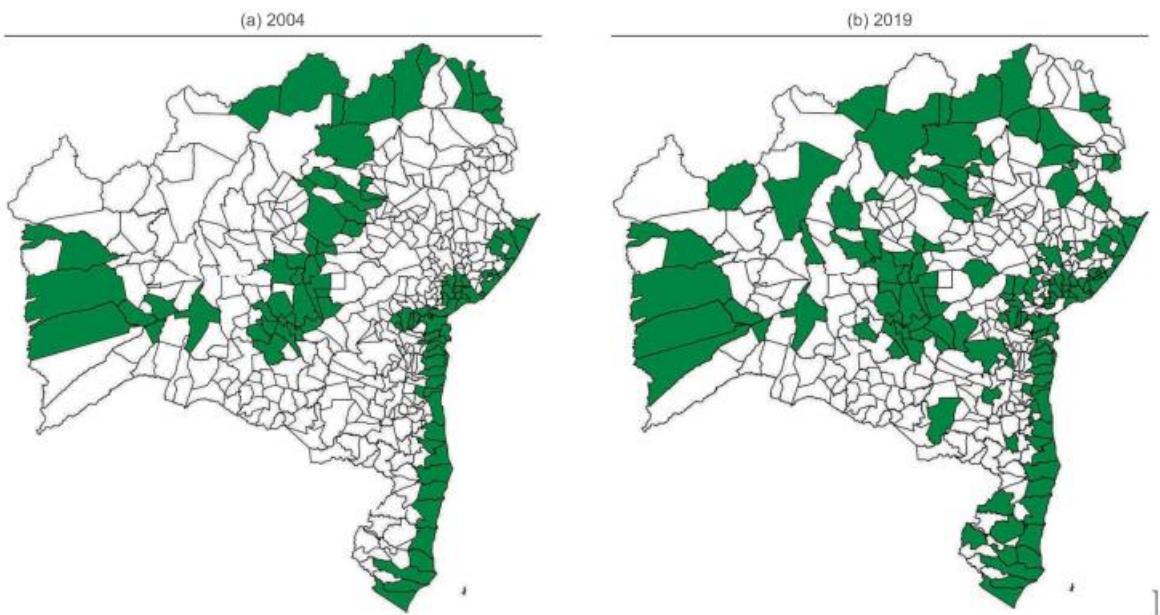
Figura 35: Evolução quantitativa de municípios turísticos da Bahia, (2004-2009)



Fonte: Elaborado com base no Ministério do Turismo (Brasil, 2004; 2006; 2009; 2013b; 2016, 2017a, 2019a).

Elaboração: Souza e Serra (2024)

Figura 36: Regiões Turísticas do Estado da Bahia, em 2004 (a) e 2009 (b)



Fonte: Elaborado com base no Ministério do Turismo (Brasil, 2004; 2019a).

Elaboração: Souza e Serra (2018)

Teórica e praticamente, pode-se considerar que as regionalizações turísticas da Bahia se assemelham às regiões de planejamento (1983 a 1987), pois ambas as regionalizações parecem partir de uma necessidade e metodologia comuns. Essas iniciativas tiveram como foco as potencialidades e fragilidades econômicas regionais da Bahia. O governo propôs diversos

programas de desenvolvimento regional em espaços específicos, com base em características físico-naturais com potencial para a economia. Consequentemente, as duas regionalizações estavam ligadas a interesses e critérios político-econômicos, relacionados aos recursos naturais e às suas possibilidades de se tornarem impulsionadores de uma dinâmica regional.

Então fica o questionamento, será que as atuais regiões turísticas da Bahia podem ser classificadas como uma memória atual das antigas regiões de planejamento? Ambas se tratando de uma regionalização enquanto “[...] uma realidade objetiva a ser simplesmente reconhecida pelo Geógrafo e aquela que ela se restringe a um mero artifício elaborado intelectualmente [...]” (Haesbaert, 2010, p. 92), onde, provavelmente tiverem bases indutivas e/ou dedutivas, em que as relações sociais ficam em segundo plano, destacando-se a realidade físico-natural e/ou cultural comercial.

4.8: Regionalizações da educação (1997)

Antes de tratar propriamente dessa regionalização, gostaria de deixar aqui minha crítica a Secretaria de Educação da Bahia e sua suposta ausência de cuidado com a preservação de sua história institucional. Ao ir atrás das informações de regionalizações antigas, a SEC-BA foi a única, entre as secretarias que visitei enquanto pesquisador, que não disponibilizou, em nenhum de seus departamentos, documentos informativos sobre regionalizações anteriores utilizadas. Isso, a meu ver, aponta para um descompromisso com a gestão documental, que é amparada por legislação federal, a Lei Nacional de Arquivos de nº8.159/91, e descaso acentuado com a sua própria história institucional.

Retomando, a primeira regionalização da educação na Bahia é partida do decreto nº 6.212 de 14 de fevereiro de 1997, são as diretorias Regionais de Educação (DIRECS), unidades regionais da Secretaria da Educação, que tinham por finalidade descentralizar as ações educacionais. Na primeira versão dessa regionalização haviam 31 regiões, divididas em dois níveis, cada nível representa a quantidade de municípios integrantes, unidades escolares e alunos de escolas estaduais a elas vinculados a região.

A divisão inicial ficou dessa maneira: **I - NÍVEL A:** Salvador - 1A, Salvador 1B, Feira de Santana - 02, Alagoinhas - 03, Santo Antônio de Jesus - 04, Valença - 05, Itabuna - 07, Serrinha - 12, Jequié - 13, Juazeiro - 15, Jacobina - 16, Brumado - 19, Vitória da Conquista - 20, Irecê - 21, Barreiras - 25 e Santo Amaro - 31. **II - NÍVEL B:** Salvador - 1C, Ilhéus - 06, Eunápolis - 08, Teixeira de Freitas - 09, Paulo Afonso - 10, Ribeira do Pombal - 11, Itapetinga - 14, Piritiba - 17, Itaberaba - 18, Ibotirama - 22, Macaúbas - 23, Caetité - 24, Bom Jesus da Lapa - 26, Seabra - 27, Senhor do Bonfim - 28, Amargosa - 29 e Guanambi - 30. Na última versão, na qual constatamos através das últimas publicações sobre as DIRECs no Diário Oficial da Bahia, haviam criado mais uma diretoria regional, a DIREC 32 de Cruz das Almas, a sua criação, provavelmente foi em 2008, ano da primeira citação a esta diretoria no Diário Oficial da Bahia.

Tudo indica que essa regionalização está pautada nas regiões administrativas que como vimos, a sua última atualização contava com 31 regiões. Comparando ambas regionalizações percebemos que as principais diferenças são as nomenclaturas, dessa forma: a Direc's de Ribeira do Pombal corresponde a Região Administrativa de Cipó, a Direc de Santo Amaro é um desmembramento da Região Administrativa de Alagoinhas, a Direc de Piritiba corresponde a Região Administrativa de Mundo Novo e a Direc de Bom Jesus da Lapa corresponde a Região

de Senhor do Bonfim. Algumas regiões apresentam diferenças, mas substancialmente as diretorias regionais de educação foram baseadas nas regiões administrativas da Bahia.

No mapa abaixo podemos ter uma visão de como era tal regionalização

Figura 37: DIRECs da Bahia – 2009



Fonte: Bahia (2009). Elaboração: Anderson Castro (2025).

Tabela 25: Municípios integrantes das DIRECs da Bahia

DIREC	Municípios integrantes
DIREC 01 – Salvador	Camaçari, Dias d'Ávila, Candeias, Simões Filho, Madre de Deus, Salvador, Lauro de Freitas, Vera Cruz.
DIREC 02 - Feira de Santana	Ipirá, Gavião, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Ichu, Pé de Serra, Pintadas, Candeal, Santanópolis, Santa Bárbara, Tanquinho, Ipirá, Irará, Feira de Santana, Serra Preta, Anguera, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Rafael Jambeiro, Conceição do Jacuípe, Santo Estêvão, Conceição da Feira,
DIREC 03 – Alagoinhas	Rio Real, Jandaíra, Sátiro Dias, Inhambupe, Acajutiba, Aporá, Esplanada, Conde, Entre Rios, Alagoinhas, Cardeal da Silva, Aramari, Ouricangas, Araçás, Pedrão, Catu
DIREC 04 – Santo Antônio de Jesus	Aratuípe, Jaguaripe, Castro Alves, Itatim, Santa Teresinha, Conceição do Almeida, Nazaré, Salinas da Margarida, Dom Macedo Costa, Varzedo, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira
DIREC 05 – Valença	Piraí do Norte, Gandu, Nova Ibiá, Igrapiúna, Valença, Presidente Tancredo Neves, Cairu, Teolândia, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Nilo Peçanha, Ituberá, Itamarí, Ibirapitanga, Camamu
DIREC 06 – Ilhéus	Uruçuca, Maraú, Ilhéus, Una, Arataca, Santa Luzia, Canavieiras, Mascote, Itacaré,
DIREC 07 – Itabuna	Itajuípe, Coaraci, Aurelino Leal, Gongogi, Ubaitaba, Itapitanga, Almadina, Barro Preto, Itabuna, Floresta Azul, Ibicaraí, Santa Cruz da Vitória, Itapé, Buerarema, Itaju do Colônia, Jussari, São José da Vitória, Camacan, Pau Brasil.
DIREC 08 – Eunápolis	Itapebi, Belmonte, Itagimirim, Santa Cruz Cabrália, Eunápolis, Guaratinga, Porto Seguro, Itabela, Jucuruçu, Itamaraju,
DIREC 09 – Teixeira de Freitas	Itanhém, Prado, Vereda, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Lajedão, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa.
DIREC 10 – Paulo Afonso	Abaré, Chorochó, Rodelas, Macururé, Glória, Paulo Afonso, Santa Brígida, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Sítio do Quinto
DIREC 11 – Ribeira do Pombal	Novo Triunfo, Antas, Cícero Dantas, Adustina, Fátima, Paripiranga, Banzaê,

	Ribeira do Pombal, Heliópolis, Ribeira do Amparo, Itapicuru, Cipó, Nova Soure, Olindina, Crisópolis.
DIREC 12 – Serrinha	Canudos, Monte Santo, Euclides da Cunha, Cansanção, Quijingue, Tucano, Nordestina, Queimadas, Santaluz, Araci, Conceição do Coité, Valente, Retirolândia, São Domingos, Barrocas, Teofilândia, Biritinga, Serrinha, Lamarão, Água Fria
DIREC 13 – Jequié	Irajuba, Apuarema, Dário Meira, Planaltino, Maracás, Santa Inês, Iramaia, Jaguaquara, Lajedo do Tabocal, Itaquara, Itiruçu, Cravolândia, Lafaiete Coutinho, Jequié, Manoel Vitorino, Ibirataia, Ubatã, Barra do Rocha, Jitaúna, Ipiaú, Mirante, Aiquara, Itagi, Itagibá, Boa Nova.
DIREC 14 – Itapetinga	Iguáí, Ibicuí, Nova Canaã, Firmino Alves, Caatiba, Itororó, Itambé, Itapetinga, Macarani, Itarantim, Maiquinique, Potiraguá.
DIREC 15 – Juazeiro	Curaçá, Casa Nova, Juazeiro, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Sobradinho, Sento Sé, Uauá.
DIREC 16 – Jacobina	Umburanas, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Jacobina, Morro do Chapéu, Caldeirão Grande, Várzea Nova, Caém, Capim Grosso, Quixabeira, Miguel Calmon, São José do Jacuípe, Serrolândia, Várzea do Poço.
DIREC 17 – Piritiba	Várzea da Roça, Piritiba, Mairi, Mundo Novo, Tapiramutá, Baixa Grande, Macajuba.
DIREC 18 – Itaberaba	Wagner, Bonito, Utinga, Ruy Barbosa, Lajedinho, Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Andaraí, Iaçu, Nova Redenção, Itaetê, Marcionílio Souza.
DIREC 19 – Brumado	Ibicoara, Rio de Contas, Jussiápe, Barra da Estiva, Livramento do Brumado, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Dom Basílio, Tanhaçu, Brumado, Aracatu, Malhada de Pedras
DIREC 20 – Vitória da Conquista	Planalto, Presidente Jânio Quadros, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Anagé, Poções, Maetinga, Caraíbas, Condeúba, Vitória da Conquista, Barra do Choça, Belo Campo, Tremedal, Piripá, Cordeiros, Cândido Sales, Ribeirão do Largo, Encruzilhada,
DIREC 21 – Irecê	Itaguaçu da Bahia, Jussara, São Gabriel, João Dourado, Gentio do Ouro, Central, Presidente Dutra, Irecê, Uibaí, Ibipeba, América Dourada, Lapão, Ibititá, Cafarnaum, Barra do Mendes, Canarana, Barro Alto, Mulungu do Morro, Xique Xique

DIREC 22 – Ibotirama	Barra, Buritirama, Ibotirama, Morpará, Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga,
DIREC 23 – Macaúbas	Caturama, Ibipitanga, Boquira, Macaúbas, Rio do Pires, Botuporã, Érico Cardoso, Paramirim, Tanque Novo
DIREC 24 – Caetité	Guajeru, Caetité, Igaporã, Lagoa Real, Rio do Antônio, Ibiassucê, Caculé, Licínio de Almeida, Jacaraci, Mortugaba,
DIREC 25 – Barreiras	Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Catolândia, Tabocas do Brejo Velho, Cotelândia, Wanderley, Riachão das Neves, Barreiras, Angical, Luís Eduardo Magalhães, Cristópolis, Baianópolis, Brejolândia, São Desidério,
DIREC 26 – Bom Jesus da Lapa	Correntina, Sítio do Mato, Serra Dourada, Bom Jesus da Lapa, Santana, Santa Maria da Vitória, Canápolis, Serra do Ramalho, São Félix do Coribe, Riacho de Santana, Jaborandi, Coribe, Cocos,
DIREC 27 – Seabra	Iraquara, Lençóis, Abaíra, Mucugê, Souto Soares, Seabra, Palmeiras, Ibitiara, Boninal, Novo Horizonte, Piatã
DIREC 28 – Senhor do Bonfim	Jaguarari, Campo Formoso, Andorinha, Senhor do Bonfim, Itiúba, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Filadélfia, Ponto Novo
DIREC 29 – Amargosa	Laje, Ubaíra, Elísio Medrado, Milagres, Nova Itarana, Amargosa, Brejões, São Miguel das Matas, Jiquiriçá, Mutuípe
DIREC 30 – Guanambi	Feira da Mata, Carinhanha, Matina, Urandi, Pindaí, Malhada, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Sebastião Laranjeiras, Iuiú
DIREC 31 – Santo Amaro	Teodoro Sampaio, Itanagra, Saubara, Pojuca, Terra Nova, Mata de São João, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde
DIREC 32 – Cruz das Almas	Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Governador Mangabeira, Muritiba, São Félix, Cruz das Almas, Sapeaçu, São Felipe

Fonte: Bahia (2009)

Elaboração: Anderson Castro (2025)

Acerca da coprodução, essa regionalização sendo uma modificação da regionalização em regiões administrativas, consequentemente há uma influência direta dos geógrafos

envolvidos nas atualizações de 1966 e 1973, claro que suas ideias foram distorcidas e regionalizaram, criaram novas regiões, mudaram municípios de regiões, a partir de critérios próprios, a quais não foram publicizados.

4.9: Regiões intraurbanas (1987)

Esse tópico foge do recorte delimitado para este trabalho, mas surge na ordem da curiosidade de um pesquisador, uma vez que existe subentendido que a escala (seja cartográfica, geográfica, dimensional ou conceitual) de uma região, geralmente, não se efetiva no intraurbano e, até onde meu conhecimento sobre estudos regionais me permitem ir, a escala regional não se efetiva, também, nas delimitações municipais, pois há uma ideia da região e do regional se representado em meso-escala. Eis que, na Bahia, me aparecem dois casos, sendo eles as regiões administrativas de Salvador, uma regionalização de 1986, ano em que o IBGE no censo de 1991 diz que o grau de urbanização era de 99,9%, ou seja, uma regionalização intraurbana. Próximo a Salvador, em Feira de Santana, no ano de 1993, há uma regionalização intraurbana, pois, se estendia apenas aos limites da cidade sede municipal, mas que em 2013 se expande para os distritos e se torna uma regionalização municipal, abrangendo a zona urbana e rural.

Gostaria muito de representar essas regionalizações com mapas, assim como as regionalizações anteriores, mas a minha habilidade limitada e a inexistência de arquivos vetoriais desses momentos espaço-temporais, me impediram de trazer isso para vocês leitores. É sabido que Salvador não tinha a delimitação de bairros efetiva até a Lei no 9.278, de 2017, ou seja, há um histórico de descomprometimento dos poderes públicos municipais com a organização socioespacial de Salvador em anos a fio. Da mesma maneira, em contato com o poder público de Feira de Santana e a Universidade Estadual de Feira de Santana, alguns pesquisadores e outros técnicos do município me informaram que não havia material daquele momento histórico-espacial.

Para uma maior especificação, as Regiões Administrativas de Salvador na lei nº 3688/86, que decreta a criação de 17 regiões administrativas no município de Salvador que tinha como objetivo descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local. Cada região tinha uma sede que era escolhida por três critérios, sendo eles: as sedes das Administrações Regionais, serão observados os seguintes critérios: I - fácil identificação do local pelo público; II - que o local seja de acesso fácil; III - local próximo ao centro mais populoso da Região Administrativa correspondente e aos canais de tráfego do transporte coletivo. Essa regionalização sofreu várias modificações, até que no ano de 2012, Salvador contava com 18 regiões administrativas, que foram substituídas pelas prefeituras-bairro.

Acerca das Regiões Administrativas de Feira de Santana muito menos informações técnicas, teóricas ou instrumentais. Elas surgem a partir da Lei Nº 1.631/93, publicada no Jornal Folha do Norte de 20/03/1993 na Página 06, onde se divide o município 13 regiões

administrativas, sendo 5 na cidade sede municipal, e 8 (oito) correspondendo a cada um dos distritos. No decorrer dos anos houveram várias alterações, mas tal regionalização ainda segue sendo utilizada no município.

É evidente que essas duas regionalizações seguiram o embalo da efetivação da regionalização da Bahia em regiões administrativas e que ambas também surgem no contexto da região como construto intelectual, como um artifício e instrumento de ação, criada para objetivos apenas técnicos administrativos. Pela falta de uma profundidade teórico-metodológica, creio que nenhum geógrafo foi membro participante desses projetos, que diga-se de passagem, grotescos. Mas, fora das críticas quanto ao constructo técnico-intelectual, ou a falta dele, o que importa aqui é a ideia da escala regional no espaço intraurbano e/ou regional. Hart (1982), um geógrafo humanista, nos traz essa complexidade de se pensar a definição escalar da região:

Não há regras estabelecidas previamente que estipulem o tamanho apropriado das regiões, apesar da noção visceral de alguns geógrafos de que a região deve ser subcontinental. Uma região pode ser tão pequena quanto uma fábrica, um lote da cidade ou uma unidade rural, ou pode ser a Terra inteira. A escala de um estudo regional irá determinar quando uma parte particular da superfície da Terra é tratada como um ponto ou como uma área.” (Hart, 1982, p. 23 – tradução nossa)

Bahiana (1986, p. 30) acaba por enriquecer a minha questão em pensar nessa relação entre escala e região, uma vez que afirma que os estudos regionais ao “[...] delimitar e caracterizar espaços que se diferenciam, de alguma maneira, dos que os circundam [...]” acabaram por inaugurar “[...] a discussão a respeito das escalas na geografia, fugindo a uma visão meramente cartográfica.” (Bahiana, 1986, p. 30). Assim, como a ideia de região muda a cada paradigma e corrente teórico-metodológica da Geografia, a ideia da escala da região, consequentemente, também mudará. Dessa forma, pode-se permitir regiões no intraurbano em determinadas correntes e em outras isso seria um absurdo, a exemplo a citação de Hart (1982) logo acima, em uma elucubração da não pré-delimitação escalar.

Ainda Hart (1982), nos diz que as regiões são construções subjetivas e devem ser moldadas de acordo com a perspectiva de cada indivíduo. O autor discorda e rejeita a existência de uma definição universal ou regras fixas para a delimitação de um espaço regional, enfatizando que a tentativa de traçar fronteiras é um exercício trivial e dispensável. Ao seu pensar, seria melhor compreender e perceber que o núcleo da região, do que se preocupar com sua extensão ou margens (Grandi, 2014).

“Regiões são dispositivos artísticos subjetivos e devem ser formadas para se ajustar às mãos de um usuário individual. Não pode haver definição padrão para uma região e não há regras universais para reconhecer, delimitar e descrever regiões. Muito tempo

pode ser perdido no exercício trivial de tentar desenhar linhas ao redor de ‘regiões’. Entender é mais importante que classificar e o núcleo geralmente é mais importante que as franjas.” (HART, 1982, p. 21 – tradução nossa)

De forma dialética, mesmo Hart sendo um geógrafo humanista, a sua concepção de escala de uma região se assemelha ao neopositivismo. Pois, a região enquanto uma unidade espacial artificial, a sua extensão também poderia se encaixar em diversas escalas. Inclusive é nesse momento histórico da Geografia que surge o famoso problema da escala, principalmente com as questões levantadas por Harvey (1969), no Brasil essa ideia fica marcada pelo texto de Iná Elias de Castro. Bem, até Faissol (1989, p. 46), um grande nome do quantitativismo brasileiro, senão o maior, diz que a região era basicamente uma porção de espaço tivesse as seguintes características “a) área de qualquer tamanho; b) homogênea em termos de critério específico; e c) distinguível das áreas próximas por uma espécie de associação particular de fenômenos, na área em questão e, em consequência, possuindo uma espécie de coesão interna.” Ou seja, não há indícios de padronização ou delimitação de uma extensão base para a região.

Já na Geografia clássica podemos dizer, embasados em Unstead (1916 *apud* Bahiana 1986), que é um geógrafo pautado e contextualizado nas ideias da Geografia clássica, afirma que a região pode se percebida, pois ela é considerada uma realidade concreta, em menores unidades espaciais. Ou seja, se tal unidade espacial tiver todos os critérios para ser uma região, a escala cartográfica não importa, o autor classifica cinco tipos unidades espaciais, a partir de sua extensão, sendo as cinco denominado de “tratado” (tratos); sub-região; pequena região; e grande região, mas todas são regiões (Grandi, 2014). O autor trabalha uma ideia de hierarquia entre essas classificações, que a regionalização deveria ser iniciada da menor unidade para a maior, agrupando-as até formar uma região de grande extensão. Mas, a questão aqui é que, através desse pensamento Unstead (1916) me faz entender que na geografia clássica havia a possibilidade de se estudar região em unidade espaciais não tão extensas e isso casa diretamente com a ideia de que a região era o particular, era uma parte para se entender o todo e essa parte não é especificamente em meso-escala, como me faz entender os clássicos Vidal De La Blache e Alfred Hettner.

No paradigma da Geografia crítica, de cunho marxista, é que a preocupação da escala na região se torna evidentemente latente. Segundo Grandi (2014, p. 92) diz que David Harvey em *Os limites do capital* (1982) “[...]autor aborda as escalas geográficas partindo das limitações impostas à capacidade organizacional capitalista pelas tensões observadas entre fixidez e movimento, concentração e dispersão, compromissos locais e preocupações globais.”, dessa forma o capital criaria estruturas de organização espaciais hierárquicas que em uma relação

multiescalar, traria a conexão entre “os aspectos particulares e locais aos seus objetivos em nível global.”(Grandi, 2014, p. 92), a região se torna, um espaço de articulação entre o local e o global. Em uma reflexão simplista, a região, se caracteriza como uma meso-escala, uma escala intermediária. No entanto, Milton Santos (2002) me faz pensar nessa multiescalaridade da região, tirando ela desse estereótipo de meso-escala, uma vez que [...] a região é, também, um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes.” (Santos, 2002, p. 90) e “[...] os lugares - veja-se o exemplo das cidades grandes - também podem ser regiões.” (Santos, 2002, p. 109). Como meu orientador, Clímaco Dias, que eu considero um geógrafo vinculado a geografia crítica, repete incansavelmente em aulas e orientações, não há uma hierarquia escalar entre os conceitos (Lugar, Região, Território e Paisagem), todos estes estão presentes em qualquer escala, seja no micro, na meso ou na macro, seja no local, no regional, no nacional ou no global. Dessa forma, na minha visão, nada impede que uma região ou uma regionalização, da geografia crítica seja pesquisada, aplicada ou exista no intraurbano ou intramunicipal.

Em suma, passo a acreditar que uma região ou uma regionalização, independente do modo de pensar e fazer Geografia, podem existir ou ser construídas numa escala intraurbana e intramunicipal, igualmente as regionalizações administrativas de Feira de Santana e Salvador, que foram aqui exemplificadas. Mas, para que isso aconteça, espera-se um embasamento sólido nos autores e teorias para justificar os critérios de tal divisão. Indo na direção contrária, as regiões administrativas de Feira e Salvador, carecem de embasamento do método e da metodologia, pois essas foram aplicadas de formas aleatórias, assim a efetividade dos objetivos de sua existência passa a ser excepcionais e a ineficiência rotineira, uma vez que criadas enquanto instrumento de ação, provavelmente para a descentralização de equipamentos e serviços

CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa seguiu a direção de refletir acerca de uma Geografia regional produzida na e sobre a Bahia e a coprodução com o poder público Estadual da Bahia. Isso partiu através das reflexões acerca da relação entre as descobertas científicas das ciências humanas e o poder político, relação essa que é profunda e multifacetada, podendo trazer repercussões tanto positivas, quanto negativas ao grupo dominante, e dialeticamente, ao grupo dominado daquele momento. Como Jasanoff (2004) nos faz pensar, a forma que conhecemos o mundo está diretamente interligada com a forma que o moldamos, assim as novas descobertas da Geografia ao longo da história, não apenas transformaram a maneira como entendemos o mundo, mas também influenciaram nas mudanças das estruturas espaciais de poder. Podemos pensar aqui que a Geografia ao longo da sua existência já influenciou de forma dialética, desde argumentos que consolidavam, ou não, as ideias da macropolítica como o colonialismo e o nazismo, até argumentos dialéticos contra, ou a favor, no âmbito de uma política regional ou local.

Por sua vez, o poder político muitas vezes exerce uma forte influência sobre a direção das pesquisas científicas, moldando suas prioridades e até limitando ou promovendo certos tipos de investigação. A Geografia, assim como todas as ciências não são puras, Livingstone (2003) (2003), Berdoulay (2017) e Milton Santos (2002) mostram como as diversas relações sociais e o espaço impactam diretamente no método, na metodologia e no produto desenvolvido pelo pesquisador. Cabe aqui a reflexão que faço muitas vezes nessa dissertação, com Milton Santos (1988, p.7) quando a ciência é cooptada por objetivos econômicos, e políticos partidários, a ciência perde seu rigor filosófico, se declina sobre a metodologia, sobre as técnicas de pesquisa, tornando-se “tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade” (Santos, 1988, p.7).

Em suma, as descobertas científicas podem enfraquecer as bases de autoridade, criando novas formas de governo ou impulsionando a formação de sistemas políticos mais democráticos. Ou, diaeticamente, podem fortalecer as bases de autoridade, revigorando a manutenção das classes hegemônicas. Essa é uma da possível leitura que a *coprodução* (Jasaoff, 2004) nos permite fazer, pois a relação de retroalimentação entre o poder das estruturas políticas e as ciências, nos fazendo perceber que o impacto das descobertas científicas não é sempre unidirecional, há muitos caminhos que vão sendo construídos obedecendo as possibilidades, os *vetores e eventos* (Santos, 2002), do espaço a qual a ciência é recebida, concebida, adaptada e produzida a partir de um cientista inserido (Livingstone, 2003).

Após fazer essas reflexões em torno da Geografia Regional, enquanto um subcampo de pesquisa da Geografia, produzida na Bahia, enquanto uma região baseada nas ideias de Santos (2002) e Livingstone (2003), percebemos os entrelaces dos *vetores e eventos* que influenciaram a produção de cada pesquisador importante para a Geografia regional Baiana, bem como a relação entre as ideias de tais pesquisadores e sua utilização pelo poder público do Estado da Bahia, durante o século XX. A região e a regionalização, bem como qualquer coisa produzida na sociedade, necessitam da ação de vários sujeitos de forma direta e/ou indireta, de forma Assíncrona e/ou simultânea, combinada e/ou desordenada. Tentamos captar e compreender a dimensão coletiva que existe entre sociedade, ciência, tecnologia, conhecimento, poder e cultura no processo histórico dos estudos regionais. Pensando na perspectiva de coprodução do conhecimento de Jasanoff (2004) é necessário estudar ciência e sociedade em conjunto, já que elas se constituem reciprocamente “Ciência e sociedade, em uma palavra, são coproduzidas, cada uma subscrevendo a existência da outra.” (Jasanoff, 2004, p. 17, tradução nossa).

A região e os estudos regionais se coproduzem entre academia e Estado desde o início dos estudos regionais modernos, Bezzi (2004 p.35) diz que “O surgimento da Geografia regional como campo teórico e metodológico vai ser resultado de uma condição histórica determinada pelo expansionismo francês em conflito com o imperialismo alemão”. O pensamento de Souza (1993) nos esclarece que a produção regional no Brasil não foge dessa coprodução entre Estado e academia pois, os estudos regionais estão ligados a ação do Estado porque, as regionalizações não são criadas pelo Estado, são criadas a seu pedido, logo o Estado e a ciência constroem e reconstroem se coinfluenciam na produção do conhecimento sobre a região. Para Jasanoff (2004), as formas que se governam são interligadas ao conhecimento técnico-científico produzido, ou seja, os modos que uma sociedade conhece o mundo são inseparáveis dos modos pelos quais a sociedade organiza o mundo.

O conhecimento e suas formas de realização materiais são ao mesmo tempo produtos do trabalho social e constitutivos de formas de vida social; a sociedade não pode funcionar sem conhecimento, assim como o conhecimento não pode existir sem apoios sociais apropriados. O conhecimento científico, em particular, não é um espelho transcendente da realidade. Ele incorpora e está incorporado em práticas sociais, identidades, normas, convenções, discursos, instrumentos e instituições - em resumo, em todos os elementos básicos do que chamamos de social. (Jasanoff, 2004, p. 2, tradução nossa)

A região e as regionalizações, durante seu percurso teórico metodológico da Geografia, se preocuparam tanto em conhecer, quanto em organizar o mundo, essas duas características se revezam em grau de importância a depender do período histórico a exemplo, as regiões da linha quantitativa que seus esforços estavam mais voltados em organizar e as regiões da Geografia romântica, vide Humboldt, seus esforços estavam mais voltados para conhecer. Nos estudos

regionais da Bahia pesquisados aqui, não foi possível perceber essas alternâncias, desde as pesquisas no início do século 20 com Bernardino de Souza até o final do século com as pesquisas de Sylvio Bandeira e Barbara-Christine, percebe-se uma influência do poder público, seja para cooptar os conhecimentos geográficos para conhecer e dominar a *hinterland* ou seja para instrumentalizar o espaço e os estudos regionais através de regionalização para um *amégeant du territoire* que beneficie e facilite exploração e a entrada do capital externo.

Isso nos fez pensar na relação existente entre os avanços científicos nos estudos regionais e as regionalizações enquanto política pública, houve uma série de co-influências, disputas de poderes que analisamos e tantas outras que ficaram para serem analisadas. Por exemplo, há a percepção que a produção regional de Bernardino de Souza teve influências na produção regional de Sylvio Fróes, que teve influências na regionalização da Bahia e do Brasil em zona fisiográficas do IBGE, essa regionalização teve influências nos desenvolvimento do trabalho regional de Milton Santos, o trabalho deste teve influência em regionalizações futuras como as macrorregiões da saúde e a regionalização em regiões administrativas da Bahia, essa regionalização foi atualizada por Sylvio Bandeira. Olha essa conexão mínima de retroalimentação dos pesquisadores entre eles e deles para com o poder público. Além dessa existem tantas outras que estão espalhadas nesse trabalho.

É importante notar que, no século XX, a inexistência da participação social nas pesquisas regionais e nas tomadas de decisões políticas no âmbito da regionalização. Jasanoff (2012, p. 1) acredita que “motivados pela ascensão da ciência e da tecnologia, questões importantes para o público foram retiradas prematuramente da política.”, pensando em âmbito das regionalizações estatais na Bahia, a participação popular só veio a ser proposta na regionalização dos territórios de identidade, participação essa criticada nos trabalhos regionais de Angelo Serpa, já no século XXI. Segundo a linha de Haesbaert (2010), é pensado que existe uma concepção de que a região por não servir como um conceito heurístico, alguns pesquisadores e/ou a sociedade civil desvaloriza a sua importância e influência na vida comum. Mas, as políticas públicas regionais e os regionalismos estão aí para comprovar que a sociedade civil deve estar envolvida e participar dos processos de estudos regionais e construção/efetivação de uma regionalização.

Enfim, acredito que a partir das análises aqui empreendidas pudemos refletir, dentro de todas as limitações possíveis, como as inovações científicas no campo dos estudos regionais desenvolvidas em países centrais do mundo, foram entendidas, adaptadas pelos pesquisadores de um ente federado, que é periférico em país da periferia do mundo. E, em paralelo a isso, como a ciência regional produzida aqui na Bahia contribuiu, resultou e/ou influenciou políticas

públicas regionais, que muitas vezes se tornaram completamente distintas do que foi pensado pelos pesquisadores.

Dentre o universo de questões abertas que aqui foram deixadas, penso que há a contribuição para novas pesquisas e perspectivas de análises regionais. Assim como acredito que a função de um professor é tentar criar uma base para que outras pessoas tentem voar mais alto, espero que este trabalho cumpra a função de se tornar uma base de consulta importante para as futuras pesquisas regionais baianas, uma vez que muitas informações que estão aqui, se escondem em documentos de difícil acesso, agora, de certa forma estão compilados e disponíveis para todos. Eu gostaria de ter feito mais, mas isso foi o possível com minha produção manufaturada em meio ao ritmo industrial da academia atual, espero que esta pequena contribuição, de alguma forma, ajude aos geógrafos interessados na análise regional da Bahia.

Abraços!

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ABRANTES, Vera. Era preciso redescobrir o Brasil. As expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014.
- ABREU, Paulo Marques. Árvore genealógica de Sylvio Fróes Abreu. *Geneanet*, [s.d.]. Disponível em: <https://gw.geneanet.org/mabreup?lang=pt&n=abreu&p=sylvio+froes>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- ABREU, S. F. As Regiões naturais da Baía (ensaio duma divisão) **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 69-76, 1939a.
- ABREU, S. F. O recôncavo da baía e o petróleo do lobato. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 57-83, 1939b.
- AB'SÁBER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 221-232, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PbQ9ZPWNNJRBj6WCRCdzxGz/>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- AGNEW, J. Evolution of the regional concept. In: PAASI, A.; HARRISON, J.; JONES, M. (Org.). **Handbook on the geographies of regions and territories**. Paperback edition ed.
- ALMEIDA, R. S. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Rio de Janeiro, 2000. 712 p. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S.l.], v. 11, n. 19, p. 82-101, 2010. Disponível: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1056/834>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- ANDRADE, M. C. **Geografia ciência da sociedade**. Editora Universitária UFPE, 2006.
- ANDRADE, M. C. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 72, pp. 63-82, 1994. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/901/795>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ANTUNES, T. H. C. S. Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 149-168, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40284/40944>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ARAÚJO, J. D.; NERY, G.; FERREIRA, E. Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, n. 7, p. 1-19, 1973. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/jRsQVjRwgSZWpybF69crJsz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. Terra Brasilis. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014.

- AZEVEDO, J. S. G. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica**. 1975. 168 p. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22006>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BACHELARD, G. **A epistemologia Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.
- BAHIANA , Luis Cavalcanti da Cunha (1986): **Contribuição ao estudo da questão da escalana geografia: Escalas em geografia urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.
- BAHIA, Governo do Estado. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Estados Unidos do Brasil. Ano I, 5 de fevereiro de 1916. Salvador.
- BAHIA. Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966. Dispõe sobre a organização da administração estadual, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1966.
- BAHIA. Diretoria do Serviço de Estatística do Estado. **Anuário Estatístico da Bahia 1923**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 526 p., 1924.
- BAHIA. Governo do Estado. **Plano Plurianual – PPA 2008-2011**. Secretaria do Planejamento, Salvador, Bahia, 2007.
- BAHIA. Decreto n. 19.931, de 28 de setembro de 1966. **Aprova o Regimento da Secretaria da Saúde Pública**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1966.
- BAHIA. **Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948** (Lei Orgânica dos Municípios – revogada). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85487/lei-140-48>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Baía de Todos-os-Santos (PDITS-BTS)**. Salvador: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, 2012.
- BAHIA. **Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 1973.
- BAHIA. **Revisão da divisão do Estado em regiões administrativas**. Salvador: Secretaria do Planejamento, 1991.
- BAHIA (Estado). Lei n. 1.811, de 29 de julho de 1925. **Organiza a Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1925.
- BAUMGARTNER, W. H. A Geografia das Cidades em Bernardino José de Souza. Influência alemã e conhecimento local nas monografias descritivas do estado da Bahia. **Terra Brasilis**, [S.l.], n. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1993>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-56, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7763/5611>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia. Uma abordagem contextual**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2017.
- BEZZI, M. L. **Região: uma (re) visão historiográfica**: da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.
- BLUMER, H. **Symbolic interactionism**: perspective and method. Berkeley: University of

- BOAVENTURA, E. O Planejamento na Bahia de 1954-1964. **Universitas**, Salvador, n. 5, p. 113-113, 1970. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/973>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BOMFIM, P. R. A. A Ostentação Estatística: um projeto geopolítico para o território nacional- Estado e planejamento no período pós-64. 2007. 371 p. Tese (doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11122007-100305/publico/TESE_PAULO_R_ALBUQUERQUE_BOMFIM.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1960. **Sociedade & Natureza**, v. 27, p. 365-378, 2015.
- BOTTOMORE, T. (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, P. O campo científico. Trad. Paula Montero. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. Disponível em: <https://cienciatecnosociedade.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP/INRA, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 3 dez. 2013
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 205, de 09 de dezembro de 2015. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria Mtur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências. . **Diário Oficial da União**. 9 dez. 2015a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 192, de 27 de dezembro de 2018. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do turismo Brasileiro, instituído pela Portaria Mtur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 28 dez. 2018a.
- BRAY, S. C. A visão de mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30. **Geografia**, [S.l.], n 18, v. 2, 2017.
- BRITO, C. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: Edufba, 2008.
- BURTON, Ian. A revolução quantitativa e a geografia teorética. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 7, n. 13, p. 63-84, 1977.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía**. (Nova edição ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.
- CARDOSO, L. P. C. Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia. Impressões de uma releitura. **Terra Brasilis**, [S.l.], n. 8, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35461488/Meio_s%C3%A9culo_de_Congressos_Brasileiros_de_Geografia_Impress%C3%B5es_de_uma_releitura. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CARMO, S. S. Os Intelectuais na construção de uma Bahia imaginada entre as décadas de 1910 e 1950. **Das Amazônias**, v. 4, n. 1, p. 175-189, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/4834/2783>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CARNEIRO, A. J. A nova orientação das monografias descritivas regionais. In: 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v. II, Salvador, BA. **Anais** [...], Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

CARVALHO, M. B. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Terra Livre**, [S.l.], n. 13, p. 42-60, 1997. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/124/120>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CARVALHO NETO, José Francisco de. A consolidação institucional do planejamento na Bahia. **Bahia: análise e dados**. Salvador, v. 12, n. 2, p. 7-13, dez. 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

CATAIA, M. A. A Geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na Região Centro-Oeste do Brasil durante o governo militar.

Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales). Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto de 2006,

CHALMERS, A. F; FIKER, R. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. Ed: Brasiliense, São Paulo, 1985.

Cheltenham, UK Northhampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2020, p. 23-33.

CIRQUEIRA, D. M. África vista por um negro baiano: notas acerca das leituras de Milton Santos sobre África. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especial, p. 243-272, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/864/790>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CLAUDINO. Guilherme S, **Raízes e Constelações do Saber Geográfico Acadêmico Brasileiro: o conhecer e o pensar na condição de nervuras**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019.

CLAVAL, Paul. The reception of American geography in France: Enthusiasm, indifference, and critical perspectives. **GeoJournal**, v. 59, n. 1, p. 3-8, 2004.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CNG – Conselho Nacional de Geografia. Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.1, n.1. Rio de Janeiro: CNG, 1939.

COELHO, A. S. Desigualdades regionais da Bahia: evolução geo-histórica e a primeira regionalização institucional. In: SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Agenda 21 Compromisso Com a Vida, Salvador, BA. **Anais** [...], Salvador, BA: SEMOC, 2008.

CONCEIÇÃO, A. L. “O Novo não se Inventa, Descobre-se”: Milton Santos e a Geografia Aplicada. In: CARLOS, A. F.A. (org.). **Ensaios de Geografia Contemporânea: Milton Santos: Obra Revisada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.22-28

CONCEIÇÃO, A. L. Geografia - Dualidade/Dicotomia: uma questão epistêmica e uma questão de método!!!. **Situação Geográfica**, Salvador, v. 04, 2021. Disponível em:

- https://www.situacaogeografica.com/_files/ugd/b5ef78_077fb636f6954fc0a46a2e9d9de67e25.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990), **Terra Brasilis** [S.I.], n. 3 | 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CORRÊA, R. L. Entrevista com o professor Roberto Lobato Corrêa. **Geosul**, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23-42, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12787/11971>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CORRÊA, R. L. Espaço, Um Conceito Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 22-26. Disponível em: <https://acervo.ceed.ufv.br/conteudo/pdf/Geografia%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20Espa%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, p. 115-121, 1982.
- COSTA, A. A. **Direito e método: diálogos entre a hermenêutica filosófica e a hermenêutica jurídica**. 421 p. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4457690. Acesso em: 6 mar. 2025.
- COSTA, P. H. F. **O jovem Milton Santos: personagem do protótipo metodológico: revelar [matrizes clássicas originárias] para definir [Vanguarda, Universalidade e viés geográfico]**. 2013. 225 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/368e64be-8122-4485-915c-35b4ed677091/content>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CRUZ, R. C. A. Regionalizações do espaço brasileiro –mantendo vivo o debate regional. In: LEOPOLDO, E. et al. (Org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 25-48.
- DALAL, Roshen. **A compacta história do mundo**. Universo dos Livros Editora, 2016.
- DEFFONTAINES, P. Dez anos de Trabalho Geográfico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 77-78, 1946.
- DEFFONTAINES, P. O que é Geografia Humana. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 14- 17, 1943.
- DEFFONTAINES, P. Pequeno guia do viajante ativo. **Geografia**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 9-14, 1936.
- DEFFONTAINES, P. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. **Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 117-160, 1935.
- DESCARTES, R. **Coleção Os Pensadores**. Editora Nova Cultural Ltda, 1996
- DIAS, Clímaco. Sobre Milton Santos. Salvador, 18 de março de 2023. Facebook: Clímaco Dias. Disponível em: [https://www.facebook.com/climaco.dias/posts/pfbid02mbvvp8w3cEUCJ7Bw5J19dJbtGqtvyo6MsdM2r4vRH9VGTKWqWZp6T81DAV5nFQl?_cft_\[0\]=AZWmWh-Oz7j-QVWYMoBt0hfRXmhG77qfrvVOIIRHf-fDtvLxj3hnahqBpKjdK5eLdxw78FlhJ1Rh3LHCQJFanPCA5wXoqXnCH_RVTX8SCAmA](https://www.facebook.com/climaco.dias/posts/pfbid02mbvvp8w3cEUCJ7Bw5J19dJbtGqtvyo6MsdM2r4vRH9VGTKWqWZp6T81DAV5nFQl?_cft_[0]=AZWmWh-Oz7j-QVWYMoBt0hfRXmhG77qfrvVOIIRHf-fDtvLxj3hnahqBpKjdK5eLdxw78FlhJ1Rh3LHCQJFanPCA5wXoqXnCH_RVTX8SCAmA)

[T4adBezuGREeq1kok4Zk8cxa1wK_CFd5LlghAjoGX&_tn=_%2CO%2CP-R](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030383721930001X). Acesso em: 08/02/2024.

DICKINSON, R. E. **The Makers of Modern Geography**. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1969

DOSSE, F. **La marché des idées: histoires des intellectuels, histoire intellectuelle**. Paris: La Découverte, 2013, 338p.

DUTRA-GOMES, Rodrigo; VITTE, Antônio Carlos. A geografia americana no contexto das diferenciações de áreas de Richard Hartshorne. Uma leitura histórico-epistemológica. *Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 12, 2019. MAMIGONIAN, Armen et al. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, v. 6, n. 12, p. 170-201, 1991.

FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. Paul Vidal de La Blache e a geografia francesa: Do contexto histórico às monografias urbanas. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S.l.], n. 6, 2011. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10302>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FAISSOL, S. A geografia na década de 80; os velhos dilemas e as novas soluções. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 7-37, jul./set, 1987

FAISSOL, S. A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 21-52, 1989

FAISSOL, S. Cinquenta anos de Geografia. Entrevista com o Professor Speridião Faissol (conduzida por Helion Povoa Neto e João Rua) **GeoUerj**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-70, 1997.

FAISSOL, S. **Tendências atuais na geografia urbano/regional: teorização e quantificação**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1978.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 1.631, de 1993. **Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Feira de Santana e dá outras providências**. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1993.

FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.

FERRETTI, F. Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Pêtr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [S.l.], v. 25, p. 553-568, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9GFD7p7dRBBVYZvGC5KZ6Qm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FEYERABEND, Paul K. et al. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FEYERABEND, Paul K. **Adeus à Razão**. São Paulo: Unesp, 2010.

FEYERABEND, Paul K. **A ciência em uma sociedade livre**. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Unesp, 2011.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Abordagem institucional e político-territorial das regionalizações da saúde no Estado da Bahia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 56, abr. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDACÃO DE PESQUISA (BA). 105 anos de economia baiana: estatísticas básicas: aspectos econômicos – 1945-1976. Salvador: CPE, 1979.

- GADOTTI, M. A dialética: concepção e método. In: **Concepção Dialética da Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. p. 15-38.
- GOMBRICH, Ernst Hans; ARISTU, José Luis Gil. **Breve história do mundo**. Península, 1999.
- GOMES, P. C. C. **As razões da Região**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- GOMES, P. C. **Quadros geográficos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2017.
- GOMEZ, J. M.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1994
- GONÇALVES, G. R. **As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política**. 2000. 169 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_as_secas_na_bahia_do_seculo_xix_sociedade_e_politica.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.
- GONÇALVES, N. M. S. Professor Milton Santos: o mestre amigo e incentivador. Reminiscências. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GRANDI, Matheus de Oliveira. A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014
- GRIMM, F. C. A. Trajetória epistemológica de Milton Santos. Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2011. 307 p. Tese (Doutorado em Geografia), Programa da Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- GRONDIN, J. **Hermenêutica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A experiência pioneira da Academia de Altos Estudos– Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921). **Revista teias**, v. 1, n. 1, p. 11, 2000.
- HAESBAERT, R. Por uma descolonização da região em Geografia. In: Leopoldo, E.; Haesbaert, R.; Cruz, R. C.; Serpa, A. (org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- _____ Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HART, John Fraser. The highest form of the geographer's art. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 72, n. 1, p. 1-29, 1982.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992

- HUERTA, A. Exportateur d'une géographie française au Brésil, Pierre Deffontaines, artisan de la géographie brésilienne. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, [S.l.], n. 33, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12605>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). **Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 1971.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. I, 1939.
- JASANOFF, S. **Science and public reason**. Londres: Routledge, 2012.
- JASANOFF, S. **States of knowledge: the co-production of science and social order**. London: Taylor & Francis e-Library, 2004.
- FRANÇA JUNIOR, E. P. A construção da baianidade no final do século XX: análise do documentário ‘O capeta Carybé’. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver–Sentir–Narrar Universidade Federal do Piauí–UFPI, Teresina, PI, 2012. **Anais** [...]. Teresina, PI: UFPI, 2012.
- KISSE, Eduardo Henrique Silveira. O conceito de hermenêutica e sua aplicação no pensamento de W. Dilthey. **Revista Litteris** – ISSN: 19837429 n. 10, 2012.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2011.
- LA BLACHE, P. V. As condições geográficas dos fatos sociais. **GEographia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2007.
- LACOSTE, Y.; MESSIAS, N. **A geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1995.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2019.
- LAKATOS, I. **Falsification and the methodology of scientific research programmes**. In:Lakatos & Musgrave 1970, pp. 91-195.
- LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis**, [S.l.], n. 3, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/26548343/O_IBGE_e_a_geografia_quantitativa_brasileira. Acesso em: 6 mar. 2025.
- LEÃO, E. C. A hermenêutica do mito. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 45-57, 1977
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialéctica**. Madrid: Siglo xxi, 1993.
- LENCIONI, S. Prefacio. In: LEOPOLDO, E.; HAESBAERT, R.; CRUZ, R. C.; SERPA, A. (org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro:Consequência, 2021, pp. 9-13
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LEOPOLDO, E. A região e sua redescoberta pela Geografia no século XXI. In: LEOPOLDO, E.; HAESBAERT, R.; CRUZ, R. C.; SERPA, A. (org.). Por uma nova geografia regional. Rio de Janeiro: Consequência, 2021, pp. 63-78.

LIMA. Jamille da Silva. A abordagem contextual de vincent berdoulay: desmistificando a história do pensamento geográfico. **Geografia** , v. 43, n. 2, pág. 357-360, 2018.

LIRA, L. A. **Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, tentação à ação e sistematização do método (1925-1957)**. 418 p. 2017a. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02052017-141207/pt-br.php>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIRA, L. A. A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-185, 2017b. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/128>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIVINGSTONE, David. **Putting science in its place: geographies of scientific knowledge**. Chicago: The University Chicago Press, 2003.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MACHADO, M. S. Milton Santos. In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (org.) **Dicionário dos geógrafos brasileiros**, v.1. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2014, p. 133-166.

MARCONIS, R. **Introduction à la géographie**. Paris: Armand Colin, 1996.

MARCUSE, Herbert. The History of Dialectics. In: MARCUSE, Herbert. Marxism, Revolution and Utopia. Collected Papers of Herbert Marcuse. Traduzido por João Paulo Andrade; Victor Hugo Saldanha, **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, n. 4, p. 239-270, Out./Dez., 2022

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Heraldo de Souza. Vida e obra do Cientista Sylvio Fróes Abreu. In. **Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio**. 1939, pp. 41-47;

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia século XIX**: uma província do império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MCDONALD, J. R. **Controvérsias na atual geografia francesa**. **Boletim Geográfico**. IBGE, Rio de Janeiro, n. 195, ano xxv, 1966.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 183 p.

MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. Alianza Universidad, Madrid, 1982.

MENESES, A. V.; FAVRETO, E. K. A mudança no modo de conceber a ciência a partir do método hipotético dedutivo de Karl Popper. In: ZANETTE, E. V. C.; FAVRETO, E. K. (org.). **Encontros Filosóficos - Ensaios sobre método, educação e ensino**. 1.ed. Boa Vista: UERR Edições, 2021, v. 1, p. 8-20.

MIRANDA, D. C. **A história da hermenêutica: uma reflexão a partir do conceito de tradição**. 178 p. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

- MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- MOREIRA, R. **O Pensamento geográfico brasileiro, v. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. v. 3. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. v. 2. São Paulo: Editora Contexto, 2009
- MOREIRA, R. **O que é Geografia** – Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980
- NETO, D. Dos Modelos à Explicação: A Nova Geografia em David Harvey. In: Paulo Roberto Teixeira de Godoy. (org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 91-110.
- NEVADO, P. O Enquadramento Filosófico para a Investigação: Algumas Reflexões Introspectivas ao Positivismo, **ISEG/ADVANCE**, Lisboa, 2008a. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/2561/1/adwp42008.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- NEVADO, P. Popper e a investigação: a metodologia hipotético-dedutiva. **ISEG/ADVANCE**, Lisboa, 2008b. Disponível em: <https://aquila.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=275908>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- NOTICIÁRIO, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-169, 1943.
- OLIVEIRA, A. F. V. A Constituição de 1946: precedentes e elaboração. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, p. 28, 2010. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista51/Revista51_27.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.
- OZOUF-MARIGNIER, M. V.; ROBIC, M. C. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **GEographia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13540>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- PAASI, A. HARRISON, J. JONES, M. New consolidated regional geographies. In: PAASI, A.; HARRISON, J.; JONES, M. (org.). **Handbook on the geographies of regions and territories**. Paperback edition ed. Cheltenham, UK Northhampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2018. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/display/edcoll/9781785365799/9781785365799.00008.xml>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- PALMER, R. E. **Hermenêutica**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2006.
- PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, 1999.
- PEREIRA, G. S. **Expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco**. Serviço grafico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.
- PEREIRA, S. N. Bernardino de Souza e o ensino da Geografia científica no Brasil: notas sobre um pioneiro. In: SOUSA, A. N.; VAZ, C. B. N. (org.). **A Geografia no alvorecer da**

República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 237-282.

PEREIRA, S. N.; SOUSA, A. N. Bernardino de Souza, um inovador da geografia no Brasil. **Terra Brasilis**, [S.I.], n. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2208>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PESSOTTI, G. C. **Um estudo da política industrial da Bahia no período 1950-2005**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador, Salvador, 2008

PESSOTTI, G. C.; PESSOTTI, F. C. L.; SILVA, D. V. Os ciclos econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva–1975-2020. **Memórias da Economia Baiana**, Salvador: SEI, 2020.

PHLIPPONNEAU, M. Géographie et action: introduction à la géographie appliquée. **Norois**, [S.I.], n. 30, 1960. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/noroi_0029-182x_1961_num_30_1_1351_t1_0253_0000_2. Acesso em: 6 mar. 2025.

POPPER, K. **Autobiografia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

POPPER, K. **Conhecimento Objetivo**. Trad. Milton Amado. Itatiaia: Belo Horizonte, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

QUEIROZ, G. O. Sobre Paul Vidal de La Blache, paisagem, descrição e a Geografia Imagética. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, 2014, Vitória, ES. **Anais** [...], Vitória, ES. AGB, 2014. Disponível em: https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1406044629_ARQUIVO_SobrePaulVidal delaBlache.ArtigoCBG-GuilhermedeOliveiraQueiroz.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. **Terra Livre**, São Paulo n. 16 p. 169-194, 2001.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 1, n.1 1939.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 2, 1942.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 34, 1972.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 4, 1943.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990

ROBIC, M-C. Des vertus de la chaire à la tentation de le l'action. In: CLAVAL; P. SANGUIN A. L. (org.). **La Géographie française à l'époque classique (1918-1968)**. Paris: L'Harmattan, 1996.

SALVADOR. Lei n. 3.688, de 25 de novembro de 1986. **Dispõe sobre as administrações regionais e dá outras providências**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1986.

SAMPAIO, C. N. **Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 233.

SAMPAIO, T. **O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

- SANTOS, Milton. **O povoamento da Bahia:** suas causas econômicas. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.
- SANTOS, Milton. Geografia antiga e moderna. **Revista da Educação e Cultura**, Salvador, Bahia, 1952.
- SANTOS, M. A região de Alagoinhas. **Revista Brasileira dos Municípios**, Ano VI, nº 21, 1953.
- SANTOS, M. **Estudos sobre geografia.** Tipografia Manú, Salvador/BA, 1953a.
- SANTOS, M. **Os estudos regionais e o futuro da geografia.** Imprensa Oficial da Bahia, Salvador/BA, 1953b.
- SANTOS, M. Notas para estudo do "habitat" rural na zona cacauzeira da Bahia. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, vol. VIII, tomo I, 1953c.
- SANTOS, M. A Região de Alagoinhas, **Revista Brasileira dos Municípios**, Ano VI, nº 21, 1953d.
- SANTOS, M. Zona do cacau. **Introdução ao estudo geográfico.** 1ª edição, Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, Salvador/BA, 1955a.
- SANTOS, M. Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas. **Boletim da Associação Baiana de Imprensa**, nº 55, 1955b.
- SANTOS, M. Estrutura agrária do município de Ipiaú. **Revista Brasileira dos Municípios**, ano XI, nº 31, p. 224-226, 1956a.
- SANTOS, M. O papel metropolitano da cidade do Salvador. **Revista Brasileira dos Municípios**, ano IX, nº 35/36, p. 185-190, jul./dez., 1956b.
- SANTOS, M. A cidade de Jequié e sua região. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 1, jan./mar., p. 71-112, 1957a.
- SANTOS, M. Distribuição geográfica da população baiana. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nº 80, p. 115-123, 1957b.
- SANTOS, M.; TRICART, J.; SILVA, T. C.; CARVALHO, A. D. S. **Estudos de geografia da Bahia.** Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- SANTOS, M. **A cidade como centro de região.** Universidade Federal da Bahia, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Imprensa Oficial, Salvador/BA, 1959a.
- SANTOS, M. **A rede urbana do Recôncavo.** Universidade Federal da Bahia, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Imprensa Oficial, Salvador/BA, 1959b.
- SANTOS, Milton. **Geografia e desenvolvimento econômico.** impr. oficial da Bahia, 1960.
- SANTOS, Milton. Quelques problèmes des grandes villes dans les pays sous-développés. **géocarrefour**, v. 36, n. 3, p. 197-218, 1961.
- SANTOS, Milton. **A região de Amargosa.** Salvador, dez, 1963.
- SANTOS, M.; CARVALHO, A. A geografia aplicada. **Boletim Geográfico**, n. 185, p. 249-258, 1965.
- SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- SANTOS, Milton. Programa de Estudos de Geografia Humana para o Vale do Rio Paraguaçú. **Revista Brasileira dos Municípios**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 49/52, p. 57-60, jan/dez, 1960C.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 1978.
- SANTOS, M. **Metamorfozes do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, v. 4, n. 7, p. 116-147, 1989.
- SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2. ed., São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SARMENTO, S. N. A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 144p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009
- SCARIM, P. C. A construção da geografia acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, p. 41-72, 2008.
- SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2015.
- SERPA, A. S. P.. E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?. **Cadernos de Geociências**, Salvador-Bahia, v. 6, n.6, p. 59-79, 2001.
- SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. Editora Contexto, 2019.
- SILVA, A. J. M. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. 256 p. 2006. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_instituto_geografico_e_historico_da_bahia_origem_e_estrategias_de_consolidacao_institucional_1894_-1930.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.
- SILVA, M. A.; SILVA, F. S. Uma leitura de Milton Santos (1948-1964). **Geosul**, [S.I.], v.19, n.37, p. 157-189. 2004
- SILVA, M. A.; SOUSA, A. N. Intercâmbios de saberes geográficos Salvador-Lisboa. o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Bahia e os estágios de pesquisa no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. **Terra Brasilis**, [S.I.], n. 17, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/11116?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

- SILVA, M. P.; CARVALHO, S. S. barbara-christine nentwig silva: caminhos de dedicação e compromisso com a geografia (barbara-christine nentwig silva: pathways of dedication and commitment to geography). **Revista GeoNordeste**, [S.I.], n. 1, p. 189-207, 2018.
- SILVA, NENTWIG. "Barbara-Christine; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Jaimeval Caetano de; CUNHA, Maria da Conceição de Oliveira; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de." **Atlas Escolar, Bahia: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset (2000).
- SILVA, S. C. B. M.. A divisão regional da Bahia e os problemas de equipamento. **Boletim de Geografia Teorética**, Salvador-BA, v. 9, n.12/13/14, p. 32-77, 1967
- SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. **O cobre e suas repercussões na região de Juazeiro-Ba** - Petrolina-PE. 1. ed. Salvador: Instituto de Geociências/UFBA, 1973.
- SILVA, Armando Corrêa. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, p. 73-140, 1984.
- SILVA, B. C. M. N.; GERARDI, L. H. **Quantificação em Geografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1981. 161p .
- SILVA, Sylvio. C. B. M. A divisão regional da Bahia e os problemas de equipamento. **Boletim Baiano de Geografia**, Salvador-BA, v. 9, n.12/13/14, p. 32-77, 1967
- SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. **O cobre e suas repercussões na região de Juazeiro-Ba - Petrolina-PE**. 1. ed. Salvador: Instituto de Geociências/UFBA,
- SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBÁRA. C. N.; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. 1. ed. Recife-PE: SUDENE, 1985. 376p.1973.
- SILVA, SYLVIO. C. B. M. Notas sobre eficiência, equidade e organização espacial. **Geonordeste (UFS)**, Aracaju-SE, v. 3, n.1, p. 63-67, 1986.
- SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. **Urbanização e política de desenvolvimento regional no Estado da Bahia**. Geografia (Rio Claro), Rio Claro-SP, v. 12, n.23, p. 15-30, 1987.
- SILVA, SYLVIO. C. B. M. Elaboração de um programa de desenvolvimento de uma região nova: o caso do Oeste da Bahia/Brasil. **Geografia (Rio Claro)**, Rio Claro-SP, v. 14, n.27, p. 77-91, 1989.
- SILVA, SYLVIO. C. B. M.; SILVA, BARBARA. C. N. Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia. **Geografia (Rio Claro)**, Rio Claro-SP, v. 21, n.2, p. 67-85, 1996.
- SILVEIRA, F. L. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. **Caderno catarinense de ensino de Física**. Florianópolis. v. 13, n. 3 (dez. 1996), p. 197-218, 1996.
- SILVEIRA, M. L. Espaço geográfico e fenômeno técnico. In: BOMFIM, P. R. A. & SOUSA NETO, M. F. **Geografia e pensamento geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume e Laboratório de Geografia Política, 2010, p. 123-139.
- SIMÕES, J. Evolução recente da economia baiana. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 9, n. 4, p. 469-482, 1978.
- SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das letras, 2024.
- SOUSA, André Nunes. **Percorso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo**: Contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade

de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUSA, André Nunes de. Bernardino de Souza e o desenvolvimento da Geografia no Brasil. Passagens do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 8, 2017a.

SOUSA, André Nunes de. Bernardino de Souza e o desenvolvimento da Geografia no Brasil, **Terra Brasilis**, 2017b.

SOUSA, André Nunes de. Sobre a necessidade de se fazer uma ciência situada: notas histórico-epistemológicas sobre a cartografia (na Bahia). In: Angelo Serpa. (Org.).

Representação e Geografia. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021a, v. 1, p. 89-116.

SOUSA, André Nunes de. Geografias Fabulosa, Militante e Triunfante nas Leituras Geográficas de Bernardino José de Souza. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 16, 2021b.

SOUSA, ANDRÉ NUNES DE. Bernardino de Souza 1884 ? 1949. In: Elizabeth Baigent; André Reyes Novaes. (Org.). **Geographers Biobibliographical Studies**, Volume 40. 1ed. Oxford: Bloomsbury Publishing, 2022, v. 40, p. 57-85.

SOUSA, André Nunes de; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. Ressonâncias tropicalistas na Bahia. Ecletismo e intercâmbios internacionais nos trabalhos de Theodoro Sampaio. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 19, 2023.

SOUSA, André Nunes de; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. Theodoro Sampaio e a integração da Bahia na conjuntura político-econômica do Brasil da Primeira República. **A Geografia no alvorecer da República: contribuições a história da ciência geográfica no Brasil**, p. 75-92, 2019.

SOUZA, B. J. Relatório. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**, v. I. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

SOUZA, C. Sistema estadual de planejamento. **Bahia: análise e dados**. Salvador, v.1, n. 2, p. 68-73, set.1991.

SOUZA, E. J. C. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento**. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008

SOUZA, M. A. A. (org.) **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**. São Paulo:Hucitec, 1996.

SOUZA, M. A. A. A explosão do território e falência da região?. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano VII, n. 1, p. 85-95, abril de 1993. p 85-95

SOUZA, Aline Conceição; SERRA, Maurício Aguiar. O processo de configuração do território turístico baiano de 2004 a 2019. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 55, n. 1, p. 119-138, 2024.

SOUZA, Aline Conceição; SERRA, Maurício Aguiar. O processo de configuração do território turístico baiano de 2004 a 2017. In:**ANAIIS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA** , 2018.

SPOSITO, E. S. Elogio da teoria, do método e da ciência. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (Org.). **Teorias na Geografia. Avaliação crítica do pensamento geográfico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, v. 1, p. 17-43.

- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2003.
- STERNBERG, H. O. R. Emmanuel de Martone: vultos da geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 18, n. 1, p. 113-116, 1956.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo, Editora 34, 2002.
- TAVARES, L. H. D. **O problema da involução. industrial da Bahia**. Salvador, UFBA., 1966.
- TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. Editora da UFBA, 2001.
- TESCH, R. **Qualitative research: analysis types and software tools**. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.
- LOPES, M. R. C. Trajetória da revista Geografia (1935-1936): o saber escolar nos primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros. In: XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia [online]. **Anais** [...], ENANPEGE, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78045>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- VASCONCELOS, P. A. Prefacio In: SOUSA, A. N.; VAZ, C. B. N. (org.). **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.
- VASCONCELOS, P. A. Sylvio Bandeira: uma vida dedicada à Geografia (1940–2017). **GeoTextos**, [S.l.], v. 13, n.1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/23366/14739>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- VAZ, C. B. N. Os sertões pelos sertanejos: identidade, representação e regionalização nos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco. 2016. 212 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20606>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ZEN, E. T.; SGARBI, A. D. O método dialético na história do pensamento filosófico ocidental. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 10, n. 22, p. 79-96, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8062>. Acesso em: 6 mar. 2025.

